

**PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PPGTU – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – 2005**

MOACIR RIBEIRO DE CARVALHO JÚNIOR

**O INTERESSE POPULAR NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
O CASO DA BACIA DO RIO BELÉM EM CURITIBA - PR**

CURITIBA

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MOACIR RIBEIRO DE CARVALHO JÚNIOR

**O INTERESSE POPULAR NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
O CASO DA BACIA DO RIO BELÉM EM CURITIBA - PR**

Documento apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Urbana, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção ao título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Harry Alberto Bollmann

CURITIBA

2007

C331i
2007 Carvalho Júnior, Moacir Ribeiro de
O interesse popular na gestão dos recursos hídricos sob a ótica do desenvolvimento sustentável : o caso da Bacia do Rio Belém em Curitiba – PR / Moacir Ribeiro de Carvalho Júnior ; orientador, Harry Alberto Bollmann. – 2007.

268 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007

Inclui bibliografia

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Recursos hídricos. 3. Belém, Rio (PR).
I. Bollmann, Harry Alberto. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 21. ed. – 363.7
333.91

MOACIR RIBEIRO DE CARVALHO JÚNIOR

**O INTERESSE POPULAR NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
O CASO DA BACIA DO RIO BELÉM EM CURITIBA - PR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção ao título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Harry Alberto Bollmann
Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. Denis Alcides Rezende
Pós-Doutorado Universidade de São Paulo – Departamento de Administração, FEA/USP, Brasil
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof^a. Dr. Norma Lacerda Gonçalves
Doutorado *Universite Paris III* – Sorbonne/Nouvelle, U.P. III, França
Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Emílio Trevisan
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil
Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa).

Curitiba, _____ de _____ de 2007.

Dedico este trabalho às mentes que estão sintonizadas nos problemas relacionados com a errante espaçonave azul conhecida como Terra, e mesmo diante dos moinhos de vento do capital internacionalizado seguem firmes como Dom Quixote rumo à utopia de uma existência mais harmônica.

O Autor

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente, ao Grande Mestre por dar o dom da consciência do infinito dos universos, um interno e outro externo, nos quais transcorrem a minha existência.

Aos meus pais que, com muito carinho e dedicação, ensinaram-me a sonhar e lançar o olhar para além do horizonte.

À Cláudia Zolondek que na sua simplicidade de amar a vida ensinou-me a ter fé no amanhã e coragem para enfrentar o hoje.

Ao Professor Doutor Harry Alberto Bollmann que na condição de meu orientador foi a mão firme no leme da nau chamada ciência, quando nos mares tempestuosos do conhecimento.

Ao Mestre em Sociologia Luiz Belmiro Teixeira, à Mestranda em Gestão Urbana Carolina de Cristo Bracht, aos acadêmicos de Engenharia Ambiental Elaine Cristina de Souza Kurscheidt, Antônio Rodney Veiga Rodrigues, Kelly Vieira Insaurriaga, Patrícia Knopki, e Thiago Edwiges pelo auxílio inestimável na aplicação dos formulários junto aos moradores e organização dos mapas da bacia do Rio Belém, assim como à Especialista em Gestão Empresarial Marlei Pacheco dos Santos que primorosamente formatou os dados colhidos na pesquisa de campo nas tabelas e gráficos deste trabalho.

Aos funcionários da Pontifícia Universidade Católica do Paraná que na excelente manutenção das atividades necessárias ao bom funcionamento desta instituição acadêmica permitiram, mesmo que indiretamente, o desenvolvimento das pesquisas essenciais a este trabalho. Em especial agradecemos à Tahise Negro Marques pela sua dedicação junto à secretaria do PPGTU.

Aos entrevistados: Sr. Cesar Paes Leme (Associação dos Moradores e Amigos do São Lourenço); Sr. Mauri César Barbosa Pereira (Coordenador Estadual de Recursos Hídricos e Atmosféricos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema); Engenheiro José Luiz Scroccaro (Diretoria Operacional das Águas –Suderhsa); Sr^a. Cristiane Schwanka (Gerente de Planejamento da Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social da Sanepar); Vereador Ângelo Batista (Presidente da Comissão de Saúde, Bem Estar e Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Curitiba – PR); Sr^a Cláudia Boscardin (Coordenadoria Técnica de Recursos Hídricos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba/PR); e Prof. Dr. Arnaldo Carlos Müller (Curso de Engenharia Ambiental da PUC/PR; Grupo de Planejamento e Controle Ambiental da Associação Paranaense de Cultura/APC), pela atenção dispensada quando das entrevistas e pela significativa contribuição a este trabalho.

E, finalmente, aos moradores da bacia do Rio Belém pela paciência junto à aplicação dos formulários que, inegavelmente, os dados ali colhidos constituíram-se no “ pilar-mestre ” deste trabalho.

“Os seres e as coisas podem conservar os valores próprios sem perder a nitidez de contornos que os delimitam uns em relação aos outros e dão a cada qual uma estrutura inteligível. O conhecimento não repousa sobre uma renúncia ou sobre uma troca, mas consiste numa seleção dos aspectos verdadeiros, isto é, os que coincidem com as propriedades do meu pensamento”.

Marcel Mauss

RESUMO

Com a vigência da Constituição Federal de 1988 o Brasil criou um ambiente propício ao desenvolvimento da participação dos seus cidadãos na vida pública, uma vez que os canais jurídicos atuais permitem o acesso direto destes nos processos de tomada das decisões relacionadas aos temas de interesse coletivo. É o caso dos recursos hídricos que pela Lei Federal n. 9.433/97 ficou convencionado a água como um bem coletivo e sua gestão por setores da sociedade civil organizada e o poder público, nas suas três esferas de poder (União, Estados, Distrito Federal, e Municípios). Contudo, mesmo com as municipalidades gozando de maior autonomia política, especialmente depois de 1988, os cidadãos ainda encontram-se distantes dos ambientes de discussão e negociação que são tomados por grupos historicamente arraigados no poder. No intuito de observar um dos aspectos da participação popular em relação aos recursos hídricos, o presente projeto se amparou na pesquisa das relações desenvolvidas na Bacia Hidrográfica do Rio Belém, em Curitiba/PR, e, assim, identificou o grau de interesse de participação na sua gestão pela parte do cidadão comum residente naquela área, uma vez que o problema de poluição ali observado influencia diretamente a qualidade de vida de toda a comunidade. Para elucidar a hipótese proposta no presente estudo, além da revisão bibliográfica concernente ao tema, foram aplicados 400 formulários junto aos moradores de toda a bacia em estudo, de modo homogêneo, e realizadas entrevistas junto a representantes do poder público, terceiro setor, e academia. Como resultado, constatou-se uma baixa coesão social, fruto de uma evolução histórica local, que limita o interesse do cidadão comum em participar da melhoria da qualidade ambiental da bacia hidrográfica aqui estudada.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável urbano; Participação popular; Gestão dos recursos hídricos.

ABSTRACT

The 1988 Federal Constitution of Brazil has created a propitious environment to the development of Brazilian citizenship, once the current legal channel allows the popular participation in the decisions concerning popular interest. It is the case of the water resources, which Federal Law 9.433/97 has declared the water as a collective good and stated that its management must count with the involvement of the civil society and the government in its own structure: Union, States, Federal District and Cities. However with the empowerment of the city dimensions, its citizenships are still far from the negotiation regarding this concern that is led by the historically remained of the politics elites. In order to observe one of the popular participation related to the water resources, the present is supported in the research aspects developed in the Belém River study basin, Curitiba, Paraná State. It identifies the interest participation degree in its management for the part of the common citizen resided in that area, since the problem of pollution observed there directly influences the quality of life of all the community. To elucidate the hypothesis proposed in the present study, beyond the bibliographical revision regarding the subject, 400 forms had been applied to the inhabitants of all the basin in study, in a homogeneous way, and carried through interviews as well with the representatives of the public administration, third sector, and academy. As a result, a low social cohesion was observed, a consequence of a local historical evolution, that limits the interest of the common citizen in participating of the ambient quality improvement in the basin studied here.

Word-key: Urban sustainable development; Popular participation; Management of the water resources.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da cidade de Curitiba na América do Sul e no Estado do Paraná.....	109
Figura 2 – Cidade de Curitiba com o destaque da área abrangida pela bacia do Rio Belém.....	110
Figura 3 – Destaque da bacia hidrográfica do Rio Belém na cidade de Curitiba/PR.....	111
Figura 4 - Área da bacia do Rio Belém em Curitiba/PR e suas subdivisões metodológicas.....	122
Figura 5 – Área BB – I e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente.....	130
Figura 6 – Área BB – II e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente.....	131
Figura 7 – Área BB – III e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente.....	132
Figura 8 – Área BB – III e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente.....	133
Figura 9 – Área BB – IV e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente.....	134
Figura 10 – Área BB – IV e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente.....	135
Figura 11 – Resultado geral dos percentuais de resposta conforme a estada do entrevistado numa das áreas do Rio Belém tratadas no formulário.....	141
Figura 12 – Resultado geral dos percentuais de respostas referente a percepção sobre a responsabilidade de cuidado com o Rio.....	143
Figura 13 – Resultado geral do número e percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto ao elitismo dos atores atuantes nos assuntos do Rio Belém.....	145
Figura 14 – Total geral das respostas (quantidade e porcentagem) sobre a percepção do entrevistado quanto a sua capacidade de influência na política local de Recursos Hídricos.....	146

Figura 15 – Total geral do percentual de respostas referentes ao grau de interesse dos entrevistados pelo Rio Belém.....	149
Figura 16 – Total geral de respostas (quantidade e percentual) relacionadas ao perfil participativo do entrevistado	151
Figura 17 – Distribuição dos formulários (conforme a quantidade e porcentagem) em relação ao sexo dos entrevistados inseridos na área I da bacia do Rio Belém.....	152
Figura 18 – Distribuição dos formulários conforme a faixa etária dos entrevistados inseridos na área I da bacia do Rio Belém	153
Figura 19 – Distribuição dos formulários (quantidade e percentual) conforme o grau de instrução formal do entrevistado inserido na área I da bacia do Rio Belém.....	153
Figura 20 – Percentual referente ao tempo de residência dos entrevistados inseridos na área I da bacia do Rio Belém	154
Figura 21 – Respostas (quantidade e percentual) referente o investimento público que o entrevistado acredita ser fundamental para melhorar a qualidade de vida da comunidade	155
Figura 22 – Graus de resposta conforme a estada do entrevistado numa das áreas do Rio Belém tratadas no formulário	156
Figura 23 – Percentual de respostas referente a percepção sobre a responsabilidade de cuidado com o Rio	158
Figura 24 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto ao elitismo dos atores atuantes nos assuntos do Rio Belém.....	161
Figura 25 – Respostas (quantidade e porcentagem) sobre a percepção do entrevistado quanto a sua capacidade de influência na política local de Recursos Hídricos	161
Figura 26 – Percentual de respostas referentes ao grau de interesse dos entrevistados pelo Rio Belém	163
Figura 27 – Percentual de respostas relacionadas à participação efetiva do entrevistado visando atender os assuntos do Rio Belém	164
Figura 28 – Respostas (quantidade e percentual) relacionadas ao perfil participativo do entrevistado	165
Figura 29 – Distribuição dos formulários (conforme a quantidade e porcentagem) em relação ao sexo dos entrevistados inseridos na área II da bacia do Rio Belém.....	166

Figura 30 – Distribuição dos formulários conforme a faixa etária dos entrevistados inseridos na área II da bacia do Rio Belém	167
Figura 31 – Distribuição dos formulários (quantidade e percentual) conforme o grau de instrução formal do entrevistado inserido na área II da bacia do Rio Belém.....	167
Figura 32 – Percentual referente ao tempo de residência dos entrevistados inseridos na área II da bacia do Rio Belém	168
Figura 33 – Respostas (quantidade e percentual) referente o investimento público que o entrevistado acredita ser fundamental para melhorar a qualidade de vida da comunidade	169
Figura 34 – Percentual de respostas conforme a estada do entrevistado numa das áreas do Rio Belém tratadas no formulário.....	170
Figura 35 – Percentual de respostas referente a percepção sobre a responsabilidade de cuidado com o Rio	171
Figura 36 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto ao elitismo dos atores atuantes nos assuntos do Rio Belém.....	174
Figura 37 – Respostas (quantidade e porcentagem) sobre a percepção do entrevistado quanto a sua capacidade de influência na política local de Recursos Hídricos	175
Figura 38 – Percentual de respostas referentes ao grau de interesse dos entrevistados pelo Rio Belém	176
Figura 39 – Percentual de respostas relacionadas à participação efetiva do entrevistado visando atender os assuntos do Rio Belém	177
Figura 40 – Respostas (quantidade e percentual) relacionadas ao perfil participativo do entrevistado	178
Figura 41 – Distribuição dos formulários (conforme a quantidade e porcentagem) em relação ao sexo dos entrevistados inseridos na área III da bacia do Rio Belém.....	179
Figura 42 – Distribuição dos formulários conforme a faixa etária dos entrevistados inseridos na área III da bacia do Rio Belém	180
Figura 43 – Distribuição dos formulários (quantidade e percentual) conforme o grau de instrução formal do entrevistado inserido na área III da bacia do Rio Belém.....	180
Figura 44 – Percentual referente ao tempo de residência dos entrevistados inseridos na área III da bacia do Rio Belém	181

Figura 45 – Respostas (quantidade e percentual) referente o investimento público que o entrevistado acredita ser fundamental para melhorar a qualidade de vida da comunidade	182
Figura 46 – Percentuais de respostas conforme a estada do entrevistado numa das áreas do Rio Belém tratadas no formulário.....	183
Figura 47 – Percentual de respostas referente a percepção sobre a responsabilidade de cuidado com o Rio	185
Figura 48 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto ao elitismo dos atores atuantes nos assuntos do Rio Belém.....	187
Figura 49 – Respostas (quantidade e porcentagem) sobre a percepção do entrevistado quanto a sua capacidade de influência na política local de Recursos Hídricos	188
Figura 50 – Percentual de respostas referentes ao grau de interesse dos entrevistados pelo Rio Belém	189
Figura 51 – Percentual de respostas relacionadas à participação efetiva do entrevistado visando atender os assuntos do Rio Belém	190
Figura 52 – Respostas (quantidade e percentual) relacionadas ao perfil participativo do entrevistado	191
Figura 53 – Distribuição dos formulários (conforme a quantidade e porcentagem) em relação ao sexo dos entrevistados inseridos na área IV da bacia do Rio Belém	192
Figura 54 – Distribuição dos formulários conforme a faixa etária dos entrevistados inseridos na área IV da bacia do Rio Belém.....	193
Figura 55 – Distribuição dos formulários (quantidade e percentual) conforme o grau de instrução formal do entrevistado inserido na área IV da bacia do Rio Belém.....	193
Figura 56 – Percentual referente ao tempo de residência dos entrevistados inseridos na área IV da bacia do Rio Belém.....	194
Figura 57 – Respostas (quantidade e percentual) referente o investimento público que o entrevistado acredita ser fundamental para melhorar a qualidade de vida da comunidade	195
Figura 58 – Percentual de resposta conforme a estada do entrevistado numa das áreas do Rio Belém tratadas no formulário.....	196
Figura 59 – Percentual de respostas referente a percepção sobre a responsabilidade de cuidado com o Rio	197

Figura 60 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto ao elitismo dos atores atuantes nos assuntos do Rio Belém.....	200
Figura 61 – Respostas (quantidade e porcentagem) sobre a percepção do entrevistado quanto a sua capacidade de influência na política local de Recursos Hídricos	200
Figura 62 – Percentual de respostas referentes ao grau de interesse dos entrevistados pelo Rio Belém	202
Figura 63 – Percentual de respostas relacionadas à participação efetiva do entrevistado visando atender os assuntos do Rio Belém	203
Figura 64 – Respostas (quantidade e percentual) relacionadas ao perfil participativo do entrevistado	204

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de degradação ambiental conforme a atividade humana.....	25
Tabela 2 - População residente e taxas de crescimento Brasil, 1940-1990	54
Tabela 3 - População em localidades com mais de 20.000 habitantes e número de localidades, Brasil 1940 a 1980.....	55
Tabela 4 - Processos hidrológicos afetados	64
Tabela 5 – Distribuição da água no globo terrestre	65
Tabela 6 – Percentual global da água conforme a sua utilização.....	69
Tabela 7 - Características físicas da Bacia Hidrográfica Urbana do Rio Belém	112
Tabela 8 – Causas e efeitos da Urbanização sobre as cheias dos rios urbanos.....	113
Tabela 9 - Moradores da área identificada como BB-I conforme o bairro que residem.....	124
Tabela 10 - Moradores da área identificada como BB-II conforme o bairro que residem.....	124
Tabela 11 - Moradores da área identificada como BB- III conforme o bairro que residem.....	125
Tabela 12 - Moradores da área identificada como BB-IV conforme o bairro que residem.....	125
Tabela 13 – Percentual de população distribuída ao longo das áreas da Bacia do Rio Belém	126
Tabela 14 – Número de formulários aplicados nas área da Bacia do Rio Belém	127
Tabela 15 – Total geral do percentual de respostas referentes ao grau de confiança dos entrevistados nas instituições políticas do município	147
Tabela 16 – Graus de respostas referente à percepção da existência de Rio próximo da residência do entrevistado	155

Tabela 17 – Percentual de respostas conforme a consciência do entrevistado sobre a inserção da sua residência na área da bacia do Rio Belém	155
Tabela 18 – Graus de resposta conforme a observação do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém.....	156
Tabela 19 – Graus de resposta referente a percepção do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém.....	156
Tabela 20 – Percentual de respostas quanto a percepção da utilidade do Rio Belém para o entrevistado	157
Tabela 21 – Graus de resposta referente a utilidade do Rio Belém para o entrevistado	157
Tabela 22 – Percentual de respostas referente à percepção do entrevistado quanto a escassez da água	157
Tabela 23 – Percentual de respostas referente o conhecimento do entrevistado sobre alguma iniciativa junto ao Rio	160
Tabela 24 – Percentual de respostas referente ao conhecimento do entrevistado sobre a existência do PDDI, ou da Conferência da Cidade de Curitiba	160
Tabela 25 – Percentual de respostas referente a participação do entrevistado no PDDI ou na Conferência da Cidade de Curitiba.....	160
Tabela 26 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto o perfil dos possíveis atores atuantes nos assuntos relativos ao Rio Belém	160
Tabela 27 – Percentual de respostas referentes ao grau de confiança dos entrevistados nas instituições políticas do município	162
Tabela 28 – Percentual de respostas sobre iniciativas de envolvimento comunitário destinadas a tratar dos problemas do Rio Belém.....	163
Tabela 29 – Graus de respostas referente à percepção da existência de Rio próximo da residência do entrevistado	169
Tabela 30 – Percentual de respostas conforme a consciência do entrevistado sobre a inserção da sua residência na área da bacia do Rio Belém	169
Tabela 31 – Percentuais de resposta conforme a observação do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém.....	170

Tabela 32 – Percentuais de resposta referente a percepção do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém.....	170
Tabela 33 – Percentual de respostas quanto a percepção da utilidade do Rio Belém para o entrevistado	171
Tabela 34 – Percentuais de resposta referente a utilidade do Rio Belém para o entrevistado	171
Tabela 35 – Percentual de respostas referente à percepção do entrevistado quanto a escassez da água	171
Tabela 36 – Percentual de respostas referente o conhecimento do entrevistado sobre alguma iniciativa junto ao Rio	173
Tabela 37 – Percentual de respostas referente ao conhecimento do entrevistado sobre a existência do PDDI, ou da Conferência da Cidade de Curitiba	173
Tabela 38 – Percentual de respostas referente a participação do entrevistado no PDDI ou na Conferência da Cidade de Curitiba.....	173
Tabela 39 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto o perfil dos possíveis atores atuantes nos assuntos relativos ao Rio Belém	174
Tabela 40 – Percentual de respostas referentes ao grau de confiança dos entrevistados nas instituições políticas do município	175
Tabela 41 – Percentual de respostas sobre iniciativas de envolvimento comunitário destinadas a tratar dos problemas do Rio Belém.....	177
Tabela 42 – Percentuais de respostas referente à percepção da existência de Rio próximo da residência do entrevistado	182
Tabela 43 – Percentual de respostas conforme a consciência do entrevistado sobre a inserção da sua residência na área da bacia do Rio Belém	182
Tabela 44 – Percenruais de resposta conforme a observação do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém.....	183
Tabela 45 – Percentuais de resposta referente a percepção do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém.....	183
Tabela 46 – Percentual de respostas quanto a percepção da utilidade do Rio Belém para o entrevistado	184
Tabela 47 – Percentual de resposta referente a utilidade do Rio Belém para o entrevistado	184

Tabela 48 – Percentual de respostas referente à percepção do entrevistado quanto a escassez da água	184
Tabela 49 – Percentual de respostas referente o conhecimento do entrevistado sobre alguma iniciativa junto ao Rio.....	186
Tabela 50 – Percentual de respostas referente ao conhecimento do entrevistado sobre a existência do PDDI, ou da Conferência da Cidade de Curitiba	186
Tabela 51 – Percentual de respostas referente a participação do entrevistado no PDDI ou na Conferência da Cidade de Curitiba.....	187
Tabela 52 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto o perfil dos possíveis atores atuantes nos assuntos relativos ao Rio Belém	187
Tabela 53 – Percentual de respostas referentes ao grau de confiança dos entrevistados nas instituições políticas do município.....	188
Tabela 54 – Percentual de respostas sobre iniciativas de envolvimento comunitário destinadas a tratar dos problemas do Rio Belém.....	190
Tabela 55 – Percentual de respostas referente à percepção da existência de Rio próximo da residência do entrevistado	195
Tabela 56 – Percentual de respostas conforme a consciência do entrevistado sobre a inserção da sua residência na área da bacia do Rio Belém.....	195
Tabela 57 – Percentual de resposta conforme a observação do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém.....	195
Tabela 58 – Percentual de resposta referente a percepção do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém.....	196
Tabela 59 – Percentual de respostas quanto a percepção da utilidade do Rio Belém para o entrevistado	196
Tabela 60 – Percentual de resposta referente a utilidade do Rio Belém para o entrevistado	197
Tabela 61 – Percentual de respostas referente à percepção do entrevistado quanto a escassez da água	197
Tabela 62 – Percentual de respostas referente o conhecimento do entrevistado sobre alguma iniciativa junto ao Rio.....	199

Tabela 63 – Percentual de respostas referente ao conhecimento do entrevistado sobre a existência do PDDI, ou da Conferência da Cidade de Curitiba.....	199
Tabela 64 – Percentual de respostas referente a participação do entrevistado no PDDI ou na Conferência da Cidade de Curitiba.....	199
Tabela 65 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto o perfil dos possíveis atores atuantes nos assuntos relativos ao Rio Belém.....	199
Tabela 66 – Percentual de respostas referentes ao grau de confiança dos entrevistados nas instituições políticas do município.....	201
Tabela 67 – Percentual de respostas sobre iniciativas de envolvimento comunitário destinadas a tratar dos problemas do Rio Belém.....	203
Tabela 68 – Comitês instituídos no Paraná e número de membros conforme a instituição que representam.....	256

LISTA DE ABREVIATURAS

ANA – Agência Nacional das Águas;

BB – Bacia do Rio Belém (Curitiba – PR);

BR – Brasil;

COMEC – Conselho Metropolitano de Curitiba;

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente;

CPDS – Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira;

IAP – Instituto Ambiental do Paraná;

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba;

LOM – Lei Orgânica Municipal;

MMA – Ministério do Meio Ambiente;

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (Lei Municipal n. 11.266, de 16 de dezembro de 2004);

PMC – Prefeitura Municipal de Curitiba;

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos;

PR – Paraná;

PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba;

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná;

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente;

SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental;

ONG – Organização não-Governamental.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	24
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	24
1.2 JUSTIFICATIVA.....	31
1.3 TEMÁTICA	33
1.4 HIPÓTESE	33
1.5 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	34
2 ASPECTOS DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL SOB A ÓTICA DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	35
2.1 CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	35
2.2 MARCO LEGAL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL.....	41
2.2.1 A Constituição Federal de 1988 e o seu conteúdo democrático- participativo	41
2.2.2 Agenda 21 e seus desdobramentos	44
2.2.3 O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor participativo	50
2.2.4 A política nacional dos recursos hídricos e o papel dos usuários ...	63
2.3 LIMITAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL.....	71
2.3.1 A elite nacional como detentora histórica do poder	71
2.3.2 O plano diretor e a realidade urbana	76
2.3.3 A política nacional de recursos hídricos e os grandes usuários	79
2.4 O NOVO MODELO INSTITUCIONAL E O RESPEITO À CIDADANIA COLETIVA.....	81
2.5 CIDADÃOS OU USUÁRIOS?	87
2.6 INTERAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL	93
2.7 INTERESSE NA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL.....	93

3 ASPECTOS DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BELÉM, CURITIBA/PR	98
3.1 CURITIBA: UMA CIDADE HISTORICAMENTE CONSERVADORA	98
3.2 MARCO LEGAL MUNICIPAL DA GESTÃO PARTICIPATIVA.....	104
3.3 BELÉM: UM RIO TÍPICAMENTE CURITIBANO.....	108
3.4 AÇÕES DE MELHORIA DE QUALIDADE DAS ÁGUAS DO RIO BELÉM.....	114
3.5 CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE A UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIO QUANTO AOS RECURSOS HÍDRICOS	115
4 MATERIAIS E MÉTODOS	118
4.1 MÉTODOS	118
4.2 MATERIAIS	121
4.2.1 Formulário	121
4.2.2 Entrevistas	136
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	138
5.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	139
5.2 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO NA SUB-BACIA I... 152	
5.2.1 Subgrupo “Perfil dos entrevistados”	152
5.2.2 Subgrupo “Percepção dos Recursos Hídricos”	154
5.2.3 Subgrupo “Conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”	159
5.2.4 Subgrupo “Disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”	163
5.3 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO NA SUB-BACIA II.. 166	
5.3.1 Subgrupo “Perfil dos entrevistado”	166
5.3.2 Subgrupo “Percepção dos Recursos Hídricos”	168
5.3.3 Subgrupo “Conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”	173
5.3.4 Subgrupo “Disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”	176
5.4 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO NA SUB-BACIA III	179
5.4.1 Subgrupo “Perfil dos entrevistado”	179
5.4.2 Subgrupo “Percepção dos Recursos Hídricos”	181

5.4.3 Subgrupo “Conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”	186
5.4.4 Subgrupo “Disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”	189
5.5 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO NA SUB-BACIA IV	192
5.5.1 Subgrupo “Perfil dos entrevistado”	192
5.5.2 Subgrupo “Percepção dos Recursos Hídricos”	194
5.5.3 Subgrupo “Conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”	198
5.5.4 Subgrupo “Disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”	202
5.6 ENTREVISTAS	205
5.6.1 Discussão das Entrevistas	206
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS	223
APÊNDICE I – FORMULÁRIO APLICADO JUNTO AOS MORADORES DA BACIA DO RIO BELÉM: CURITIBA/PR	234
APÊNDICE II - ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA/PR	237
APÊNDICE III - ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CURITIBA/PR (SMMA)	242
APÊNDICE IV – ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL COM ATUAÇÃO NA BACIA DO RIO BELÉM: CURITIBA/PR	248
APÊNDICE V – ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR ENVOLVIDA COM A BACIA DO RIO BELÉM: CURITIBA/PR	250
APÊNDICE VI – ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA)	252
APÊNDICE VII – ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL DO PARANÁ (SUDERHSA)	256

APÊNDICE VIII – ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR).....	259
ANEXO I – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL / 1988 (Excertos).....	261
ANEXO II – LEI FEDERAL n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – ESTATUTO DA CIDADE (Excertos).....	264
ANEXO III – LEI FEDERAL n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997 – LEI DOS RECURSOS HÍDRICOS (Excertos).....	265
ANEXO IV – LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (LOM) de CURITIBA/PR, de 05 de abril de 1990 (Excertos).....	266
ANEXO V – LEI MUNICIPAL n. 11.266, de 16 de dezembro de 2004 – PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PDDI) DA CIDADE DE CURITIBA/PR (Excertos).....	268

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema

Nas últimas décadas a humanidade sofreu profundas mudanças no interior das sociedades por causa do avanço da tecnologia, expansão demográfica, globalização das relações capitalistas e seus reflexos nas políticas locais. Diante deste turbilhão de novos paradigmas, que se renovam num ritmo alucinante, como as nações e suas populações inseridas em limitada base territorial poderão iniciar uma caminhada segura neste início do Século XXI?

Conforme o preâmbulo da Agenda 21 (CNUMAD, 2001, p. 6), neste início do século a humanidade vive um período de importantes decisões sobre o seu modelo de desenvolvimento, que envolvem questões ligadas à sua própria sobrevivência, pois ao longo do século XX a população expandiu-se intensamente sobre o globo terrestre consumindo grandes quantidades dos recursos naturais disponíveis. A civilização urbano-industrial, modelo adotado pela maioria dos países no pós II Guerra Mundial, foi fundamentada no princípio da transformação da matéria-prima, obtida no meio natural, em produtos de consumo para comunidades agrupadas em grandes centros urbanos (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 79).

O desenvolvimento de novas tecnologias e a disseminação do seu acesso a um contingente cada vez maior da população global contribuiu não apenas com o aumento do consumo dos recursos, mas também com a produção de resíduos que são lançados no ambiente natural. Com o advento de novos paradigmas tecnológicos, em especial nas décadas de 1970 e 1980, as pequenas e médias empresas ganham papel de destaque no setor produtivo uma vez que inovações primárias, tais como o laser, as fibras óticas, a engenharia genética, a microeletrônica e a telemática entre outros, dão o suporte necessário para que corporações empresariais expandam suas fronteiras, competindo dentro do mercado econômico atualmente globalizado (AMATO NETO, 2000, p. 28-29).

A indústria intensifica o seu papel neste processo produzindo em grande escala os bens de consumo sobre os quais está estruturado o “modo de vida” de cada sociedade. Os países desenvolveram-se dentro do respectivo perfil cultural

dominante. Entretanto, independente do seu grau de desenvolvimento cultural, econômico ou social, as sociedades almejam o aumento do consumo de matérias-primas extraídas da natureza, descartando como resultado, quantidades proporcionais de resíduos no meio natural. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a ação humana degrada o meio ambiente na seguinte proporção:

Tabela 1 – Percentual de degradação ambiental conforme a atividade humana:

Tipo da ação	%
Pecuária	35
Derrubada de florestas	30
Agricultura	27
Industria / Mineração	1

Fonte: Scliar (2004, p. 10)

Uma vez que, do ponto de vista ecossistêmico, o homem não é um produtor primário, ele depende diretamente dos recursos disponíveis neste sistema (ar, água, solo, flora e fauna). As modificações impressas voluntariamente na paisagem pelas atividades antropogênicas estão associadas ao extrativismo, à agricultura, à pecuária, à urbanização, à industrialização e ao setor de serviços, além das transformações causadas pela poluição em todas as suas formas. Apesar do reconhecimento da degradação dos recursos naturais como um todo, um destes bens em especial tem despertado a atenção dos representantes dos governos, gerando discussões que permeiam a sociedade como um todo: a água (CNUMAD, 2001, p. 158).

A água sempre esteve relacionada com o homem. Tal recurso ocupa importante papel no desenvolvimento humano, pois é usado tanto nas atividades produtivas do campo quanto nas cidades. Serve como importante via de transporte sendo que o seu principal uso está associado diretamente com a saúde e a existência humana (BRANCO, 1993, p. 16). Desde as primeiras civilizações, os movimentos migratórios obedeceram a um padrão associado com os recursos hídricos disponíveis em dada região, o qual oscilava conforme a disponibilidade. Os povos sempre se alocaram em regiões onde havia um mínimo de equilíbrio,

repudiando os extremos. Deste modo, pode-se entender o baixo interesse humano em colonizar regiões desérticas. Cidades foram criadas próximas de rios ou lagos, haja visto que “[...] as civilizações do antigo Egito e da China, assim como da Índia e da Mesopotâmia, chamam-se ‘civilizações hidráulicas’, e sua ascensão e subsequente queda estão intimamente relacionadas ao uso e abuso da água” (DREW, 1994, p. 87). Também há a importância estratégica dos acessos marítimos que consolidaram o desenvolvimento de importantes portos, dado o fluxo do comércio naval, como o de Veneza, Cidade do Porto, Londres e Amsterdã.

A preocupação mundial em relação aos recursos hídricos origina-se no fato dos corpos d’água estarem recebendo grandes cargas de poluição, seja doméstica ou industrial, e assim, diminuindo a sua disponibilidade para fins de uso antrópico. Diante deste cenário, a comunidade internacional procurou articular-se no sentido de encontrar uma resposta à crise. Já em 1972, na cidade de Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento concluiu que era o momento da busca de um novo modelo de desenvolvimento o qual não comprometesse a existência da vida no planeta. O resultado deste evento consolidou-se em 1987 num relatório que formulou o conceito de desenvolvimento sustentável, principalmente no tocante à proteção das gerações futuras. Tal documento foi intitulado de Nosso Futuro Comum (NOVAES, 2003, p. 6).

Este referencial serviu de subsídio para outros encontros sobre o mesmo tema até que, em 1992, as Nações Unidas organizaram a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade brasileira do Rio de Janeiro. O evento ficou conhecido como RIO-92 e reuniu 179 chefes de estado e de governo os quais aprovaram o texto da Agenda 21 Global, juntamente com o da Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica. O texto da Agenda 21 revelou-se num importante referencial na busca pela sustentabilidade uma vez que trata de grandes questões, as quais vão dos padrões de consumo, passando pelo uso da terra, saneamento básico, poluição urbana, transporte e dinâmica demográfica, até apresentar capítulos sobre mecanismos de financiamento de tal projeto desenvolvimentista (NOVAES, 2003, p. 7). O documento ainda trata da importância da participação das comunidades locais nos processos de desenvolvimento sustentável. Assim, o seu texto é enfático ao expressar que “[...] um dos pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável é

a ampla participação da opinião pública na tomada de decisões” (CNUMAD, 2001, p. 201).

Como existe a necessidade de envolvimento das comunidades na construção do desenvolvimento sustentável, foram criadas agendas locais inspiradas no texto da Agenda 21 Global. Na conferência conhecida como Rio+5, em 1997, estimou-se que 65 países já haviam consolidado suas agendas locais. Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo na África do Sul, em 2002, o número de agendas locais havia dobrado (NOVAES, 2003, p. 7). As discussões sobre a disponibilidade e qualidade dos recursos naturais ainda hoje estão na pauta da comunidade internacional, em especial no âmbito do sistema da Organização das Nações Unidas.

Paralelo às particularidades das ações desenvolvidas junto aos demais países, o Brasil encontra-se inserido neste cenário ao cumprir o seu papel de responsabilidade sobre os recursos naturais locais e globais. O País conseguiu consolidar a sua Agenda 21 Nacional e dispõe de uma Constituição Federal que trata da questão ambiental, seguindo critérios mínimos de sustentabilidade:

Artigo 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Também dispõe da Lei Federal N. 9.433, de 7 de Janeiro de 1997, que instituiu o Sistema Nacional de Recursos Hídricos privilegiando a sua gestão participativa (PNRH, 2006, p. 38), e do Estatuto da Cidade (CIDADES, 2004, 12) que dispõe sobre a elaboração do Plano Diretor Municipal com o objetivo de atingir cenários de organização urbana com requisitos mínimos de qualidade ambiental através da participação democrática da população.

Apesar destes avanços legais, o Brasil traz na sua história uma trajetória marcada pelo autoritarismo que manteve a população distante da tomada de decisões. É o caso da Primeira República¹ onde uma determinada elite valeu-se da

¹ De acordo com Nelson Piletti, a Primeira República é o período político brasileiro que vai da Proclamação da República, em 1889, até a Revolução de 1930. Neste período, o Brasil mudou sua forma de governo, mas pouco mudou para o povo: continuaria o poder nas mãos do latifúndio, do café e da corrupção, gerando insatisfação junto à população e em setores das forças armadas, como é o caso da revolta tenentista que antecedeu o golpe de 1930 (PILETTI, 1988).

estrutura burocrática para atender os seus interesses e, na medida do possível, criar uma estrutura política capaz de envolver, mesmo que superficialmente, a população das classes sociais inferiores. Neste contexto, o corpo estatal conseguiu transformar-se num organismo “conciliador” dos interesses externos com os da elite nacional, mantendo o restante da sociedade desarticulada e amórfica (FAORO, 1995, p.737). Como resultado, a população permaneceu excluída e distante das decisões de interesse do País, não conseguindo desenvolver uma consciência cívica. Sérgio Buarque de Holanda ainda identifica que “[...] as constituições são feitas para não serem cumpridas, as leis existem para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias” (HOLANDA, 1987, p. 136-137).

Um caso explícito desta assertiva pode ser observado na cidade brasileira de Curitiba que foi colonizada por imigrantes europeus (principalmente por italianos, alemães, poloneses e ucranianos), a partir de 1829, que não conseguiram desenvolver o interesse pela participação nas questões locais. Altiva Pilatti Balhana pode constatar esta proposição nos seguintes argumentos:

[...] os imigrantes procedentes, muitas vezes, de comunidades rurais de países marcados por regionalismos profundos e que tentavam, ainda, completar sua união política e nacional, não traziam uma tradição de vida política nacional e inseridos em um meio cuja ação política lhes será estranha e até mesmo hostil, permaneceram por longo tempo marginalizados.

A esses fatores somava-se, ainda, o individualismo que caracteriza, em geral, o imigrante, preocupado imediatamente apenas em criar condições de bem-estar e segurança para si e sua família. Certas experiências desagradáveis com os métodos locais de ação política, dificultaram também a aproximação dos imigrantes (BALHANA, 2002, p. 259-260).

A influência local e a predisposição à ausência de valores de cidadania dos imigrantes colaboraram para a manutenção do poder estatal e econômico nas mãos dos mesmos grupos hegemônicos. O cidadão curitibano comum, não relacionado com as estruturas político-partidárias ou pertencentes a uma classe social inferior a da elite local, não vislumbra qualquer canal de participação na atualidade. Sequer consegue desenvolver uma cultura político-participativa² (FUKS; PERISSINOTTO; RIBEIRO, 2003, p. 143).

² N. A. Política aqui está tratada no sentido amplo de cidadania, e não especificamente nos parâmetros da política partidária.

Tal constatação evidencia o conflito existente com o texto da Agenda 21, do qual o Brasil comprometeu-se a efetivar seu território, onde está expresso que “[...] um dos pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável é a ampla participação da opinião pública na tomada de decisões” (CNUMAD, 2001, p. 201). A participação popular é reconhecida como elemento de grande importância na construção de uma sociedade mais equilibrada com os recursos naturais, em especial as ações desenvolvidas nas cidades que se configuram em espaços concretos destas interações (SANTOS, 1997, p. 39).

Contudo, não basta tratar de modo abstrato a questão da participação como elemento de desenvolvimento sustentável, correndo o risco do discurso não evoluir para a realidade prática. É necessário lançar o olhar sobre um caso concreto e estudá-lo levando-se em consideração se há legitimidade, institucional e política, para esta suposta participação e se há interesse dos indivíduos afetados com determinado problema surgido no interior do meio urbano.

O presente estudo procurou estudar a disposição participativa dos moradores inseridos numa bacia hidrográfica que tem toda a sua extensão numa cidade com mais de 1.500.000 habitantes, e com relevante poluição que afeta diretamente a qualidade de vida de toda a comunidade urbana.

O ponto de partida para o estudo foi tratar da participação popular dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, após identificar o conteúdo da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 e os institutos que permitem o acesso popular na tomada de decisões nos assuntos de interesse coletivo, uma vez que esta produção legal estrutura todo o perfil do poder público daquele País. Buscando maior extensão desta legitimidade participativa foi analisado o texto da Agenda 21 Global que, quando elaborado por representantes de mais de 170 nações, ficou pactuada a importância da participação da comunidade local como solução para um desenvolvimento harmônico com o meio ambiente. Uma produção recente no Brasil, a Lei Federal n. 10.257/1001, garantiu a criação de espaços para discutir as cidades brasileiras por parte daqueles setores historicamente afastados do poder local. Dentro desta análise da realidade urbana, a Lei Federal 9.433/97 garantiu a expansão dos diversos setores sobre a decisão do uso dos recursos hídricos. Entretanto, tais produções normativas foram, e ainda são, meros textos formais dependentes de uma aplicação efetiva na realidade brasileira. Assim, fez-se necessária uma breve análise histórica sobre o papel das elites em

relação ao poder público, e, especificamente no caso urbano, como elas impuseram seus interesses na construção das cidades. Quanto aos recursos hídricos, foi elaborado um estudo sobre as dificuldades do setor dos usuários, aparentemente desarticulado, em relação aos grandes setores detentores de prestígio econômico e político. Foi tratado como a cidadania coletiva está, na atualidade, relacionada com uma nova visão de modelo institucional preocupado com a eficiência dos seus atos. Daí a necessidade de se indagar qual a melhor abordagem dos indivíduos inseridos no meio urbano: como usuários de um produto, ou cidadãos dignos de direitos e deveres. Quanto aos interesses sobre os recursos hídricos brasileiro, couber estudar as interações para a efetiva participação do maior número de atores, mas não bastou estudar os canais e sim identificar se há interesse nesta participação. Para tanto, foi de grande importância realizar um estudo sobre um caso concreto: aqui foi escolhida a Bacia Hidrográfica do Rio Belém, na cidade de Curitiba-PR.

Um dos capítulos do trabalho se encarregou de identificar o perfil conservador da cidade de Curitiba, onde está toda a extensão da bacia estudada, uma vez que esta identidade local se reflete nas opções adotadas pelo gestor público local, e de toda a população, ao se determinar quais são as necessidades públicas a ser atendidas pelas políticas públicas. Também foi observado quais os institutos legais do município que permitem uma possível participação popular. Aliás, foi demonstrado que a bacia está completamente inserida no município estudado, e também foram identificadas as iniciativas do poder público local no sentido de melhorar a qualidade ambiental desta bacia. Este questionamento é relevante uma vez que foi também observado como há o conflito de interesses entre os três níveis do poder público brasileiro.

Além de se recorrer a documentos oficiais, legislação, e produção científica capaz de dar suporte à investigação aqui proposta, foi necessário fazer uso de dois instrumentos de exploração: formulários e entrevistas. No primeiro caso se procurou levantar dados de caráter quantitativo, sendo assim, foram aplicados 400 formulários junto aos moradores inseridos na bacia aqui estudada de modo homogêneo para que não houvesse eventuais desvios nos padrões de resposta. No caso das entrevistas, recorreu-se a membros do poder público, academia, e terceiro setor, uma vez que foi necessário o levantamento de dados de ordem qualitativa para identificar o perfil de relação destes organismos com a bacia e os problemas ali identificados.

Cruzadas todas as informações colhidas na pesquisa empírica junto com o referencial teórico pesquisado, restou demonstrado que o texto legal vigente, de caráter democrático-participativo, e a estrutura poder público implantado não são suficientes para criar arenas de discussão e, assim, despertar o interesse do cidadão comum na delimitação das soluções para a bacia hidrográfica aqui estudada.

1.2 Justificativa

O interesse em abordar o tema da participação popular no meio urbano e alguns dos seus aspectos surgiu com o objetivo de investigar uma das condições prévias desta participação. O aspecto mais importante a ser tratado no presente estudo é o interesse do cidadão em agir objetivamente no processo de formulação e implementação das ações do poder público.

Há uma produção normativa no Brasil que permite um relativo acesso da população no desenvolvimento de políticas públicas, pois como ensina TEMER (2000) a Constituição Federal Brasileira de 1988 deu grande ênfase ao controle social do poder público, concedendo ao povo brasileiro a faculdade de fiscalizar os atos dos seus governantes e da burocracia estatal. Contudo, apesar dos canais jurídicos a população ainda não está totalmente consciente e articulada com tais faculdades, não colaborando com o poder público local na solução de demandas sociais surgidas no meio urbano.

Objetivando focalizar uma destas demandas, o presente estudo propõe identificar o interesse participativo do cidadão em relação aos problemas observados numa bacia hidrográfica urbana. Para o presente estudo a área abrangida é a da bacia hidrográfica do Rio Belém em Curitiba – PR.

É de grande importância desenvolver estudos da realidade local urbana para que as informações levantadas sirvam objetivamente para a mudança de comportamento dos gestores do poder público local. Neste sentido:

“[...] em vez de seguirem as fórmulas alienantes ditadas pelos centros científicos externos, os especialistas em pesquisa deverão adotar uma escala diferente de valores, que dê mais importância, em particular, à solução de problemas locais, à simplicidade das técnicas propostas e à sua melhor avaliação do ângulo ecológico e cultural do que exclusivamente pela

eficiência das mesmas em termos de obtenção de performance máxima” (SACHS, 1986, p. 99).

Mesmo que o presente estudo não seja suficiente para dar uma resposta definitiva ao problema de poluição identificada na bacia estudada, haja vista as limitações metodológicas, o mesmo pode, e deve, servir de subsídio para a elaboração de políticas de inserção comunitária no processo decisório. Tratar da questão da participação na gestão de uma bacia hidrográfica é de grande relevância dada a preocupação surgida na comunidade internacional com a qualidade e disponibilidade dos recursos naturais, e a crença de que o envolvimento das comunidades locais pode minimizar o problema com a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável (CNUMAD, 2001, p. 122).

A história recente brasileira serve para explicar a relação do cidadão com a sua consciência cívica, sem a qual não é possível formar redes de participação e solidariedade (FREY, 2004, p. 183). O enfoque contextual trata do próprio meio urbano e a sua capacidade de influenciar os sujeitos e suas respectivas ações, tais como: as condicionantes econômicas, social, políticas, jurídicas, psicológicas, culturais, e históricas. Neste campo é possível, inclusive, identificar a cultura participativa que oscila da solidária-comunitária até o grau do clientelismo-individualismo, desenvolvido pelos atores envolvidos com o processo. A democracia brasileira ainda é muito mais tratada pelo plano formal que real (FAORO, 1995). O texto da lei não é suficiente para garantir o acesso do cidadão comum na elaboração das agendas de políticas públicas relacionadas com o meio urbano.

Deste modo, ao concluir-se o presente projeto restará um referencial que complementa os estudos já existentes sobre participação democrática no meio urbano contemporâneo. É um consenso entre as principais lideranças mundiais da necessidade de uma produção científica voltada a auxiliar no estímulo à participação como elemento do desenvolvimento sustentável de uma comunidade, pois:

[...] é necessário fortalecer as abordagens multidisciplinares existentes e desenvolver mais estudos interdisciplinares entre a comunidade científica e tecnológica e os responsáveis por decisões e, com a ajuda do público em geral, proporcionar liderança e conhecimentos técnico-científicos práticos ao conceito de desenvolvimento sustentável (CNUMAD, 2001, p. 218).

O desafio do presente trabalho é, na medida do possível, demonstrar qual a dimensão do interesse do cidadão que convive com um problema de ordem ambiental, que afeta diretamente a sua qualidade de vida. A metodologia proposta visa identificar elementos e padrões que sirvam na formação dos futuros gestores e, se possível, apresentar algumas soluções para a perda de segurança e governabilidade identificadas no interior das grandes cidades contemporâneas, como a aqui estudada.

1.3 Temática

A temática do presente trabalho é descrita como a identificação de oportunidades (canais), limitações, e interesse popular em participar da melhoria das condições dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Belém, em Curitiba – PR.

1.4 Hipótese

A hipótese do presente trabalho é de que o cidadão inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Belém, mesmo convivendo com um problema de poluição que afeta diretamente a sua qualidade de vida, não tem interesse suficiente para motivá-lo a tomar uma atitude que transforme a sua realidade uma vez que a dinâmica social na qual está inserido colabora à fragmentação dos interesses comunitários.

1.5 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

De acordo com as questões levantadas, cristaliza-se como objetivo geral do trabalho discutir o interesse dos cidadãos na participação da gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Belém em Curitiba – PR.

Já os objetivos específicos estão subdivididos em:

- a) levantar o contexto da participação popular no conceito de desenvolvimento sustentável;
- b) identificar os marcos legais de participação popular na gestão dos recursos hídricos no Brasil;
- c) apontar as limitações da participação popular na gestão dos recursos hídricos no Brasil;
- d) avaliar, no contexto da bacia do Rio Belém, a dimensão do interesse do cidadão em participar na gestão dos recursos hídricos.

2. ASPECTOS DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL SOB A ÓTICA DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

2.1. Contexto da participação popular no conceito de desenvolvimento Sustentável.

Sachs (2004, p. 30) lembra que o modelo de desenvolvimento econômico e social que persiste nesta virada de milênio foi concebido pelos idos da década de 1940, e mesmo passadas mais de cinco décadas o modelo se apresenta com diversas contradições. Uma delas, segundo o autor, é lidar com a heterogeneidade estrutural, tanto econômica quanto social, das economias ainda em desenvolvimento onde há verdadeiros arquipélagos de tecnologia e riqueza imersos num “oceano” de miséria e retrocesso, seja cultural ou econômico. Diante desta constatação, o mesmo autor ainda defende que o requisito central para o efetivo desenvolvimento é a promoção da inclusão justa daqueles indivíduos pobres que hoje conduzem suas vidas sem desfrutar daquele processo de desenvolvimento que é entendido “[...] como a apropriação efetiva da totalidade de direitos humanos” (SACHS, 2004, p. 38).

Segundo Baroni (1992, p. 14) o conceito de desenvolvimento sustentável é usado nos mais diversos sentidos de acordo com os interesses de uma vasta gama de indivíduos, setores e entidades, sem encontrar uma definição ou estratégia objetiva para atender seus reais elementos. De acordo com esta autora, as primeiras idéias sobre o conceito de desenvolvimento sustentável surgiram em 1980 com o documento “Estratégia de Conservação Mundial” apresentado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). O documento foi inicialmente criticado por Khosla e Sunkel. O primeiro entendia que o desenvolvimento sustentável estava restrito a estratégias voltadas à conservação dos recursos vivos, deixando de abordar questões controversas de interesse internacional, como a política, a economia, as guerras, o crescimento populacional e a urbanização. Já o segundo via o documento limitado à oferta dos recursos sem considerar as variabilidades das demandas, ou seja: “[...] se um estilo de desenvolvimento sustentável deve ser perseguido, então ambos os níveis e particularmente a

estrutura da demanda devem ser fundamentalmente mudadas” (SUNKEL *apud* BARONI, 1992, p. 15).

Apesar das críticas, o documento e o seu conceito de desenvolvimento sustentável foi difundido pelo PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente até que em 1986 na Conferência de Otawa, patrocinada pela UICN, PNUMA, e WWF (*Worldwide Fund for Nature*), estabeleceu-se que:

[...] o desenvolvimento sustentável busca responder a cinco requisitos: 1. integração da conservação e do desenvolvimento; 2. satisfação das necessidades básicas humanas; 3. alcance de equidade e justiça social; 4. provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural; 5. manutenção da integração ecológica (BARONI, 1992, p. 16).

A falta de objetividade do conceito de sustentabilidade não está relacionada com a atualidade dos temas envolvendo a crise ambiental, pois o binômio homem/natureza sempre foi marcado por uma relação conflituosa. A única diferença, como observa Clovis Ultramari (2003, p. 23), é que os temas desta relação saíram da esfera local e ganharam uma dimensão global, ou seja, os problemas ambientais já não são da alçada de uma comunidade ou de uma nação, mas de todos os povos inseridos no globo terrestre. Diante das demandas globais, desde o início das discussões sobre desenvolvimento sustentável o PNUMA reconhece a necessidade de proteger as comunidades carentes: “[...] porque eles (os muito pobres) não têm opção a não ser destruir o meio ambiente” (BARONI, 1992, p. 15).

Como também observa Baroni (1992, p. 16), algumas definições do conceito de desenvolvimento sustentável incorporam a palavra “sustentável” ao conceito do desenvolvimento econômico tradicional, que desde a sua adoção no pós II Guerra não foi suficiente para minimizar a pobreza e degradação ambiental. Esta autora alerta para algumas definições que propõem ao Terceiro Mundo uma solução para a sua estagnação econômica e desigualdade social adotando estratégias de desenvolvimento, amparadas na redução dos desperdícios com os recursos naturais. A ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos e de Tecnologias Avançadas, assumindo um postura calcada em bases do desenvolvimento econômico, entende que: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento industrial economicamente viável que preserva o meio ambiente e os recursos naturais renováveis” (MARANGONI; STAINSACK, 2003, p. 93), ou no dizer de Barbieri e Lage “[...] o processo de promoção da melhoria qualitativa das

condições de vida de uma sociedade” (BARBIERI; LAGE apud SANTOS; ICHIKAWA, 2003, p. 213).

A Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento criada em 1983 pela ONU - Organização das Nações Unidas, conhecida como Comissão Brundtland, difundiu desde 1987 a idéia de desenvolvimento econômico relacionado com o extrativismo dos recursos naturais pois, para esta, o desenvolvimento sustentável consiste num:

[...] processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (MARANGONI; STAINSACK, 2003, p. 93).

A Comissão Brundtland propõe como foco de uma possível estratégia a eliminação da pobreza e, num segundo momento, que a conservação e a elevação dos recursos possam garantir como permanente a erradicação da miséria, mas, segundo a crítica de Baroni (1992, p. 20), a abundância de recursos jamais foi garantia de eliminação da pobreza humana³. A fim de entender o que pode caracterizar a sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento basta responder a três perguntas (BARONI, 1992, p. 21):

- 1) o que tem que ser sustentado?
- 2) para quem?
- 3) por quanto tempo?

A forma de desenvolvimento tradicional que estava estruturada na crença de que a produção nacional em constante crescimento fosse a saída para resolver os problemas com desigualdades sociais mostrou-se ineficaz, pois esta visão cornucopiana⁴, segundo Barbieri e Lage (apud SANTOS; ICHIKAWA, 2003, p. 215),

³ Esta autora, recorrendo aos ensinamentos de Lélé e Rattner, entende que a questão do desenvolvimento sustentável não se limita unicamente numa base ecológica mas também interage com fatores sociais, pois hoje a maior preocupação não está na contradição existente entre desenvolvimento e fatores ambientais, mas em como o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado.

⁴ “alusão à figura mitológica que simboliza a fortuna e a abundância eternas” (SANTOS; ICHIKAWA, 2003, p. 215).

recorre à exploração contínua dos recursos naturais e do avanço tecnológico para diminuir os impactos pela exaustão de tais recursos.

O desenvolvimento sustentável não se limita apenas aos aspectos econômicos, como propõe Coral; Rossetto; e Selig (2006), mas estão interagindo com outros fatores também relevantes. No entender de Ignacy Sachs, ao descrever os fundamentos do chamado ecodesenvolvimento (apud CARVALHO, 2002, p. 127), estes fatores se desdobram em cinco dimensões de sustentabilidade, sejam elas:

- 1) a social, relacionada com a maior equidade na distribuição de renda entre os habitantes do planeta;
- 2) a econômica, relacionada com uma melhora na gestão dos recursos produtivos como garantia de fluxo nos investimentos, assim como manter os benefícios do crescimento econômico na região que o produz como forma de fortalecimento regional;
- 3) a ecológica, dimensão relacionada com as ações de uso racional dos recursos renováveis e não renováveis (equidade ambiental);
- 4) a espacial, associada à inter-relação entre as comunidades urbanas e rurais na busca de um equilíbrio entre os assentamentos humanos;
- 5) a cultural, dimensão associada ao respeito à pluralidade de culturas e suas influências na construção de modelos de convivência adaptados a cada ecossistema e região do planeta.

Sachs (2004, p. 16) ainda defende como um dos pilares do desenvolvimento sustentável o aspecto político, amparado na governança democrática. Neste sentido seguem Barbieri e Lage (apud SANTOS e ICHIKAWA, 2003, p. 218), que ao tratarem da chamada sustentabilidade política atentam para o fortalecimento institucional de base democrática destinado a atender as demandas dos diversos segmentos formadores da sociedade, garantindo a sua cidadania plena. Estes autores salientam que um projeto de desenvolvimento sustentável não é um programa de governo mas um pacto da sociedade como um todo, daí surge a necessidade de envolver todos os segmentos e garantir a sua participação efetiva, inclusive no processo decisório, pois o enfraquecimento do Estado é uma consequência da internacionalização da economia conforme os ditames do

mercado, fazendo com que os governos tratem das suas questões econômicas e sociais internas com gradativa perda de soberania.

Esta abordagem multisetorial do desenvolvimento sustentável foi reconhecida na CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, onde se pactuou que a qualidade de vida não depende exclusivamente de fatores econômicos, mas da interação deste com a qualidade ambiental, adequação institucional, educação, saúde, participação social e cidadania (MMA, 2004a, p. 7). Para Pedro Jacobi o desenvolvimento sustentável, principal objeto de discussão da CNUMAD, é a inter-relação entre “[...] a justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento” (JACOBI, 2003, p. 196).

Tratando ainda da chamada sustentabilidade política, Henrique Rattner defende que nas atuais sociedades cada vez mais complexas, onde estão em constante conflito diversos interesses, as propostas de políticas públicas que são formuladas ignorando os valores e comportamentos dos atores sociais que delas se beneficiarão tendem a não atingir os objetivos pelos quais são criadas, configurando-se em meras “manipulações técnico-administrativas” (RATTNER, 1999, p. 151). Este autor defende um sistema de governabilidade democrática sustentável capaz de criar relações de confiança recíproca entre poder público e cidadãos, em todos os níveis da sociedade. Como resultado, finaliza o autor, o governo não dependerá do uso indiscriminado da manipulação psicológica, através dos instrumentos ofertados pelo *marketing*, e da violência ofertada pelo seus órgãos de repressão. Para Ignacy Sachs (2004, p. 61) há a necessidade de se criar espaços onde seja possível o exercício da democracia para que as comunidades possam desenhar o próprio futuro sem a interferência de interesses alienígenas.

No entender de Peter Schübeler a participação de diversos atores na busca de soluções às demandas originadas no interior das comunidades não são sempre harmônicas, cabendo às autoridades do governo local promover a devida mediação e mobilização dos interesses conflitantes. O mesmo autor indica como possíveis colaboradores do governo local: os usuários da infra-estrutura urbana, as comunidades em geral, as organizações comunitárias de base, as organizações não-governamentais (ONG's), as empresas privadas, as autoridades políticas locais, e as agências técnicas de infra-estrutura. O envolvimento de diversos atores traz como benefício um senso geral de governança efetiva, mas a participação deve ser

empreendida ao longo de um processo predeterminado que comporte o planejamento e a implementação dos projetos, tendo como objetivo criar maiores vínculos de confiança entre os participantes uma vez que os atores fora do poder público atuam de modo voluntário (SCHÜBELER, 1996, p. 32-33). A participação deve ser observada já na fase de identificação das políticas e estratégias de ação, no planejamento a longo e médio prazo, na implementação, na operação e manutenção, e, finalmente, no monitoramento da evolução dos resultados do projeto desenvolvido (SCHÜBELER, 1996, p. 36-40).

Um exemplo de democracia participativa foi apresentado pelo coordenador do Programa Habitat da ONU Nicholas You (EHRlich, 2003) ao citar a cidade chinesa de Chengdu, que é cortada por dois rios extremamente poluídos por dejetos industriais. Segundo este, houve a mobilização da comunidade inserida nesta área num processo que durou cinco anos e teve como resultados o aumento de área verde por habitante (de 1,5 para 10 m²), de áreas de lazer, e da sensibilização ecológica de mais de 100 mil moradores da cidade. Para Nicholas You (op. cit.), são justamente os excluídos sociais, ao invés da elite e dos governantes, que irão colaborar na construção das cidades sustentáveis do futuro, pois no caso de Chengdu foram justamente as crianças de uma escola na beira de um dos rios poluídos que iniciaram o processo de transformação da consciência comunitária quando cobraram do prefeito da cidade uma atitude quanto à poluição.

Como salienta Carvalho (2002, p. 149) a sociedade é composta por uma densa gama de interesses num constante jogo pela sobrevivência, daí a necessidade de valorizar canais de expressão da vontade na esfera comunitária. Klaus Frey (2003, p. 182) identifica uma nova sociedade organizada em redes, inclusive, inserida no espaço virtual das novas tecnologias da informação, uma vez que a Internet rompeu com o paradigma das limitações territoriais, permitindo uma nova organização social capaz de fortalecer as redes cívicas locais, possibilitando a diminuição das desigualdades sociais dada a solidariedade alcançada (FREY, 2003, p. 177). Para este autor uma nova ordem social ainda em ascensão, principalmente nos países em desenvolvimento, pode impelir os governos a desenvolverem um novo desenho institucional que atenda um nível maior de aspirações, além daquelas da tradicional elite econômica. Apesar destas possibilidades apresentadas na atual sociedade, Carvalho enfatiza que a participação para a formação de uma sociedade sustentável apenas é alcançada quando os indivíduos são estimulados a tal

comportamento, pois “[...] a participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa” (BORDENAVE apud CARVALHO, 2002, p. 150).

2.2 Marco Legal da Participação Popular na Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil.

Para tratar da participação popular no cenário brasileiro faz-se necessário recorrer ao texto constitucional, uma vez que esta fonte jurídica delimita as possibilidades e as obstruções da conduta do cidadão comum na formulação das agendas de políticas públicas (SILVA, 1999, p. 20).

Como o presente trabalho visa observar a participação popular na gestão dos recursos hídricos, além da Constituição Federal de 1988 outras fontes normativas que servem de sustentáculo são: a Lei n. 10.257/2001, que versa sobre a política urbana, e a Lei n. 9.433/1997, que trata da política dos recursos hídricos e a sua gestão, assim como o texto das Agendas 21 Global, Brasileira, e Local.

2.2.1 A Constituição Federal de 1988 e o seu conteúdo democrático-participativo

Os Estados nacionais, ao gerir o poder político, evoluíram no sentido de desenvolver suas estruturas burocráticas reguladas por ordenamentos jurídicos complexos. Todas estas estruturas institucionais estão consolidadas nas suas respectivas constituições que legitimam sua soberania sobre seus cidadãos, sobre os próprios territórios, e contra as demais nações estrangeiras (BONAVIDES, 1994, p. 60). O texto constitucional é a fonte que institucionaliza um país. A ação do poder público não está autorizada a fugir deste ordenamento previamente consolidado pela iniciativa do legislador constituinte. Surge uma relação entre governantes e governados, e governantes com outros governos. Nenhuma destas partes, interessada em revestir-se de legitimidade, pode agir contrariamente àquilo previamente determinado no texto constitucional ou em convenções. É a relação

entre o poder público e o cidadão, e estado-nação com outro estado-nação que, no entender de Maria Helena Diniz, caracteriza uma relação jurídica: “[...] só haverá relação jurídica se o vínculo entre pessoas estiver normado, isto é, regulado por norma jurídica, que tem por escopo protegê-lo” (DINIZ, 1994 p. 459).

Os limites de atuação de um Estado, enquanto ente político, é os do seu respectivo território. Estes limites, caracterizados como fronteiras, são defendidos contra os interesses dos estados estrangeiros quando da iminência de uma invasão dos interesses nacionais. Esta capacidade de autodeterminação territorial caracteriza a sua soberania (TEMER, 2000, p. 59). O território, além da delimitação política, é a base física sobre a qual se travam as relações, inclusive jurídicas, cotidianas dos indivíduos ali inseridos. Este é um dos principais elementos que constituem o Estado-Nação, ou seja: “[...] o território estaria para o Estado assim como o corpo para a pessoa humana” (BONAVIDES, 1994, p. 88).

Uma vez delimitado este espaço físico, cabe determinar quem irá impor a sua vontade sobre a coletividade ali existente. O cidadão gozando de liberdade de transitar no território sobre o qual está vinculado não pode interferir na mesma faculdade, a liberdade, do seu semelhante. Logo, foi necessário determinar os limites e a legitimidade no uso do poder coercitivo quando empregado para regular as relações entre as pessoas. Um dos desafios global do futuro é aumentar a consciência social e solidária, além de zelar pela soberania com qualidade ambiental. Como salienta Antônio Carlos Robert Moraes: “[...] o uso racional dos recursos, o respeito pelo patrimônio natural nacional, políticas territoriais não dilapidadoras, tudo passa pelo controle que a sociedade exerce sobre o Estado [...]” (MORAES, 1997 p. 42).

O poder seja político, econômico, ou bélico, necessita ser legitimado por canais previamente consensuados pelo grupo. Segundo Bonavides o poder político nas sociedades organizadas evoluiu num Estado vinculado à uma estrutura burocrática e de um ordenamento jurídico complexo, onde o texto expresso da respectiva Constituição Federal contribui quando o ente público legitima-se e impõe a sua soberania sobre os cidadãos e os demais Estados estrangeiros (BONAVIDES, 1994, p. 60). No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 ampliou, se comparada com textos constitucionais anteriores, os institutos que autorizam a participação popular. Como ensina José Afonso da Silva, tais faculdades são frutos da visão democrática que inspiraram o legislador constituinte brasileiro,

em resposta aos anos de ditadura militar. O texto legal então consolidado foi intitulado de “Constituição Cidadã” por um dos seus idealizadores, o então deputado Ulysses Guimarães, uma vez que teve “[...] ampla participação popular em sua elaboração e especialmente porque se volta decididamente para a plena realização da cidadania [...]” (SILVA, 1999, p. 92). Esta carta constitucional regula toda a estrutura burocrática da Nação Brasileira, desde a esfera federal até a local, e o seu ordenamento manteve uma série de garantias do cidadão, nos seus Títulos I e II. Seguiu a doutrina de Montesquieu quanto à tripartição orgânica dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, no seu Título IV, mas como lembra Michel Temer, esta distinção é apenas funcional (TEMER, 2000, p. 118). O poder é uno e, conforme o texto constitucional no seu Artigo 1º, Parágrafo único, “[...] emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. A produção normativa de posição hierarquicamente inferior ao texto constitucional não poderá excluir a população do direcionamento das políticas públicas. É para o povo o sentido no qual deve seguir a Nação, sob pena de desvio das funções públicas (MEIRELLES, 1997).

A Constituição Federal de 1988 prevê duas formas de democracias: a representativa e a participativa (Artigo 1º, Parágrafo único). A primeira trata da democracia indireta criada pelos ideais iluministas da Revolução Francesa⁵ que viram no parlamento o modo pelo qual se representavam os interesses dos cidadãos. Este conceito está relacionado com a idéia de sufrágio (SILVA, 1999, p. 140) uma vez que o texto constitucional prevê o amplo acesso ao voto como elemento de cidadania capaz de formar o parlamento nacional, constituído basicamente pelos “representantes do povo”. Já a forma participativa, está garantida no referido Artigo 1º, Parágrafo único, onde está expresso que “[...] todo o poder emana do povo, que o exerce [...] diretamente, nos termos desta Constituição”. Este texto trata da democracia direta, ou seja, da ação do cidadão exercida além do mero ato de eleger um representante. Versa do princípio participativo, amparado em texto

⁵ De acordo com Nelson Piletti (PILETTI, 1988, p. 80) a Revolução Francesa é o nome dado ao conjunto de acontecimentos que entre 05 de Maio de 1789 e 09 de Novembro de 1799 alteraram o quadro político e social da França. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Independência Americana (1776). A Revolução é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais na França e proclamou os princípios universais de "*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*" (*Liberté, Egalité, Fraternité*), frase de autoria de Jean Nicolas Pache. Terminaram os privilégios da nobreza e do clero, que representavam juntos apenas 2% da população.

constitucional, que “[...] caracteriza-se pela participação direta e pessoal da cidadania na formação dos atos de governo” (SILVA, 1999, p. 145). A sociedade estando organizada pode exercer o seu direito de agir na esfera pública através de instrumentos como a Iniciativa Popular de Projeto de Lei (Artigo 61, §2º), o Plebiscito e o Referendo (Artigo 14), na Gestão da Seguridade Social (Artigo 194, Inciso VII), na Gestão Comunitária dos Serviços de Saúde (Artigo 198, Inciso III), e a Fiscalização Popular das Contas Públicas Municipais (Artigo 31, §3º).

Outras produções normativas, aqui estudadas, alargaram este campo de atuação direta do cidadão fazendo com que a administração pública sofresse uma fiscalização independente, tornando seus atos mais transparentes. Este é o principal elemento de estudo do presente trabalho que, neste momento, tratou de demonstrar que a participação é uma faculdade dos cidadãos brasileiros legitimada pela sua lei maior: a Constituição Federal de 1988.

2.2.2 A Agenda 21 e seus desdobramentos

A Agenda 21 Global, estruturada em 40 capítulos temáticos, é um instrumento de gestão voltado a educar as atuais e futuras gerações. Como expressa Zióle Zanotto Malhadas, trata-se de uma ferramenta destinada a “[...] preparar os jovens para exercerem as futuras profissões dentro de uma nova ética sócio-ambiental, convivendo e interagindo com respeito à harmonia entre o Homem e a Natureza” (CNUMAD, 2001, p. 2).

A preocupação com a proteção do meio ambiente e desenvolvimento econômico tem as suas raízes ideológicas na Revolução de maio de 1968 que, de acordo com Maria Lúcia de Arruda Aranha (ARANHA, 1996, p. 164-165), foi um movimento nascido na Universidade de Nanterre, em Paris, e estendeu-se até o *campus* universitário da Sorbonne e do *Quartier Latin*, ambos na capital francesa. As raízes do movimento estão no descontentamento da jovem comunidade universitária que não era absorvida pelo mercado de trabalho, e pela rigidez das instituições de ensino. No decorrer das manifestações há a reivindicação pela criação de canais de participação do homem comum nas questões envolvendo o Estado. Segundo

Reigota esta Revolução serviu para o surgimento do movimento ecologista global, que foi a articulação de um movimento abordando questões ambientais com indivíduos não vinculados à burocracia do poder público-estatal. Esta iniciativa foi a resposta à corrida armamentista gerada pela Guerra Fria⁶ e pelo temor do uso nocivo da energia nuclear (REIGOTA, 1999, p. 34).

No período histórico do pós II Guerra Mundial e na iminência de um conflito amparado na energia nuclear, as populações civis começaram a exigir maiores espaços de participação nas decisões dos seus governos, uma vez que estes demonstraram-se incapazes de gerir os verdadeiros interesses das nações ocidentais. Em resposta às agitações sociais e opinião pública mundial, em 1972 reuniram-se os países mais ricos do mundo no evento conhecido como Clube de Roma a fim de consolidar o relatório intitulado Limites do Crescimento. Este documento foi estruturado a partir de um levantamento feito pela equipe de professores do *MIT - Massachusetts Institute of Technology* (SCLIAR, 2004, p. 8). Nesta ocasião chegou-se ao consenso da necessidade de reduzir o crescimento econômico e populacional global, por meio, inclusive, do controle demográfico (JACOBI, 2003, p. 193). No mesmo ano a Suécia viria a sediar a XXIII Assembleia Geral das Nações Unidas que tratou de questões ambientais e desenvolvimento humano. Entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, a cidade de Estocolmo foi o palco da maior conferência das Nações Unidas até então realizada, na qual estiveram presentes representantes de 113 países e de 250 entidades internacionais para tratar de questões relacionadas com o meio ambiente global (MILARÉ apud SÃO PAULO, 1993). A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, de 1972, foi uma crítica ao modo de vida contemporânea e identificava a necessidade da busca pela sustentabilidade social, econômica, e ecológica (JACOBI, 2003, p. 193). Segundo Reigota o reflexo destes dois eventos leva a África e a América Latina a implantar programas de controle demográfico e a expansão das fronteiras colonizatórias. Como, na época da Conferência, houve um interesse brasileiro e de outros países em estimular o desenvolvimento econômico, em detrimento da

⁶ A guerra fria foi um período iniciado logo após a II Guerra Mundial quando os Estados Unidos da América - EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS travaram uma intensa batalha econômica, diplomática e tecnológica pela disputa de zonas de influência no cenário mundial, que se encontrava dividido em dois blocos: o capitalista (liderado pelos EUA) e socialista (liderado pela URSS). Há uma corrida armamentista que colocou a humanidade na expectativa de uma possível guerra nuclear. O marco final deste período foi a dissolução da URSS em 1991 (PILETTI, 1988).

conservação e preservação ambiental, no Brasil e na Índia são construídos parques industriais de caráter poluente e multinacional, pois a legislação europeia torna-se mais rigorosa aos dejetos produzidos pelo setor industrial (REIGOTA, 1999, p. 35).

O debate global sobre questões humanas e ambientais convergiu para o mais significativo encontro tratando deste tema: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992, como foi anteriormente tratado na introdução, da qual nasceu a Agenda 21 Global que viria a ser:

[...] um instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, de construção e implementação coletiva – com participação de todos os segmentos da sociedade, compartilhando responsabilidades na consolidação dos planos de ação governamental (MMA, 2004a, p. 07).

Interagindo com as iniciativas que originaram a Agenda 21 Global, a Organização das Nações Unidas realizou na cidade norte-americana de Nova York, em setembro de 2000, o evento conhecido como Cúpula do Milênio onde foi formado um pacto com lideranças de 189 países no sentido de mitigar a fome e a pobreza mundial até 2015 (MMA, 2005). Neste evento firmou-se a Declaração do Milênio, inspirada nos debates realizados desde Estocolmo até o Rio de Janeiro, da qual foram estabelecidos oito objetivos que, basicamente, tratam da fome e da miséria, da saúde materna, da cooperação mundial, da qualidade ambiental, do ensino fundamental, das doenças infecto-contagiosas, e da igualdade entre os gêneros (MMA, 2005, p. 09). Não há como falar em distribuição de renda nos países ricos do hemisfério Norte sem pensar nas conseqüências às sociedades e meio ambiente do hemisfério Sul (REIGOTA, 1999, p. 44).

O Brasil, atendendo ao debate global sobre o modelo de desenvolvimento, procurou elaborar uma Agenda 21 própria. As discussões sobre o texto da Agenda 21 Brasileira iniciaram-se ainda em 1997 por iniciativa do então Ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause (NOVAES, 2003, p. 8). Em seguida foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), formada por representantes do governo federal e setores da sociedade, que decidiram elaborar seis diagnósticos, por meio de licitação pública, sobre aspectos dos eixos temáticos reconhecidos como de maior relevância para o processo em elaboração. Foi realizada uma consulta prévia nacional durante os anos de 1999 a 2001 (MMA,

2004b, p. 11) para servir de subsídio ao texto final da referida agenda, concluída em 2002. As seis principais áreas temáticas do documento elaborado foram (NOVAES, 2003, p. 08):

- 1) gestão de recursos naturais;
- 2) agricultura sustentável;
- 3) cidades sustentáveis;
- 4) redução das desigualdades sociais;
- 5) infra-estrutura e integração regional;
- 6) ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Antes da sistematização final do documento, a CPDS abriu um canal de discussão com os estados, divididos em fóruns realizados nas macrorregiões do País, onde foram formulados documentos de caráter regional. Por ocasião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+10 a Agenda 21 Brasileira foi apresentada para a comunidade internacional (MMA, 2004a, p. 8).

O conteúdo da Agenda 21 Brasileira versa sobre linhas temáticas específicas, mas para o presente trabalho é observado que o documento, assim como a Agenda 21 Global no seu capítulo 18, tem no seu objetivo de número 15 preservar a quantidade e melhora da água nas bacias hidrográficas. O Brasil detém 15% da água doce em forma líquida existente no mundo e a melhor forma de gerir todo este potencial hídrico é envolver a comunidade. Este é um dos temas envolvidos na Lei n. 9.433/97 que regulamenta os comitês de bacia hidrográfica (Agenda 21 Brasileira, 2004b, p. 70).

Uma estratégia destacada pela referida Agenda é aprimorar a educação ambiental das comunidades a fim de difundir uma consciência ética, conforme são criados canais de gestão compartilhada dos recursos hídricos. Justamente é identificada como prioridade a educação voltada para a cidadania, pois apenas esta iniciativa é capaz de desenvolver nas pessoas “[...] uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento, marcado pelo caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais” (JACOBI, 2003, p. 196). Enrique Leff identifica no momento atual a oportunidade para o homem, na busca da sustentabilidade, desenvolver a sua forma de pensar e entender o mundo a partir da heterogeneidade e diversidade, contrapondo-se à cultura hegemônica

homogeneizante que estava fundada num único modelo globalizante de desenvolvimento econômico. Com a crise ambiental o homem é convidado a reformular a visão de mundo com mais liberdade, entendendo a diversidade como algo próprio do ambiente natural que o cerca (LEFF, 2000), mas o mero convite à participação dos problemas do seu meio social apenas é justificado quando encontra canais para influir no destino da comunidade. A sociabilidade está fundamentada na pluralidade de atores e, antes de tudo, de uma educação voltada à participação (JACOBI, 2000, p. 27). Neste sentido, a cidade do Rio de Janeiro foi a sede do Congresso Ibero-Americano sobre Desenvolvimento Sustentável (Sustentável 2005) onde foi confirmado o lançamento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pela Organização das Nações Unidas (MUSSARA, 2005, p. 67).

Além de explicitar os problemas existentes no País e reconhecer a necessidade de educar a população sob o signo da co-responsabilidade ambiental o poder público é impelido a criar, inclusive, financiamento na elaboração das iniciativas tidas como sustentáveis (CNUMAD, 2001). O governo brasileiro incluiu no Plano Plurianual da União (PPA - período 2004-2007) previsão orçamentária para um programa nacional de implementação da Agenda 21 Brasileira, que dispõe de 5 linhas estratégicas e 21 ações prioritárias que, ainda, serão efetivamente implantadas pelas Agendas 21 Locais, espalhadas por todo o território brasileiro em fóruns locais de debate. Nas diversas municipalidades brasileiras a Agenda 21 surge como inovadora ferramenta de planejamento, combinando princípios e métodos de planejamento estratégico, participativo e ecológico-econômico (MMA, 2004a, p. 07).

Contudo, mesmo diante da euforia governamental quanto à implantação da Agenda 21 Brasileira, Jean-Pierre Leroy (2006) lembra que a “Agenda 21 Brasileira, Bases para discussão” (Agenda 21 Brasileira, 2004), produzida pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 nacional (CPDSA21) foi o resultado de uma discussão iniciada durante a Rio 92, quando os chefes de Estado se comprometeram a criar nos seus respectivos países “[...] Conselhos Nacionais de Desenvolvimento Sustentável com a participação da sociedade (LEROY, 2006). Na prática, alerta o autor, o Brasil até chegou a elaborar um texto da sua Agenda 21, a partir de trabalhos iniciados em 1997, mas na formulação final das diretrizes não houve uma efetiva consulta popular dado o pouco tempo destinado a tratar das questões setoriais. Outro entrave, segundo o mesmo autor, está quanto a execução

das diretrizes da Agenda 21 Brasileira uma vez que as iniciativas do governo federal estão aquém do esperado, pois a população de um modo geral não participa do processo de desenvolvimento sustentável assumindo o seu papel junto ao poder público que está mais interessado no desenvolvimento econômico pressionado por uma elite agrária, concentrada na chamada “Bancada Ruralista”, que visa expandir o *agrobusiness* sobre as fronteiras da Amazônia e do cerrado brasileiro. Contribuindo ao estudo aqui proposto, Leroy esclarece que o texto da Agenda 21 Brasileira foi muito superficial ao tratar da questão das águas que está genericamente inserida no capítulo “Gestão dos Recursos Naturais”. O autor entende que os recursos hídricos devem ser tratados num capítulo específico por tratarem-se de bens que atendem o interesse difuso e de utilidade multisetorial. Dado o grau de importância e complexidade os recursos hídricos não podem estar limitados à uma abordagem conservacionista, mas de uso sustentável (LEROY, 2006).

O economista brasileiro Celso Furtado identificou o modelo histórico de desenvolvimento econômico do Brasil como um “mau desenvolvimento”, na medida em que se amparou numa economia de subsistência e numa industrialização tardia voltada a atender o consumo interno, e que se limitou à substituição dos manufaturados antes importados, sem a perspectiva de avançar rumo a novos mercados. Tal modelo desenvolvimentista derivou “[...] seu dinamismo da reprodução indiscriminada de padrões de consumo de sociedades que já alcançaram níveis de produtividade e bem-estar muitas vezes superiores aos nossos” (FURTADO, 2002 p. 35). Como resultado deste processo há o endividamento externo e do setor público interno, e, na esfera social, a estagnação das classes sociais: sendo que uma pequena elite, na “[...] tentativa de reproduzir a cultura do capitalismo mais avançado” (FURTADO, 2002, p. 36), impediu que a grande parte da população conquistasse os mínimos meios de manutenção da própria dignidade.

Como solução aos impasses criados na economia e sociedade brasileira, Celso Furtado sugere uma maior participação popular no processo de “reconstrução” e na tomada do poder político por lideranças interessadas em resgatar valores da cultura local (FURTADO, 2002, p. 36). Neste mesmo sentido segue o geógrafo Milton Santos ao reconhecer que no interior de uma cidade há vários sistemas em constante interação: seja da zona mais central ocupada pelas classes mais abastadas, sejam das zonas periféricas ocupadas pela população mais pobre. Este

ambiente sistêmico compreende todas as relações ali desenvolvida, logo, ao pensar o meio urbano há de recorrer-se à uma nova solidariedade fundada nas limitações dos cidadãos mais pobres com a euforia competitiva das classes mais abastadas (SANTOS, 1997, p. 86), sem desprezar a realidade vivida por cada agrupamento inserido num todo social.

Justamente por trata-se de um país, como no caso brasileiro, de vasta diversidade cultural e economicamente resignado, não é mais necessário recorrer aos padrões importados do hemisfério Norte a fim de obterem-se as soluções dos problemas locais. No tocante ao desenvolvimento sustentável, o Brasil já dispõe de instrumentos capazes de amparar as comunidades no seu desenvolvimento regional, servido, inclusive, de referência internacional: é o caso da Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) que coordena mais de 500 entidades voltadas a estimular a geração de renda dos moradores inseridos na floresta amazônica sem causar grandes impactos no ambiente natural (MMA, 2004c, p. 5). Ademais, nestes tempos de pós II Guerra Mundial, o hemisfério Sul não necessita estar submisso culturalmente aos países com políticas expansionistas mais austeras, pois foram criados cenários para um diálogo entre nações desiguais (REIGOTA, 1999, p. 45). Como lembra Marcos Reigota, citando Oswald de Andrade: “[...] pela primeira vez o homem do sul do Equador vai falar, não para repetir chavões neocolonizadores, mas falar de sua importância e presença no mundo” (ANDRADE apud REIGOTA, 1999, p. 45).

2.2.3 O Estatuto das Cidades e o Plano Diretor Participativo

Na reunião do Clube de Roma as discussões sobre o perfil do desenvolvimento global estavam estruturadas em princípios neo-malthusiano que associavam a escassez dos recursos naturais com o crescimento populacional desordenado. Ao longo da sua evolução a humanidade foi vítima de grandes epidemias, pragas e guerras, eventos estes que serviram no controle do crescimento populacional. A partir do século XVIII surgem melhorias no sistema de plantio, por meio de rodízio de culturas, que contribuíram para o aumento da produção (MARTINS, 1997, p. 65). Com o aumento da oferta de alimentos ocorre uma

explosão demográfica nas cidades européias, incomodando os estudiosos da época. Em 1798 o inglês Thomas Robert Malthus, no seu ensaio sobre o princípio da população, teorizou sobre um futuro supostamente ameaçado pelo crescimento populacional:

Em síntese, Malthus afirmava que a população humana crescia tão rapidamente que a produção de alimentos não seria suficiente para tantas bocas, que se ligariam a estômagos cada vez mais vazios. Julgava que a crise estabelecida por uma população crescente *versus* alimentos decrescentes se resumia a uma simples questão matemática, que o homem não saberia resolver (MARTINS, 1997, p. 67).

Na transição do século XIX para o XX, em especial na Europa, as melhorias implantadas nas ferramentas e nos maquinários contribuíram para o progresso. Com a máquina a vapor houve a revolução do modo de vida nas cidades por causa do seu emprego no desenvolvimento industrial. Com tal maquinário se viabilizou uma malha férrea capacitada a escoar produções excedentes interligando regiões produtoras e consumidoras. Este incremento logístico contribuiu com o desenvolvimento do comércio e, conseqüentemente, do acúmulo de lucro jamais visto em fases anteriores. No meio rural as máquinas substituíram muitas mãos-de-obra que foram absorvidas pelas indústrias nas cidades (MARTINS, 1997, p. 68). Ocorre a expansão dos bairros operários nas grandes cidades, em especial na Inglaterra e Alemanha, estimulando o surgimento de grandes pressões sociais na classe operária de baixa renda. A relação social no meio urbano constituiu-se num constante jogo de interesses das classes ali inseridas, principalmente entre trabalhadores e patrões, que, na sua relação dialética, cristalizou os rumos da urbanização destes grandes centros humanos (SANTOS, 1997, p. 30). Aos poucos a vida em comunidade evoluiu da produção artesanal à industrial, e neste último estágio recorreu-se mais intensamente à obtenção de recursos, fazendo com que a fauna e flora fossem destruídas em prol dos interesses humanos, a existência neste universo criado substituiu a percepção do natural pelo artificialismo da noção de realidade. Sobre este cenário produzido pelo gênio humano configurado nos limites das cidades, Milton Santos ensina que “[...] despindo a roupa Natureza e vestindo a da Técnica, a Cidade, coisa inteiramente histórica, impõe-se a idéia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem, e torna possível tratá-lo (ao tempo) de forma empírica, contábil, concreta” (SANTOS, 1997, p. 82).

Paralela à revolução industrial-tecnológica, que consolidou o capitalismo, a medicina também avança permitindo a sobrevivência de pessoas que em períodos anteriores da história estariam condenadas. As inovações médicas desenvolvidas por Pasteur e Fleming conseguiram prolongar a vida de pessoas que colaboraram para a geração de outros indivíduos anos (MARTINS, 1997, p. 70). Assim, o crescimento passa a ser em progressão geométrica. Além do mero crescimento das novas gerações, a geração anterior prolongou a sua existência e, como consequência, a necessidade de alimentar-se e consumir outros produtos indispensáveis ao seu cotidiano. Se antigamente a média de vida das populações oscilava em torno de 40 anos, houve um salto para 50 anos, depois 60 e 65 anos, e hoje, em alguns países, pode-se atestar médias acima dos 80 anos (MARTINS, 1997, p. 71).

O modelo econômico implantado pelos países mais ricos, amparado no extrativismo e consumismo em larga escala, revela-se ameaçador às fontes de recursos capazes de sustentar a vida humana no planeta, ver item 2.2.2., uma vez que “[...] a regra da economia de mercado é deixar que as empresas internalizem os lucros e externalizem os custos” (SACHS, 1986, p. 14). O modelo de produção industrial rudimentar do início do século XX evoluiu até, na transição para o século XXI, atingir o apogeu com o modelo de desenvolvimento capitalista globalizado através da ascensão do Neoliberalismo⁷ que, amparado na tecnologia: aproximou os povos, reduziu as fronteiras, e colaborou com o acúmulo de riquezas econômicas de poucos grupos multinacionais (SANTOS, 1997, p. 21).

Diante do crescimento populacional e modelos culturais amparados no consumo, há uma necessidade de resgate do equilíbrio no desenvolvimento humano com os bens naturais disponíveis. As cidades, sob o viés do planejamento urbano, são vistas na atualidade como ecossistemas onde suas estruturas “[...] favorecem

⁷ N. A. - O neoliberalismo é uma nova aplicação, a partir dos anos 1970, do liberalismo clássico que há muito havia sido suplantado no mundo ocidental pelo intervencionismo econômico. Os neoliberais, como defensores de uma corrente de pensamento político, propõem a instituição de um sistema de governo em que o indivíduo tenha mais importância do que o Estado, sob a argumentação de que quanto menor a participação do Estado na economia, maior é o poder dos indivíduos e mais rapidamente a sociedade pode se desenvolver e progredir, para o bem dos cidadãos. Tal concepção se caracteriza pela: valorização da competição entre as pessoas, a permissão de todos para venderem o que produzem num mercado mais amplo possível, redução da intervenção estatal, liberdade de opção do indivíduo em poupar, ou não, para a aposentadoria futura, estímulo da economia por meio da criação de empresas privadas, apoiando também a redução da tributação sobre a renda, além da respectiva carga fiscal.

uma relação de equilíbrio entre suas partes, criando uma cadeia harmônica de alimentação” (MMA, 2003, p. 7). Logo, com a expansão constante da moderna civilização industrial, associada à degradação ambiental, a fome será uma realidade do cotidiano das futuras gerações uma vez que, previsões para 2045, a população humana terrestre chegue aos 11 bilhões de indivíduos (MARTINS, 1997). Diante destas constatações os países mais ricos insistem em responsabilizar os países em desenvolvimento pela degradação ambiental associando a pobreza do terceiro mundo⁸ com as altas taxas de natalidade e extrativismo desordenado. Uma possível resposta, sob este viés ideológico, à crise de recursos é recorrer ao “[...] controle populacional como principal caminho para a solução dos problemas econômicos, sociais e ambientais” (MARTINE, 1996, p.22).

Todavia, tal abordagem neo-malthusiana é, a princípio, equivocada dado o fato dos países do Hemisfério Norte, onde há um envelhecimento populacional pela baixa fecundidade, compreenderem os maiores níveis de consumo de energia *per capita* do globo terrestre. Não se tratam apenas de combustíveis fósseis mas ainda podem ser contabilizados os alimentos, medicamentos, vestuário, maquinário, água potável, e demais recursos que garantam um modo de vida calcado na produção e no consumo em larga escala (MARTINE, 1996, p.24).

Como lembra Martine é certo que países como a Índia e a China extrapolaram no crescimento demográfico, mas em outros casos houve o controle populacional e a degradação adveio justamente pela concentração da população no meio urbano, onde não foi ofertada a devida infra-estrutura. Como resultado deste processo de urbanização, alerta o mesmo autor, extensas áreas de terras são destinadas aos latifúndios baseados na monocultura, que efetivamente agridem o meio natural pelos produtos oriundos da Revolução Verde colaborando, inclusive, com a erosão e assoreamento dos rios (MARTINE, 1996, p.23). Se há mais de 100 anos a maioria da população vivia no meio rural, hoje mais da metade encontram-se na cidade com uma população global de 6,5 bilhões, onde 50 regiões urbanas extrapolam os 05 milhões de habitantes (MARTINS, 1997). Quanto à redução populacional, o Brasil,

⁸ Terceiro Mundo é uma designação genérica usada para designar nações de economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento. Aplica-se, geralmente às nações pobres da América Latina, da África e da Ásia. A origem do nome está na chamada "Velha Ordem Mundial", a divisão geopolítica de poderes e blocos de influência durante o período da Guerra Fria (1945-1989). O "Primeiro Mundo" seria o dos países capitalistas desenvolvidos, enquanto o "Segundo Mundo" seria o dos países socialistas industrializados. Restariam no "Terceiro Mundo" os países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não-alinhados.

que depois de um considerável aumento populacional nas décadas de 1950/60, veio decrescendo seus índices de fertilidade e natalidade, como pode ser observado a seguir:

Tabela 2 - População residente e taxas de crescimento Brasil, 1940-1990

Ano	População (final período)	Taxa de Crescimento
1940-50	51.941.767	2.35
1950-60	70.070.457	3.04
1960-70	93.139.037	2.89
1970-80	119.002.706	2.48
1980-90	143.300.000	1.89
90-2000	180.000.000	1.63

Fonte: IBGE (2000)

Ao longo da década de 1970, justamente quando no Brasil iniciou a fase de grande concentração urbana (MARTINE, 1996), o modelo do *Welfare State* sofreu abalos na sua estrutura dado a redução no crescimento industrial, tornando insustentáveis os planos de seguridade pública (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 79). A natalidade vai decrescendo na medida em que as comunidades são obrigadas a conviver num ambiente urbano cercado por pressões e incertezas, como as questões com moradia precária, violência, desemprego, etc (RATTNER, 2005). Para o geógrafo Francisco de Assis Mendonça no meio urbano a degradação ambiental é elevada por causa da concentração populacional sobre uma única base territorial, este fato nasce da regionalização e estruturação das atividades econômicas influenciadas por fatores nacionais e internacionais. O mesmo autor identificou a queda da qualidade de vida da população aglomerada principalmente na periferia dos centros urbano-industriais: “[...] aqui, os rios, fundos de vales e bairros residenciais periféricos dividem o espaço com o lixo e a miséria (MENDONÇA, 1993, p. 10). Ao tratar do contexto brasileiro George Martine ensina que:

Apesar da multiplicação do número de cidades, o padrão predominante de redistribuição populacional foi constituído, pelo menos até 1980, pela concentração crescente da população total em grandes megalópoles; na década de 70, por exemplo, as dez maiores cidades tiveram um crescimento total equivalente a 42% do aumento populacional do país. O

município de São Paulo, sozinho, teve, durante a década de 70, um crescimento comparável ao da região Norte como um todo (MARTINE, 1996, p. 32).

O espaço urbano é uma delimitada parte da superfície do globo terrestre onde se desenvolve a vida biológica, fauna e flora, sobre uma plataforma de elementos minerais, tais como solos, rochas e água. Ainda, é um ambiente onde se distinguem os seguintes subconjuntos: o meio natural, as tecno-estruturas criadas pelo homem, e o meio social (SACHS, 1986, p. 12). Ao estudar a paisagem natural G. Betran a definiu como sendo:

[...] uma proporção do espaço caracterizada por um tipo de combinação dinâmica, portanto instável, de elementos geográficos diferenciados – físicos, biológicos e antrópicos – que, ao reagir dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto geográfico indissociável que evolui em bloco, tanto sob os efeitos das interações entre os elementos que o constituem como sob o efeito da dinâmica própria de cada um dos seus elementos considerados separadamente (BETRAN *apud* MENDONÇA, 1992, p. 46).

Conclui-se que o grande problema de degradação ambiental, pelo menos no caso brasileiro, não está unicamente centrada na natalidade das comunidades de baixa renda, mas na concentração populacional sobre uma única base territorial e a sua respectiva cultura quanto ao consumo de bens extraídos da natureza (MARTINE, 1996, p. 24). Tal proposição está confirmada pelo IBGE que identificou a concentração humana nas cidades brasileiras ao longo de 40 anos:

Tabela 3 - População em localidades com mais de 20.000 habitantes e número de localidades, Brasil 1940 a 1980

Ano	Localidades com + de 20.000 hab.	População em loc. c/ + de 20.000 hab.	População em outras áreas/ rural
1940	50	8.035.661	33.200.654
1950	82	12.597.266	39.347.131
1960	148	22.852.865	46.835.439
1970	246	37.253.718	55.885.359
1980	395	62.208.438	56.983.179
2000	1487	137.953.959	31.845.211

Fonte: Atualizado de Martine (1996, p. 24)

O discurso do Clube de Roma, com apelo às idéias de Malthus, revela o reflexo de uma ideologia hegemônica revestida de um cientificismo desprovido de imparcialidade e lucidez quanto à realidade mundial. Como observa o geógrafo Milton Santos, na atual civilização globalizada os interesses econômicos e políticos influenciam a produção científica das Universidades que, na sua gestão técnica e racionalizadora, “[...] leva ao assassinato da criatividade e da originalidade” (SANTOS, 1997, p. 26). Em resposta a esta cultura identificada, e difundida, no meio acadêmico Milton Santos defende uma abordagem realista dos problemas postos à opinião pública, repudiando o terrorismo da linguagem propagado nos meios de comunicação (KAYSER, 1992 apud SANTOS, 1997, p. 27). O célebre geógrafo afirma que “[...] se é necessário lutar contra a poluição, a degradação do meio ambiente, devemos fazê-lo com os olhos abertos, com base em análises científicas realistas e não nos limitando a gritar: ‘está pegando fogo!’” (SANTOS, 1997, p. 22). Na construção de uma relação mais equilibrada entre homem e meio ambiente é necessário o envolvimento do indivíduo com a realidade que o cerca, e não daquela produzida pela mídia (KAYSER, 1992 apud SANTOS, 1997, p. 28), colaborando diretamente na elaboração de um novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, onde as transformações ocorram “de baixo para cima”, ou seja, dos governados para os governantes, com a atuação efetiva entre moradores, sociedade organizada e governo local (MMA, 2003, p. 4). Para Francisco de Assis Mendonça os meios de comunicação de massa, tanto nacional como internacional, na atualidade divulgam notícias de eventos climáticos com uma abordagem alarmista voltada a mistificar o evento em si, desvirtuando o foco da opinião pública para as causas naturais destes eventos. É o caso de desastres relacionados com erupções vulcânicas ou enchentes que imprimem sofrimento às populações muito mais pela falta de planejamento dos assentamentos urbano-industriais que por causas relacionadas com a poluição ou aquecimento global (MENDONÇA, 1993, p. 13). Esta visão distorcida da mídia serve de manutenção do *status* de dominação cultural nos países em desenvolvimento (MENDONÇA, 1993, p. 16). O mito da explosão demográfica revela-se como instrumento de manipulação cultural uma vez que discute apenas o controle populacional em si, sem abordar os temas relacionados com a distribuição de riquezas entre os países (MENDONÇA, 1993, p. 40).

A fim de tratar dos problemas das cidades é necessário amparar-se numa construção de canais informativos conexos com a realidade de cada localidade como resposta às soluções obtidas por conceitos distorcidos, oriundos de sujeitos alheios à realidade local (MMA, 2003). Nos últimos 50 anos o crescimento urbano brasileiro alterou a ocupação do espaço geográfico: em 1945 a população urbana representava 25% do total populacional estimada em 45 milhões de indivíduos, no balanço final da virada do século a taxa de urbanização chegou a 82%, totalizando 170 milhões de indivíduos, com a população total aumentada em 20% e população urbana 40%, sendo que as áreas metropolitanas absorveram um terço da população brasileira (RATTNER, 2005). Para Henrique Rattner a solução dos problemas desenvolvidos, inclusive ambientais, no interior das urbanidades está no planejamento que “[...] pode ser transformado em instrumento de democratização no processo de expansão e administração das cidades, ao invés de um processo tecnocrático e autoritário” (RATTNER, 2005).

Como ensina Esping-Andersen (1995, p. 87) durante o século XX surgem as planificações estatais destinadas a tecer as metas e determinar os meios capazes de implementar as políticas sociais. O planejamento alcançou grande importância nos governos do Pós II Guerra ao longo do chamado Anos Dourados, servindo na consolidação do Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*) na vigência do plano Marshall, que se encarregou de reconstruir os países devastados pela guerra (SANTOS, 2001, p. 166). O modelo vai sofrendo abalos e sendo adaptado no sentido de fortalecer as instituições coletivas capazes de negociar os interesses da população, empresários e Estado: como foi observado na Austrália que apesar de minimizar o protecionismo do trabalhador conseguiu manter a oferta de emprego; ou como nos EUA e Reino Unido onde a política de liberalização deu-se sem o envolvimento de sindicatos, permitindo maior flexibilidade do mercado de trabalho e salários (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 90). Em especial nos Estados Unidos da América, com a ascensão do neoliberalismo globalizado, em substituição do *Welfare State*, o planejamento, como processo burocrático-estatal, recebeu influências: do surgimento das várias corporações capitalistas coordenadas e integradas de modo vertical e burocratizado; da planificação de cunho socialista que estava amparada na tomada de decisão coletiva dos trabalhadores; e, finalmente, da economia influenciada pelo Estado intervencionista (SANTOS, 2001, p. 166).

Como resposta ao atual capitalismo competitivo e com o intuito de atrair investidores estrangeiros, adotou-se no Brasil o modelo da administração pública gerencial que está fundamentada na redução dos custos operacionais e focada nos resultados em prol do cidadão. A reforma atendeu ao déficit no equilíbrio fiscal e às crises na estrutura político-administrativa do Estado, que, no modelo burocrático, não conseguiu atender às demandas da sociedade civil, por tratar-se de uma estrutura lenta, cara, e ineficiente (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 28). O modelo gerencial foi desenvolvido na Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Canadá, Austrália, Japão, e Estados Unidos da América, sendo que neste último caso houve uma grande valorização de organizações que não visavam lucro, mas de interesse público: como as universidades que se tratavam de organizações de interesse público não-estatal, onde havia um controle e financiamento pela parte do Estado e por juntas representativas da sociedade civil (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 35). Este modelo se desdobrou até o âmbito municipal onde foi criado, nos Estados Unidos, o chamado Planejamento Estratégico Municipal – PEM (*Citywide Strategic Planning*) que auxilia os gestores públicos, através da devida análise de dados coletados, a encaminharem suas decisões na formulação de ações em determinada localidade (REZENDE, CASTOR, 2005, p. 25). O planejamento estratégico teve a sua origem no setor privado e foi difundido ao longo da década de 1960 sendo que a adaptação para o setor público veio na década de 1980 (PFEIFFER, 2000, p. 8; REZENDE, CASTOR, 2005, p. 27). No dizer de Resende e Castor (2005, p. 23-25) a administração estratégica visa responder às indagações de “onde”, “como”, e “quando” na elaboração do planejamento das atividades. Basicamente o modelo de planejamento estratégico, apesar de algumas variações, comporta fases, tais como (CORAL; ROSSETTO; SELIG, 2006):

- a) o levantamento sobre a organização e o ambiente no qual está inserida;
- b) a elaboração de metas, ou objetivos, a serem perseguidas;
- c) a implementação do plano traçado;
- d) o controle dos resultados.

A nova gestão pública (*new public management* - NPM) é um campo de discussão sobre a intervenção no governo executivo amparada em regras institucionais e rotinas organizacionais capazes de melhorar o desempenho da

administração pública, de acordo com tais preceitos “[...] os gestores públicos devem se comportar como novos empresários e como empreendedores” (REZENDE, CASTOR, 2005, p. 27). Houve nos últimos anos uma proliferação de planos estratégicos destinados ao poder público local, inclusive em várias cidades brasileiras (PFEIFFER, 2000, p. 09), como é o caso da cidade brasileira de Curitiba (REZENDE, CASTOR, 2005, p. 02). A motivação à adoção dos instrumentos de gestão do novo gerencialismo público, dentre eles o planejamento estratégico municipal, foi desenvolvida na medida em que os governos municipais de orientação mais inovadora se comprometeram com o discurso democrático-participativo, enquanto que os grupos políticos mais conservadores e de linha neoliberal foram pressionados pelas crescentes demandas sociais (FREY, 2004, p. 123). Contudo, este modelo gerencial do poder público, que teve origem nas experiências de Barcelona e vem sendo difundido na América Latina pelas iniciativas das agências multisetoriais, tais como o BIRD e Habitat, apresenta, conforme VAINER (2000, p. 77), contradições conceituais uma vez que a sua abordagem trata da cidade vista como uma empresa, uma mercadoria, e uma pátria. Segundo o autor, este modelo se revela perverso na medida que a cidade é vendida aos interesses externos como uma mercadoria, tendo esta “venda” amparo em estratégias de *marketing* urbano, enquanto seus cidadãos, no âmbito interno, são condicionados a temerem a crise econômica gerada pela globalização do mercado, abdicando, assim, dos próprios interesses e legitimando as iniciativas de determinados “técnicos urbanos” como resposta à crise (VAINER, 2000, p. 94). O discurso de combate à crise econômica e de substituição do velho modelo de cidade são fundamentais na construção de um “patriotismo de cidade”, capaz de minar os conflitos surgidos pela diversidade de interesses existentes no meio urbano e de dar continuidade a um projeto de poder identificado como um “bonapartismo urbano”, ou seja:

[...] um governo forte, personalizado, estável, apolítico, carismático, expressando a vontade unitária de toda uma cidade de manter a trégua e a coesão interna, a fim de afrontar, com base num projeto competitivo e no patriotismo cívico, as outras cidades” (VAINER, 2000, p. 97).

VAINER (2000, p. 100) conclui que o modelo gerencial de Barcelona, que transforma a cidade em mercadoria, pode ser promissor na medida que oferece e

implementa uma paz e estabilidade social sem a negação da cidadania, e, ademais, finaliza o mesmo autor, trata-se de uma alternativa que ainda não está consolidada.

Um exemplo de envolvimento comunitário com a administração pública na gestão compartilhada da cidade é o do Orçamento Participativo da Cidade brasileira de Porto Alegre (MINGHELLI, 2005; CIDADES, 2005). A idéia de envolver a vontade popular na elaboração do orçamento municipal visou “[...] estabelecer um novo centro decisório que não apresentasse as limitações de um sistema meramente representativo nem os vícios estabelecidos pelas práticas clientelistas tradicionais” (MINGHELLI, 2005, p. 65). Este novo canal de gestão compartilhada está previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) que trata da regulamentação da política de desenvolvimento urbano, descrita na Constituição Federal de 1988 (VILLAÇA, 2005, p. 27). O texto Constitucional “[...] concede ao município a competência de estabelecer o plano diretor municipal” (REZENDE; CASTOR, 2005, p. 32). O Artigo 174 da Constituição Federal de 1988, e o seu parágrafo 1º, enfatizam a adoção pela administração pública do planejamento como instrumento de desenvolvimento (ver Anexo I).

Com a Constituição Federal de 1988 o município ganhou grande autonomia política uma vez que no texto constitucional as municipalidades deixaram de ser “[...] circunscrições territoriais meramente administrativas [...]” (MEIRELLES, 1997, p. 672) para assumir o papel de importante peça do regime federativo, constituindo-se numa “[...] entidade estatal de terceiro grau” (SILVA, 1999, p. 620), se autodeterminando quanto aos seus próprios aspectos políticos, administrativos e financeiros. Dentro da autonomia municipal conferida pelo Artigo 18 da Constituição Federal de 1988, as outras esferas de poder, federal e estadual, não podem influenciar as decisões legitimamente pactuadas (CARRAZZA, 1997, p. 127). O Artigo 18 do texto constitucional expressa que: “[...] Artigo 18: A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”.

A autonomia municipal se estende, inclusive, às questões tributárias que vincula os atos de outros entes políticos a respeitarem os interesses municipais, sob pena de inconstitucionalidade (CARRAZZA, 1997, p. 52). Conforme o texto constitucional do Artigo 145, e seus incisos, o município está autorizado a criar tributos, e o Artigo 156, do mesmo texto legal, limita-os (ver Anexo I). De acordo com Carrazza estes institutos são úteis ao gerenciamento dos municípios brasileiros, pois

tratam da obtenção de recursos sem que haja a influência de entes do poder público hierarquicamente superior. O texto constitucional uniformizou o regime democrático no interior das municipalidades espalhadas pelo território nacional, que tiveram suas respectivas leis de organização política local, as chamadas Leis Orgânicas, influenciadas pelo do Artigo 29, incisos XII e XIII; e Artigo 31, parágrafo 3º, todos da Constituição Federal de 1988.

As Leis Orgânicas Municipais atraíram aos seus respectivos textos institutos que garantem a participação popular na tomada de decisão e fiscalização dos atos do poder público local (SILVA, 1999). O atual sistema democrático vigente no Brasil desde 1988, atendendo a uma necessidade institucional de descentralização (BRESSER PEREIRA, 1998), criou a Lei Federal n. 10.257/01 que regulamentou a política de desenvolvimento urbano, descrita no Artigo 182, e o seu parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988 (VILLAÇA, 2005).

A Lei Federal n. 10.257/2001 é conhecida como o Estatuto da Cidade e traz um conjunto de princípios destinados a nortear a elaboração dos respectivos Planos Diretores das municipalidades brasileiras (REZENDE, CASTOR, 2005, p. 31). Este arcabouço legal, assim como os institutos constitucionais, é o reflexo do processo de discussões sobre a qualidade de vida nas cidades (MMA, 2003, p. 05). Desde a década de 1930 a idéia de Plano Diretor existe no Brasil implantada pelo urbanista francês Alfred Agache, que elaborou o planejamento do Rio de Janeiro (VILLAÇA, 2005, p. 10). Na visão de Pfeiffer (2000) o planejamento, destinado ao setor público, é, resumidamente, um levantamento de dados sobre a organização e a realidade na qual está inserida para uso atual ou futuro. Este autor entende que o planejamento nasça de uma vontade política em fazê-lo, não se confundindo com o Plano Diretor que, mesmo se tratando de um instrumento de planejamento do setor público, é originário e obrigatório nos termos do Estatuto das Cidades. O Planejamento Estratégico não é uma norma legal imperativa, mas um contrato político e social nascido de uma opção do gestor urbano (PFEIFFER, 2000, p. 09). Na atividade de planejamento, seja por opção ou imposição legal, é necessário numa de suas fases iniciais o levantamento de informações sobre o estado da organização e trabalhar com tais dados na minimização dos problemas organizacionais (REZENDE; CASTOR, 2005, p. 27). Este processo de obtenção de informações organizacionais

também é aplicado no Plano Diretor por uma metodologia identificada como “leitura técnica e comunitária da cidade” (CIDADES, 2005, p. 20).

Nas fases de obtenção de informações, da elaboração, e da implementação do respectivo Plano Diretor há a necessidade da condução do processo pelo poder Executivo local, “[...] articulado com os representantes do poder Legislativo e com a sociedade civil” (CIDADES, 2005, p. 17). O texto do Estatuto das Cidades trata da “função social da cidade” reconhecendo a importância da participação popular na chamada gestão democrática, onde prima-se pela cooperação entre o ente público, privado, e demais setores da sociedade (CIDADES, 2005). Neste último caso, há uma especial atenção às Organizações Não Governamentais (ONG’s) que compõem o Terceiro Setor, desempenhando, este último, importante papel no desenvolvimento social urbano (CIDADES, 2005). Para o arquiteto e urbanista Marcelo Minghelli a cidadania está intimamente relacionada ao espaço público que é “[...] o resultado da construção dos sujeitos sociais que nele interagem” (MINGHELLI, 1995, p. 13). O mesmo autor ainda salienta que o conceito de cidadania ainda está em elaboração pelas ciências sociais, mas é certo que a sua mais simples concepção encontra-se na normatização e implementação de uma gama de direitos e deveres por parte do Estado (MINGHELLI, 1995, p. 14). Neste sentido segue a Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, no seu Artigo 2º, Inciso II (ver Anexo II).

No intuito de efetivar a participação popular na cidade, o Capítulo IV do Estatuto das Cidades legitima os canais. Além da gestão participativa do orçamento municipal, tratada no Artigo 44 da Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, o Artigo 43 e seus incisos I a IV, da mesma Lei, também trazem luz à questão uma vez que autoriza o uso de instrumentos de “gestão democrática da cidade”, tais como: os órgãos colegiados de política urbana (inciso I); debates, audiências e consultas públicas (inciso II); conferências sobre assuntos de interesse urbano (inciso III); e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (inciso IV).

Segundo Sônia Fleury a tendência de descentralização do poder deve-se, entre outros fatores, ao crescimento da população urbana brasileira. No Brasil em 1999, segundo os dados do IBGE, 79,7% do total populacional vivia nos grandes centros urbanos, ou seja, uma grande pressão sobre um sistema político centralizado. O texto constitucional absorve esta tendência aumentando a autonomia

dos municípios brasileiros, que passaram a assumir maior responsabilidade com os seus munícipes ao gerenciar políticas locais nas áreas da saúde, educação e saneamento (FLEURY, 2003, p. 109). Para Ignacy Sachs (2004) o planejamento territorial é um processo capaz de gerar o desenvolvimento da qualidade de vida de uma grande gama de pessoas inseridas em regiões unidas por uma identidade cultural e com interesses comuns. Daí a necessidade de:

“[...] se criar espaços para o exercício da democracia direta, na forma de foros de desenvolvimento local que evoluam na direção de formar conselhos consultivos e deliberativos, de forma a empoderar as comunidades para que elas assumam um papel ativo e criativo no desenho do seu futuro” (SACHS, 2004, p. 61).

O Plano Diretor Municipal é o instrumento de gestão onde as estratégias de melhoria urbana estão contidas de modo claro e preestabelecidas, criando maior transparência e confiabilidade nas relações entre o poder público e a sociedade civil (CIDADES, 2005, p. 18).

2.2.4 A Política Nacional dos Recursos Hídricos e o papel dos usuários

No capítulo 18 do texto da Agenda 21 está convencionado que até 2025 mais de 60% da população mundial estará vivendo em zonas urbanas, compreendendo 5 bilhões de pessoas. O mesmo documento reconhece que o crescimento populacional irreversível, cumulado com a concentração sobre uma única base territorial, imprime grande pressão nas reservas de água potável capazes de atender à demanda. Ao pensar o desenvolvimento dos aglomerados humanos faz-se necessária a atenção sobre os recursos hídricos uma vez que “[...] uma oferta de água confiável e o saneamento ambiental são vitais para proteger o meio ambiente, melhorando a saúde e mitigando a pobreza” (CNUMAD, 2001, p. 158).

Segundo Hogan o adensamento urbano, ocorrido principalmente nas décadas de 1960 e 1970, nos países de economia periférica, como é o caso brasileiro, trouxe grandes impactos sociais, estruturais e institucionais. As demandas nos centros

urbanos em expansão estavam descompassadas com a capacidade do Poder Público em solucioná-las, seja pela falta de capacidade técnica ou pela falta de recursos financeiros (HOGAN, 1995, p. 166).

Os impactos com o desenvolvimento urbano são extremamente sensíveis no ecossistema fazendo com que as cidades tenham grandes demandas na manutenção da segurança e qualidade de vida dos seus cidadãos. Drew apresenta a seguinte tabela que demonstra os efeitos da urbanização sobre o funcionamento de vários aspectos da hidrologia urbana, principalmente quanto à impermeabilização do solo urbano, onde “+” denota aumento dos efeitos, e “-” diminuição:

Tabela 4 - Processos hidrológicos afetados

Processos Urbanos	Infiltração	Nível Freático	Enchentes	Fluxos Baixos	Sólidos em suspensão	Sólidos dissolvidos
Terra nua, Desleixo	--	-	++	--	+++	++
Edifícios, Ruas	---	---	+++	---	+	+
Esgotos, Rejeitos					+++	+++
Galerias, Leito alterado, Proteção (cheias)	-	-	--	--	+	+

(- + pouco; -- ++ mediano; --- +++ muito)

Fonte: Drew (1994, p.179)

Quando grande parte da população brasileira estava no meio rural maior era a incidência de doenças parasitárias e infecciosas, agora no meio urbano, com a contaminação do meio natural e a falta de infra-estrutura capaz de diminuir os impactos desta poluição, principalmente nas comunidades de baixa renda, os casos mais comuns de enfermidades são de variados tipos de câncer, doenças respiratórias e cardiovasculares, que agredem em maior grau crianças e idosos (BARBOSA, 1995, p. 195; HOGAN, 1995, p. 163). Neste cenário urbano é relevante considerar os traços sócio-econômicos da população afetada e constatar a incapacidade do poder público em promover políticas destinadas a melhorar, de modo eficiente, a qualidade de vida das comunidades, principalmente as de baixa renda que normalmente estão alocadas em áreas periféricas (HOGAN, 1995).

É um contra-senso desenhar um modelo institucional que ampare, seja com recursos ou canais de discussão, a elite econômica e política. No caso brasileiro esta é uma realidade onde grande parte da população permanece “à margem” das decisões tomadas pelas elites burocráticas, ou distantes das riquezas geradas no território nacional (FAORO, 1995). Tal realidade faz do Brasil um gigante da exclusão social, política, e de direitos (KAUCHAKJE, 2002, p.164), contribuindo, assim, para a degradação das instituições públicas lançando as sociedades urbanas do terceiro mundo num processo de perda gradativa de governabilidade (FREY, 2003, p. 165).

É de vital importância abordar a questão dos recursos hídricos uma vez que na atualidade se trata de um recurso natural limitado (BRANCO, 1993). A Lei Federal n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, no Inciso II do Artigo 1º, reconhecer que “[...] a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico”.

Neste sentido, é fundamental aos países, e suas respectivas municipalidades, gerir tal recurso de modo sustentável, pois a água está dispersa volumetricamente no globo terrestre do seguinte modo:

Tabela 5 – Distribuição da água no globo terrestre

Distribuição	%	Trilhões de toneladas
Água salgada (oceanos e mares)	95,5	1.298.800
Calotas polares e geleiras	2,2	29.920
Água doce	2,3	31.280

Fonte: Branco (1993, p. 12)

Dentro das sociedades de consumo os recursos hídricos desempenham importante papel na manutenção da economia (DREW, 1994), mas pensar nestes recursos apenas pela abordagem econômico-liberal do mercado, que está estruturada na livre concorrência, crescimento econômico e prosperidade, não são suficientes para produzir uma “[...] consciência ecológica nas decisões de compra” (FREY, 2001, p. 03), gerando, assim, uma fragilidade no uso racional de tal bem. Segundo Furtado (2002) a economia global converteu-se “num fim em si mesmo” criando um sistema globalizado onde poucos países privilegiados ditam os rumos e

as tendências do desenvolvimento econômico, enquanto uma grande maioria permanece numa posição periférica servindo apenas como coadjuvante no cenário político internacional. As críticas formuladas ao modelo neoliberal (FREY, 2001; KAUCHAKJE, 2002; e SANTOS, 1997) demonstram a incapacidade do modelo em atender o desenvolvimento humano de modo eqüitativo e eficaz, principalmente num contexto histórico onde há o crescimento desordenado das cidades em todo o globo terrestre, aumentando, assim, as desigualdades econômicas, sociais, culturais e política.

Como resposta a um possível colapso na oferta de tal recurso natural, a Agenda 21 Global atribui importante papel às autoridades locais e municipais na gestão dos recursos hídricos que deve ser feita sob uma perspectiva amparada nos critérios de sustentabilidade (CNUMAD, 2001, p. 160).

Na elaboração da sua constituição, o Brasil criou instrumentos destinados a implementar uma política nacional destinada a garantir o acesso, a qualidade, e a preservação às gerações futuras dos bens naturais em favor dos seus cidadãos (SILVA, 1999). A Constituição Federativa Brasileira de 1988, no Artigo 20, Incisos III, V, VI, VII, VIII, atraiu para a União Federal a responsabilidade com os recursos hídricos localizados no território nacional:

Quanto às questões específicas dos recursos hídricos, o texto constitucional vinculou à União a criação de um sistema nacional de gestão de recursos hídricos (ABERS; JORGE, 2006), conforme o conteúdo do seu Artigo 21, Inciso XIX. O mesmo texto constitucional ainda compartilhou entre a União, Estados, e Municípios a defesa dos recursos naturais, inclusive dos recursos hídricos, como está expresso no seu Artigo 23, Incisos VI, VII, XI.

O governo brasileiro visando atender os propósitos do texto da Agenda 21 Global e de instrumentalizar as suas políticas de proteção e gerência ambiental, organizou e consolidou a Agenda 21 Brasileira, ver item 2.2.2. O documento da Agenda 21 Brasileira estabelece critérios para a elaboração das agendas 21 locais a serem implantadas nas diversas municipalidades da Nação, por iniciativa do poder público e da comunidade local (MMA, 2005, p. 06-07). A Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolvem a sociedade civil e o governo num processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais. O debate é no sentido de se obter soluções para esses problemas através da identificação e implementação de ações concretas,

tendo como foco o desenvolvimento sustentável local (MMA, 2003). O capítulo 28 da Agenda 21 global estabelece que:

[...] cada autoridade em cada país implemente uma Agenda 21 local tendo como base de ação a construção, operacionalização e manutenção da infraestrutura econômica, social e ambiental local, estabelecendo políticas ambientais locais e prestando assistência na implementação de políticas ambientais nacionais (CNUMAD, 2001, p. 212).

A participação e cooperação das autoridades locais e dos demais setores da sociedade é um fator determinante para a solução de problemas surgidos nas atividades desenvolvidas na esfera local (MMA, 2003). Na introdução do texto da Agenda 21 Brasileira está convencionada que “[...] o planejamento governamental deve ser um processo de negociação permanente entre o Estado e as instituições da sociedade” (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2004b, p. 01). A construção da Agenda 21 Local é uma resposta à necessidade de se construir instrumentos de gestão e planejamento para o desenvolvimento sustentável (MMA, 2005). Em tempos de um cenário econômico globalizado e hostil, revela-se a fragilidade do poder local em negociar os interesses das populações locais envolvidas, que estão fragilizadas diante dos interesses globais (MELO, 1996; BARBOSA, 1995). Daí surge a necessidade de um novo arranjo que envolva o cidadão, seja como agente ativo na tomada de decisões ou como fiscal das decisões negociadas (FLEURY, 2003; FREY, 2003). Além do conteúdo da Agenda 21, que propõe um novo modelo de desenvolvimento (CNUMAD, 2001), o ordenamento jurídico brasileiro dispõe do chamado Estatuto da Cidade, ver item 2.2.3, onde estão dispostos os instrumentos destinados a minimizar as desigualdades sociais pela via da participação popular no desenvolvimento das políticas urbanas e dos planos diretores das respectivas cidades (CIDADES, 2005, p. 15).

Pensar um Plano Diretor capaz de regulamentar a ocupação e desenvolvimento da cidade, envolvendo as opiniões dos diversos atores sociais, contribui na redução dos atritos enfrentados na malha urbana uma vez que há a distribuição e acesso aos bens públicos, criando maior transparência e participação nas políticas sociais desenvolvidas para o bem comum (CIDADES, 2004, p.40). Estes canais já eram pensados em 1990 quando, em Nova Delhi, por ocasião da Reunião Consultiva Mundial sobre Água Salubre e Saneamento para a Década de 1990, foi traçado como um dos princípios norteadores o “[...] manejo comunitário dos

serviços, apoiado por medidas para fortalecer as instituições locais na implementação e sustentação de programas de saneamento e abastecimento de água” (CNUMAD, 2001, p. 158).

A elaboração da Agenda 21 Local pode começar tanto por iniciativa do poder público quanto da sociedade civil, e, ainda, serve de processo e documentação de referência para Planos Diretores e orçamentos municipais (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2004b, p. 56). O conteúdo da Agenda 21 deixa evidente a preocupação com os recursos hídricos enquanto objeto de políticas setoriais destinadas à utilização no meio urbano de modo sustentável (MMA, 2003, p. 6). A Agenda 21 Brasileira estabelece subsídios para a gestão das bacias hidrográficas em sintonia com a política nacional do setor (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2004a, p. 51). A Agenda 21 serviu de referência na elaboração da lei federal que regulamenta a política brasileira de recursos hídricos (PNRH, 2006, ps. 45), principalmente no tocante à participação de setores da sociedade civil quanto à gestão de tais recursos. Sobre este tema a Lei Federal n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, tratou no seu Artigo 1º, Inciso VI (ver Anexo III).

De acordo com a Lei de Recursos Hídricos o usuário ocupa importante papel na sua gestão (PNRH, 2006, p. 26), e para atender esta premissa a política brasileira de recursos hídricos criou estruturas representativas dos usuários, formando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), o qual é composto (PNRH, 2006, p. 31): pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que é o seu órgão superior e está vinculado aos ministérios e secretarias da Presidência da República; pela Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), que está encarregada de formular a política nacional de recursos hídricos, conforme o Decreto Federal n. 4.755, de 20 de junho de 2003; pela Agência Nacional de Águas (ANA), que está encarregada de implementar a política nacional dos recursos hídricos em conjunto com os demais órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme a Lei Federal n. 9.984/2000; pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH), que são formados nos respectivos estados da federação, assim como o Distrito Federal, com função deliberativa nos limites estaduais; pelos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), que são os órgãos colegiados locais com área de atuação na jurisdição abrangente de determinada bacia hidrográfica; as agências de água e as entidades delegatárias, que tem suas atribuições descritas no Artigo 44 da Lei Federal n. 9.433/1997, servindo como

suporte (administrativo, técnico e financeiro) aos comitês de bacias; e os demais componentes do SINGREH, que são os próprios municípios, os órgãos estaduais e federal de meio ambiente, e dos órgão estaduais de gestão dos recursos hídricos.

Especificamente no caso do Estado do Paraná, conforme o Artigo 33 da Lei Estadual n. 12.726/99, que instituiu a política estadual de recursos hídricos, o chamado Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) é composto pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), que é o órgão deliberativo e normativo central do sistema; a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, como órgão executivo gestor e coordenador central do sistema; os Comitês de Bacia Hidrográfica, como órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos das bacias hidrográficas do Estado; as Agências de Água, os consórcios e associações, como unidades executivas descentralizadas.

O envolvimento dos usuários é justificado pelos diversos usos dos recursos hídricos e do conflito de interesses de cada setor usuário de água, que está dividido, para fins da política nacional de recursos hídricos, conforme a natureza do consumo em (PNRH, 2006, p. 75): saneamento, agricultura e pecuária, geração de energia, indústria, transporte aquaviário, aqüicultura e pesca, e, finalmente, turismo e lazer.

Em termos globais o uso dos recursos hídricos está distribuído do seguinte modo:

Tabela 6 – Percentual global da água conforme a sua utilização

%	Uso
70 – 80	Irrigação
20	Indústria
06	Consumo Doméstico

Fonte: CNUMAD (2001, p. 149)

Dentro do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) o Comitê de Bacia Hidrográfica é o órgão mais próximo das realidades locais (PNRH, 2006). Sua atuação tem como objetivo criar um cenário participativo e deliberativo dos usuários envolvidos, tendo nas Agências de Bacia o 'braço executivo' do comitê (ABERS; JORGE, 2006). A área de atuação do comitê compreende "a totalidade de uma bacia hidrográfica", nos termos do Artigo 37, Incisos I, II, III, da Lei Federal n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997.

A mesma Lei Federal tratou de delimitar a atuação dos comitês de bacias hidrográficas visando atender os assuntos relacionados com os recursos da respectiva bacia onde o comitê atua, e na constante formação dos seus membros sobre a política de recursos hídricos como um todo (NOGUEIRA, 2002). Neste sentido tratou o Artigo 38, Incisos I, II, III, IV, V, VI, e IX, da referida Lei de Recursos Hídricos.

A Lei Federal n. 9.433/97 ainda trata da organização e composição dos comitês de bacia hidrográfica onde os membros oriundos dos poderes executivos da União, Estados-membro, Distrito Federal, e Municípios estão limitados à metade do total de membros do comitê. Os demais serão representados por usuários e organizações civis de recursos hídricos. O processo decisório está nestas condições embasado no equilíbrio numérico de atores interessados nas questões dos recursos hídricos, compondo um ambiente mais democrático e participativo (NOGUEIRA, 2002). O tema foi recebido no Artigo 39 da referida Lei Federal, nos Incisos I, II, III, IV, V, e o seu Parágrafo Primeiro. Entretanto, resta indagar se a formação paritária destes comitês, onde, na prática, os representantes do poder público gozam de maior organização e recursos, é capaz de torná-los num efetivo canal participativo ou em mais um instrumento do sistema democrático representativo, legitimando as decisões dos grupos políticos arraigados no poder sem uma fiscalização independente dos cidadãos.

A fim de esclarecer o conteúdo do Inciso V, do Artigo. 39, da Lei Federal 9.433/97, o Artigo 47, Incisos I, II, III, IV, V, da mesma Lei de Recursos Hídricos, delimita as organizações civis de recursos hídricos com atuação na bacia. Este arranjo jurídico-institucional a ser amplamente implantado no Brasil vem ao encontro da melhoria da qualidade de vida nas grandes urbanidades nacionais onde, como observam Libânio, Chernicharo e Nascimento, apenas se atinge pela efetiva abrangência dos serviços de água e de esgotamento sanitário, e não pela disponibilidade hídrica no ambiente natural. Afinal, concluem os autores, apenas haverá o aproveitamento sustentável de tais recursos mediante “[...] uma nova dinâmica para o planejamento e para a realização de ações de saneamento [...] de forma integral e coordenada” (LIBÂNIO; CHERNICHARO; NASCIMENTO, 2005, p. 227). Apenas criar os canais de participação não significa que a vontade dos usuários esteja atendida, pois Pedro Roberto Jacobi (2005) entende que no interior dos Comitês de Bacias Hidrográficas a tendência é a de prevalecer a vontade do

corpo técnico-científico, uma vez que o usuário não dispõe das informações imprescindíveis a uma tomada de opinião. É necessária uma redefinição do papel de poder em que se situam os peritos em relação aos leigos, sendo que a melhora no acesso à informação é a base deste processo (JACOBI, 2005, p. 86).

Diante das demandas atuais, há uma perspectiva de interação com os cidadãos, devidamente envolvidos e informados (REZENDE; CASTOR, 2005, p. 23), de todo o contexto do processo decisório. Considerando a importância atual dada aos recursos hídricos, como tratado ao longo deste trabalho, surge a oportunidade real de criarem-se ambientes de solidariedade e cooperação entre diversos atores, desenvolvendo, assim, uma “solidariedade e aprendizagem institucional” (FREY, 2003, p.173), a fim de buscar o desenvolvimento harmônico de todas as camadas sociais num modelo adaptado ao caso concreto, respeitando as suas particularidades (CNUMAD, 2001).

2.3 Limitações da Participação Popular na Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil

Apesar dos canais participativos criados desde a Constituição Federal de 1988, o cidadão brasileiro necessita desenvolver um senso cívico quanto ao trato dos seus interesses principalmente no meio urbano. Este comportamento é o resultado de vários anos de convivência num modelo social excludente e centralizador de poder decisório (FAORO, 1995).

2.3.1 A elite nacional como detentora histórica do poder

Segundo Ataliba Nogueira as municipalidades brasileiras se desenvolveram no período Imperial gravitando ao redor de uma capela religiosa. O mesmo autor ensina que nestes aglomerados eram decididas questões apenas de interesse local, uma vez que estavam distantes do universo político existente na Metrópole, mas

com o advento da República a estrutura política sofreu mudanças sem qualquer participação das diversas comunidades existentes da época (NOGUEIRA apud TEMER, 2000, p. 104). Para Raymundo Faoro a transição da fase pré-capitalista para a capitalista propriamente dita representou a consolidação de um “Estado burguês de direito” sustentado numa estrutura administrativo-burocrático, em substituição ao modelo aristocrático da fase anterior. Segundo este, o Brasil foi originariamente estruturado no modelo escravocrata e colonial estrativista, e com o advento do período republicano firmou-se uma sociedade hierarquizada que desenvolveu a sua estrutura institucional-burocrática sem definir os limites do patrimônio privado dos seus mandatários com os do poder público. Diante deste cenário, Raymundo Faoro irá constatar que “[...] o patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia” (FAORO, 1995, p. 736), dando, conclui o autor, margem à exclusão crescente da grande maioria de indivíduos dos processos decisórios. Para o economista Luiz Carlos Bresser Pereira o patrimonialismo é “[...] a incapacidade ou a relutância de o príncipe distinguir entre o patrimônio público e seus bens privados” (PEREIRA, 1998, p. 26).

Na primeira fase da República (1889-1930) o Estado Brasileiro enquanto instituição política permitiu a hegemonia do poder nas mãos daqueles grupos com maior capacidade de convergir as suas ações numa mesma linha de conduta, em detrimento dos demais que estavam fragmentados ao longo do território nacional: “[...] à medida que o estamento⁹ se desaristocratiza e se burocratiza, apura-se o sistema monocrático, com o retraimento dos colégios de poder” (FAORO, 1995, p. 739). É fortalecido o “mandonismo local” através de “redes clientélicas” destinadas a prestar favores pessoais aos representantes do líder político (MORAES, 1997, p.15). Para Pereira (1998) a corrupção e o nepotismo são “[...] dois traços inerentes à administração patrimonialista”.

De acordo com o historiador Sérgio Buarque de Holanda não bastou desenvolver um sistema jurídico onde estiveram expressamente reconhecidos os direitos civis, mas também era necessário educar a população analfabeta e recém adaptada no espaço urbano. O mesmo autor identificou que a ideologia liberal,

⁹ Estamento: “os donos por direito próprio de meios materiais para a empresa, de caráter militar, ou importantes para a administração, ou então de poderes senhoriais pessoais” (WEBER, 1999, p. 531).

representada pelas palavras “Igualdade”, “Liberdade” e “Fraternidade”, não encontrou definição no interior do meio social que adaptou o novo ideário aos velhos conceitos da cultura patriarcal e colonialista (HOLANDA, 1987, p. 134). Raymundo Faoro ensina que a burocracia centralizou-se nos executivos federal e estadual que formava uma relação de paternalismo com os serviços públicos, que eram "sorteados" em favor dos principais colaboradores do líder político, por outro lado, em resposta aos seus inimigos eram destinados todos os tipos de malogros e má vontade do poder público. O mesmo autor trata que esta situação contribuiu para a desorganização da administração municipal uma vez que a prática conhecida como “filhotismo” concedia cargos e poderes aos funcionários sem capacidade, inclusive intelectual, de desempenhar as funções vitais da administração pública, como consequência desta estrutura corrompida surgiu a conduta identificada como "mandonismo" onde o chefe local, valendo-se dos favores concedidos, hostilizava seus adversários políticos minando-os dentro do município, negando-lhes qualquer tipo de benfeitoria ou favor. O poder centralizou-se no interior da república brasileira de modo vertical e conexo com os chefes político-econômicos locais que detinham grande autonomia no seu território, mas que respeitavam os interesses de um líder político hierarquicamente superior mesmo que distante da sua base territorial (FAORO, 1995, p. 738). A população neste sistema corrompido ocupava uma posição subalterna uma vez que o projeto de construção de uma nação brasileira limitava-se apenas em dominar o território, conduta influenciada nas práticas coloniais, e não de atender o bem estar do povo (MORAES, 1997).

Segundo o economista Celso Furtado o subdesenvolvimento econômico e social de um país não constitui uma etapa necessária do processo de expansão do capitalismo, mas se trata de um aspecto particular de cada nacionalidade que na sua trajetória histórica criou instrumentos de manutenção desta condição. O mesmo autor, ao tratar do caso brasileiro, identifica as empresas estrangeiras atuando no interior do país apenas com o interesse de produzir poucas mercadorias para a exportação tendo o grande foco de atuação no mercado interno de subsistência, sem que haja uma absorção de mão-de-obra proporcional ao crescimento populacional. Como resultado, o país mantém a sua dependência externa dada a incapacidade de ampliar a sua competitividade no mercado internacional (FURTADO, 2002, ps. 31-32). Em 1942, ensina Thomas Skidmore, desembarca no Brasil uma missão técnica Norte-Americana, chefiada por Moris Llewellyn Cooke,

encarregada de auxiliar o governo no processo de industrialização que, logo após a II Grande Guerra, serviu para consolidar o Estado de Bem Estar Social (SKIDMORE, 1982). A adoção do chamado *Welfare State* foi um projeto político-econômico encarregado de deter o avanço do fascismo e do bolchevismo fazendo com que os seus princípios garantissem a ampliação da “segurança do emprego”, quebrando com a lógica liberal fundamentada unicamente no mercado (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 73). Ao longo da década de 1950 o Estado brasileiro associado às empresas estrangeiras, principalmente Norte-Americanas, promoveu a expansão do parque industrial nacional e no plano da administração pública adotou-se um modelo burocrático-estatal amparado nas várias corporações capitalistas coordenadas e integradas de modo vertical e burocratizado, permitindo ao Estado intervir diretamente na economia (SANTOS, 2001, p. 166). Para Max Weber a burocracia “[...] não é, de modo algum, a única forma moderna de dominação” (WEBER, 1999, p. 540), mas, complementa o mesmo autor, é a melhor estrutura de dominação dado os aspectos de condicionamento dos seus funcionários (WEBER, 1999, p. 542).

O jurista Michel Temer ensina que durante o Golpe Militar de 1964 o Brasil enfrentou o agravamento da intervenção política, principalmente nas suas principais cidades. No texto da Constituição Federal de 1967, então em vigência, foi tolhida a autonomia municipal no Artigo 14 que conferia aos Estados-membro interferir na organização dos seus respectivos municípios (TEMER, 2000, p. 108). Este texto constitucional concedeu aos governadores (Artigo 15, §1º, Letras “a”, e “b”) o poder de nomear prefeitos de capitais, de municípios com estância hidromineral, e, ainda, com a aprovação do Presidente da República, os prefeitos de municípios considerados de “Segurança Nacional”. A questão sobre a eleição de governador manteve-se controversa o longo do regime militar, pois houveram emendas constitucionais que ora tornavam-na direta e noutras indireta, fazendo com que o executivo federal detivesse amplo controle sobre questões de interesse municipal (FERREIRA FILHO, 1983, p. 126). Para o economista Celso Furtado o isolamento político de um grupo majoritário, que se cristalizou no poder tecnocrático do Estado, serviu para distanciar por quase duas décadas as classes mais excluídas no processo de formulação das agendas políticas que, naquele momento, estavam mais interessadas num crescimento econômico desconexo com a realidade nacional, que, como consequência, agravou a dívida externa do Brasil (FURTADO, 2002, p. 32).

Para Carlos S. Arturi a transição da fase do autoritarismo militar à Democracia deu-se de modo lento com o controle excessivo sobre toda a instituição Estado, não se permitindo consideráveis reformas econômicas ou sociais. Este autor percebeu que mesmo o cidadão gozando de alguns direitos civis, o País ainda enfrentava os problemas com desigualdade social e casos onde o Estado não conseguia exercer o monopólio legítimo da violência, como meio de imposição da ordem social. Tal cenário permitiu a existência de casos de trabalho escravo nas regiões mais afastadas dos centros urbanos; a disputa violenta pela terra entre trabalhadores rurais, grileiros, jagunços, e latifundiários; e o grande aumento da violência urbana (ARTURI, 2001, p. 26). De acordo com Samira Kauchakje os movimentos sociais brasileiros, em ascensão desde a década de 1970, desenvolveram-se dentro de um cenário de exclusão social num país onde a sua história recente demonstra a ausência dos canais de mediação entre as políticas públicas e os direitos civis (KAUCHAKJE, 2002, p. 174). Vicente Palermo ao analisar as relações recentes entre os poderes do Estado Brasileiro no âmbito federal, já no período da redemocratização (1985-...), identificou que há grande concentração de poder decisório no Executivo, fazendo com que o Legislativo trabalhe por meio de “barganhas” destinadas a atender os interesses setoriais. Este autor identificou que o Executivo depara-se com um ambiente parlamentar fragmentado, dada a diversidade de siglas partidárias, onde diversos setores, principalmente de base econômica, procuram atender aos próprios interesses, tendo como resultado a condução dos trabalhos desta Casa Legislativa mais na direção de “vetos” que para decisões ou mudanças (PALERMO, 2000). Outro resultado negativo, segundo o mesmo autor, é o desvio do Executivo que é levado a trabalhar por meio de Medidas Provisórias que, de certo modo, subtrai para si a competência do poder de legislar. Este cenário serve para distanciar a população brasileira da discussão sobre os temas de interesse nacional fragilizando a Democracia então instituída. Este processo é observado no Brasil e em toda a América Latina, onde “[...] as constituições são feitas para não serem cumpridas, as leis existem para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias” (HOLANDA, 1987, p. 136-137).

2.3.2 O plano diretor e a realidade urbana

Segundo a orientação do Ministério das Cidades (2005), o Plano Diretor é um instrumento de planejamento destinado ao desenvolvimento dos municípios brasileiros, principalmente no tocante ao ordenamento da ocupação do solo diminuindo, assim, os impactos na paisagem urbana, tendo como um dos seus pressupostos o envolvimento comunitário. Respeitando os preceitos do Estatuto da Cidade, Lei Federal n. 10.257/01, é esperado que “[...] todos os municípios brasileiros conheçam a sua realidade, que se dediquem a reduzir as desigualdades, a prevenir a degradação ambiental, a melhorar a qualidade de vida e a buscar o pleno desenvolvimento sustentável de suas potencialidades” (CIDADES, 2005, p. 17).

Mesmo diante deste posicionamento do governo federal, para o arquiteto e urbanista Flávio Villaça, ao estudar o caso de São Paulo, o Plano Diretor se mantém “letra morta” quanto aos instrumentos de reapreensão dos proprietários de imóveis não edificadas. E quanto à participação popular, o mesmo autor salienta que a mesma não se efetiva nos moldes propostos pela Lei Federal n. 10.257/01 pela falta de articulação das diversas classes inserida no meio urbano, pois:

[...] não existe “a população”. O que existe são classes sociais ou setores ou grupos da população. A classe dominante sempre participou seja dos planos diretores seja dos planos e leis de zoneamento. Quem nunca participou foram – e continuam sendo – as classes dominadas, ou seja, a maioria (VILLAÇA, 2005, p. 50):

Esta mesma situação pode ser observada no caso de Curitiba onde a elite direcionou a elaboração e implementação das políticas urbanas no sentido de atender seus próprios interesses, principalmente os de especulação imobiliária (OLIVEIRA, 2000, ps. 162-163). No estudo de Sônia Nahas de Carvalho que analisou o caso da cidade portuária de Santos, foi constatado que a elite ligada ao setor imobiliário participou ativamente na discussão e implementação do planejamento urbano da cidade desde 1968. A autora analisou a atuação recente da gestão do Partido dos Trabalhadores, ligados à uma linha política progressista, que

empreendeu iniciativas de envolvimento dos demais setores da sociedade santista, principalmente os historicamente excluídos, mas resultou que as ações do governo municipal não foram suficientes para articular os interesses destes setores no sentido de influenciar a política urbana local (CARVALHO, 2001, p. 132), pois, como identificou Klaus Frey, os instrumentos do governo municipal petista no caso de Santos limitaram-se nos conselhos populares e no orçamento participativo. O mesmo autor observou que surgiram dificuldades no envolvimento comunitário também pelo afrontamento da elite local, uma vez que as estratégias de envolvimento comunitário da prefeitura foram desenvolvidas “[...] visando criar um contrapoder diante de instituições tradicionais dominadas pela elite local – sobretudo a Câmara Municipal e a mídia local” (FREY, 2004, p. 125).

Como apontou Villaça (2005) o termo “população” não reflete um grupo específico capaz de gerar qualquer influência no meio social. Este questionamento também é visto em Reis (2002) para o qual o centro da questão está na “[...] ligação entre a autonomia individual e coletiva no caso de diferentes tipos de coletividade, dada sua relevância também diferente para a identidade” (REIS, 2002, p. 20). O mesmo autor reconhece que várias identidades podem convergir numa convivência harmoniosa num mesmo agrupamento social, desde que organizadas e respeitadas suas respectivas características, pois, seguindo na orientação de Tocqueville e William Kornhauser, um possível modelo ideal de sociedade se fundamenta no “pluralismo” (REIS, 2002, p. 23). Este respeito à diversidade de idéias não é uma cultura desenvolvida no caso brasileiro que, segundo Santos Júnior (2005) e Chauí (2005), traz na sua formação uma sociedade escravista e colonial que bloqueou as liberdades civis e políticas do seu povo. Existiram outras formas de envolvimento comunitário no Brasil fora da esfera política: “[...] grandes festas, da religião e da assistência mútua, que reuniam ex-escravos, imigrantes, classe média e proletária em torno de uma esfera de reconhecimento que não estava sendo produzida no âmbito da política” (SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 45). Para Marilena Chauí (2005) na atualidade o cidadão é comparado à figura do consumidor uma vez que a “indústria política”, amparada pelos meios de comunicação de massa, difundem às demais classes sociais um espetáculo informacional que representam os interesses e privilégios da classe dominante. Mesmo quando alguns grupos, fora da elite, se mobilizam para reivindicar determinados interesses suas ações de contestação ao modelo social instaurado são difundidas como “de perigo e desordem” (CHAUÍ,

2005, p. 27). Conclui a mesma autora que a prática democrática participativa, apesar dos diversos interesses existentes na sociedade, é um desafio e uma conquista. Mais que um desafio é uma necessidade uma vez que as demandas no meio urbano crescem num ritmo superior à capacidade da administração pública em atendê-las, como propõe o Ministério das Cidades (2005) cada municipalidade deve identificar a sua própria realidade para direcionar as ações de planejamento valendo-se, neste processo, da colaboração comunitária. Como salienta Rattner (1999), a exclusão no meio urbano colabora com o surgimento de pressões no seu interior, e o caminho para a harmonização das relações entre governantes e governados é identificar, e dialogar, os anseios de todos os grupos inseridos no meio urbano. Neste sentido, Rattner (1999, p. 151) observa que:

“[...] o problema central das sociedades contemporâneas é lançar as bases para um sistema de governabilidade democrática sustentável, criando relações de confiança recíproca entre poder público e os cidadãos, em todas as esferas e níveis da sociedade, desde as relações interpessoais e até as institucionais”.

Para Betânia Alfonsin (2006) há, na mesma base territorial, uma cidade formal e uma outra informal, sendo que esta última é o resultado da segregação social imposta às classes mais pobres, que, na ausência de programas governamentais de habitação, contribuem com a degradação ambiental ao recorrerem ao mercado imobiliário ilegal, alocando-se em áreas ambientalmente vulneráveis. Desde a Constituição Federal de 1988 os municípios brasileiros vêm gozando de uma maior autonomia, mas a transferência de poder do federal e estadual para o municipal acaba sendo de modo abrupto e inseqüente, uma vez que o município é obrigado a arcar com responsabilidades sem a devida estrutura capaz de absorvê-las, pois, do modo que está sendo feito, há um “[...] claro esforço por parte do Governo central de transferir os custos políticos do processo de descentralização para os estados e municípios” (MELO, 1996, p. 19). Deste modo, há na esfera local o distanciamento das esferas de poder que contribui para o enfraquecimento da instituição política local (FREY, 2000), mesmo porque os instrumentos de planejamento existentes não são suficientes para arcar com as demandas crescentes no meio urbano (VILLAÇA, 2005). A alternativa à desordem iminente vem sendo propagada por Tocqueville a mais de um século, ou seja, fazer com que as

instituições políticas locais ensinem ao cidadão “o uso responsável da liberdade” para que o mesmo desenvolva maior comprometimento com o meio em que vive (TOCQUEVILLE apud FREY, 2000, p. 93). Neste sentido, Hereth identificou que “[...] só quem experimentou a liberdade prática poderá desenvolver o gosto pela discussão e pela ação política e perceber a liberdade de ação como um valor almejável” (HEREETH apud FREY, 2000, p. 93).

2.3.3 A política nacional de recursos hídricos e os grandes usuários

No item 2.2.4 foi tratado do papel dos usuários junto à política nacional de recursos hídricos e das iniciativas legais de envolvimento dos diversos setores de usuários junto à gestão de tais recursos. Contudo, a relação entre estes setores historicamente no Brasil foi marcada pela falta de equidade quanto o atendimento dos interesses de cada grupo (PNRH, 2006). É o caso do setor hidroelétrico em relação aos moradores das áreas inundadas que foram obrigados, estes últimos, a se organizarem na segunda metade da década de 1970 em movimentos sociais destinados a atender os seus interesses então agredidos (VAINER, 1996, p. 185). Outro setor que se utiliza em larga escala dos recursos hídricos, no caso brasileiro, é o agropecuário uma vez que recorre à irrigação despendendo grandes quantidades de água, influenciando a disponibilidade para os demais setores de usuários (PNRH, 2006, p. 80). É de grande relevância a necessidade de produção de alimentos para suprir a população de um País como o Brasil que dispõe de mais de 180 milhões de habitantes, e, como conseqüência, há a pressão sobre o setor agropecuário que, conforme dados do Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dispõe de 388 milhões de hectares de terras férteis donde 90 milhões de hectares ainda não foram explorados, e, ainda, não recorreram ao recurso da irrigação (PNRH, 2006, p. 77).

Outro setor relevante no consumo de recursos hídricos é o da indústria que durante o processo de industrialização nacional, e o conseqüente adensamento urbano, principalmente na década de 1970, se apossou dos espaços urbanos sem um canal de negociação envolvendo os diversos interesses dos setores ali inseridos, o resultado foi a baixa qualidade de vida de populações como no caso de Cubatão

onde o foram registradas grandes concentrações de chumbo e mercúrio nos corpos aquáticos (BARBOSA, 1995, p. 197). Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa identificou a incidência de doenças neste município associadas à contaminação do ambiente, principalmente da água utilizada para o abastecimento público. Ao estudar o município de Paulínia, a mesma autora constatou que num período de 15 anos aumentou a mortalidade dos seus habitantes, justamente no mesmo período em que se iniciou o processo de industrialização da cidade (BARBOSA, 1995, p. 200). No caso brasileiro, as indústrias de pequeno e médio porte, que representam 90%, utilizam as redes públicas para captação e lançamento de seus efluentes, já para as grandes empresas a disponibilidade de recurso hídrico, embora de caráter estratégico, é de pouca relevância pelos grupos empresariais quando das suas decisões corporativas, que se preocupam mais com questões ligadas à isenção de impostos e obtenção de mão-de-obra barata para determinar seus investimentos em dada região (PNRH, 2006, p. 78).

Estes dois grandes setores ligados à produção estão dependentes de um terceiro que além de relevante também dispõe de grande estrutura para negociar seus interesses. O território brasileiro dispõe de uma grande capacidade de geração de energia através do uso de usinas hidrelétricas (UHE), que, em associação com fontes renováveis ligadas à biomassa, representam 80% da oferta de energia elétrica nacional capaz de estimular o crescimento do PIB, no período de 1990 a 2003, na chamada elasticidade-renda do consumo de energia elétrica, em 1,73 (PNRH, 2006, p. 78).

A criação da Lei Federal n. 9.433/97 pode colaborar na formação de diretrizes de desenvolvimento urbano onde os corpos aquáticos possam garantir a subsistência das comunidades vizinhas, a fim de se evitarem casos como os do manancial de Guarapiranga que está sujeito à contaminação, dado desenvolvimento urbano excludente e da especulação imobiliária irregular que leva famílias de baixa renda a alocarem-se nas suas proximidades, gerando, assim, a sua degradação (MARCONDES, 1999, p. 209). A criação do Comitê de Bacias Hidrográficas, previsto na Lei Federal n. 9.433/97, ainda não é uma garantia de aproximação dos interesses dos diversos setores ao se discutir o uso da água, pois Daniela Nogueira ao estudar a composição e atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas identificou que o Comitê foi criado de forma “artificial”, onde os representantes oriundos do poder público submetiam com maior influência seus interesses sobre os

demais membros, que participavam do Comitê apenas formalmente. Neste caso estudado restou demonstrado que “[...] a existência de uma política de caráter descentralizador e participativo não é condição suficiente para o engajamento de amplos setores envolvidos com a questão” (NOGUEIRA, 2006, p. 09). Para Machado a gestão pública descentralizada e participativa dos recursos hídricos encontra um grande desafio na cultura política do Brasil, que está historicamente fundamentada na centralização do processo decisório em torno do poder público e dos seus técnicos. Ressalta-se que a elite política em atividade no País representa determinados interesses, e os técnicos, na condição de funcionários públicos, reproduzem uma cultura arraigada de “saber o quê é melhor para todos”, mesmo diante das constantes mudanças das condições e interações sociais (MACHADO, 2003, p. 130).

Indagar-se qual o modelo de sociedade é almejada no atual modelo de desenvolvimento das cidades, mas fica explícita a necessidade de se criarem novos instrumentos de mediação das relações setoriais a fim de atender as transformações sócio-ambientais vinculadas aos processos urbano-industriais (BARBOSA, 1995, p. 207). O Plano Nacional de Recursos Hídricos identificou a necessidade de desenvolver o aparelhamento institucional capaz de corrigir e compatibilizar as demandas dos diversos usuários da água. A histórica disputa destes setores de consumidores refletiu a desarticulação institucional dos órgãos do poder público, nas diversas instâncias federativas, no tocante à formulação e implementação de políticas públicas voltadas aos recursos hídricos (PNRH, 2006, p. 80). Para Barbosa (1995, p. 207) a consolidação de um modelo de gestão que privilegie a participação de diversos atores apenas será possível quando for atendida a melhoria da qualidade de vida da população urbana, sendo que este fator por si só é capaz de impulsionar o processo de resgate da cidadania participativa voltada a atender os problemas existentes na realidade local.

2.4 O Novo Modelo Institucional e o Respeito à Cidadania Coletiva

Como salienta Vilson Sérgio de Carvalho desde que foi elaborado, em 1970, o Relatório *Limits to Growth* a comunidade internacional começou a pensar o futuro da

humanidade principalmente quanto a fonte de recursos naturais. O mesmo autor aborda que o Clube de Roma, composto pelos representantes dos países mais ricos, assumiu naquela ocasião uma postura engajada com a necessidade de repensar o progresso da humanidade, uma vez que os recursos naturais estavam ameaçados pelo extrativismo desordenado e pelos altíssimos índices de poluição, colaborando com um possível colapso econômico total. A abordagem de que o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico sem considerar outras dimensões sociais (como a cultural e política), foi substituída por uma nova abordagem elaborada pelo Banco Mundial que, em 1992, assumiu maior comprometimento com a relação Desenvolvimento e Meio Ambiente ao entender que:

[...] a função básica do desenvolvimento é proporcionar oportunidades para que as pessoas que vivem em extrema pobreza (mais de um bilhão) e as centenas de milhões que se encontram em condições não muito diferentes possam concretizar seu potencial (CARVALHO, 2002, p. 121).

A constatação que o modelo de desenvolvimento clássico, fundado no acúmulo de riquezas, necessitava de uma nova abordagem, levou o sociólogo Ignacy Sachs a formular o conceito de Ecodesenvolvimento que se amparava no critério ambiental para a formulação do planejamento econômico, com o envolvimento das comunidades locais nos processos de decisão (CARVALHO, 2002, p. 127). Esta nova forma de pensar o desenvolvimento é uma resposta ao modelo atual que se configura perverso para boa parte da população mundial, pois “[...] não é propriamente o crescimento que se deve questionar, mas o seu caráter selvagem” (SACHS, 1986, p. 29). Por ocasião da Rio-92, ficou convencionado na Agenda 21 Global o comprometimento dos países signatários em reformular suas estruturas institucionais elaborando Agendas 21 locais, através de um processo de consultas dos seus cidadãos com o intuito de se atingir um consenso quanto ao desenvolvimento sustentável (CNUMAD, 2001, p. 212). A crise dos recursos naturais em escala global demonstrou a fragilidade dos Estados-Nação no trato dos interesses dos seus cidadãos, pois, como enfatiza Jürgen Habermas, deve-se criar um novo modelo institucional que complemente o sistema político representativo tradicional, onde haja ampliação da participação do cidadão fazendo com que o governo esteja vinculado a um constante processo de legitimação (HABERMAS apud MINGHELLI, 2005, p. 43). Para Henrique Rattner a atual complexidade das

sociedades, onde habitam diversos interesses contraditórios, não estão sucumbindo às manipulações técnico-administrativas dos governos, gerando no interior dos regimes democráticos a perda da governabilidade. Este mesmo autor identificou que o ato de governar está atualmente amparado na manipulação psicológica, no *marketing*, e na administração de recursos financeiros (RATTNER, 1999, p. 151). Rattner ainda aborda que o distanciamento das populações dos seus respectivos governos gera pressões no interior das sociedades, uma vez que governados já não sentem confiança no seus governantes, que estão mais cooptados com os princípios neoliberais de “enxugamento da máquina estatal”, dado o avanço dos interesses do capital globalizado, que com garantir a dignidade dos cidadãos. Carvalho enfatiza a necessidade de desenvolver na sociedade uma solidariedade relacional como resposta ao distanciamento dos espaços de decisão. Uma comunidade organizada de acordo com a sua própria realidade e características específicas pode conquistar seus anseios e desenvolver-se conforme suas necessidades, pois o Desenvolvimento Comunitário:

[...] representa portanto, o desenvolvimento da comunidade como um todo, isto é, enquanto um conjunto complexo de associações formado por diferentes sistemas que se comunicam por canais diversos. Afirmar que uma comunidade segue rumo ao Desenvolvimento Comunitário, é afirmar que as pessoas que a constituem, as interações que promovem, a cultura que produzem, os meios econômicos que dispõem, e o meio ambiente do qual fazem parte, encontram-se em processo de desenvolvimento, o que representa um movimento de avançar rumo a uma melhoria da qualidade de vida comunitária em todos os níveis (CARVALHO, 2002, p. 141).

Resgatar um modo comunitário de desenvolvimento é recorrer à natureza humana uma vez que, segundo o filósofo grego Aristóteles, o ser humano no início da sua evolução vivia agrupado em clãs formando pequenas comunidades unidas por laços de parentesco. Com o passar do tempo estes agrupamentos naturais se desenvolveram em sociedades mais complexas, e, quando cresceram até atingirem a auto-suficiência, se tornaram cidades ou cidades-estado. O filósofo ateniense na sua obra *Política* reconhece que “[...] o indivíduo quando isolado não é auto-suficiente, no entanto, ele o é como parte relacionada com o conjunto”, logo, há “[...] um instinto social implantado pela natureza em todos os homens” (ARISTÓTELES, p. 2000, 147).

Viver em comunidade é típico do ser humano que se agrupa conforme as relações desenvolvidas no interior do grupo, para o sociólogo Donald Pierson o processo de formação social atende alguns elementos relacionados com as dimensões da “comunidade” e da “sociedade”:

[...] a comunidade surge e adquire organização como resultado dos processos de competição e de acomodação; a sociedade surge e adquire forma através do conflito e assimilação. Assim, ao passo que as características mais importantes de uma comunidade são: 1) a divisão de trabalho e 2) a interdependência biótica e econômica, a característica fundamental de uma sociedade é o consenso (PIERSON, 1971, p. 119).

Um exemplo a ser mencionado é proposto por SACHS (1986, p. 107) ao falar do ecodesenvolvimento em pequenas comunidades rurais que deve ser estruturado tendo como elementos:

- a) poder de decisão horizontal;
- b) participação real da população na formulação das estratégias de desenvolvimento local;
- c) sistema educacional rural que privilegie o ensino ecológico e a relação dos alunos com este abordagem e o reflexo na comunidade;
- d) sistema de integração do meio rural com a economia nacional capaz de livrar os produtores da especulação da cadeia de intermediários.

Donald Pierson (1971) confirma que a dimensão da comunidade é menor se comparada com a da sociedade, desdobrando-se em vários grupos inseridos num lugar comum, interagindo conforme os interesses que lhe motivam. O seu trabalho ao abordar elementos como a competição, o conflito e a divisão do trabalho, refletem o pensamento do seu mestre Émile Durkheim, para o qual os agrupamentos apresentam um elemento de coesão vinculado à solidariedade. Neste sentido, Durkheim afirmou que “[...] existe uma solidariedade social que provém do fato de que um certo número de estados de consciência é comum a todos os membros de uma mesma sociedade” (DURKHEIM, 1983, p. 57). O consagrado sociólogo identificou dois tipos de solidariedade social, sendo que uma deriva das semelhanças entre os indivíduos do agrupamento, e a outra pela divisão do trabalho:

[...] a primeira (solidariedade derivada das semelhanças) só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida pela personalidade coletiva. A Segunda (solidariedade produzida pela divisão do trabalho) é apenas possível se cada um tem uma esfera de ação que lhe é própria, por conseguinte, uma personalidade. É preciso, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que aí se

estabeleçam estas funções especiais que ela não pode regulamentar; quanto mais extensa esta região, tanto mais forte é a coesão resultante desta solidariedade. Por outro lado, cada um depende tanto mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido é o trabalho, e, além disso, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto especializada (DURKHEIM, 1983, p. 69-70).

Durkheim (1983, p. 71) identificou na divisão do trabalho o elemento que forma a complexidade das sociedades, pois dela surge a interdependência dos indivíduos inseridos na vida social comum, sendo que as articulações desta dependência mútua permitem a manutenção de uma vasta gama de interesses individuais em dado agrupamento. Surgem, neste contexto, os fatores de ordem psicológica que direcionam os rumos das sociedades humanas, que conseguem desenvolver uma consciência coletiva capaz de determinam um modo grupal de entender as coisas (COELHO, 1969, p. 32).

Já na antiguidade clássica os povos procuram decidir suas demandas sociais com o envolvimento dos membros do grupo, justamente pelo primitivismo das relações dentro da sociedade (PLATÃO, 2000, p. 35). Na Cidade-estado de Atenas existiu um a estrutura política onde o cidadão ateniense participava diretamente dos assuntos envolvendo a sua cidade, tratava-se de uma praça pública, localizada no centro da cidade, intitulada de *Ágora*, onde o povo ateniense conseguiu consolidar uma cultura democrática (ARISTÓTELES, 2000, p. 255). Este modelo político não é mais possível nos Estados modernos que estão organizados em vastos territórios e não dispõe de estruturas capazes de ouvir a diversidade de opiniões dos seus cidadãos (BONAVIDES, 1994, p. 272). Surge daí um impasse uma vez que as sociedades mesmo complexas não podem deixar de atender os interesses do seu povo. Como proclamava o Ideal Liberal de Democracia, fundamento que estrutura o Estado Brasileiro (TEMER, 2000, p. 21), a liberdade é um dos maiores bens de um homem, pois esta possibilitou ao indivíduo organizar-se e consolidar uma “vontade geral”, sendo indiscutível pelo soberano (ROUSSEAU, 2003, p.125).

A resposta deste impasse no caso brasileiro, País com extenso território e diversidade cultural, foi aumentar a autonomia política dos seus municípios desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (SILVA, 1999, p. 620). Com a vigência do atual texto constitucional o município brasileiro pode determinar-se com maior independência em relação aos outros entes da federação (União e Estado-membro), podendo se desenvolver conforme a sua realidade local (TEMER, 2000, p. 105). Esta estrutura jurídica permite implantar nas municipalidades os preceitos da

Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional (2004, p. 95), que para atingir-se o desenvolvimento sustentável das cidades é necessário o “planejamento e gestão democrática da cidade”, diretriz esta que já está reconhecida no PDDI da cidade de Curitiba no seu Artigo 5º, Parágrafo 1º, Inciso V. Com o aumento da autonomia municipal, Marcus André Melo questiona que a transferência de poder, do Federal e Estadual para o Municipal, acaba sendo de modo abrupto e inconseqüente uma vez que o município é obrigado a arcar com responsabilidades sem a devida estrutura capaz de absorvê-las, pois, do modo que está sendo feito, há um “[...] claro esforço por parte do Governo central de transferir os custos políticos do processo de descentralização para os estados e municípios” (MELO, 1996, p. 19). A Constituição Federal de 1988 criou um ambiente propício para o desenvolvimento de um “federalismo cooperativo” entre os entes da administração pública (Agenda 21 Brasileira, 2004b, p. 79), a descentralização traz alguns inconvenientes como observa MELO (1996), mas o texto da Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias (2004b) indica que um grande obstáculo ao desenvolvimento das localidades é a “fragmentação política do municipalismo”, e a solução é apostar nos consórcios, descritos no Artigo 241, da Constituição Federal de 1988, como forma de desenvolvimento regional.

Outro entrave é constatado por Villaça (2005, p. 08) que, ao analisar o caso do Plano Diretor da Cidade de São Paulo, destaca a necessidade dos entes Federal e Estadual respeitarem os consensos estabelecidos nos Municípios, pois estão sendo criados os canais participativos de gestão, as o próprio poder público não está respeitando o ordenamento jurídico vigente. Mesmo diante das crises surgidas no interior das sociedades globalizadas, Henrique Rattner (1999) entende que a integração da economia em escala global é um processo irreversível, mas o sonho de construir sociedades auto-emancipadas com uma população ativa nos seus direitos cívicos não pode ser abandonado por um ceticismo oriundo da lógica do mercado. Para Ladislau Dowbor (2005) a complexidade da questão da água pode representar um avanço nas relações sociais por se tratar de uma das formas mais modernas de gestão sistêmica de um bem coletivo. Na construção de um novo processo de gestão, que envolva um maior contingente de atores, são destacados alguns pontos-chave: Desenvolver a capacidade de planejamento, em processos contínuos e de longo prazo; privilegiar a ações preventivas, a fim de evitar-se gastos com recuperação; privilegiar o enfoque integrado, principalmente no setor de

saneamento que está correlato à coleta de lixo, controle de vetores, e drenagem urbana; privilegiar os espaços locais de ação, coordenar os diversos segmentos da sociedade privilegiando os limites da comunidade; desenvolver parcerias, romper com o modelo atual de valorização de pessoal técnico oriundo apenas de empreiteiras e do poder público; mudança cultural, maior divulgação da situação atual dos recursos naturais tendo nos meios de comunicação de massa importante instrumento de transformação cultural (DOWBOR, 2005, ps. 32-33).

Diante da constatação de que os recursos naturais estão se esvaindo e das iniciativas consideradas “utópicas” para garantir maior segurança futura à raça humana, Henrique Rattner demonstra-se otimista quanto a mudança de comportamento da comunidade global, afinal, lança duas perguntas para serem respondidas: “[...] Mas quem define os limites do impossível? E o que seria da História, fossem seus atores obedientes e passivos ao que os poderosos de plantão definiram como possível, nos momentos de encruzilhada?” (RATTNER, 1999, p, 155).

2.5 Cidadãos ou usuários?

De acordo com Libânio, Chernicharo e Nascimento (2005) há uma estreita relação entre saneamento e saúde, uma vez que as intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário influenciam os indicadores de saúde pública. Estes mesmos autores, ao analisar o caso brasileiro onde há a degradação das bacias hidrográficas pela urbanização desordenada e falta de rede de esgoto tratado, identificaram que os Estados da federação com as maiores taxas de mortalidade e de morbidade, são aqueles que apresentaram os menores índices de cobertura por rede de esgotamento sanitário. Este cenário é do conhecimento do Ministério do Meio Ambiente Brasileiro ao reconhecer que “[...] cada um real investido no saneamento básico propicia a economia de cinco reais em atendimento médico” (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2004b, p. 53).

Para Barbosa (1995, p. 200) a realidade produzida no interior da complexa sociedade urbano-industrial não pode excluir dos benefícios trazidos pelos avanços tecnológicos uma determinada parcela da população, que necessita, cada vez mais, articular-se e fazer-se ouvir a fim de ver atendido seus anseios quanto à melhora na qualidade de vida no meio urbano.

Leff entende que a racionalidade econômica, revestida de um caráter *antinatura*, colabora com a degradação ecológica estimulando a morte entrópica do planeta, sendo que, mediante este enfoque desenvolvimentista, não há um ritmo capaz de reverter este progresso autodestrutivo que conduz a humanidade no sentido de uma catástrofe. Porém, o mesmo autor identificou iniciativas que existem no sentido contrário ao racionalismo predatório do mercado capitalista globalizado, que objetivam construir uma outra racionalidade social “[...] *fundada en la autoorganización de la materia, en la productividad de la naturaleza y la creatividad de los pueblos*” (LEFF, 2000). Para este autor a complexidade é um dos elementos da sustentabilidade, mas a diversidade apenas pode ser atingida nas relações sociais quando ouvida a diversidade de idéias e anseios dispersos em dado agrupamento. Neste sentido, Jean-Jacques Rousseau vê no exercício da cidadania um importante elemento para a construção de uma realidade mais equilibrada e justa, e ao tratar do contrato social fala do benefício da liberdade conquistada por cada indivíduo inserido numa organização mais eqüitativa, ou seja:

[...] uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes (ROUSSEAU, 2003, p.20).

Na atualidade, o conceito de cidadania está associado à regulação normativa do próprio Estado Nacional onde a população, ou povo, é o “conjunto de pessoas vinculadas de forma institucional e estável a um determinado ordenamento jurídico” (BONAVIDES, 1994, p. 76). Este vínculo não significa que o indivíduo esteja inerte às ações do poder público ou a este submetido, pois “[...] a cidadania é um elemento de indispensável para o acesso à espacialidade pública, ao mesmo tempo em que é continuamente remodelada pela atuação dos cidadãos no seu interior” (ARENDRT apud MINGHELLI, 2005, p. 13). Para Minghelli a cidadania é o reflexo da institucionalização do Estado moderno, principalmente após a Revolução Francesa,

onde o cidadão interage com o meio em que vive, mas o desenvolvimento do Estado Liberal propiciou a legitimação do poder de indivíduos que, agindo em nome da maioria, atende apenas aos próprios interesses. Como resposta, este autor cita o pensamento de Habermas que defende um novo desenho institucional estruturado pelas pessoas organizadas nas relações cotidianas, objetivando atender os interesses coletivos, e não pela racionalidade instrumental do mercado. A partir daí há a necessidade de criar um espaço público não estatal destinado a dialogar entre as demandas surgidas na sociedade e a manutenção do Estado burocratizado, pois estas são verdadeiras “[...] arenas de negociação que irão intermediar a relação entre Estado e sociedade, entre as demandas coletivas e as funções de governo, sendo operacionalizados por meio de mecanismos de representação e participação” (MINGHELLI, 2005, p. 44).

Paulo Bonavides ensina que o conceito de cidadania evoluiu principalmente do *status civitatis* do direito romano, que conferia o estado de cidadão aos indivíduos conforme atendido o *jus sanguini* (cidadania determinada pelo vínculo pessoal com um cidadão já reconhecido), e o *jus soli* (cidadania determinada pelo vínculo territorial). Estes dois conceitos evoluíram no tempo e serviram para influenciar a Constituição Federal Brasileira de 1988, onde o seu Artigo 12 ao invés de empregar o termo cidadania, de acepção mais restritiva, encontra um similar de maior abrangência: o vocábulo “nacionalidade” (BONAVIDES, 1994, p. 77).

Segundo José Afonso da Silva, no ordenamento brasileiro há uma distinção prática entre nacionalidade e cidadania, pois a primeira, mais abrangente, trata de todos os indivíduos, nascidos ou naturalizados, que estão vinculados ao território. Já a cidadania, conforme o mesmo autor, trata dos direitos políticos do indivíduo ou seja, da sua faculdade de participar da vida do Estado, fazendo-se ouvir perante os outros cidadãos, representando-os ou conferindo poder para ser representado. A nacionalidade é o pressuposto da cidadania, “[...] uma vez que só o titular da nacionalidade brasileira pode ser cidadão” (SILVA, 1999, p. 347). Esta distinção serve para legitimar o indivíduo na chamada Ação Civil Pública, descrita no texto constitucional no seu Artigo 5º, Inciso LXXIII, que, como ensina Michel Temer, apenas o cidadão tem legitimidade para propô-la uma vez que ele age defendendo a República de eventuais desvios, pois sendo a Nação uma “coisa do povo” “[...] a este cabe o direito de fiscalizar aquilo que é seu” (TEMER, 2000, p. 198). Logo, de acordo com o mesmo autor, não estão legitimados aqueles desprovidos de

cidadania, tais como: os estrangeiros, os apátridas, aqueles sem direitos políticos, e as pessoas jurídicas.

A criação de instrumentos de fiscalização do poder público não foram suficientes para impedir a tomada do poder político-burocrático por grupos interessados apenas nos próprios anseios, em detrimento do bem comum, ver 2.3.1. O economista Luiz Carlos Bresser Pereira ensina que o surgimento do Estado de Bem-Estar Social, surgido no Pós-II Guerra Mundial, atendeu à cobiça de indivíduos e de grupos poderosos relacionados com a burocracia estatal que, citando Weber, se trata de uma estrutura lenta, cara, e ineficiente. Daí surge a necessidade de proteger o bem público direcionando o Estado no sentido de atender apenas os interesses reais da sua população, ou seja:

À medida que a proteção aos direitos públicos passava a ser dominante em todo o mundo, foi-se tornando cada vez mais claro que era preciso refundar a república, que a reforma do Estado ganhava nova prioridade, que a democracia e a administração pública burocrática – as duas instituições criadas para proteger o patrimônio público – precisavam mudar: a democracia devia ser aprimorada para se tornar mais participativa ou mais direta, e a administração pública burocrática devia ser substituída por uma administração pública gerencial (PEREIRA, 1998, p. 25).

O autor ainda observou a crescente insatisfação com o modelo de administração pública burocrática ao longo da década de 1970 em vários países do Ocidente, fazendo com que surgisse em alguns desses um modelo gerencial que primava pela descentralização administrativa e pela limitação do grau de confiança nos políticos e funcionários públicos. Neste novo modelo o foco principal está no atendimento efetivo das demandas surgidas na sociedade:

Enquanto a administração pública burocrática concentra-se no processo: em definir procedimentos para a contratação de pessoal, para a compra de bens e serviços; e em satisfazer as demandas dos cidadãos, a administração pública gerencial orienta-se para os resultados (PEREIRA, 1998, p. 28).

Este novo modelo de pensar a administração pública influenciou a Lei Federal n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, uma vez que esta rompeu com paradigmas existentes no modo de gerenciar os recursos hídricos, que, a partir de sua sanção, adotou-se no Brasil um gerenciamento dotado de instrumentos capazes de articular um modelo sistêmico de integração participativa capaz de atender as deliberações

de diversos setores usuários dos recursos hídricos, amparado numa matriz institucional responsável pela execução de determinadas funções, inclusive dotado de instrumentos legais e financeiros, tendo como área de cobertura do planejamento, de caráter estratégico, os limites das bacias hidrográficas (PNRH, 2006, p. 26). Todavia, o modelo gerencial se ampara em valorizar as relações do setor público como se fosse privado (VAINER, 2000, p. 76), e na observação dos interesses da grande maioria da população é fundamental o exercício do conflito de interesses nos espaços destinados para este fim:

[...] ali onde a mercantilização do espaço público está sendo contestada, ali onde os cidadãos investidos de cidadania politizam o cotidiano e quotidianizam a política, através de um permanente processo de reconstrução e reapropriação dos espaços públicos, estão despontando os primeiros elementos de uma alternativa que, por não estar ainda modelada e consolidada, nem por isso é menos promissora (VAINER, 2000, p. 101).

Para Machado (2003, p. 125) dentro desta nova regulação jurídica a bacia hidrográfica assume destaque como “unidade territorial de gestão”, sobrepondo-se às outras unidades político-administrativas, porque comporta as relações de causa-efeito manifestadas no *locus* onde há a manifestação dos aspectos relacionados com a respectiva rede de drenagem fluvial.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos destaca a atuação dos usuários na gestão descentralizada dos recursos hídricos, e também descreve os setores que são considerados os principais usuários: o de Agricultura e Pecuária, o de Geração de Energia, o da Indústria, o de Transporte Aquaviário, o da Aqüicultura e Pesca, o do Turismo e Lazer, e o do Saneamento, sendo que este último comporta o maior número de usuários individuais e está relacionado com o fornecimento de água tratada e de esgotamento sanitário abrangendo a qualidade de vida das pessoas inseridas no meio urbano brasileiro (PNRH, 2006, p. 76). Estes indivíduos, residindo nas diversas municipalidades, independente da sua condição de usuário de recursos hídricos, gozam do direito garantido pela Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 225, de viver num “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, sendo que cabe ao Estado promover políticas destinadas a reduzir os riscos de doenças (Constituição Federal de 1988, Artigo 196), ademais, a água é na reconhecida pela atual legislação de recursos hídricos como um “[...] bem de uso de todos, comum do

povo, e que, conseqüentemente, deve ser compartilhada com o propósito de atender aos interesses coletivos de toda a população” (MACHADO, 2003, p. 125).

No caso brasileiro ainda há um grande *déficit* no atendimento da população em relação ao saneamento básico, pois dos 40,6 milhões de domicílios, 22,3% não são atendidos por rede geral de água, 57,1% não possuem esgotamento sanitário, 23,7% não têm a coleta de lixo. Do total dos esgotos coletados, menos de 5% recebe o devido tratamento, e esta realidade é mais percebida nas regiões metropolitanas dos grandes centros urbanos onde, na sua periferia já há outros tipos de problemas, como a violência, a favelização, o transporte público ineficiente (PNAD, 1997 apud AGENDA 21 BRASILEIRA, 2004, p. 107).

O Estatuto das Cidades, Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, estabelece que a política urbana brasileira tem como premissa atender o bem-estar dos seus cidadãos, sendo que o seu Artigo 2º, Inciso I, reconhece o direito da coletividade em se desenvolver numa cidade sustentável dotada, inclusive, de saneamento ambiental. O Estatuto da Cidade como instrumento de gestão existe para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos com a prevenção da degradação ambiental (CIDADES, 2005, p. 17).

Existe um histórico conflito de interesses na disputa pelo uso dos recursos hídricos dada a desigualdade de condições, econômicas e políticas, dos diversos setores de usuários (PNRH, 2006, p. 80). A Lei Federal n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, deixa expresso no seu Artigo 39, Inciso IV, que o Comitê de Bacia Hidrográfica é composto, além de representantes do poder público, pelos “usuários das águas de sua área de atuação”. O cidadão comum, ao servir-se dos sistemas de saneamento, acaba compondo um dos setores de usuários (PNRH, 2006, p. 75), mas que detém alguns direitos garantidos pela legislação constitucional destinados a zelar da sua dignidade na sociedade (SILVA, 1999, p. 129). O Plano Nacional de Recursos Hídricos ao tratar da gestão descentralizada das bacias hidrográficas, reconhece a participação de “todos” nos respectivos comitês, ou seja: o poder público, setores usuários, e a sociedade civil de um modo geral (PNRH, 2006, p. 28), mais uma vez destacando o papel do cidadão inserido numa sociedade organizada comprometido com a gestão dos recursos hídricos (ABERS; JORGE, 2005, p.13).

2.6 Interações Para a Participação Popular na Melhoria das Condições dos Recursos Hídricos no Brasil

Para atingir-se o desenvolvimento sustentável a Agenda 21 Global salienta a necessidade do envolvimento do poder público, setor, privado, comunidade científica, e a sociedade civil organizada (CNUMAD, 2001, p. 201). Com a vigência da Constituição Federal de 1988 houve a ampliação dos canais participativos dos cidadãos e a ampliação da autonomia política dos municípios (SILVA, 1999, p. 121). Apesar da garantia formal de participação, o cidadão brasileiro ainda não ampliou a sua consciência sobre a própria cultura cívica, uma vez que está inserido no meio urbano construído a partir dos interesses, econômicos e políticos, de uma elite (VILLAÇA, 2005). O momento de transformação no qual está inserida a comunidade internacional, dado o comprometimento dos recursos naturais (CARVALHO, 2002), criou-se um cenário propício para novas relações sociais e institucionais, fundadas na solidariedade (RATTNER, 1999, 72).

2.7 Interesse na Participação da População na Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil.

Como advertem Alexis de Tocqueville e Robert Putnam, uma das condições essenciais para a manutenção da democracia é a valorização do associativismo no interior do regime uma vez que, ao se associarem, os homens organizados podem resistir a um governo despótico e, ao mesmo tempo, se interessarem pelos assuntos públicos, constituindo-se, assim, num “recurso subjetivo” destinado a consolidar as instituições (TOCQUEVILLE; PUTNAM apud PERISSINOTTO, 2004, p. 53). Renato M. Perissinotto ao estudar o Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba percebeu que a maioria dos conselheiros estavam filiados a algum outro tipo de organização participativa, tais como: outro conselho gestor; sindicatos; ONG's; e associações de bairro. Este pesquisador concluiu que “[...] de acordo com a literatura clássica e mais recente, indivíduos que possuem vida associativa tendem a se interessar mais pelos assuntos públicos” (PERISSINOTTO, 2004, p. 55). Neste mesmo estudo pode-se perceber que os indivíduos condicionados nas discussões

do Conselho estudado aumentaram o seu interesse pela busca de informações sobre os assuntos abordados no interior da instituição, assim, desenvolveram um alto grau de recurso de natureza subjetiva ao destinar o seu interesse por assuntos políticos, ou seja, de natureza pública (ALMOND; VERBA apud PERISSINOTTO, 2004, p. 56).

Um elemento fundamental na consolidação do interesse do cidadão pela participação na vida cívica é justamente mensurar aquilo identificado como “competência política subjetiva” (ALMOND; VERBA; PATEMAN apud PERISSINOTTO, 2004, p. 60), ou seja, a crença individual que o cidadão comum, no gozo dos seus direitos cívico, possa interferir nos acontecimentos políticos, uma vez que:

[...] esse tipo de percepção é fundamental para a sobrevivência de instituições participativas como os conselhos, pois os altos custos que usualmente a participação impõe aos atores, somados a um baixo sentimento de influência, pode comprometer a continuidade desse tipo de instituição (PERISSINOTTO, 2004, p. 61).

A questão da auto-estima do cidadão é fator relevante ao pensar “a dimensão pedagógica da política” proposta por J.S. Mill para o qual “[...] a participação nos assuntos públicos leva ao desenvolvimento das potencialidades do cidadão” (MILL apud RIBEIRO, 2004, p. 226). Citando Bachrach, Ribeiro apóia esta assertiva na idéia de que o indivíduo tem um duplo interesse por política: um, relacionado com os fins que deseja alcançar no interior da sociedade que está inserido, e outro, que está associado ao desenvolvimento da própria personalidade ao participar dos processos de resolução de questões relevantes para o grupo social. Para o mesmo autor o indivíduo se comporta de forma apática quanto ao sistema político propriamente dito, por considerar um tema distante da sua realidade, mas procura engajar-se em “assuntos mais ordinários”, por estarem próximos das suas relações cotidianas (RIBEIRO, 2004, p. 226).

A fim de explicar a formação subjetiva da vontade individual, Coelho, citando Kardiner e Linton, lembra que “[...] a estrutura da personalidade básica é a constelação de características de personalidade que parecem ser congruentes com o compasso total de instituições de determinado grupo social” (KARDINER; LINTON

apud COELHO, 1969, p. 203). O mesmo autor ensina que tais instituições¹⁰ estão divididas em primárias e secundárias, sendo que as primeiras são desenvolvidas junto com o convívio no núcleo familiar, e as segundas como resposta às relações no universo social que o indivíduo é inserido. Os estudos de Kardiner voltados à psicologia social procuraram investigar o desenvolvimento do ego¹¹ individual tomando como referência fatores externos associados ao êxito e malogro. O seu sistema propõe que a ação que resulte em satisfação individual tende à exaltação do ego, conduzindo ao aumento do interesse e aprovação social. Já o contrário, quando a ação resulta em malogro, o resultado tende ao empobrecimento do ego, perda do interesse e redução da auto-estima (COELHO, 1969, p. 206).

No entender de Sánchez na virada do último milênio as cidades foram transformadas em mercadorias e, citando Bourdieu & Wacquant, em “produto de um imperialismo propriamente simbólico”. A cidade como fruto dos confrontos dos interesses das classes nela inserida renderam-se ao chamado *city marketing* que condiciona os cidadãos, por via da manipulação simbólica, à um modelo de cidade pensado e almejado por uma seleta classe dominante (SÁNCHEZ, 2001, p. 38-39). Esta pesquisadora identificou nas campanhas oficiais elaboradas pelo poder público municipal da cidade espanhola de Barcelona e a brasileira Curitiba um sentimento de envolvimento do cidadão no processo de modernização destas localidades. Coube a este estudo identificar que nos dois casos havia uma longa continuidade dos grupos políticos arraigados no poder local, e apenas uma participação virtual dos cidadãos, que estavam mais condicionados à uma “participação contemplativa da cidade” (SÁNCHEZ, 2001, p. 42). De acordo com Fernanda Sánchez o processo de construção da imagem de “cidade-modelo” encarregou-se de difundir homogeneamente em todas as classes inseridas na cidade os valores e os modos de vida das camadas médias, além de garantir a manutenção do poder ao mesmo

¹⁰ N. a.: neste caso a palavra “instituições” refere-se ao conjunto de valores convencionados em dado grupo social.

¹¹ Ego: [Do lat. ego.] / S. m. / 1. O eu de qualquer indivíduo. [Opõe-se a álter.] / 2. V. egotismo / 3. Antrop. Qualquer indivíduo, tomado como ponto de referência na descrição de uma rede de relações interpessoais ou de um sistema de categorias de relações, em particular uma terminologia de parentesco. [Cf. álter.] [Ger. com cap., nesta acepç.] / 4. Psican. A parte mais superficial do id, a qual, modificada, por influência direta do mundo exterior, por meio dos sentidos, e, em consequência, tornada consciente, tem por funções a comprovação da realidade e a aceitação, mediante seleção e controle, de parte dos desejos e exigências procedentes dos impulsos que emanam do id (FERREIRA, 1999).

grupo político hegemônico, e atender aos interesses dos “agentes econômicos privados”, locais ou multinacionais. Neste cenário, segundo a autora, o cidadão restou condicionado a conviver numa aparente unanimidade social que garantiu a sustentabilidade dos projetos urbanos, elaborados unilateralmente pelos atores técnico-políticos, e difundidos pela mídia de massa. O uso da publicidade divulgada em televisão, rádio, imprensa, e demais meios, serviu na construção de determinadas leituras da cidade, intervindo na formação dos valores culturais e representações sociais, onde uma ilusão de uma aparente “ordem natural” permitiu “[...] a aceitação passiva de valores culturais, políticos e morais dos grupos ligados ao projeto político dominante frente aos demais grupos subordinados” (SÁNCHEZ, 2001, p. 41).

Todo este conjunto de propagação dos sistemas de controle social é um reflexo, pelo menos no caso brasileiro, de uma cultura fundamentada na tradição escravista colonial, pois Santos Júnior lembra que o Brasil alcançou “[...] um elevado grau de urbanização da sociedade e a expansão da participação eleitoral”, mas que mantém no seu interior “cidades sem cidadãos plenos” (SANTOS JÚNIOR, 2004, p. 44-45). Este autor vê a necessidade de recorrer às políticas públicas de enfrentamento das desigualdades sociais, para que a democracia oscile da representativa à participativa, gerando capital social e cultura cívica nos seus atores.

Segundo Ribeiro, citando os estudos de Moisés, uma das formas de mensurar o grau de interesse dos indivíduos de determinada comunidade sobre um assunto específico, é questioná-los objetivamente sobre a sua disposição quanto o tema de interesse coletivo. Este pesquisador observou ao estudar o comportamento dos membros do Consul - Conselho de Saúde da Região Sul de Londrina que “[...] indivíduos interessados por política tendem a engajar-se de maneira mais ativa nas discussões públicas, o que favorece o desenvolvimento da democracia” (RIBEIRO, 2004, p. 228). Contudo, o mesmo autor adverte sobre a existência do “interesse abstrato”, incapaz de representar uma cultura cívica verdadeira, e o “interesse efetivo” que é aquele representado pelas ações objetivas do indivíduo junto ao grupo onde está inserido, sendo: participando de reuniões, engajando-se em campanhas eleitorais ou reivindicatórias, debatendo com vizinhos sobre determinado assunto, etc. Assim, indagar se é do interesse do indivíduo os problemas ocorridos com, por exemplo, o Rio Belém torna-se mais interessante saber como o mesmo se comporta perante a sua comunidade em face do problema apresentado.

É certo que o estudo de Sánchez (2001) indica uma tendência de manipulação da vontade coletiva por meio da comunicação de massa, mas mesmo diante das formas de dominação-acomodação observadas no meio social é própria da personalidade humana, ao desenhar as suas formas “simbólicas de comunicação”, que norteiam as suas ações, a capacidade de adaptação e inovação quanto às relações com o meio externo, uma vez que é inerente ao processo de socialização a elaboração de idéias novas (COELHO, 1969, p. 210). Neste sentido, Kardiner observou que mesmo com uma forte pressão para a preservação da herança cultural, o indivíduo tende às pequenas alterações. Afinal, no confronto das instituições primárias e secundárias (os valores primitivos e aqueles obtidos junto ao grupo social) restará na síntese deste processo a individualidade do indivíduo que, mesmo obedecendo as regras impostas pelo mundo externo, terá espaço no seu “eu” individual para contestar tais regras sedimentadas. Daí surge a possibilidade para a inovação e progresso, pois “[...] os progressos morais, sociais ou intelectuais têm sido primeiramente o efeito de uma revolta do indivíduo contra o grupo” (KARDINER apud COELHO, 1969, p. 210).

Partindo da premissa que as relações no interior do grupo social estimulam inovações culturais a todo o momento, é certo que as regras sedimentadas não são suficientes para atender todos os anseios do grupo, logo, cabe identificar a “[...] multiplicidade de quadros de valores existentes nas sociedades, o que se tem evidenciado mesmo para aquelas chamadas primitivas (COELHO, 1969, p. 216), e, a partir daí, estimular a construção de uma sociedade mais harmoniosa por via do consenso, e não pelo uso indiscriminado da violência (RATTNER, 1999).

3 ASPECTOS DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BELÉM, CURITIBA/PR

3.1 Curitiba: Uma Cidade Historicamente Conservadora

Como ensina Raymundo Faoro, nas relações de poder desenvolvidas no Brasil evoluíram a partir das Capitâneas Hereditárias distribuídas a indivíduos próximos à Coroa portuguesa, que tinham como obrigações prestar obediência ao Rei, pagamento de impostos, e defender o território da colônia de invasores estrangeiros. Na esfera local, estes fidalgos representando o nome real, agiam no sentido de atender aos próprios interesses em detrimento dos interesses da comunidade. Com a transição da Monarquia para a República, as lideranças locais foram se moldando a fim de manter as relações de poder historicamente arraigadas na sociedade, tais como o clientelismo e fisiologismo, que serviram de instrumento à elite, originária das oligarquias agrárias, para manter a população distante da autodeterminação política (FAORO, 1995, p. 731).

Mesmo nas grandes cidades, a fragmentação das comunidades ali inseridas, haja visto a diversidade cultural e de classes sociais, reproduziu os mecanismos de controle identificados no meio rural, quando o indivíduo e a sua família estavam subjugados pela necessidade de acesso a terra (HOFF, 1983, p. 72). É o caso observado na cidade paranaense de Curitiba que nas últimas décadas evoluiu como resposta à decadência da agricultura primária apostando na industrialização tardia (LEÃO, 1991, p. 68). Como observou Fenianos (2003) até a primeira metade do século XVIII a localidade onde se desenvolveu Curitiba vivia em condições paupérrimas, basicamente da agricultura e criação de gado, com uma população de 1.400 habitantes, em 1721. De acordo com o mesmo autor a Coroa Portuguesa adotou uma política de expansão das suas fronteiras no território brasileiro e intensifica o comércio com o Sul, propiciando o surgimento do tropeirismo, que melhorou as condições da região de Curitiba dada a sua privilegiada posição geográfica, que servia de ponto de parada dos tropeiros vindos de Viamão, no Rio Grande do Sul, que traziam gado, muares e alimentos, destinados ao comércio em São Paulo e Minas Gerais.

Altiva Pilatti Balhana aponta que a formação étnica de Curitiba nesta fase inicial, deu-se com o branco oriundo de Portugal ou Espanha, e o índio aqui encontrado, e com a pouca presença dos escravos negros. Em 1772 havia na Vila de Curitiba 907 homens brancos e livres, 928 mulheres brancas, e 104 escravos negros, sendo que os escravos não eram relacionados pelo sexo. Neste Censo elaborado pela Coroa Portuguesa, o índio não é mencionado, uma vez que o mesmo não era considerado escravo, apenas “administrado” junto ao homem branco (BALHANA, 2002, p. 222). Deste contato inicial das três etnias surgiram as miscigenações que constituíram o caboclo típico curitibano na sua fase original, que levou o então Governador de São Paulo, Dom Luiz Gonzaga, a tecer o seguinte comentário: “Essa gente de Curitiba é muito semelhante ao índio nos costumes, habituada ao uso do cavalo, audaciosa nas suas empresas sertanistas e propensa a desertar para o lado dos castelhanos por ser muito parecida com estes” (FENIANOS, 2003, p. 33).

Com um privilegiado fluxo econômico, inclusive com o ciclo da erva mate, a então Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais adquiriu *status* de Sede de Comarca através do Alvará Imperial de 1812, e passou à condição de cidade de Curitiba pela Lei Provincial n. 05, de 1842, e quando é criada a província do Paraná a Lei Imperial n. 704, de 1853, determinou que Curitiba fosse a sua Capital (FERREIRA, 1996, p. 261).

No ano de 1829 iniciou-se a imigração de europeus, estimulada pelo Império, que marcou a formação da cidade (FENIANOS, 2003, p. 62). De acordo com Balhana em 1830 a região recebeu os primeiros imigrantes alemães. Em 1871 os poloneses. Em 1878 os italianos criam o bairro de Santa Felicidade, os ucranianos fixam-se na região do Bigorrião e, em menor número, chegaram os judeus, sírios, franceses, ingleses, e suecos. A mesma autora trata que no período de 1890 a 1914 a população da cidade triplicou com a chegada de 55.000 imigrantes, na sua maioria poloneses, e em 1930 a cidade contava com 93 mil habitantes sendo que a presença do europeu já estava incorporada na cultura local. O seu maior contingente concentrou-se nas regiões periféricas da cidade, pois a grande maioria ocupava-se da agricultura a qual fornece aos moradores do centro da cidade os produtos extraídos da terra (BALHANA, 2002, p. 259). Houve uma miscigenação natural destes imigrantes, inclusive com o caboclo aqui já fixado, gerando a nova face híbrida do povo que formaria a cidade atual (FENIANOS, 2003, p. 63). O colono

européu, inserido numa sociedade onde já havia uma elite local definida, estava desinteressado com qualquer ideologia partidária ou até mesmo em inserir-se nos problemas locais, ou nacionais, pois este estava “[...] preocupado imediatamente apenas em criar condições de bem-estar e segurança para si e sua família” (BALHANA, 2002, p. 260).

De acordo com Balhana até a década de 1940 a cidade encontrava-se desprovida de indústrias de considerável porte uma vez que sua ocupação econômica estava voltada ao beneficiamento da erva-mate e da madeira, uma rudimentar indústria alimentícia, a prestação de serviços, inclusive de ordem pública, e a exploração do comércio movido por aqueles que aqui passavam e travavam algum tipo de negócio. As tímidas iniciativas concentravam-se basicamente nas mãos dos imigrantes alemães os quais, dado o apuramento técnico, implantaram ainda no início do século XX: 3 fábricas de bebidas gasosas e de brinquedos, 2 casas de artefatos de couro, 2 fábricas de cola, 5 fundições, 2 fábricas de meias, 2 casas de instrumentos musicais, a única casa de carimbo de borracha, 1 fábrica de tecidos, 1 fábrica de fósforo, e 1 fábrica de pianos, ainda, a colônia germânica administrava estabelecimentos como: açougues, cervejarias, charutaria, colchoarias, olarias, ferraria, casas de louças e ferragens, marcenaria, curtumes, moinhos, ourivesaria, estúdios fotográficos, padarias, serrarias, e serralherias (BALHANA, 2002b, p. 403). Conforme o estudo de Oliveira, entre as décadas de 1930 e 1940 no Brasil se desenvolveu a política do chamado Estado Novo que aproximava do ideário nazista e fascista europeu quanto a centralização do poder e da exclusão de grupos considerados “inferiores”. No caso curitibano ficou demonstrada a participação da colônia germânica nos setores econômicos estratégicos da cidade, sendo que e a influência dos indivíduos de origem alemã sobre a capital paranaense estendeu-se até a cultura política local, uma vez que o historiador Romário Martins constatou a presença de membros do partido nazista em plena atividade na cidade de Curitiba, como era o caso do chefe do Partido Nacional Socialista local Werner Hofmann (OLIVEIRA, 2005, p. 36).

A formação da cidade seguiu no sentido de atender o conservadorismo político do seu tempo, pois mesmo antes da chegada dos imigrantes do século XIX a presença do europeu, representado pelo colonizador lusitano, superava a do indígena e do negro sendo que naquele momento havia algo de diferente do resto da Colônia: o predomínio dos brancos (BALHANA, 2002, p. 85). Sobre este

fenômeno, em 1820 o naturalista francês Auguste de Saint'Hilaire deixou anotadas as seguintes impressões da localidade quando a visitou:

[...] as ruas são largas e quase regulares [...] a praça pública é quadrada, muito grande e coberta de grama [...] as igrejas são em número de três, todas construídas de pedras [...] em nenhuma outra parte do Brasil eu havia visto tantos homens verdadeiramente brancos, como no distrito de Curitiba [...] pronunciam o português sem a alteração que revela mistura da raça caucásica com a vermelha [...] são grandes e bonitos, tem os cabelos castanhos e a tez rosada, maneiras agradáveis [...] as mulheres tem traços mais delicados que as das outras partes do Império por onde viajei. Elas se escondem menos e conversam com desenvoltura (FERREIRA, 1996, p. 262).

Conforme Balhana, o trabalhador curitibano assalariado estava condicionado a seguir as tendências impostas pela elite local, em especial pelo seu patrão, ignorando qualquer flexão ideológica e voltando a sua atenção unicamente ao trabalho, visando satisfação pessoal, familiar, de bem-estar, com os frutos do labor que lhe garantia acesso aos bens de consumo. A autora ao estudar o comportamento eleitoral na colônia de Santa Felicidade, constituída de italianos, no período de 1945 a 1965, concluiu que o eleitorado seguiu as tendências políticas das lideranças locais representadas por famílias tradicionais e, em especial, pela Igreja, pois estas tendências não estavam vinculadas a uma estrutura ideária ou partidária definidas, pelo contrário, oscilavam de acordo com os interesses do momento político em questão (BALHANA, 2002, p. 179-219). A relação do pequeno proprietário rural, seja o caboclo ou o imigrante, perante o fazendeiro era de profundo respeito deixando-se influenciar quanto a sua formação, inclusive, de valores e conceitos, sendo que algumas famílias de grandes proprietários se tornaram as verdadeiras responsáveis pela “[...] formação de padrões de convivência social” que sustentaram “[...] os sistemas de decisão de caráter coletivo” (CODEM, 1966, p. 37).

As relações desenvolvidas em Curitiba evoluíram no sentido de atender as necessidades da elite local, pois como exemplo desta assertiva cita-se a construção em 1915 do Belvedere, localizado na Praça João Cândido¹², pelo então prefeito Cândido de Abreu que via nesta obra uma oportunidade do curitibano tomar chá de um modo requintado, como faziam os ingleses, tendo a Cidade como cenário

¹² N.a.: praça localizada nas imediações do Bairro São Francisco, no setor histórico de Curitiba.

(FENIANOS, 2003, p. 111). Outro fator de fragmentação social se dá em 1930 quando a administração municipal elabora um dos primeiros planos de urbanização, seguindo um modelo europeu que hierarquizava os planos urbanísticos em forma radial, ou seja: Zona I – Central, como comércio e moradas de alto padrão; Zona II – Fábricas e moradas de operários de alto padrão; Zona III – Moradas de operários menos qualificados e de pequenos sítiantes, e na década seguinte, do conhecido Plano Agache, substituído em 1953 pela Lei Municipal n. 699 que definia objetivamente as zonas a serem ocupadas na Cidade (IPPUC, 1999, ps. 18-19). O Plano Agache refletia o modelo da escola modernista de arquitetura, inspirada na Carta de Atenas (1933), mas que mesmo ao longo da sua execução foi ficando obsoleto, levando as elites econômicas e intelectuais de Curitiba a pensarem um novo plano, convertido em Lei pela Câmara municipal em 1966, e uma agência burocrática encarregada do seu detalhamento e execução, neste caso o Ippuc - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (OLIVEIRA, 2000, p. 74-76).

O comportamento político identificado na cidade foi no sentido de não contestar o poder constituído mantendo-se numa posição conservadora. Como é o caso de, em 1964, o Belvedere abrigar a sede da “União Cívica Feminina”. Neste local foram organizadas a “Marcha com Deus, a Família e a Liberdade”, a “Marcha contra o Livro Único”, e a campanha “Ouro para o bem do Brasil”, todos os movimentos de apoio ao Golpe Militar daquele ano que tinha como fundamento “[...] preservar o regime democrático ameaçado por uma suposta república sindicalista e comunista” (MARQUES, 1991, p. 17). Outro exemplo do conservadorismo local é quando se instituiu o bipartidarismo no Brasil, pois, conforme Sebastiani a Câmara de Vereadores de Curitiba contava com 20 cadeiras sendo que, nesta ocasião, os edis deveriam migrar para um dos dois partidos admitidos pelo regime imposto pelo Golpe Militar de 1964: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Apenas um único vereador, Arlindo Ribas de Oliveira, filiou-se no MDB que, segundo a sua composição ideológica, contestou o referido Regime (SEBASTIANI, 1992, p. 6-7).

Conforme LEÃO (1991, p. 68), a partir da década de 1970 a cidade recebeu os investimentos para a formação da Cidade Industrial de Curitiba – CIC, área destinada especificamente para abrigar indústrias nacionais e estrangeiras relacionadas com a química e metal-mecânica. O mesmo autor observou que com

um maior investimento nas indústrias de transformação, estimulou-se um ambiente favorável à vinda de novas empresas, de técnicos especializados, e operários voltados aos serviços de metalurgia. Esta migração de mão-de-obra auxiliou na formação de uma população mais crítica aos modos tradicionais de pensar a cidade. Neste período, os imigrantes europeus abandonaram as atividades agropecuárias ou aquelas relacionadas com empresas tradicionalmente familiares, e assumiram postos de trabalho no comércio e indústria de larga escala sendo que, associado a este fator, houve a presença dos retirantes do meio rural vindos de outras regiões do Estado e do País, buscando uma melhor qualidade de vida na cidade que, em 1971, atingia os 609 mil habitantes (LEÃO, 1991, p. 68-70).

Para Oliveira (1997, p. 86) quando a cidade assumiu o título de “Capital Ecológica”, amparada nas áreas verdes de bosques e parques urbanos, o planejamento urbano seguiu neste sentido como resposta às constantes enchentes, com a construção de lagoas de contenção, para evitar a habitação irregular e a especulação imobiliária dos fundos de vale. O mesmo autor entende que estas iniciativas nasceram das necessidades naturais surgidas na cidade, neste caso as enchentes, que compeliram a administração pública local a tomar estas iniciativas sob o enfoque do movimento ambientalista em expansão mundial, porém sem criar instrumentos permanentes de ações voltadas à proteção e conservação do meio ambiente (OLIVEIRA, 1997, p. 86-87). Também pode ser tratado quanto a ausência de amplos canais de participação em Curitiba tomando como base o trabalho de Mario Fuks, Renato Monseff Perissinotto e Ednaldo Aparecido Ribeiro que estudaram os conselhos municipais da capital paranaense. A pesquisa concluiu que a chamada cultura política é “[...] um recurso desigualmente distribuído e, por isso, uma das condições da desigualdade política” (FUKS; PERISSINOTTO; RIBEIRO, 2003, p. 143), uma vez que ficou demonstrado a elitização dos canais participativos e o distanciamento das demais classes sociais. No dizer de Sánchez (2001, p. 42) Curitiba é uma cidade onde a hegemonia do poder político permanece com o mesmo grupo desde 1971, com uma descontinuidade apenas no período de 1983 a 1989, refletindo uma tendência de conservadorismo das estruturas de poder na cidade.

3.2 Marco Legal Municipal da Gestão Participativa

Hely Lopes Meirelles identificou no ordenamento jurídico brasileiro uma peculiaridade apenas existente neste Estado soberano: o reconhecimento do Município como “[...] peça do regime federativo constitucionalmente reconhecido” (MEIRELLES, 1999, p. 671-672)¹³. O mesmo autor explica que as municipalidades brasileiras detêm autonomia que não pode ser usurpada por atos do ente estadual ou federal. O município ao organizar-se conforme os próprios interesses depende de produção jurídica local por meio da sua respectiva Câmara de Vereadores, inclusive na elaboração de uma Lei Orgânica, que, como ensina Silva (1999, p. 620), é uma espécie de “constituição municipal”. Nela estão discriminadas as matérias de competência do município, levando em consideração as peculiaridades locais. Michel Temer faz uma distinção entre a organização administrativa e política do município, sendo que a primeira trata da gestão dos serviços públicos locais, enquanto que a segunda aborda a constituição dos poderes municipais, em especial a organização das funções do prefeito e da câmara de vereadores. O conteúdo da organização política se faz refletir na Lei Orgânica Municipal que é o instituto mantenedor da autonomia local em relação aos demais entes federados (TEMER, 2000, p. 107).

A Constituição Federal de 1988 ampliou a autonomia municipal se comparada com a legislação anterior, mas há um “conteúdo básico” das leis orgânicas dos municípios brasileiros, descrito no Artigo 29 do texto constitucional quanto a sua organização política (SILVA, 1999, p. 623). Esta iniciativa de uniformização das leis orgânicas municipais pelo o Artigo 29 da Constituição Federal de 1988 está impressa na Lei Orgânica do Município (LOM) de Curitiba, em vigor desde 05 de abril de 1990, e o *caput* do seu Artigo 1º trata da autonomia política, administrativa e financeira em relação aos demais entes federativos, como está garantido no texto constitucional (ver Anexo IV).

O seu Artigo 7º reconhece que o “poder emana do povo”, elemento do ideário democrático contemporâneo (BONAVIDES, 1994), que o exerce por representantes

¹³ N. A. Os municípios brasileiros detêm prerrogativas garantidas pela Constituição Federal de 1988 que impedem que a União ou os Estados extrapolem seus limites de atuação. É como uma soberania própria que os protegem dos eventuais abusos dos entes hierarquicamente superiores.

eleitos, indiretamente, ou diretamente. Neste último caso a “soberania popular” é exercida por instrumentos descritos no Inciso II, e suas letras, do Parágrafo Único, do Artigo 7º. Dentro da sua autonomia, o Município de Curitiba, ao executar suas agendas de políticas públicas, deverá atender o bem estar da sua população, e para tanto está autorizado a elaborar instrumentos de gestão, tais como o Plano Plurianual (as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual), os instrumentos de planejamento, com é o caso do Plano Diretor, e demais instrumentos de organização do uso do solo urbano, além de disciplinar as questões sobre a poluição ambiental. Estes temas estão abordados na LOM de Curitiba no seu Artigo 11.

Diante das faculdades específicas inerentes à cidadania brasileira que admite a democracia direta ou semi-direta (SILVA, 1999), é possível haver a propositura de projeto de Lei Municipal mediante a iniciativa de 5% do eleitorado curitibano, como está expresso no Artigo 55 da LOM: “[...] Artigo 55. A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros poderá ser exercida por cinco por cento, pelo menos, do eleitorado”. Assim como é facultado ao cidadão curitibano (Artigo 63 da LOM) denunciar ao Tribunal de Contas qualquer irregularidade observada na administração municipal, exercendo o controle externo da administração direta: “[...] Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para, nos termos da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas”.

A legitimidade de ação e os instrumentos de Democracia direta descritos até aqui servem para dar ao cidadão condições de se auto-determinar no ambiente urbano em estudo, fundamentado num ordenamento jurídico de bases democrático-participativas (TEMER, 2000). O Artigo 79 da LOM de Curitiba, seus Incisos e Parágrafo Único, tratam da democracia participativa ao autorizar a instituição dos Conselhos Municipais, inclusive para tratar do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). O Artigo 145 da LOM de Curitiba trata da política de desenvolvimento urbano, atendendo aos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 que tratam da política urbana, dando destaque para o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), importante instrumento de gestão da cidade uma vez que aborda o parcelamento do uso do solo de modo mais racional e equitativo, pois trata da propriedade urbana conforme a sua função social (CIDADES, 2005, p. 15). De acordo com a política local de desenvolvimento urbano, é preocupação do Município garantir aos seus cidadãos um meio ambiente mais equilibrado, através do

controle das atividades urbanas, como está expresso no Artigo 147, Incisos III, IV, e V, da LOM de Curitiba. O Artigo 148 da referida LOM estabelece o conteúdo do Plano Diretor de Curitiba no sentido de proteção do meio ambiente e controle da poluição, visando atender o disposto no Estatuto da Cidade quanto o equilíbrio ambiental urbano (CIDADES, 2005). Atendendo o caráter participativo do processo de elaboração do Plano Diretor, nos moldes da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, a LOM de Curitiba prevê, no seu Artigo 155, a criação de um Conselho de Política Urbana que se trata de um órgão encarregado de discutir, com diversos setores da sociedade envolvida, as políticas setoriais na elaboração e execução do respectivo Plano Diretor (CIDADES, 2005, p. 45).

A Lei Municipal abriu canais jurídicos para receber a Lei Federal n. 10.257/01, que trata da Política Urbana e do Plano Diretor e traz no Parágrafo Único, do seu Artigo 1º que o Estatuto da Cidade: “[...] estabelece normas de ordem pública e de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. A Lei Municipal n. 11.266, de 16 de dezembro de 2004, que trata do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), expressa no seu Artigo 1º a adaptação do Município de Curitiba ao Estatuto da Cidade (ver Anexo V).

O Artigo 2º, do Estatuto da Cidade, trata que a política urbana tem por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, mediante a garantia da cidade sustentável com o direito ao saneamento básico e aos serviços públicos (Inciso I). De acordo com o mesmo Artigo, a ordenação e controle do uso do solo deverão (Inciso VI): evitar a poluição e degradação ambiental (Letra “g”). Como instrumentos de implementação desta política urbana, o seu Artigo 4º estabeleceu no nível local o planejamento municipal (Inciso III), que atenda o plano diretor (Letra “a”), o zoneamento ambiental (Letra “c”), e planos de desenvolvimento econômico e social (Letra “h”). A Lei Federal 10.257/01, no seu Artigo 41, Inciso V, determina a obrigatoriedade do referido plano diretor em áreas com “significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional”, como é o caso do município de Curitiba, por trata-se do município-polo da região metropolitana e com uma população superior à 20.000 habitantes, conforme o expresso no Estatuto da Cidade.

A elaboração de um Plano Diretor, que regulamente a ocupação e desenvolvimento da cidade, deve ser um processo onde envolva as opiniões dos

diversos atores sociais inseridos na cidade, a fim de contribuir na redução dos atritos enfrentados na malha urbana, distribuindo de modo eqüitativo o acesso aos bens públicos, e, ainda, criando maior transparência e confiança nas políticas sociais desenvolvidas para o bem comum (CIDADES, 2005, p. 40). O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de Curitiba, Lei Municipal n. 11.266, de 16 de dezembro de 2004, dispõe de institutos que ampliaram a participação do cidadão curitibano no planejamento da sua cidade, como é o caso do seu Artigo 5º, Parágrafo 1º, Inciso V. Além de mencionar a participação popular no processo de planejamento, o referido artigo de Lei cita o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), que, segundo Oliveira (2001), trata-se de um corpo técnico formado para acompanhar o planejamento da capital paranaense, instituído com a Lei Municipal n. 2.828/66. O Artigo 9º, Inciso XIII, do PDDI visa atender o desenvolvimento urbano de modo a harmonizar-se com os recursos hídricos. O Artigo 48 do PDDI enfatiza os canais de participação, revendo institutos existentes em outras leis, inclusive na Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 14, Incisos I, II, e III, que também garantem o acesso direto do cidadão junto ao poder públicos.

A preocupação da Lei Municipal n. 11.266, de 16 de dezembro de 2004 (PDDI), em atender os princípios expostos na Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), é evidente como está expresso nos excertos expostos no Anexo V.

Outro instrumento utilizado pelo município para envolver a comunidade na gestão do espaço urbano foi a Conferência da Cidade de Curitiba, como resultado da política nacional urbana, fundamentada na Lei Federal n. 11.266, de 16 de dezembro de 2004. Este evento teve como um dos seus objetivos constatar:

[...] a distância entre conhecimento técnico e a vontade da população, uma vez que foi [...] um importante passo para efetivar a diretriz estratégica da Gestão Democrática, [...] que é um dos sete pilares deste governo (municipal), afinal, tal oportunidade envolveu o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) num [...] desafio de colocar seus conhecimentos numa linguagem popular, permitindo que a comunidade participe das novas regras urbanísticas (RICHA apud IPPUC, 2005).

A Conferência da Cidade, servindo de referência ao PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Cidade de Curitiba, teve como um dos resultados “[...] a vontade manifesta da comunidade em contribuir nas decisões da política urbana local” (IPPUC, 2005, p. 41).

3.3 Belém: Um Rio Tipicamente Curitibano

A cidade de Curitiba é a capital política do Estado do Paraná. De acordo com Fendrich (1997, p. 7) o Rio Belém tem a sua nascente na divisa dos municípios de Almirante Tamandaré e de Curitiba. Toda a sua extensão (nascente até a foz) está localizada em solo curitibano sendo que o seu talvegue principal segue no sentido Norte-Sul, e constitui-se num dos tributários da margem direita do Rio Iguaçu¹⁴(Figuras 1, 2 e 3). O mesmo autor identificou a importância histórica da Bacia do Rio Belém para o desenvolvimento da cidade de Curitiba uma vez que o curso cruzava o largo do município desde a sua formação, servindo de manancial para os moradores historicamente ali fixados (FENDRICH, 1997, p. 8). Na atualidade a bacia engloba importantes pontos turísticos de Curitiba, tais como: o centro comercial da Cidade, Parque São Lourenço, Bosque Papa João Paulo II, o centenário Passeio Público, o Centro Cívico (sede dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Estado do Paraná), a Rua 24 Horas, o calçadão da Rua XV de Novembro (conhecida como “Rua das Flores”), e o Teatro Guaíra.

¹⁴ N. A. - importante Bacia Hidrográfica do Estado do Paraná.

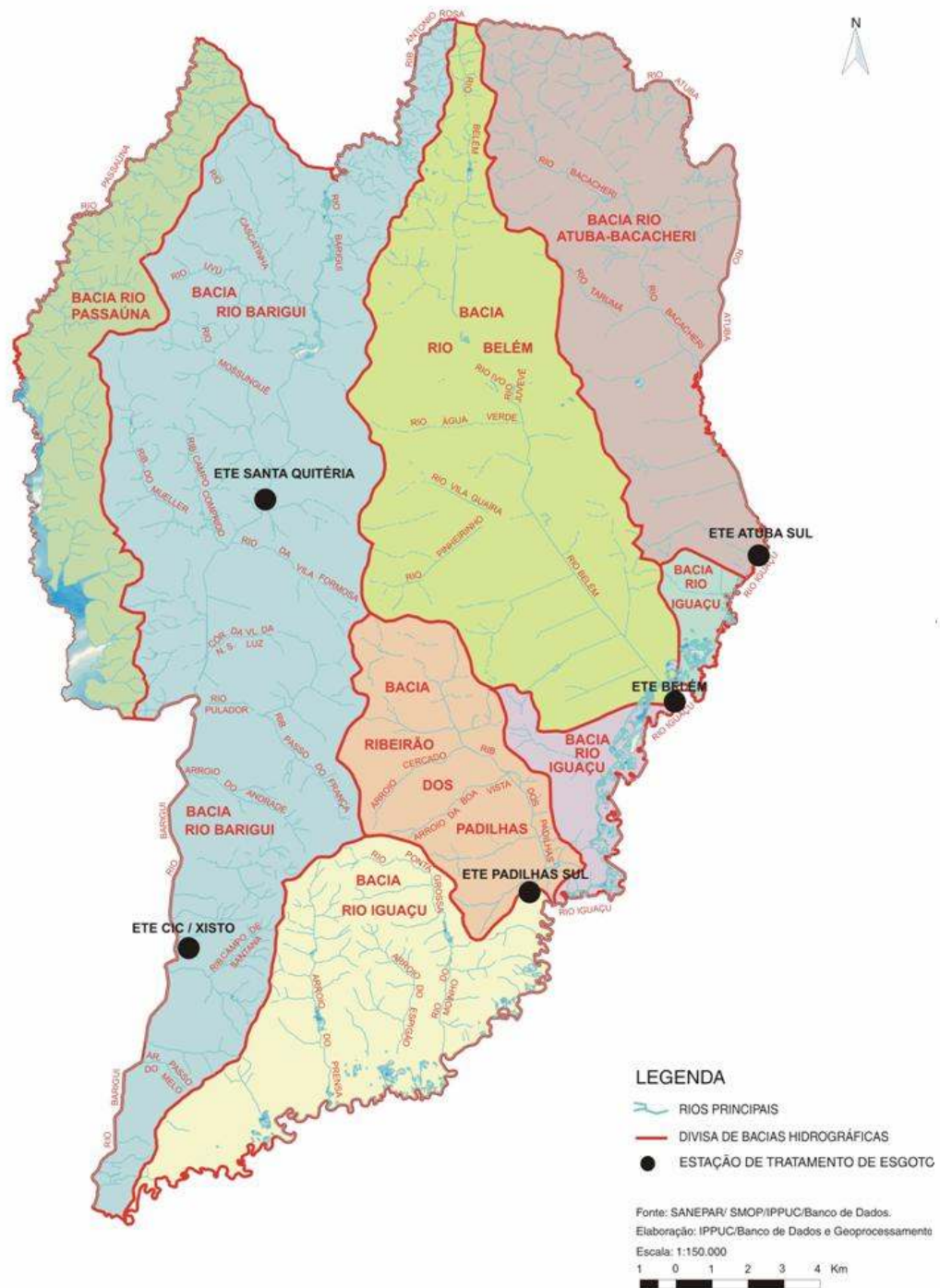


Figura 2 – Mapa da cidade de Curitiba com o destaque da área abrangida pela bacia do Rio Belém
 Fonte: Ippuc (2007)

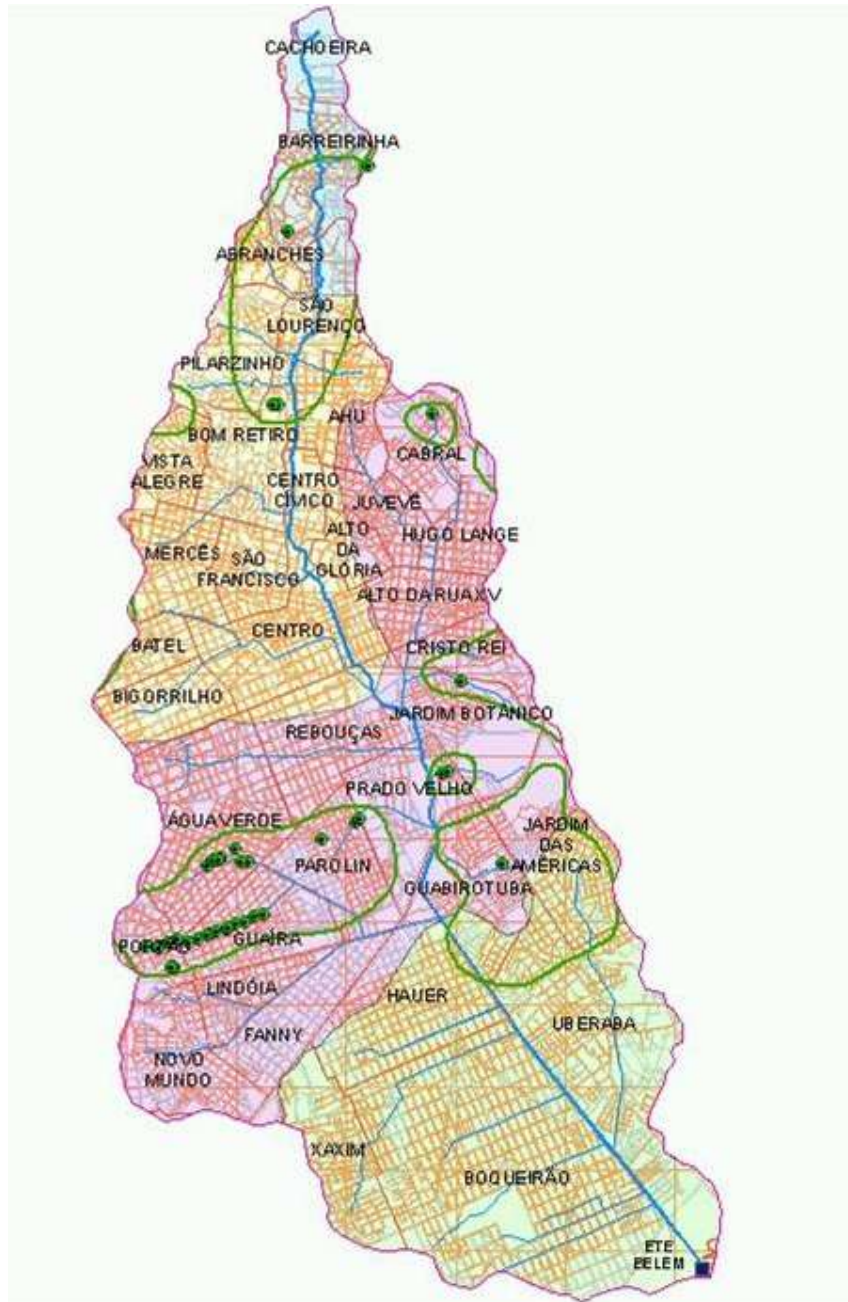


Figura 03 – Mapa do destaque da bacia hidrográfica do Rio Belém na cidade de Curitiba.
Fonte: adaptado de PMC (2004)

As características físicas da Bacia Hidrográfica do Rio Belém são descritas na Tabela 7, tendo como referência mapeamento com Escala 1:10.000 (MEDEIROS apud FENDRICH, 2002, p. 5):

Tabela 7 - Características físicas da Bacia Hidrográfica Urbana do Rio Belém

CARACTERÍSTICA FÍSICA	VALOR
01. Área total da Bacia	A = 87,85 Km ²
02. Extensão do Rio Belém	L = 21,00 Km
03. Perímetro da Bacia	P = 49,30 Km
04. Ordem da Bacia	4 ^a ordem
05. Extensão dos Rios da Bacia	L' = 105,91 Km
06. Densidade de Drenagem	Dd = 1,28 Km / Km ²
07. Altitude máxima (nascente)	990,00 m
08. Altitude média	908, 93 m
09. Altitude mediana	900,00 m
10. Altitude mínima (foz)	870,00 m
11. Coeficiente de compacidade	Kc = 1,44
12. Fator de forma	Kf = 0,211
13. Declividade média da bacia	0,554 m / m
14. Declividade entre nascente e foz	0,00571 m / m

Fonte: Medeiros apud Fendrich (2002)

Fendrich (1997) identificou que o adensamento populacional nos últimos três séculos ao longo da Bacia serviu para imprimir a degradação de água, solo, flora e fauna, ocasionando incidentes com enchentes, dada a impermeabilização do solo e a urbanização desordenada. A ação antrópica que modificou o meio natural limitou a capacidade de absorção natural do solo, antes revestido por vegetação, fazendo com que o volume de água em tempos de chuva escoasse para os cursos d'água extrapolando a sua capacidade e, como consequência, produzindo as enchentes no meio urbano (BOLLMANN apud ROMERA, 2005, p. 11). As causas e efeitos do processo de urbanização nos rios urbanos são descritos na seguinte tabela:

Tabela 8 – Causas e efeitos da Urbanização sobre as cheias dos rios urbanos.

CAUSAS	EFEITOS
Impermeabilização	Maiores picos de cheia e vazões em rios
Redes de drenagem	Maiores picos de cheia na jusante
Lixo	Degradação da qualidade da água; Entupimento de bueiros e galerias pluviais
Redes de esgotos sanitários deficientes	Degradação da qualidade da água; Doenças de veiculação hídrica
Desmatamento e desenvolvimento indisciplinado	Maiores picos de cheia e volumes escoados; Maior erosão; Assoreamento em canais e galerias
Ocupação de várzea	Maiores prejuízos ao patrimônio por enchentes; Maiores picos de cheia; Maiores custos de utilidades pública

Fonte: Porto et al (1997) apud Bollmann (2003, p. 12)

Outro aspecto negativo identificado por Fendrich sobre a Bacia do Rio Belém é quanto a contaminação da água principalmente por esgotos domésticos, que são lançados clandestinamente nas galerias de águas pluviais, fazendo com que a qualidade da água desta bacia seja imprópria para o consumo humano por causa da alta concentração de Coliformes Fecais, e da baixa concentração de Oxigênio Dissolvido na massa líquida, revelando que o Belém é um “rio morto” (FENDRICH, 2002, p. 58). Conforme o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Curitiba, a Bacia do Rio Belém está subdividida em três sub-bacias: Belém Norte, Juvevê, e Belém Sul, que recebem o lançamento de esgoto clandestino composto por carga orgânica *in natura* na ordem dos 40% (FENDRICH, 2002, p. 52).

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) ao estudar a qualidade das águas dos rios da Região Metropolitana de Curitiba, no período de 1992 a 2005, observou a evolução da qualidade média das águas da Bacia do Rio Belém, tomando como referência o ponto de coleta identificado como Rodolfo Bernadelli (AI 15), constatou-se que a qualidade oscilou entre “Poluída” a “Muito Poluída”, sendo que esta última

classificação foi observada no final do período de estudo. Já no ponto de coleta do Parque São Lourenço (AI 56), no mesmo período, a qualidade das águas foi considerada “Poluída” (IAP, 2005, p. 44-45). Os trechos considerados, pela mesma análise, “Muito Poluídos” foram identificados na metade final da Bacia do Rio Belém (IAP, 2005, p. 71).

3.4 Ações de Melhoria da Qualidade das Águas do Rio Belém

Mesmo diante da contaminação das águas do Rio Belém, Fendrich (2002, p. 50) identificou as iniciativas do poder público em reverter o grau de contaminação para que o rio fosse enquadrado na Classe 2 da Resolução n. 20/86 do Conama - Conselho Nacional de Meio Ambiente. Para atingir tais metas, o mesmo autor salientou a existência do Programa de Despoluição Ambiental (PDA) desenvolvido numa parceria entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e a Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná. Desde 1992 são realizadas vistorias pelos técnicos da companhia de saneamento nas residências inseridas na Bacia do Rio Belém a fim de identificar ligações clandestinas de lançamento de esgoto doméstico em galerias de águas pluviais. Este programa também se estendeu às escolas com o intuito de desenvolver a educação ambiental, por meio de palestras e recursos audiovisuais, sendo que desde 1996 este trabalho educativo atingiu 20 mil escolares (FENDRICH, 2002, p. 51).

No caso específico do projeto de educação ambiental intitulado de “Projeto Olho D’Água”, este obteve financiamento do Banco Mundial por meio do Programa de Saneamento Ambiental (Prosam), da Região Metropolitana de Curitiba (FENDRICH, 2002, p. 54). Conforme dados da Prefeitura Municipal de Curitiba o chamado “Projeto Olho D’Água” envolveu, desde 1997, a comunidade na limpeza e monitoramento da água dos rios Belém, Barigüi, e Passaúna. Esta iniciativa contou com a colaboração de 15 mil pessoas e conseguiu retirar ao longo destes corpos de água 870 toneladas de lixo (CURITIBA, 1999, p. 116).

3.5 Conflito de Competência Entre a União, Estado e Município Quanto aos Recursos Hídricos

Sendo o Estado uma criação jurídica (BONAVIDES, 1994, p. 32) os seus atos dependem de regulação específica para atingir a sua eficácia. De acordo com Silva (1999, p. 621), no caso brasileiro, a Constituição Federal distribui entre as entidades autônomas da federação a respectiva porção de poder para que estes entes, regidos por uma única fonte legal constitucional, componham seus campos de atuação governamental. Este pacto nasce da aliança indissolúvel dos Estados-membro organizados numa federação e cristalizados numa União Federal, amparada numa Constituição que distribui entre estes entes a respectiva parcela de poder, formando, assim, o pacto federativo (TEMER, 2000, p. 76). Hely Lopes Meirelles, ao abordar o tema “competência”, que se trata da órbita delimitada pela Lei na qual gravitam os atos administrativos, desde a execução de uma pena até a elaboração de um orçamento público, ensina que a competência administrativa “[...] é o poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções” (MEIRELLES, 1997, p. 134). Para Silva (1999, p. 496), “[...] competência são as diversas modalidades de poder de que se servem os órgãos ou entidades estatais para realizar suas funções”.

A competência, no dizer de Meirelles (1997, p. 136), pode ser delegada ou avocada desde que a legislação assim o permita, porém jamais transferida. No caso de delegação de competência, ensina o mesmo autor, citando o Decreto Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, é uma modalidade de descentralização das funções do poder público, como é o caso do Presidente da República, conforme o Artigo 84, da Constituição Federal Brasileira de 1988, que delega aos seus Ministros de Estado atribuições decisórias destinadas a dar maior rapidez na gestão do ente estatal.

José Afonso da Silva (1999, p. 496) demonstra que a Constituição Federal de 1988 concedeu ampla enumeração de assuntos no seu Artigo 21, sendo que no Inciso XIX atribuiu competência material exclusiva à União para instituir o sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso. Mesmo com a União detendo a competência privativa de legislar sobre recursos hídricos, após a Constituição Federal de 1988 coube aos Estados-membro legislar sobre tal matéria no sentido de zelar das águas localizadas sob o

seu domínio. Ainda, há a competência comum entre União, Estados-membro, Distrito Federal, e Municípios, para registrar, acompanhar e fiscalizar a exploração de recursos hídricos nos respectivos territórios (PNRH, 2005, p. 26).

A Agenda 21 Brasileira, no seu Objetivo 17, reconhece a necessidade de remodelar o pacto federativo tendo como marco inicial deste processo o fortalecimento dos municípios trazido pela Constituição Federal de 1988, que ainda depende de uma maior cooperação com os outros dois níveis de poder: o Estadual e o Federal. O processo de descentralização, envolvendo a população com o poder público, depende do fortalecimento da sociedade civil organizada nos conselhos municipais (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2004b, p. 80).

O texto constitucional vincula os cidadãos brasileiros, dispersos nas diversas municipalidades inseridas no território nacional, a respeitarem os bens naturais que são de interesse de toda a Nação. O seu Artigo 20, indica no Inciso III, como bens da União: os lagos, rios e qualquer corrente de água. Ainda também no Inciso VIII, os bens de energia hidráulica. É de competência comum da União, Estados, Distrito Federal, e dos Municípios, conforme a Constituição Federal de 1988, no Artigo 23, proteger o meio ambiente e combater a poluição (Inciso VI), e preservar as florestas, fauna, e flora (Inciso VII). O Artigo 24 do texto constitucional estabelece que compete à União, Estados, e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre os recursos naturais e o controle da poluição (Inciso VI), e responsabilidade por dano ao meio ambiente (Inciso VIII).

Além da Constituição Federal de 1988, e da Lei Federal n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, a União dispõe de outras produções normativas destinadas a regular os recursos hídricos, tais como: o Decreto Federal n. 24.643, de 10 de julho de 1934, conhecido como “Código das Águas”; o Decreto Federal n. 4.613/03, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e conceitua a bacia hidrográfica criando os Comitês de Bacias; a Lei Federal n. 9.984, de 17 de julho de 2000, que cria a Ana - Agência Nacional das Águas; e o Decreto Federal n. 2.612/98, que regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências. Tais leis e decretos criados na órbita de competência da União influenciam a legislação dos Estados-membro, Distrito Federal, e Municípios.

No caso do Estado do Paraná, há uma produção legislativa destinada à proteção dos recursos hídricos regulando a expansão urbana sobre áreas naturais fragilizadas, tendo como fundamento a legislação hierarquicamente superior, pois a

Constituição do Estado do Paraná, Emenda n. 14, de 10 de dezembro de 2001, no seu Artigo 207, §1º, Inciso XIX, estabelece como área de preservação permanente as matas ciliares que guarnecem os mananciais que abastecem os centros urbanos. Ainda serve como amparo legal o Decreto Estadual n. 2.315/2000, que regulamenta o processo de Instituição dos Comitês de Bacias Hidrográficas; o Decreto Estadual n. 5.361/2002, que regulamenta a cobrança pelo uso de recursos Hídricos. Também há a legislação destinada a preservar as áreas de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, como é o caso: do Decreto Estadual n. 4.619/67, que cria o Jardim Botânico do Paiquerê (Mananciais da Serra); do Decreto Estadual n. 5.308/85, que regulamenta a Lei 7.919/89, criando a Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi; do Decreto Estadual n. 1.753/96, que cria a Área de Proteção Ambiental (Apa) do Iraí; do Decreto Estadual n. 1.759/96, que cria a Área de Proteção Ambiental (Apa) de Piraquara; do Decreto Estadual n. 4.404/88, que cria a Floresta Estadual Metropolitana; da Lei Estadual n. 809/89, que cria a UTP (Unidade Territorial de Planejamento) do Itaquí; da Lei Estadual n. 445/99, que cria a UTP do Guarituba; e do Decreto n. 5.765/02, que cria o Parque Estadual da Serra da Baitaca. A política estadual de recursos hídricos está regulamentada pela Lei Estadual n. 12.726/99 que, conforme o seu Artigo 33, instituiu o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), que tem como instrumentos para a implementação desta política (Artigo 6º, da Lei Estadual 12.726/99): o Plano Estadual de Recursos Hídricos; o Plano de Bacia Hidrográfica; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos; o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.

Esta legislação hierarquicamente superior influenciou os institutos contidos no texto da Lei Orgânica do Município de Curitiba. O Artigo 13 da LOM fala da cooperação com a União e o Estado quanto a prevenção à poluição, proteção da fauna e flora, saneamento básico, e sobre o uso dos recursos hídricos (Artigo 13, Incisos VI, VII, XI), como previsto na Constituição Federal de 1988.

Ao tratar da política de desenvolvimento urbano, a LOM de Curitiba vinculou o seu planejamento local com a cooperação técnica vinda dos demais entes públicos, como expresso no seu Artigo 151.

O saneamento básico da população, tema relacionado com os recursos hídricos (PNRH, 2006), é um meio de garantir maior qualidade de vida no meio

urbano contribuindo com a dignidade dos indivíduos (BARBOSA, 1995, p. 72). O Artigo 166 da LOM de Curitiba, assumindo responsabilidade concorrente com as demais esferas de poder, tratou do saneamento básico. A mesma Lei Orgânica preocupou-se com a contaminação dos corpos aquáticos, no seu Artigo 168.

Mesmo vinculado à legislação produzida no âmbito da União e dos Estados-membro, o Município não está excluído do dever de preservar os recursos hídricos, pois esta dotado de um “poder-dever” de zelar pelas águas inseridas no seu território de modo concorrente com os demais entes do poder público (PNRH, 2006, p. 35).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Métodos

A fim de encontrar uma resposta satisfatória à hipótese formulada neste trabalho, assim como seus objetivos específicos e gerais, optou-se, dado o perfil da metodologia empregada, pelo recurso conhecido por “estudo de caso” uma vez que é capaz de fornecer um conjunto de dados que descrevem os processos sociais de dada unidade, seja no âmbito da família, da comunidade, ou de uma nação (GIL, 1991, p. 72). Entretanto, antes de abordar o estudo de caso em si foi necessário recorrer às fontes bibliográficas que deram suporte teórico para o fenômeno ali analisado.

Para atender o conteúdo do objetivo específico “levantar o contexto da participação popular no conceito de desenvolvimento sustentável”, utilizou-se como método a pesquisa exploratória, uma vez que, conforme Gil (1991), atende o aprimoramento de idéias e descrição de instituições, tendo flexibilidade no seu planejamento adequando-o ao caso estudado. Este autor atenta para que ao analisar um fato sob a ótica do conhecimento empírico é necessário recorrer às fontes oriundas do “papel”, ou aqueles dados prestados por pessoas. No caso deste objetivo específico adotou-se como procedimento o levantamento indireto de informações por meio de pesquisa documental e revisão da literatura pertinente ao tema. As atividades basearam-se na busca de livros, artigos em revistas científicas e

documentos oficiais. Assim, foram revisados trabalhos que abordaram a atuação da Onu - Organização das Nações Unidas e demais organismos, como é o caso, em âmbito nacional, do MMA - Ministério do Meio Ambiente, na delimitação do conceito de desenvolvimento sustentável tendo como enfoque o envolvimento das comunidades locais. A partir da leitura deste material, buscou-se identificar como a participação popular é tratada no conceito geral de desenvolvimento sustentável.

Para atender o conteúdo do objetivo específico “identificar os marcos legais de participação popular na gestão dos recursos hídricos no Brasil”, utilizou-se como método a pesquisa exploratória, tendo como procedimento o levantamento indireto de informações pela pesquisa, em especial, de documentos oficiais, legislação correlata ao tema, e revisão da literatura. As atividades basearam-se na busca de livros, artigos em revistas científicas e documentos oficiais, em especial a legislação vigente no Brasil, como a Constituição Federal de 1988, que descreve os direitos e deveres dos cidadãos inseridos no território nacional, inclusive na área objeto da pesquisa de campo, a Lei Federal n. 10.257/01, que trata do Estatuto da Cidade onde são descritos os canais de participação dos cidadãos inseridos nas cidades brasileiras, em especial a aqui estudada, e da Lei Federal n. 9.433/97, que trata da Política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos onde, também, são descritos os canais de participação dos usuários do bem água, mesmo aqueles cidadãos comuns residentes ao longo de uma bacia hidrográfica como a aqui estudada. A partir da leitura de material, buscou-se identificar os canais previstos no ordenamento jurídico vigente capaz de legitimar a participação popular.

Para atender o conteúdo do objetivo específico “apontar as limitações da participação popular na gestão dos recursos hídricos no Brasil”, utilizou-se como método a pesquisa exploratória, tendo como procedimento o levantamento indireto de informações pela pesquisa documental e revisão da literatura. As atividades basearam-se na busca de livros, artigos em revistas científicas e documentos capazes de demonstrar que mesmo havendo canais participativos, na prática, o cidadão brasileiro está distante da tomada de decisões uma vez que o modelo social no qual está inserido evoluiu dos modelos patriarcal, escravocrata, e institucionalmente centralizador. É descrito que mesmo depois da Constituição Federal de 1988 o cidadão ainda encontra-se desarticulado na busca pelos seus interesses. O próprio Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) reconhece a fragilidade do usuário comum do bem água diante de setores ligados à indústria e

pecuária. Nas cidades, Villaça (2005) aponta os privilégios das elites urbanas em detrimento das comunidades periféricas. A partir da leitura de material, buscou-se identificar o “cenário” social e seus mecanismos que obstam o acolhimento de uma dimensão maior de interesses quando o assunto é o uso dos recursos hídricos.

Para atender o conteúdo do objetivo específico: “avaliar, no contexto da bacia do Rio Belém, a dimensão do interesse do cidadão em participar na gestão dos recursos hídricos”, propôs-se como método a pesquisa descritiva uma vez que esta atividade metodológica, no dizer de Gil (1991), tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações com as variáveis ali identificadas. O procedimento foi o de levantamento direto de informações uma vez que se procedeu ao estudo de caso com a pesquisa junto aos moradores de uma determinada bacia hidrográfica em dado município brasileiro. A unidade de análise do presente estudo é a Bacia Hidrográfica do Rio Belém que está inserida no município brasileiro de Curitiba, pois conforme a Lei Federal 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no seu Artigo 1º, Inciso V, a bacia hidrográfica é a “unidade territorial” que serve de referência para a implementação da gestão dos recursos hídricos ali existentes. A escolha da Bacia Hidrográfica do Rio Belém justifica-se pelo fato de aproximadamente um terço da população curitibana residir dentro dos seus limites, conforme estimativa feita a partir dos dados obtidos junto ao Ippuc/IBGE (2000). Com o intuito de obter informações capazes de responder a hipótese formulada, a primeira atividade foi a aplicação de quatrocentos formulários junto aos moradores da bacia do Rio Belém (Apêndice I). O formulário, ou entrevistas estruturadas, no dizer de Boni e Quaresma (2005) é um eficaz instrumento de coleta de dados num amplo espaço geográfico onde se apresenta um grande número de indivíduos. O número de formulários aplicados foi obtido a partir da chamada “fórmula para o cálculo de amostras para populações finitas” (GIL, 1999, p. 107), levando em consideração a população inserida nos limites da bacia hidrográfica aqui estudada. Também foram realizadas entrevistas dada a necessidade obterem-se dados de caráter qualitativo capazes de descrever com maior precisão a realidade que envolve as relações desenvolvidas na bacia estudada. A entrevista semi-estruturada, como a aqui utilizada, no dizer de Boni e Quaresma (2005), é um instrumento capaz de suportar uma cobertura mais profunda sobre um fato ou assunto. Tal instrumento de pesquisa foi aplicado em representantes do poder público, autarquias, comunidade científica, e terceiro setor (Apêndices II a VIII). A fim

de complementar a análise dos resultados obtidos no estudo de caso, também como procedimento metodológico realizou-se um levantamento indireto de informações a fim de descrever a contexto da Bacia do Rio Belém. O levantamento destas informações procurou descrever as particularidades físicas da bacia e o contexto da cidade na qual está inserida, além de identificar o interesse do cidadão em participar da gestão dos recursos hídricos que estão relacionados com a sua realidade.

4.2 Materiais

São dois os instrumentos utilizados na presente pesquisa empírica: formulários e entrevistas.

4.2.1 Formulário

A fim de levantar quantitativamente dados, optou-se pelo recurso das “entrevistas estruturadas”, ou simplesmente formulário, justamente por “[...] atingir várias pessoas ao mesmo tempo obtendo um grande número de dados, podendo abranger uma área geográfica mais ampla se for este o objetivo da pesquisa” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 74). Justamente objetivando cobrir toda a extensão da bacia do Rio Belém este instrumento de levantamento de dados vem a auxiliar na elaboração do presente trabalho.

Com o intuito de aumentar a confiabilidade no levantamento proposto, a bacia foi subdividida em quatro áreas distintas (Figura 4), sendo levando em consideração para a divisão metodológica aspectos sociais e econômicos das populações ali inseridas:

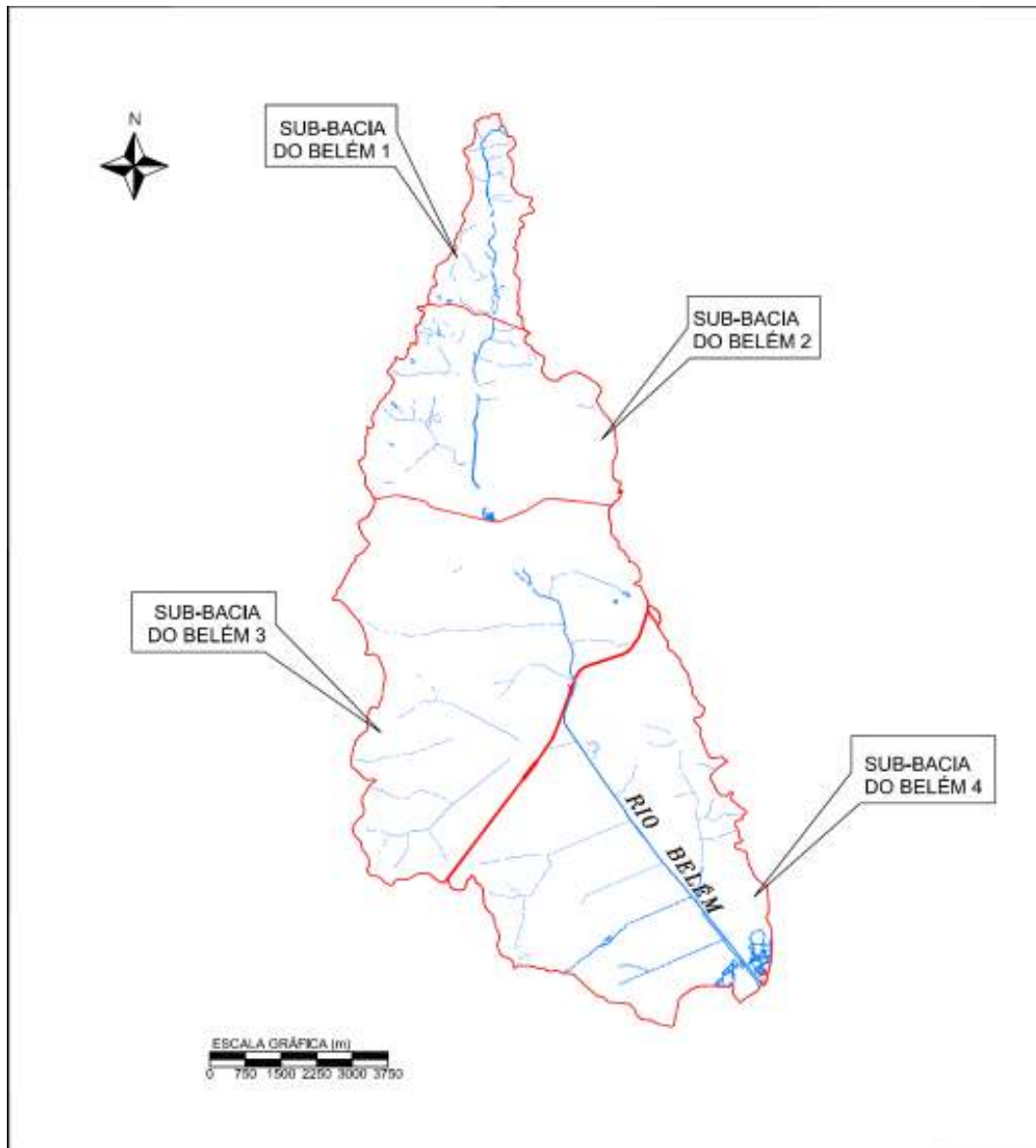


Figura 4 - Área da bacia do Rio Belém em Curitiba/PR e suas subdivisões metodológicas
 Fonte: adaptado de Ippuc (2005)

Levando-se em consideração o mapeamento oficial e os cortes horizontais estabelecidos para este trabalho, foi convencionado como:

- a) Bacia do Rio Belém 1 (BB1), da nascente (Parque das Nascentes) até a Rua João Gava e Rua Prof. Nilo Brandão, uma vez que compreende os primeiros quilômetros de curso do Rio estudado, até o mesmo desaguar na lagoa do Parque São Lourenço. Nesta região

habita a população mais simples e humilde, na sua maioria inserida e relacionada com a vida familiar e apegada aos valores tradicionais;

- b) Bacia do Rio Belém 2 (BB2), da Rua João Gava e Rua Prof. Nilo Brandão até a Avenida Manoel Ribas, Rua Pres. Carlos Cavalcanti, Rua Riachuelo, e Avenida João Gualberto. Esta segunda sub-bacia compreende o lago do Parque São Lourenço até a lagoa do Passeio Público. Cabe salientar que o Rio passa pelo Centro Cívico, sede do governo estadual e municipal, e antes de dirigir-se para o centro da cidade desaparece sob galerias. O perfil do morador desta região oscila no sentido de ascendência na pirâmide social;
- c) Bacia do Rio Belém 3 (BB3), da Avenida Manoel Ribas, Rua Pres. Carlos Cavalcanti, e Avenida João Gualberto até a BR 116. Nesta sub-bacia o Rio corre oculto sob o centro da cidade voltando a aparecer quando se aproxima da Rodoferroviária. Na BB 3 é onde ocorre o maior fluxo de pessoas na maior parte do dia durante a semana;
- d) Bacia do Rio Belém 4 (BB4), da BR 116 até a sua foz localizada no Parque Aquático do Iguaçu. Como a BR 116 acaba dividindo a Cidade ao meio é relevante identificar o perfil dos moradores da parte final na bacia estudada. Trata-se de uma população distinta do perfil daquela identificada nas áreas mais centrais, uma vez que na sua maioria é composta pelo proletariado que convive com um obstáculo físico capaz de influenciar as relações com o restante da Cidade, localizada além deste anteparo.

A seguir estão expressas a subdivisão e o número de moradores em cada sub-bacia (Tabelas 9 a 12). Alguns destes bairros foram divididos pela linha imaginária a qual agrupou as áreas da bacia, e apenas tiveram uma pequena parte da sua área dentro da mesma. A solução foi recorrer ao mapa oficial da cidade, que subdivide os bairros, e, aproximadamente, estabelecer um percentual da área, e o número correspondente de moradores, dentro da Bacia estudada. Para cada sub-bacia estimou-se a sua população tomando como base os dados do IBGE coletados em 2000 (IBGE, 2000 apud IPPUC, 2005):

Tabela 9 - Moradores da área identificada como BB-I conforme o bairro que residem

BAIRRO	Nº HABITANTES
Cachoeira	7.738
Abranches	11.165
Barreirinha	17.021
Taboão	2.668
Pilarzinho	8.372
São Lourenço	833
TOTAL	47.797

Fonte: Ippuc/IBGE (2000)

Tabela 10 - Moradores da área identificada como BB-II conforme o bairro que residem

BAIRRO	Nº HABITANTES
São Lourenço	4.723
Vista Alegre	1.986
Ahú	11.148
Cabral	1.172
Bom Retiro	5.633
Centro Cívico	4.767
São Francisco	6.435
Mercês	1.409
TOTAL	37.273

Fonte: Ippuc/IBGE (2000)

Tabela 11 - Moradores da área identificada como BB- III conforme o bairro que residem

BAIRRO	Nº HABITANTES
Mercês	1.418
Juvevê	11.281
Hugo Lange	792
Alto da Glória	5.588
Alto da XV	8.683
Centro	32.626
Batel	11.778
Cristo Rei	13.325
Rebouças	15.618
Jardim Botânico	6.153
Prado Velho	7.084
Água Verde	49.866
Parolin	11.982
Fanny	7.866
Lindóia	8.343
Novo Mundo	6.450
Guairá	14.268
TOTAL	213.121

Fonte: Ippuc/IBGE (2000)

Tabela 12 - Moradores da área identificada como BB-IV conforme o bairro que residem

BAIRROS	Nº HABITANTES
Guabirota	10.678
Hauer	13.851
Uberaba	60.338
Boqueirão	65.070
Xaxim	54.691
TOTAL	204.628

Fonte: Ippuc/IBGE (2000)

Diante de tais dados, obteve-se um total geral de **502.819 habitantes**, residindo dentro da área de abrangência da Bacia do Rio Belém. Tomando como base os dados do IBGE para o ano de 2000 (IPPUC/IBGE, 2006), que identificaram a população total de Curitiba em 1.587.315 habitantes, conclui-se que **31,6%** destes residem na Bacia.

Tomando como base a população residente nas áreas subdivididas da Bacia Hidrográfica do Rio Belém, obtiveram-se os seguintes percentuais a fim de atender a distribuição dos formulários de modo proporcional ao número de habitantes por cada sub-bacia:

Tabela 13 – Percentual de população distribuída ao longo das áreas da Bacia do Rio Belém

ÁREA	POPULAÇÃO	%
BB-I	47.797	9,51
BB-II	37.273	7,41
BB-III	213.121	42,38
BB-IV	204.628	40,70

A partir daí, aplicou-se a “fórmula para o cálculo de amostras para populações finitas” proposta em Gil (1999, p. 107), que leva em consideração a margem de erro associada ao número de moradores da Bacia:

$$n = \frac{\sigma^2 p.q.N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 p.q}$$

Onde:

n = Tamanho da amostra;

σ^2 = Nível de confiança escolhido;

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica;

q = Percentagem complementar;

N = Tamanho da população;

e^2 = Erro máximo permitido.

Aplicada a fórmula para uma população de 502.819 habitantes residindo na Bacia Hidrográfica do Rio Belém e se considerando ainda um nível de confiança de 98%, e um erro máximo permitido de 5%, obteve-se o resultado de aproximadamente 400 formulários distribuídos proporcionalmente à população em cada subdivisão da Bacia.

Tomando o resultado da equação que demonstrou a necessidade de aplicação de 400 formulários e do percentual de habitantes em cada área da Bacia, a distribuição proporcional do número de formulários será conforme a seguinte tabela:

Tabela 14 – Número de formulários aplicados nas área da Bacia do Rio Belém:

ÁREA	N. FORMULÁRIOS
BB-I	38
BB-II	30
BB-III	169
BB-IV	163
Total	400

No Apêndice I está exposto o esboço do formulário utilizado para o levantamento da pesquisa a ser realizada ao longo da execução do projeto proposto. Tal instrumento investigativo justifica-se pela necessidade de captar as possíveis influências dos fatores de variabilidade, relacionados com os entrevistados, relevantes à pesquisa.

A proposta é de que o referido instrumento seja aplicado nos indivíduos com domicílio inserido na área de abrangência da Bacia. Arbitrariamente convencionou-se estipular três critérios para o tempo de residência na área: menos de 5 anos; entre 5 e 10 anos; e mais de 10 anos, justamente para identificar, com maior fidelidade, a sua percepção quanto os questionamentos propostos.

Nos termos da Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu Artigo 5º, Inciso I, a participação popular não admite a exclusão ou prevalência de qualquer um dos gêneros. Todavia, o formulário procurou identificar o gênero do entrevistado (Anexo I), a fim de se observar o padrão de respostas.

As questões foram subdivididas em quatro subgrupos:

- a) perfil dos entrevistados;
- b) percepção dos Recursos Hídricos;
- c) conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na Bacia do Belém;
- d) disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na Bacia do Belém.

O primeiro subgrupo identificou o perfil dos entrevistados. A questão número 1 procurou identificar o sexo do entrevistado. A questão 2 a faixa etária do indivíduo, que oscila dos 16 à acima dos 51 anos, justamente por compreender o período onde cidadão torna-se politicamente ativo capaz de influenciar o quadro político local.

É necessário ao presente estudo identificar o morador com a sub-bacia correspondente uma vez que cada uma delas apresenta características sócio-econômicas distintas, capazes de influenciar os padrões de respostas.

No subgrupo “percepção dos Recursos Hídricos” objetivou-se identificar a visão do morador com a cidade de um modo mais amplo, assim, a questão de número 6 procurou identificar as necessidades do morador, e se neste rol havia alguma preocupação com o tema. A questão 7 procurou saber se há algum rio perto da casa do entrevistado. Como o formulário foi aplicado apenas ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Belém procurou-se identificar a dimensão do desconhecimento dos indivíduos em relação ao rio e tributários ali existentes.

No subgrupo “conhecimento dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na Bacia do Belém”, a questão 16 procurou saber se o entrevistado conhece, ou ouviu falar, de algumas iniciativas destinadas à melhoria do Rio, pois esta indagação visa identificar o quanto as entidades, públicas ou privadas, agem no sentido de envolver e de informar os moradores relacionados com a Bacia do Rio Belém. Sob a mesma ótica, a questão 17 obteve informações quanto à divulgação do processo de elaboração do Plano Diretor (PDDI), e da Conferência da Cidade de Curitiba, e, no mesmo sentido, a questão de número 18 procurou saber se o morador foi convidado a tomar qualquer contato com tais processos, que, conforme a Lei n. 10.257/2001, se trata de um importante instrumento de regulação do zoneamento urbano no sentido, inclusive, de evitar-se a degradação ambiental (CIDADES, 2005).

O subgrupo “disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na Bacia do Rio Belém” procurou identificar qual o comprometimento real do entrevistado com os problemas apresentados no Rio estudado. Se antes era indagada a sua consciência do problema e dos canais participativos, agora se buscou saber qual a postura do mesmo diante dos fatos. Deste modo, a questão 23 indagou em qual medida é o seu interesse pelo Rio Belém, justamente por ser uma metodologia simples para identificar um possível comprometimento (RIBEIRO, 2004). A questão 24 procurou saber se alguma vez o morador entrevistado foi convidado a participar de qualquer iniciativa destinada a tratar dos assuntos relacionados com o Rio em questão. A fim de confirmar esta indagação a questão 25 traçou algumas iniciativas possíveis e procurou saber com qual o morador se identificou, justamente para se analisar a existência de iniciativas capazes de estimular um comprometimento pessoal do entrevistado com os problemas ambientais existentes próximos à sua residência, ou seja, do seu máximo interesse, ou se os canais participativos propostos pelo PDDI visam apenas atender uma pequena parcela elitizada da população (FUKS; PERISSINOTTO; RIBEIRO, 2003). No mesmo sentido, a questão 26 procurou identificar o perfil de participação deste morador caso o mesmo fosse motivado a fazê-lo.

Estes quesitos visaram identificar o comprometimento e consciência cívica dos moradores da Bacia e, em última análise, da cidade como um todo. Estes questionamentos buscaram identificar a existência, ou não, de canais participativos relacionados com os problemas urbanos e, ainda, se há vontade nesta participação.

A fim de se obter maior credibilidade nas respostas colhidas e maior homogeneidade nos padrões de respostas, os mapas das áreas subdivididas foram quadriculados e estabelecidos pontos para a aplicação dos formulários (Figuras 5 a 10). Chegou-se ao número de 472 pontos dos quais foram escolhidos 400 dentre aqueles onde foi possível localizar um morador disposto a colaborar com a pesquisa:

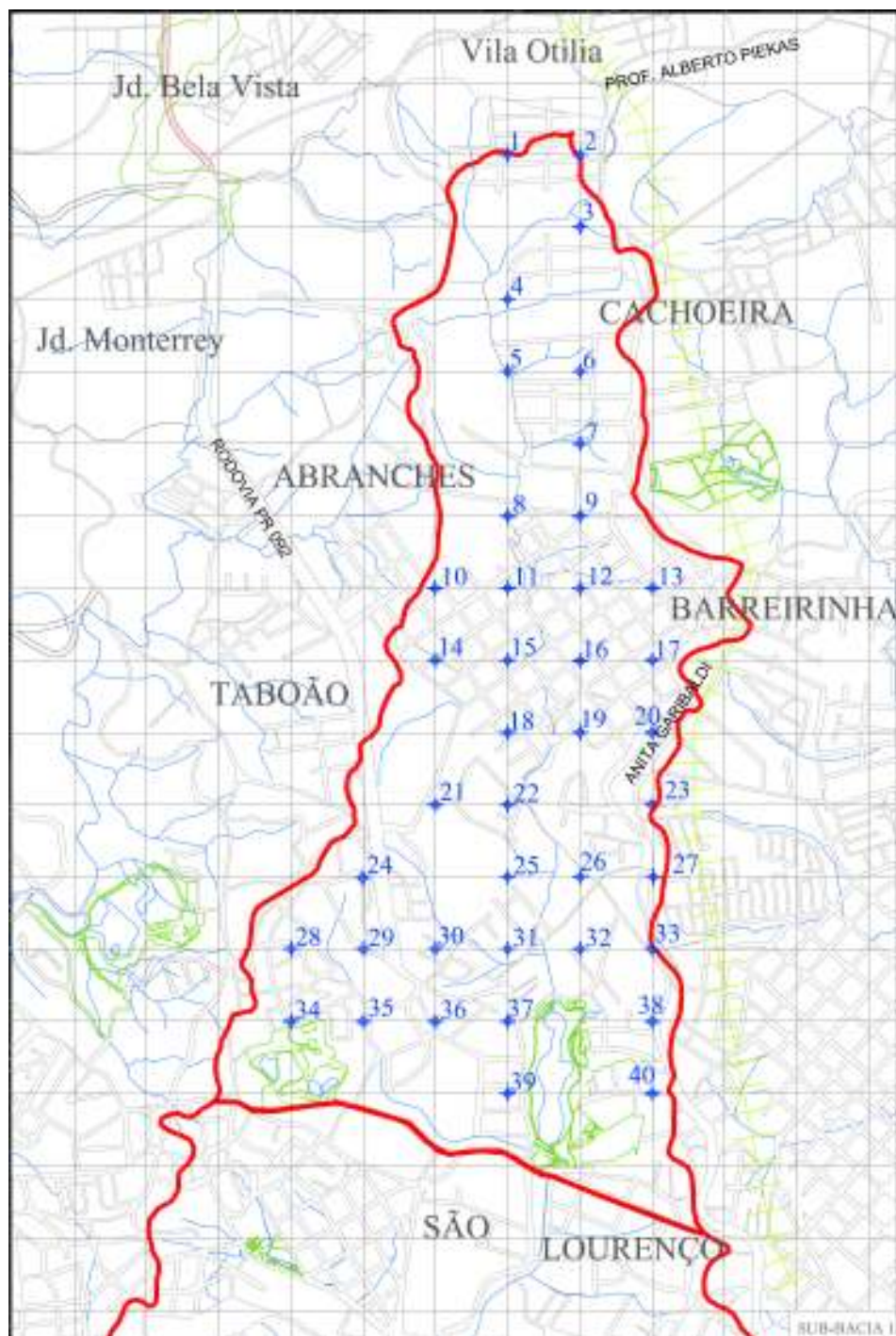


Figura 5 – Área BB – I e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente

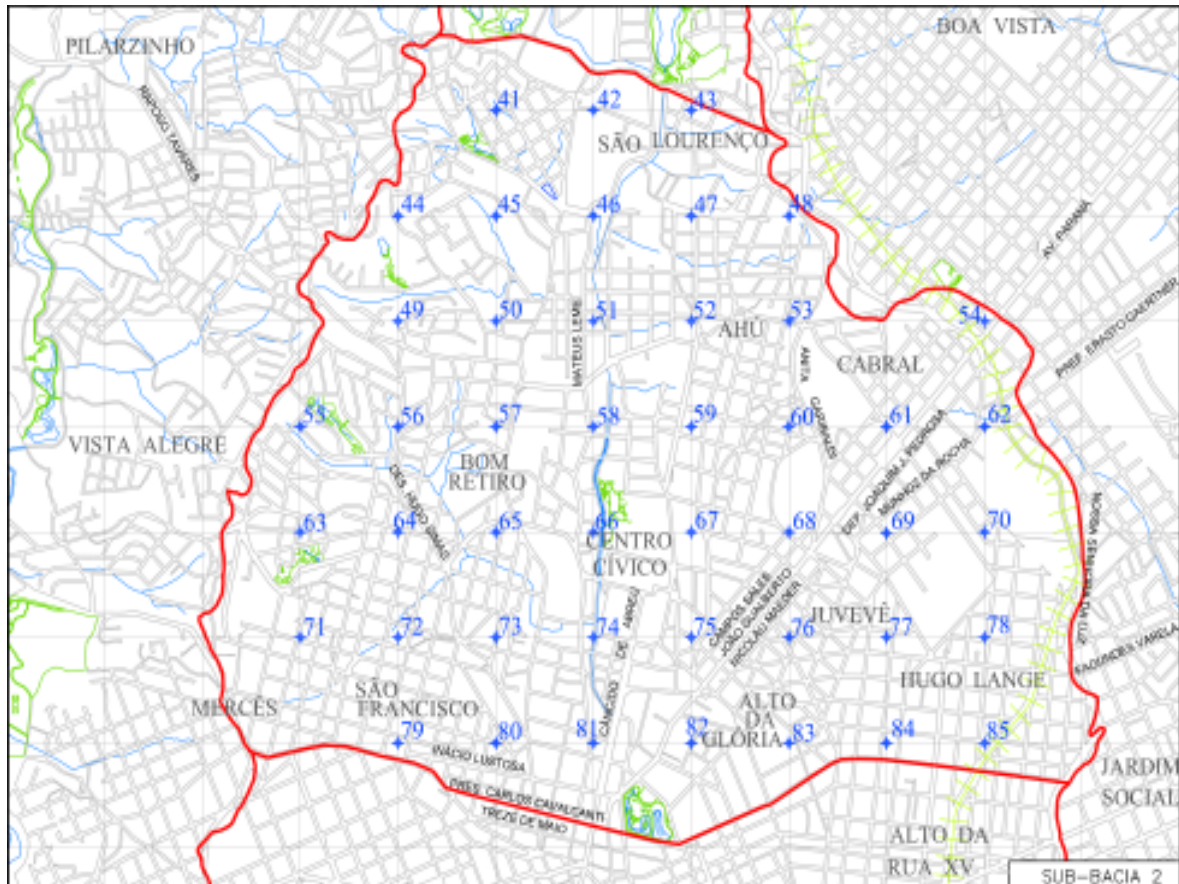


Figura 6 – Área BB – II e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente

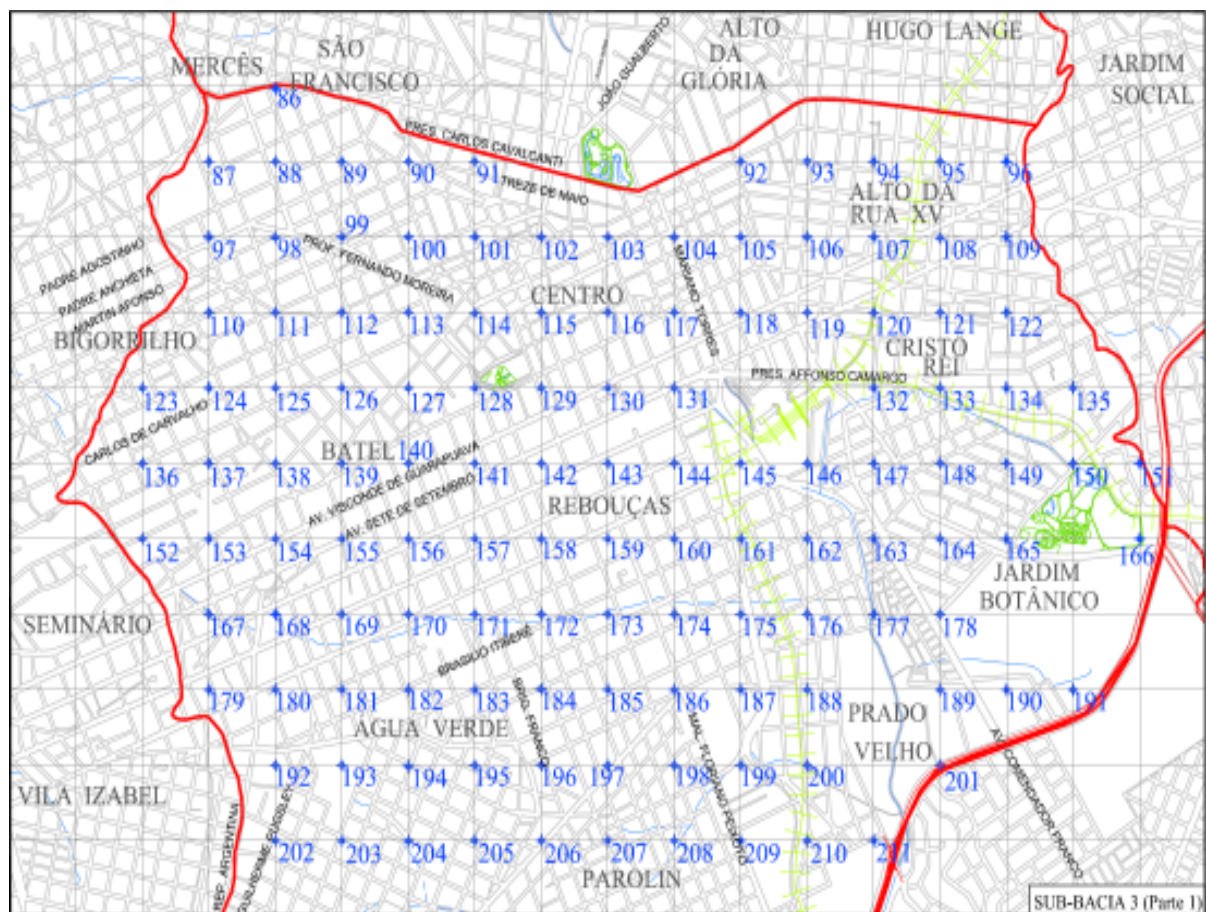


Figura 7 – Área BB – III e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente

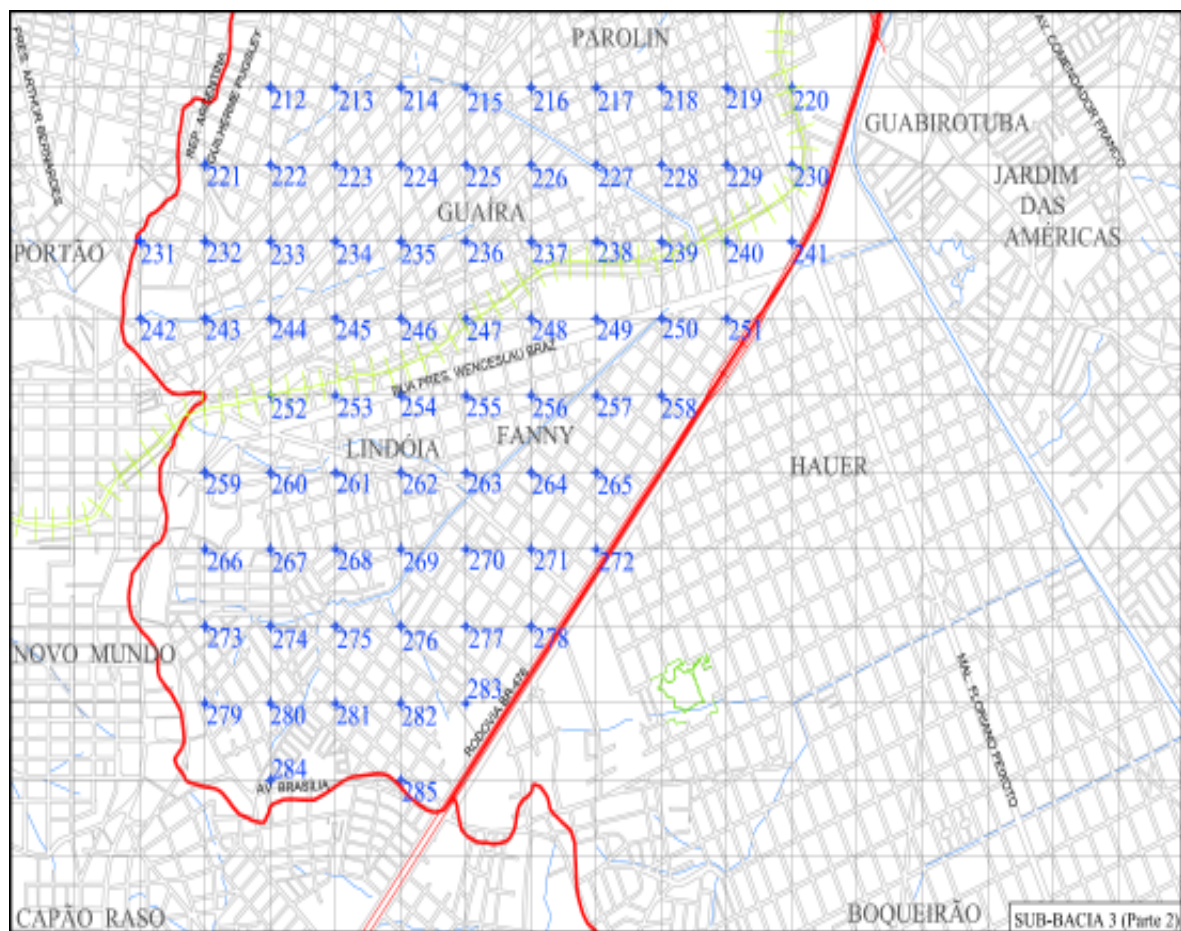


Figura 8 – Área BB – III e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente

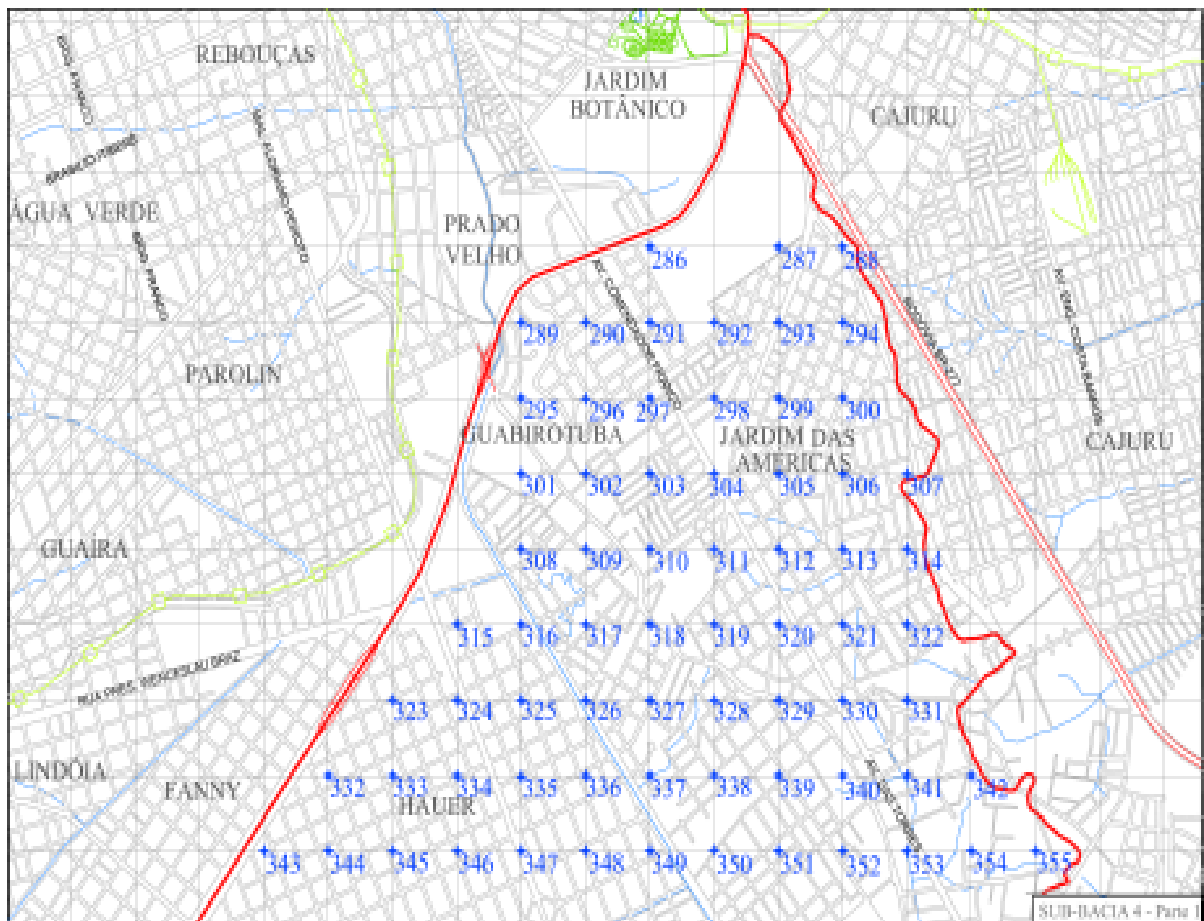


Figura 9 – Área BB – IV e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente

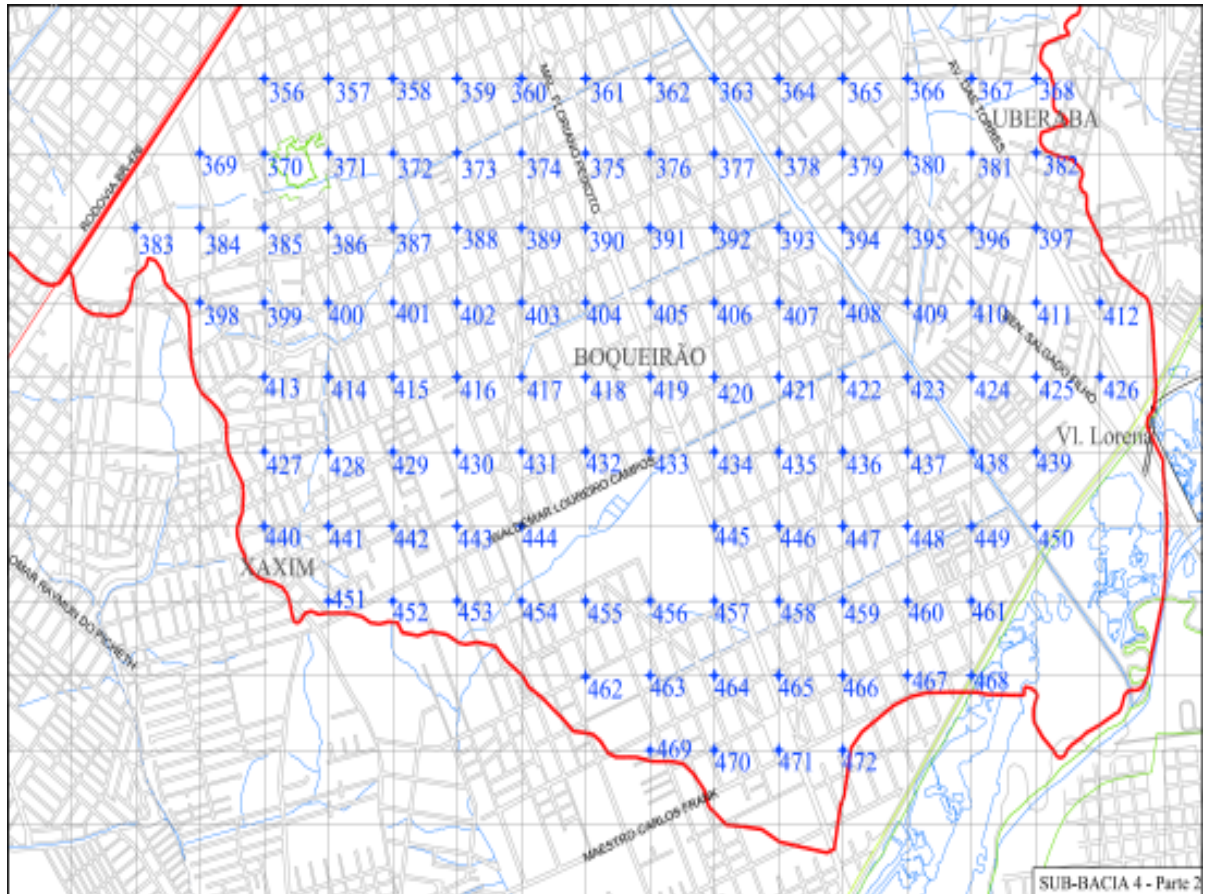


Figura 10 – Área BB – IV e os pontos de aplicação do formulário estabelecidos metodologicamente

4.2.2 Entrevistas

Já com o objetivo de levantar dados qualitativos, recorre-se ao uso das “entrevistas semi-estruturadas” que são instrumentos capazes de dar:

[...] uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos, uma vez que estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75)

Este recurso, ao presente projeto, visa atender um número bem reduzido de indivíduos os quais, pelo seu *status* social pode trazer importantes contribuições à investigação.

Assim, este tipo de material destina-se a ser aplicado em membros do terceiro setor atuantes na bacia pesquisada, representando a sociedade organizada; membros do Legislativo e Executivo Municipal, representando a postura assumida pelo poder público local; e membro de uma instituição de ensino superior notoriamente envolvida com os problemas da bacia, demonstrando o ponto de vista da comunidade científica quanto ao problema.

Esta abordagem da “Tripla Hélice” (poder público, comunidade, e academia) justifica-se pelas menções destes atores ao longo de obras pesquisadas, como a Agenda 21 Global (CNUMAD, 2001), dada a importância de cada um destes na formação de um processo participativo.

A Lei de Recursos Hídricos (L. 9.433/97) enfatiza o envolvimento do poder público com a comunidade, no seu Artigo 1º, VI:

Art. 1º. A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

[...]

VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

O PDDI de Curitiba no seu Artigo 83, Inciso V, trata da ampla participação dos setores da sociedade no planejamento da cidade:

Artigo 83. São diretrizes do sistema de monitoramento e controle da implantação do Plano Diretor de Curitiba:

[...]

V – estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada, buscando a cooperação entre agentes públicos e privados, em especial com conselhos

setoriais, universidades e entidades de classe, visando a produção e validação de informações.

A sociedade civil organizada tem relevante papel na construção das urbanidades, como propõe a Agenda 21 Brasileira (2004), influenciando no planejamento municipal: seja do plano diretor ou plurianual. A grande massa de cidadãos pode, mediante o atual ordenamento jurídico, “[...] intervir na realidade do seu município” (REZENDE, CASTOR, 2005, p. 33).

Já a academia tem um espaço de destaque na Agenda 21 Global, no seu capítulo 31, que reconhece na integração da comunidade científica com os formuladores de políticas uma importante associação ao “[...] implementar estratégias de desenvolvimento sustentável baseadas nos melhores conhecimentos disponíveis” (CNUMAD, 2001, p. 218).

O ambiente para a atuação destes é constituído pelo ordenamento jurídico vigente e as integrações sociais historicamente arraigadas na sociedade brasileira, em especial na curitibana, onde recai nossa atenção, dado o caso aqui proposto, e onde se encontra vigente no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado que expressa, no seu Artigo 46:

Art. 46. A gestão democrática do Município de Curitiba tem como objetivo estabelecer uma relação entre Administração Pública e a população, construída com base na democracia participativa e na cidadania, assegurando o controle social, em busca da cidade sustentável.

O mesmo Plano prevê a participação popular inclusive na chamada “gestão orçamentária participativa” (Artigo 3º, §3º, Inciso I, Letra “e”), pois não há qualquer iniciativa de melhoria social ou ambiental que não dependa de recursos. A própria Agenda 21 Global, no seu Capítulo 33, trata dos financiamentos destinados aos projetos de desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

As questões elaboradas nas entrevistas além de identificar a forma de participação dos munícipes também há de indagar sobre a forma de gestão dos recursos que podem, inclusive, melhorar a qualidade ambiental da Bacia do Belém, resta saber se é do interesse da comunidade e dos seus governantes.

Neste sentido, o Apêndice II traz um esboço da entrevista a ser dirigida ao membro da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Curitiba. O

Apêndice III traz um esboço da entrevista a ser dirigida ao membro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba.

Voltado a atender representantes de setores fora do poder público, as outras duas entrevistas visam identificar o perfil das organizações, assim como o tipo de relacionamento dos seus membros com os demais cidadãos curitibanos e, ainda, se houve algum tipo de envolvimento no processo de elaboração do Plano Diretor de Curitiba, e qual o entrosamento destes com os projetos da prefeitura.

O Apêndice IV traz um esboço da entrevista a ser dirigida ao membro da Organização não-Governamental (ONG) com atuação efetiva na Bacia, pois é do interesse da pesquisa identificar o envolvimento desta organização com o poder público, e saber do perfil dos seus membros. O Apêndice V traz um esboço da entrevista a ser dirigida a um membro da Instituição de Ensino de Nível Superior envolvida com os problemas da Bacia, uma vez que a comunidade científica tem importante papel a ser desempenhado no processo de desenvolvimento sustentável (CNUMAD, 2001, p. 218). O Apêndice VI traz um esboço da entrevista a ser dirigida a um membro da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), justamente para observar qual o posicionamento do Estado do Paraná quanto aos problemas ambientais urbanos e o envolvimento popular. O Apêndice VII traz um esboço da entrevista a ser dirigida a um membro da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), dada a necessidade de conhecer as particularidades da autarquia quanto à concessão desta com a Prefeitura de Curitiba em relação aos recursos hídricos explorados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aplicado o questionário exposto no Apêndice I em 400 pessoas, conforme “a teoria da grande amostragem”, ou seja, trinta graus de liberdade mais um (GIL, 1991, p. 95), distribuídas ao longo da bacia, conforme a proporção populacional de cada área subdividida, no presente estudo foram obtidos os resultados, aqui expressos, que serviram para a seguinte discussão:

5.1 Discussão dos Resultados

Como foi demonstrado nos resultados apresentados, a população abordada na pesquisa de campo foi na sua maioria do gênero feminino (236 indivíduos que representam 59% dos entrevistados), tendo a faixa etária mais expressiva a que oscilou dos 33 aos acima dos 51 anos, com o grau de instrução no nível médio (183 indivíduos que representam 46% dos entrevistados), residindo a mais de 10 anos na área (67% dos entrevistados). Estes resultados demonstram que a população inserida na bacia do Rio Belém, conforme a sua amostragem de 400 indivíduos, constituem-se na sua grande maioria de moradores tradicionalmente alocados na região com uma formação mediana capaz de fornecer-lhes algum nível de compreensão das questões relacionada aos recursos hídricos.

O objetivo principal da questão 6 era o de identificar nos moradores quais as suas necessidades reais em relação à região onde mora. Desde a abordagem o entrevistado não foi informado que a pesquisa envolvia o Rio Belém, ou seja, aos poucos o próprio formulário foi revelando o interesse de desvendar questões envolvendo a bacia. Deste modo, as informações prestadas nesta questão vieram “puras” e puderam identificar que o morador não está interessado nos assuntos relacionados aos recursos hídricos, uma vez que apenas 16% do total geral dos entrevistados optaram por “esgoto tratado”. Como lembram Garcias e Jo (2000, p. 17) a contaminação da água pela falta de tratamento e esgoto doméstico é responsável por 80% das doenças que atingem países subdesenvolvidos, segundo a Organização Mundial de Saúde. Conforme estes autores, não basta atender uma parcela da população com saneamento básico uma vez que a outra parcela não atendida pode colaborar na contaminação daquela atendida. Deste modo, o saneamento é um tema que deveria ser de grande interesse de toda a comunidade pesquisada uma vez que versa sobre a saúde de cada um dos seus moradores, pois na medida em que se adensa a cidade as melhores soluções advêm coletivamente (GARCIAS; JO, 2000, p. 18).

Este comportamento foi observado por Luiz Américo de Souza (2002) quando pesquisou os moradores residentes próximos à Escola Municipal Lírio Jacomel na cidade de Pinhais, pertencente à Região Metropolitana de Curitiba, que ao ser indagado qual era a maior prioridade da comunidade obteve como resposta o “transporte público”, em detrimento de opção “esgoto tratado”. A resposta deste

autor para os resultados é de que a necessidade daquela comunidade é o acesso ao local de trabalho, uma vez que se tratam de famílias de baixa renda, retirantes do meio rural, e com baixa escolaridade (SOUZA, 2002, ps. 57-60). O importante é traçar um paralelo com o perfil das comunidades pesquisadas com as do presente trabalho, para concluir que independente da condição social, inclusive envolvendo formação, o cidadão de um modo geral não se interessa com questões de meio ambiente, apenas com a sua sobrevivência imediata numa economia de consumo tendo como cenário mundial um mercado globalizado.

A presente pesquisa repetiu os padrões identificados por Souza (2002), só que no presente estudo as necessidades vão além do transporte uma vez que na opção “outros” os entrevistados deram destaque à segurança pública, que revela uma preocupação pessoal do entrevistado com o seu patrimônio ou a sua integridade física.

Os resultados obtidos na questão 7 demonstram a consciência da existência de um rio próximo da casa do entrevistado (58% do total geral), apenas a área III, demonstrou um desconhecimento maior (66%) uma vez que o rio está canalizado e encoberto na maior parte da extensão desta área pesquisada.

Quanto à questão 8 o resultado geral identificou que 68% dos entrevistados desconheciam que a sua residência está inserida na área da Bacia, na área III este percentual atingiu 80%. Neste caso vale o argumento do soterramento do leito do Rio mas nas demais áreas a experiência de campo demonstrou que: 1) algumas regiões pesquisadas estavam distantes do leito do rio, como é o caso do bairro do Cabral (BB-II), ou da Vila Fanny, e Vila Guaíra (ambas no BB-III); 2) o morador não tem uma consciência do conjunto que forma a bacia hidrográfica, na sua mente apenas há uma idéia fragmentada de um rio que encontra-se poluído, como pode ser constatado na questão 9 onde 62% já observaram as condições do Rio Belém em algum trecho.

A somatória das respostas da questão 10 demonstra que 40% dos entrevistados sequer observaram, ou desconhecem, o leito do Rio Belém. O maior percentual que seguiu esta resposta foi o da área BB-III, de 49%, justamente pelo fato do leito do Rio correr encoberto nesta área. Aliás, cabe esclarecer que os 45% que responderam “outro local” estavam se referindo ao leito do rio próximo da sua residência ou de onde tratam suas relações cotidianas. Os 9% que responderam conhecer a nascente na sua maioria são moradores da área BB-I onde, inclusive,

estiveram no local da nascente graças às iniciativas de escolas próximas em realizar excursões em tais locais seguidas de aulas de educação ambiental. Nesta mesma perspectiva, os 6% que responderam conhecer a foz são moradores da área BB-IV, mas não houve relato de iniciativas de escolas em realizar as mesmas excursões promovidas na área BB-I.

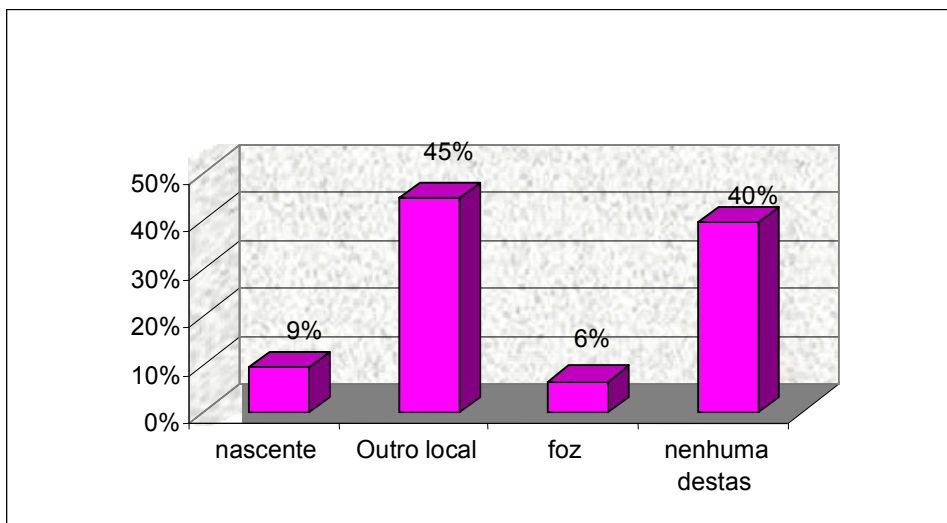


Figura 11 – Resultado geral dos percentuais de resposta conforme a estada do entrevistado numa das áreas do Rio Belém tratadas no formulário

É curioso perceber um elevado percentual de pessoas que ignoram a existência física do Rio, pois tais dados são contraditórios com os resultados obtidos na questão 11 onde foi indagado sobre o conhecimento da poluição do Rio. Mesmo diante de 40% dos entrevistados declarando que jamais esteve próximo de qualquer parte do Rio Belém, 85% do total de entrevistados informaram saber que o mesmo é poluído.

A questão de número 12 procurou instigar o entrevistado a fim de que o mesmo demonstrasse a sua relação com o Rio Belém. A área BB-II foi a que menos percebeu no Rio alguma utilidade: 73% dos entrevistados optaram pela resposta “não”, enquanto que no total geral a opção “não” foi de 66%. A área que mais visualizou qualquer utilidade para o Rio foi a BB-IV com 28% de respostas no “sim”. Talvez este padrão justifique-se pela longa extensão do Canal Belém onde o Rio corre em linha reta e a céu aberto desde o Bairro do Guabirota até a sua foz no

Rio Iguaçu, na divisa com a cidade de São José dos Pinhais. Cabe ressaltar que no diálogo com o morador da área BB-IV, a grande maioria, de modo equivocado, associou a utilidade do Rio apenas para fins de esgoto. A fim de reforçar esta indagação, a questão de número 13 instigou o morador a refletir sobre a condição da sua saúde e de sua família em relação ao meio ambiente no qual está inserido, como fez Luiz Américo de Souza em Pinhais (SOUZA, 2002). Os resultados demonstraram que neste quesito o entrevistado foi pego de surpresa, levando-o a melhorar a sua opinião sobre a utilidade do Rio. No total geral 37% responderam haver alguma relação, resultado conflitante com os 21% de respostas à questão anterior. Esta oscilação foi gritante nas áreas BB-II, que salta de 23% de “sim” da questão 12 para 43% da questão 13, e BB-III, que salta de 15% de “sim” da questão 12 para 36% da questão 13. Mas nesta última área ainda é de 48% de respostas que “não” vêem no Rio qualquer relação com a saúde das pessoas inseridas no seu meio ambiente.

Quando indagado sobre a possibilidade futura de escassez da água, questão 14, o morador optou pelo “sim” num percentual de 83% do total geral. Esta quase unanimidade justifica-se pelas constantes notícias divulgadas nos meios de comunicação de massa sobre os problemas ambientais enfrentados em todo o Globo Terrestre. No capítulo 2.2.2 do presente trabalho foi demonstrado os debates que originaram a Agenda 21 e o evento conhecido como Rio-92. É imperioso entender que os debates ocorridos nestes eventos foram divulgados exaustivamente pela mídia e, de algum modo, um discurso ambiental mínimo auxiliou na formação do senso de valores dos cidadãos. Uma boa notícia de tais resultados é quanto a resultados da questão 15 onde homogeneamente em todas as áreas estudada há uma consciência com a responsabilidade da comunidade no dever de zelar do Rio.

Este dado revela um indício do interesse dos indivíduos em se envolver com os problemas da sua comunidade. No caso curitibano há uma consciência mínima de engajamento que não é bem explorada pelos gestores locais:

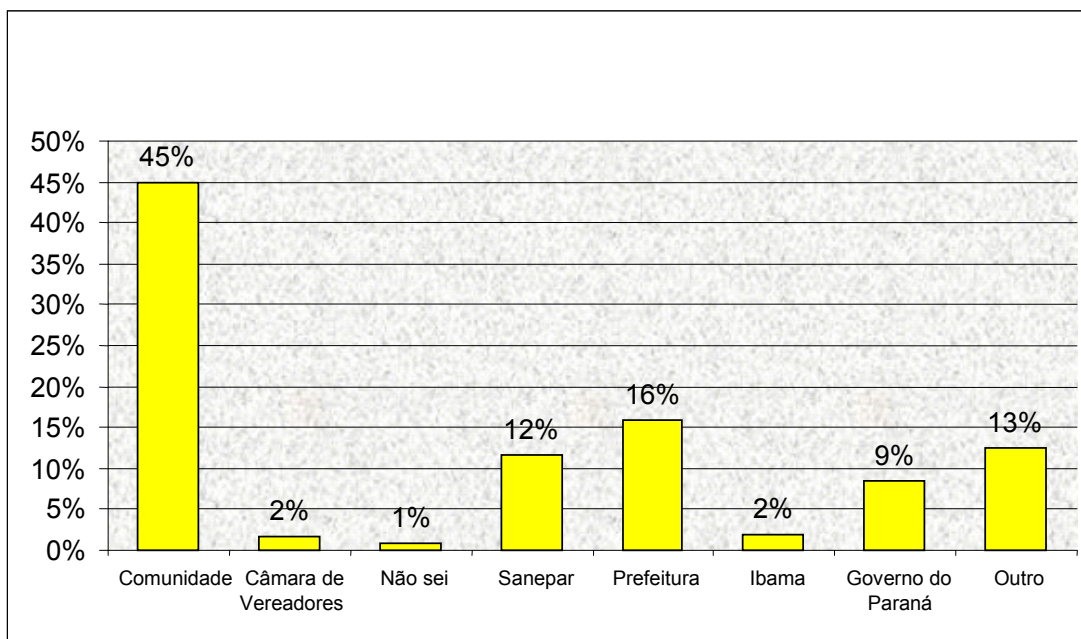


Figura 12 – Resultado geral dos percentuais de respostas referente à percepção sobre a responsabilidade de cuidado com o Rio

Encerrando o segundo módulo do formulário aplicado nos moradores da Bacia do Rio Belém conclui-se que a opinião pública curitibana sabe da existência de um problema de ordem ambiental, mas apenas porque algum meio de comunicação ou a comunidade assim o informou, não que houvesse uma percepção direta com o problema. A consciência ambiental do curitibano é fruto das inúmeras campanhas oficiais realizadas ao longo de anos, que geram informação mas não um comprometimento real com o problema em si (SÁNCHEZ, 2001). É curioso traçar um paralelo desta situação aqui levantada com os resultados obtidos por Luiz Américo de Souza (2002), quando da sua pesquisa realizada numa região de baixa renda na comunidade próxima à Escola Municipal Lírio Jacomel, na cidade de Pinhais-PR. Neste trabalho, 71,31% das pessoas entrevistadas naquela localidade também desconheciam as amplas dimensões dos benefícios do esgoto tratado e do manejo ambiental para a qualidade de vida das pessoas ali inseridas. Este autor concluiu que:

[...] a sensibilidade de uma população sem recursos, sem informação, apenas com sua cultura de sobreviver sempre próximo a água, justifica seu pensar e agir sobre o meio. [...] Ficou evidenciado, nesta amostragem, que

esta comunidade carece mais de educação do que informação. Isto se constata uma vez que atualmente a mídia tem se preocupado em repassar uma conscientização em massa do uso desenfreado dos recursos hídricos, através dos diversos meios de comunicação. No entanto, não atingiram o pensar e agir dessa comunidade. Somente as informações não bastam quando não acompanhadas de um conhecimento significativo das conseqüências, há uma verdadeira necessidade de em educar para o agir dentro de uma praticidade revolucionária e ecológica (SOUZA, 2002, p. 65).

Ficou provado que não é a condição econômica ou da classe social que determina o pensar e o agir em prol de questões de sustentabilidade ou cidadania. No presente estudo os resultados obtidos na área BB-III, que compreendem os bairros mais centrais de Curitiba abrangendo uma população mais estudada e abastada, identificaram-se com os padrões obtidos no estudo de SOUZA (2002) realizada numa área de baixa renda.

Quanto o módulo “Conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos recursos hídricos na bacia do Belém” a questão de número 16 procurou identificar a relação do morador com possíveis atores em atuação na bacia. Restou demonstrado que 82% desconhecem qualquer entidade ou projeto em andamento para melhorar o Rio. Chamaram-nos a atenção as respostas obtidas na área BB-II, onde dos 27% dos entrevistados que optaram pela resposta “sim” na sua maioria revelaram conhecer as iniciativas da Associação dos Moradores e Amigos do São Lourenço. A menção reiterada por esta ONG revela a influência das suas iniciativas sobre a população daquela área. O resultado geral da questão 16 também se torna conflitante com os dados colhidos junto à entrevista realizada com o representante da instituição de ensino superior, Apêndice V, que confirmou a obtenção de 100.000 assinaturas por meio do projeto “Fala Belém”, destinado a conscientizar a população da situação deste rio. Provavelmente a atuação do referido projeto se limitou no seio da comunidade acadêmica envolvida e na comunidade ribeirinha de modo disperso, pois os resultados aqui obtidos indicam uma quase inexistente identificação pelos moradores, distribuídos homoganeamente, de qualquer iniciativa de melhoria da bacia.

Quando a questão 17 procurou indagar dos entrevistados o seu conhecimento do Plano Diretor ou da Conferência Municipal da Cidade de Curitiba, procurou-se trazer para um viés realista para aquilo abordado no capítulo 2.2.3. A Conferência da Cidade também é um instrumento de envolvimento de diversos

setores da sociedade destinado a promover a gestão compartilhada da cidade (IPPUC, 2005, p. 41). Contudo, o resultado geral de 76% de a população desconhecer sobre o PDDI e a Conferência, e, na questão 18, 98% não ser chamada na sua elaboração demonstra que estes instrumentos de gestão aplicados em Curitiba não conseguiram cumprir a função pelo qual foram criados, confirmando os ensinamento de Villaça (2005) para o qual o Plano Diretor apenas visa atender os interesses dos grandes proprietários.

As questões 19 e 20 originaram-se de estudo realizados sobre a cultura política nacional, que oscila entre o elitismo e o igualitarismo (LIMA; CHEIBUB apud RIBEIRO, 2004). O resultado geral obtido na questão 19 onde 70% da população entrevistada opta em não concordar com uma tendência de valorização de uma elite dirigente, revela um sentimento de manter preservado no interior do grupo social valores fundamentais do regime democrático como, neste caso, o ideal de igualdade entre os cidadãos (RIBEIRO, 2004, p. 229). Este padrão confirmou-se na questão 20 onde mesmo considerando Curitiba uma cidade de tendência cultural conservadora, ver capítulo 3.1, o resultado geral demonstrou que a população inserida na bacia reconhece a importância do envolvimento de uma maior dimensão de atores na tomada de decisão sobre as questões do Rio, e não apenas de uma elite técnica, política e econômica:

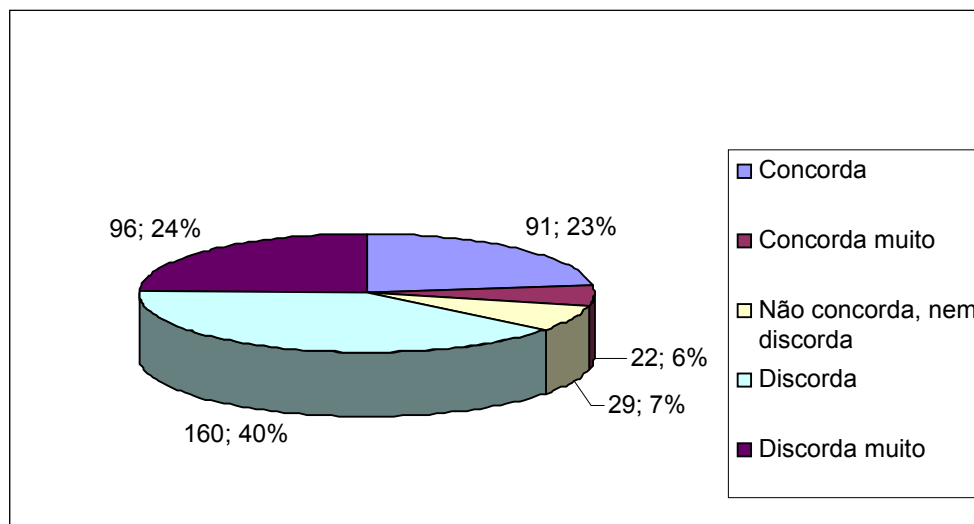


Figura 13 – Resultado geral do número e percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto ao elitismo dos atores atuantes nos assuntos do Rio Belém

Estes dados revelam um sentimento coletivo de tendências ao regime democrático com o reconhecimento da capacidade do povo em influenciar nas decisões políticas. Para confirmar esta proposição a questão 21 indagou sobre a capacidade do entrevistado em influenciar na política de recursos hídricos, mesmo com certa dificuldade dos entrevistados em entender a real dimensão do termo “política de recursos hídricos” depois de uma breve explicação do entrevistador obteve-se como resultado um total geral equilibrado entre “sim” e “não”. Como o resultado daqueles que optaram por “em parte” atingiu os 25%, totalizou-se um percentual de 65% que optam por uma visão mais positiva quanto a sua capacidade política perante a sociedade na qual está inserido:

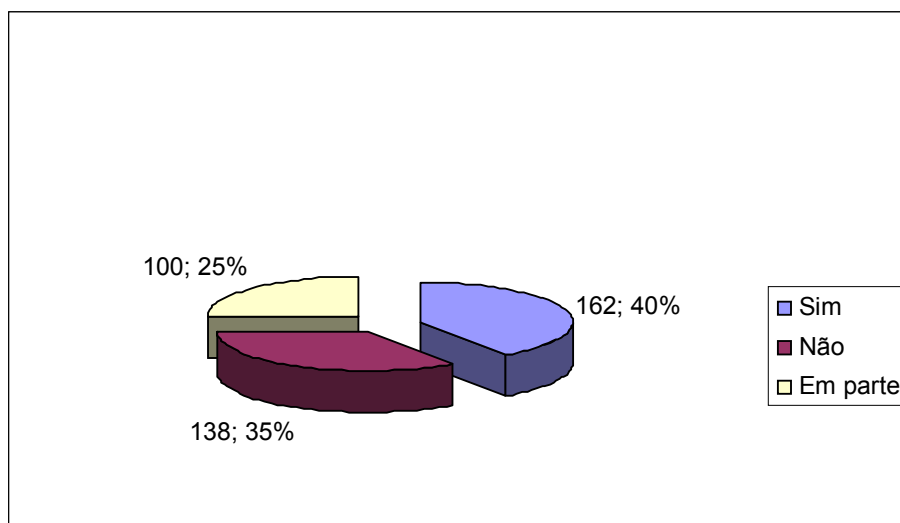


Figura 14 – Total geral das respostas (quantidade e porcentagem) sobre a percepção do entrevistado quanto a sua capacidade de influência na política local de Recursos Hídricos

Estes resultados demonstram que o cidadão curitibano inserido na bacia em estudo apresenta uma relativa auto-estima positiva quanto a seus valores políticos subjetivos formando uma consciência coletiva de consolidação do regime democrático-participativo, uma vez que “[...] indivíduos que se sentem importantes para o sistema tendem a defendê-lo em situações de risco” (RIBEIRO, 2004, p. 232).

Um importante resultado da pesquisa foi obtido junto à questão de número 22 que procurou avaliar o grau de confiança do cidadão em determinadas instituições da política local:

Tabela 15 – Total geral do percentual de respostas referentes ao grau de confiança dos entrevistados nas instituições políticas do município:

INSTITUIÇÃO	Confia Muito	Confia	Confia Pouco	Não Confia
Câmara de Vereadores	1%	14%	42%	43%
Prefeitura	1%	47%	35%	17%
Partidos Políticos	0%	4%	24%	73%
Ong's	2%	47%	31%	20%

A totalidade das pessoas entrevistadas em todas as áreas demonstrou um elevado grau de desconfiança em relação aos partidos políticos e pouca confiança nos seus representantes em atuação na Câmara de Vereadores de Curitiba. Este resultado é alarmante uma vez que, segundo Ribeiro (2004), a consolidação e estabilidade do regime democrático dependem da confiança dos cidadãos nas instituições partidárias. Bonavides (1994) ensina, citando Bryce, que as Democracias Modernas, implantadas em países de vasto território e adensamento populacional, criaram um ambiente propício, e necessário, para as existências das siglas partidárias uma vez que estas servem ao regime dos governos representativos: “[...] são os partidos portanto inevitáveis, principalmente nos grandes países onde a liberdade impera” (BONAVIDES, 1994, p. 351). No dizer de Dahl (2005), existe determinadas sociedade onde há uma tendência popular de não confiança nas instituições democráticas instituídas, e em outros casos o resultado é inverso. Para este autor o sentimento de confiança começa a ser desenvolvido no indivíduo já na sua infância quando inicia a sua convivência no grupo social, que já exprime um sentimento comum de confiança, ou não, pelos seus representantes e governantes. Esta confiança é o resultado da opinião pública entender como eficaz ou fracassada as ações de determinado grupo de governantes quando atuante no poder público (DAHL, 2005, p. 144). Seguindo nesta linha de pensamento de Robert Dahl, Ednaldo Aparecido Ribeiro adverte que a baixa confiança nas instituições políticas, como as aqui avaliadas: “[...] está intimamente associada à quebra de expectativas concretas, ou seja, um desempenho pouco eficiente dos partidos no atendimento de demandas dos indivíduos” (RIBEIRO, 2004, p. 144). O partido político é uma das primeiras instâncias na formação e recrutamento dos indivíduos que, neste caso, assumem o cargo de vereadores, pois como ensinou o teórico liberal brasileiro Benjamin Constant o partido político “[...] é uma reunião de homens que professam a mesma

doutrina política” (BONAVIDES, 1994, p. 344). Diante dos dados aqui apresentados resta indagar quais são as doutrinas que estão sendo professadas no âmbito local para que a população curitibana esteja tão desconfiada dos seus representantes. Na mesma pesquisa os cidadãos demonstraram alguma confiança no poder Executivo local que, mesmo assim, não atingiu um percentual de 50% dos entrevistados, ou seja, os dados revelaram que as confianças subjetivas nesta instituição não atingiram o percentual de maioria simples, composta de 50% mais um grau de resposta. Contudo, mesmo diante das limitações existentes nestas organizações, seja de estrutura ou recursos, as respostas relacionadas com o chamado terceiro setor (as ONG's) são positivas, demonstrando que o cidadão entrevistado optou por formas alternativas de poder como resposta à incapacidade das instituições representativas tradicionais em não atender satisfatoriamente as demandas da população (RIBEIRO, 2004, p. 238-239). Esta confiança razoável no poder Executivo e no terceiro setor indica uma possível resposta ao modelo participativo a ser implantado em Curitiba: amparado em canais de negociação entre a sociedade civil devidamente organizada diretamente com o poder executivo, sem a interferência, e interesses, dos partidos e vereadores.

Ao abordar o módulo “Disposição à participação efetiva na melhoria dos recursos hídricos na bacia do Rio Belém” a questão de número 23 procurou medir o grau de interesse que os cidadãos entrevistados têm quando o assunto é o Rio Belém. Este questionamento é um indicador clássico nos estudos de cultura política (MOISES apud RIBEIRO, 2004) uma vez que se ampara numa pergunta objetiva, subdividida em graus de intensidade da resposta, sobre os valores subjetivos do entrevistado.

O resultado geral demonstrou um percentual pouco animador quanto à dimensão do problema apresentado:

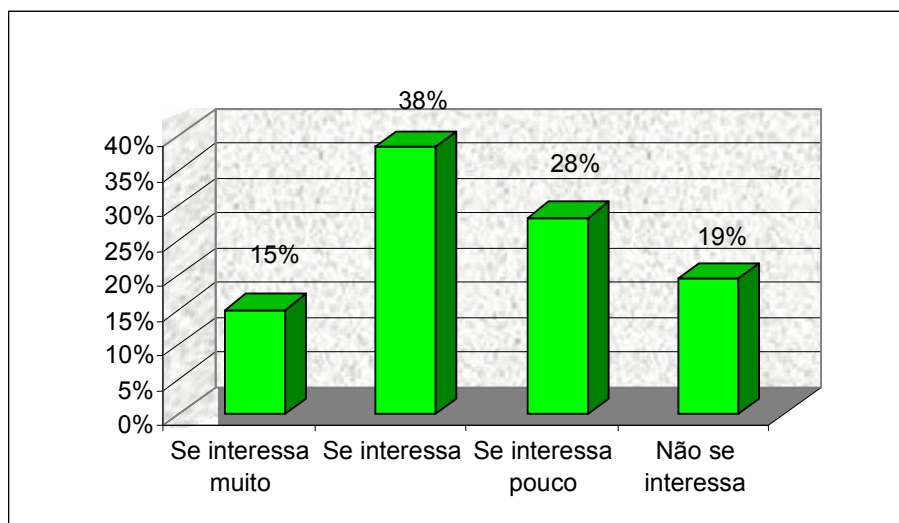


Figura 15 – Total geral do percentual de respostas referentes ao grau de interesse dos entrevistados pelo Rio Belém

A área que mais se demonstrou interessada com os assuntos do Rio foi a BB-II, com 57% de respostas na opção “se interessa”, justamente por ser a área onde os entrevistados mencionaram as iniciativas do Terceiro Setor, neste caso, a Associação de Moradores e Amigos do São Lourenço. Já a Sub-bacia BB-III se demonstrou pouco interessada reiterando os resultados apresentados nesta região, os melhores argumentos que justificam tais resultados são aqueles tratados anteriormente. Estes resultados confirmam as teorias de avaliação da participação política onde indivíduos interessados tendem a engajarem-se nas discussões públicas (RIBEIRO, 2004, p. 228).

Não bastava investigar o interesse do indivíduo no seu modo abstrato, pois Easton (apud RIBEIRO, 2004) ensina que há dois tipos de apoios ao regime político, ou, neste caso, à uma questão de ordem comunitária: um difuso e outro específico. O primeiro caso trata de um apoio, ou interesse, expresso sem grandes compromissos, ou desapegado com a realidade dos sentimentos do indivíduo. O segundo caso versa sobre “[...] as percepções que envolvem avaliações e adesão às instituições concretas do regime” (RIBEIRO, 2004, p. 241). Então, a questão 24 indagou objetivamente se o indivíduo engajou-se ou foi convidado a engajar em iniciativas destinadas a melhorar o Rio. O resultado geral foi 88% de cidadãos que responderam “não” demonstrando, assim, que não há canais eficazes na cidade de Curitiba que permitam integrar os moradores ao redor da discussão sobre os

problemas apresentados. A fim de confirmar esta teoria, a questão 25 apresentou algumas iniciativas que o entrevistado em alguma ocasião pudesse ter participado em prol do Rio, e mais uma vez 76% do total geral responderam que jamais participou de qualquer iniciativa, destes resultados apenas 13% mencionaram o contato com vizinhos para “comentar” o problema com o Rio Belém. Esta última iniciativa, a nosso ver, é a mais simples a ser tomada e, mesmo assim, os resultados não são animadores.

Estes padrões de resposta servem, inclusive, para revelar, mesmo que provisoriamente, o perfil dos entrevistados se comparado às respostas das questões 14,15, 19, 20 e 21. Os indivíduos apresentando traços de desconfiança ao regime político instituído, e suas instituições, pode refletir uma relação com a chamada “adesão difusa”, uma vez que esta “[...] é constituída através de um processo de socialização mais prolongado e que tem raízes profundas que não são diretamente abaladas por avaliações negativas de desempenho administrativo de um governo ou de outro” (RIBEIRO, 2004, p. 241). Assim, é perfeitamente justificável a opção da comunidade como primeira organização de pessoas responsável pelo zelo com o Rio, a consciência do fim futuro dos recursos hídricos, o repúdio à elitização dos meios de tomada de decisões, e a crença na capacidade individual de influência política.

A última questão, de número 26, procurou extrair dos entrevistados um possível perfil participativo. O cidadão foi esclarecido que esta resposta não importava em compromisso futuro com qualquer tipo de organização, uma vez que o objetivo era o de colher a sua mais sincera resposta sem qualquer tipo de constrangimentos:

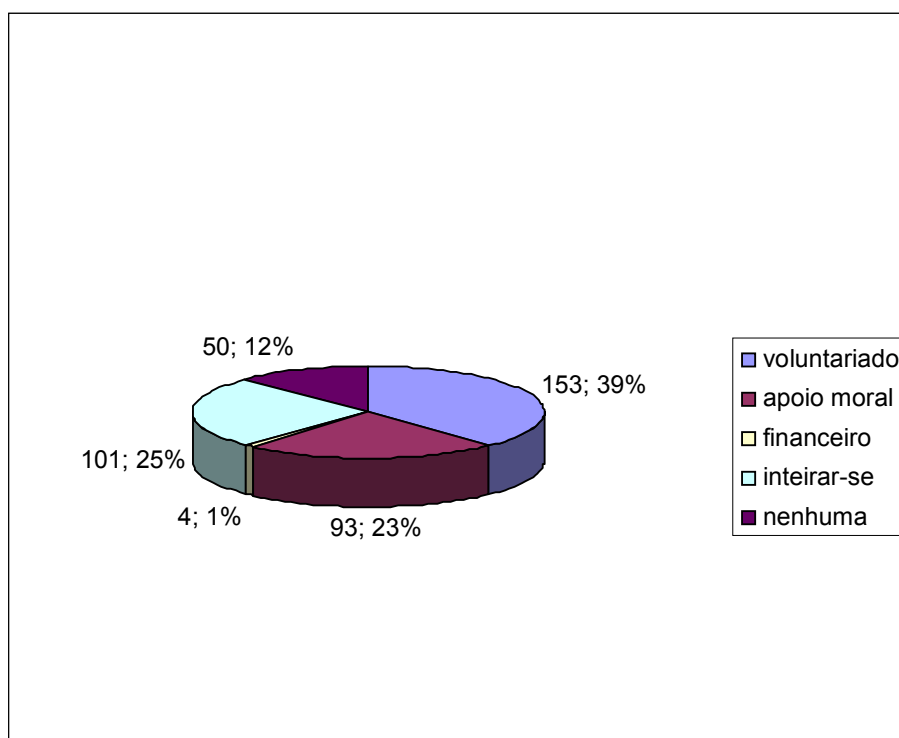


Figura 16 – Total geral de respostas (quantidade e percentual) relacionadas ao perfil participativo do entrevistado

De um modo geral, mesmo que signifique um sentimento difuso do entrevistado, e levando em consideração a somatória dos percentuais das opções “voluntariado” e “inteirar-se”, este revela algum interesse em envolver-se nos assuntos relativos com o Rio Belém. Considerando os percentuais das respostas apresentadas às questões 17, 18, 24 e 25, que não são animadores, o morador da bacia apresenta um perfil participativo que, se bem trabalhado pelos gestores locais, pode servir na consolidação de eficientes canais de diálogo com o poder público.

Um resultado que chama a atenção refere-se à opção “inteirar-se”, 25% do total geral, demonstrando, assim, o interesse do morador da bacia em obter informações sobre os problemas do Rio. Aliás, no processo de envolvimento comunitário é salutar a prestação de informações para os envolvidos justamente para aumentar a confiança dos mesmos no processo. Como adverte Plínio de Arruda Sampaio (2005) a informação é imprescindível para sustentar um debate objetivo, e se é do interesse de uma sociedade seguir no caminho da justiça, mitigando as desigualdades sociais, o primeiro passo é evitar que o fluxo de informações esteja concentrado apenas numa classe social dominante.

5.2 Resultados da Aplicação do Formulário na Sub-bacia I

Na área convencionada como BB-I foram aplicados 38 formulários, pois esta área representa 9,51% da Bacia.

5.2.1 Subgrupo “Perfil dos entrevistados”

A seguir são apresentadas as Figuras 17 a 20 que abordam questões relativas ao sexo, faixa, etária, escolaridade, e tempo de residência na área do indivíduo entrevistado.

Questão n. 1 – Sexo do entrevistado.

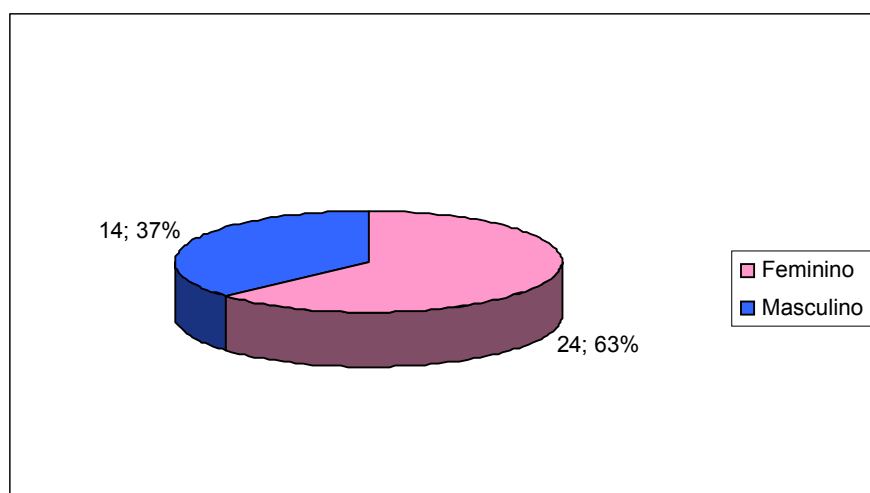


Figura 17 – Distribuição dos formulários (conforme a quantidade e porcentagem) em relação ao sexo dos entrevistados inseridos na área I da bacia do Rio Belém

Questão n. 2 – Faixa etária do entrevistado.

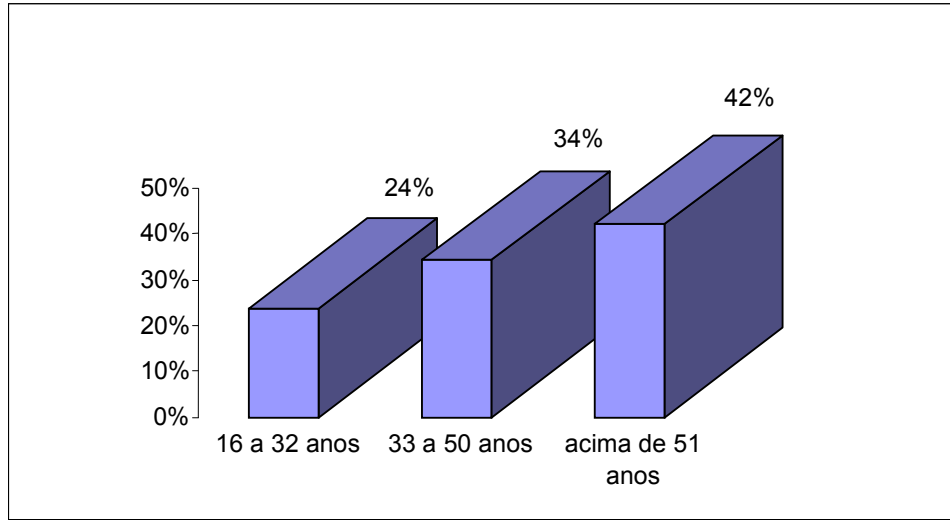


Figura 18 – Distribuição dos formulários conforme a faixa etária dos entrevistados inseridos na área I da bacia do Rio Belém

Questão n. 3 – Escolaridade do entrevistado:

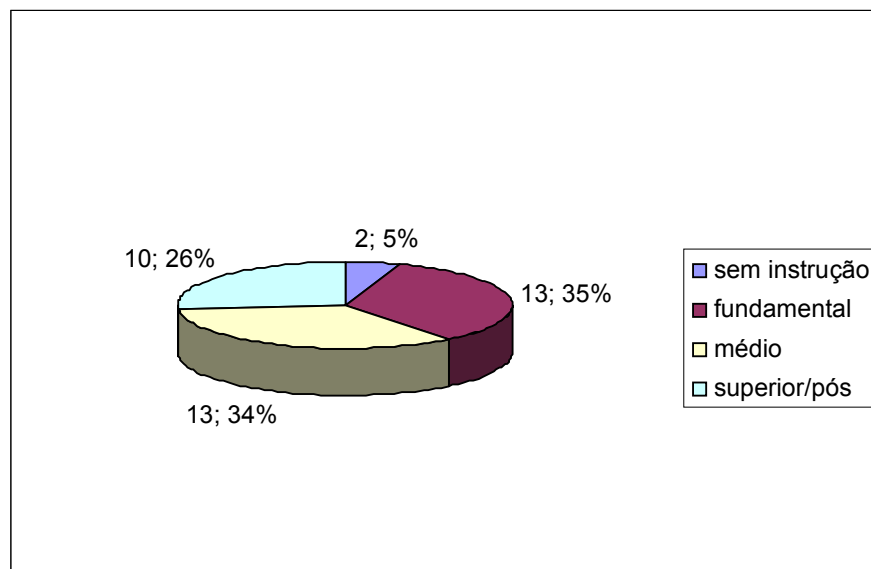


Figura 19 – Distribuição dos formulários (quantidade e percentual) conforme o grau de instrução formal do entrevistado inserido na área I da bacia do Rio Belém

Questão n. 4 – Utilizada apenas para fins metodológicos ao identificar a área onde o formulário foi aplicado, ver Apêndice I.

Questão n. 5 – Tempo em que o entrevistado reside na área.

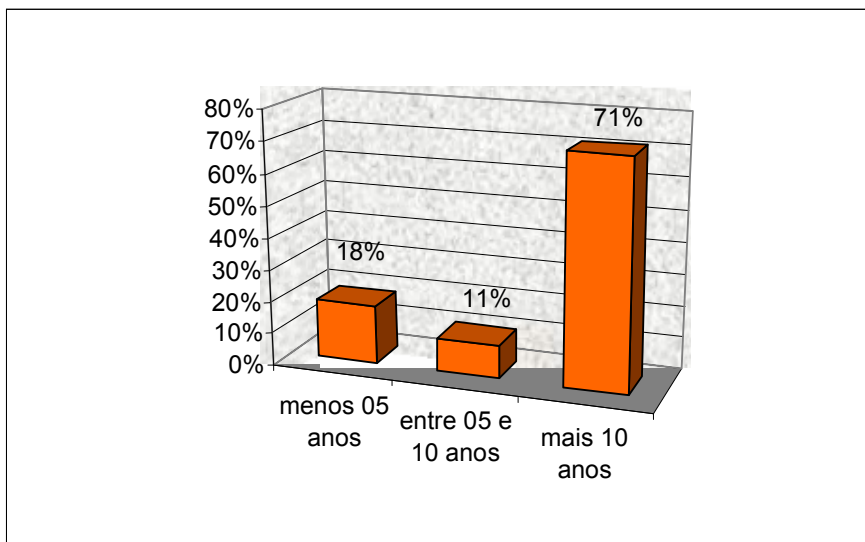


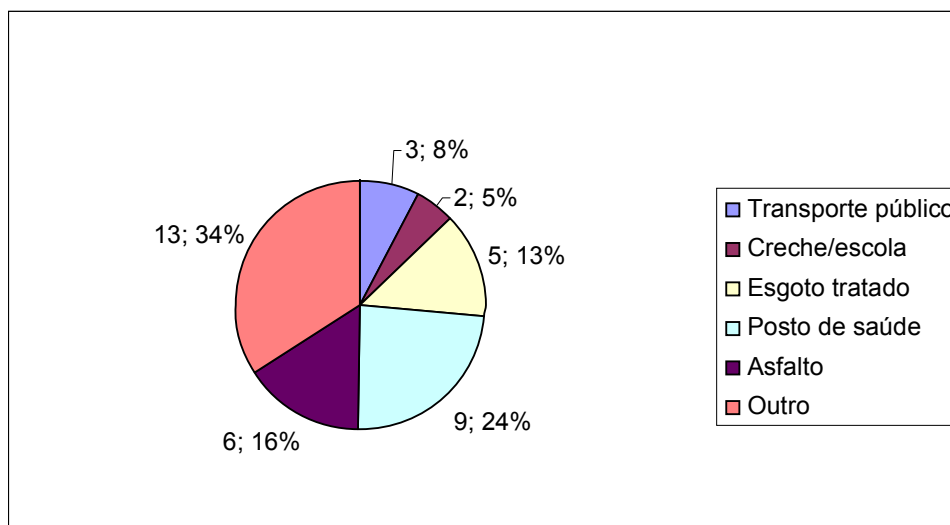
Figura 20 – Percentual referente ao tempo de residência dos entrevistados inseridos na área I da bacia do Rio Belém

Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos entrevistados da BB – I se tratam de indivíduos numa faixa etária média acima dos 33 anos, ou seja, pessoas adultas com família constituída, com uma formação mediana e residente na área tempo suficiente para conhecer os problemas que os cercam. O percentual maior de mulheres que responderam ao formulário (63%) não significa que as mesmas estejam na área na mesma proporção, mas cabe ressaltar que sendo a BB – I uma área residencial, e uma população onde 42% está acima dos 51, supõe-se que os maridos destas mulheres, na sua maioria donas-de-casa, estavam no local de trabalho quando da abordagem.

5.2.2 Subgrupo “Percepção dos Recursos Hídricos”

A seguir são apresentadas as Figuras 21 a 23, e as Tabelas 16 a 22, que abordam questões relativas à percepção do entrevistado quanto ao investimento, existência de rio, inserção da residência na bacia, observação do estado de conservação, estada num dos locais do rio, consciência da poluição, utilidade, qualidade, disponibilidade de água, e zelo com o rio.

Questão n. 6 - Qual destes investimentos é prioritário para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade?



***Observação: dos entrevistados que optaram pelo item “outro” estes referiram-se à segurança pública.**

Figura 21 – Respostas (quantidade e percentual) referente o investimento público que o entrevistado acredita ser fundamental para melhorar a qualidade de vida da comunidade

Questão n. 07 – Existe algum rio perto da sua casa?

Tabela 16 – Percentual de respostas referente à percepção da existência de Rio próximo da residência do entrevistado:

SIM	NÃO	NÃO SEI
71%	26%	3%

Questão n. 08 – Sabia que a sua residência está inserida na bacia hidrográfica do Rio Belém?

Tabela 17 – Percentual de respostas conforme a consciência do entrevistado sobre a inserção da sua residência na área da bacia do Rio Belém:

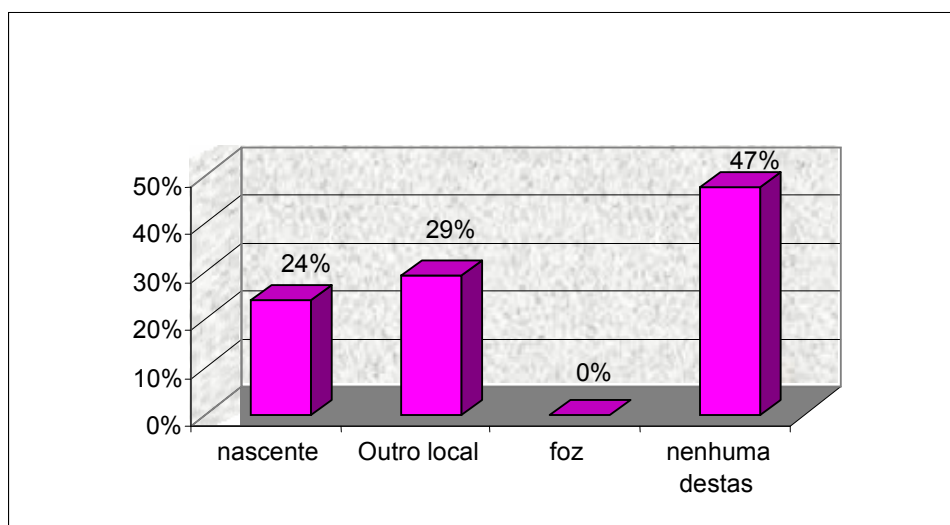
SIM	NÃO
32%	68%

Questão n. 09 – Já observou o estado de conservação deste rio?

Tabela 18 – Graus de resposta conforme a observação do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém:

SIM	NÃO
55%	45%

Questão n. 10 – Em relação ao Rio Belém, o sr.(a) conhece (já esteve no local):



***Obs.: dos entrevistados que optaram por “outro local” estes estavam se referindo ao leito do Rio.**

Figura 22 – Graus de resposta conforme a estada do entrevistado numa das áreas do Rio Belém tratadas no formulário

Questão n. 11 – Sabia que o Rio Belém é poluído e sua água imprópria para o consumo humano?

Tabela 19 – Graus de resposta referente a percepção do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém:

SIM	NÃO	NÃO SEI
76%	24%	-

Questão n. 12 – O rio Belém tem alguma utilidade para a sua vida?

Tabela 20 – Percentual de respostas quanto a percepção da utilidade do Rio Belém para o entrevistado:

SIM	NÃO	NÃO SEI
18%	63%	18%

Questão n. 13 – A qualidade da água, assim como todo o leito, do Rio Belém está associada à saúde do sr.(a) e da sua família?

Tabela 21 – Percentual de resposta referente a utilidade do Rio Belém para o entrevistado:

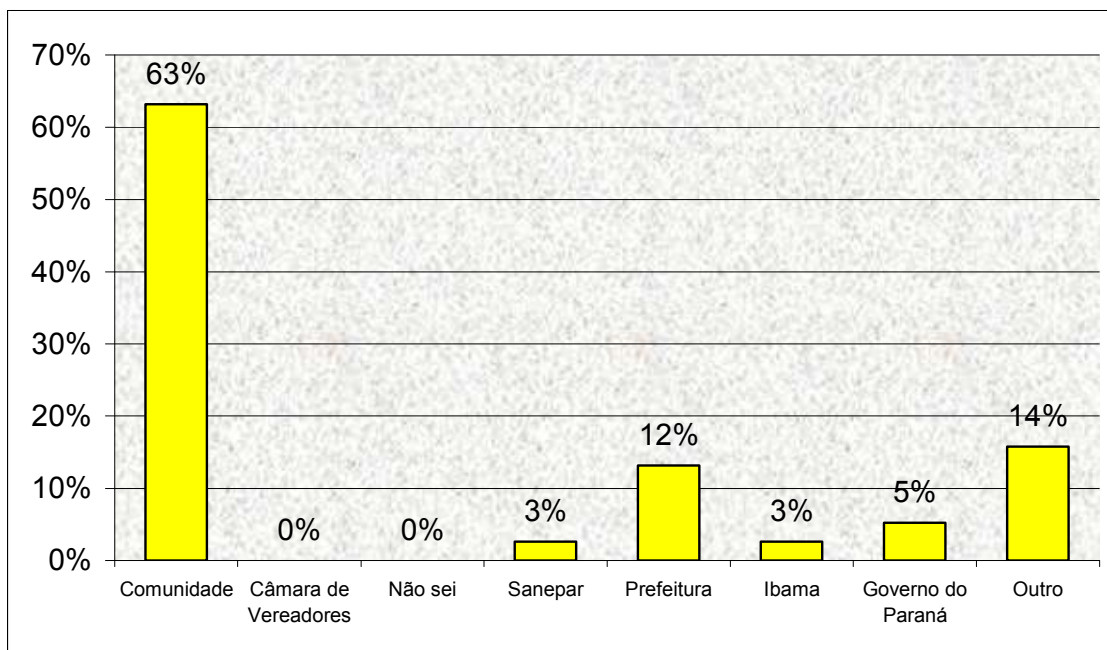
SIM	NÃO	NÃO SEI
29%	58%	13%

Questão n. 14 – A água destinada ao consumo humano algum dia pode vir a faltar?

Tabela 22 – Percentual de respostas referente à percepção do entrevistado quanto a escassez da água:

SIM	NÃO	NÃO SEI
82%	13%	5%

Questão n. 15 – Quem é obrigado a zelar, cuidar, do rio?



***Obs.: dos entrevistados que optaram pela resposta “outro” estes referiram-se à uma conjugação de “todas” as opções apresentadas.**

Figura 23 – Percentual de respostas referente a percepção sobre a responsabilidade de cuidado com o Rio

Considerando que a maioria dos entrevistados se tratam de pessoas adultas, com formação mediana, e residentes na área tempo suficiente para compreender os problemas relativos ao Rio Belém, fica demonstrado que a preocupação com posto de saúde e “outros” é maior que a instalação e manutenção de rede de esgoto, vital para a qualidade ambiental do rio. Como o rio não está canalizado nesta área, a percepção da sua existência atinge os 71%, porém a população não visualiza este rio compondo um conjunto maior que é a bacia hidrográfica haja vista o percentual de 68% de respostas que desconheciam esta integração. Quanto a observação do estado do rio quase há um equilíbrio das respostas, justificado pelas pessoas que efetivamente foram o leito do rio conhecer seus problemas e aquelas que apenas, desinteressadamente, ouviram dizer que o mesmo é poluído ou apenas observaram quando de passagem pelo leito. Este percentual se confirma com as respostas obtidas na questão 10 onde 47% dos entrevistados jamais esteve próximo do rio, apenas soube dos seus problemas por meios indiretos, e na questão 11 onde 76% sabe que o mesmo é poluído. O morador desta área não vê grande utilidade prática

do rio para com sua vida, uma vez que 63% responderam não ter uma utilidade somada aos 18% que não souberam responder à questão. Este pensamento de desvinculação da qualidade da vida do indivíduo com os problemas ambientais do rio ainda se confirma quando 58%, somados aos 13% que não souberam responder, responderam não haver relação entre a saúde humana com a qualidade da água do rio. Contudo, 82% afirmaram a possibilidade de algum dia faltar água para o consumo humano, fato este justificado por eventuais racionamentos no fornecimento de água ocorridos na cidade e da divulgação pelos meios de comunicação dos problemas ambientais atuais, como efeito estufa, derretimento de geleiras, aquecimento global, etc. Um dado positivo é observado nas respostas da questão 15 onde a população está consciente (63%) que é a comunidade responsável pelo zelo com o rio. Destes percentuais relativos à percepção dos moradores restou demonstrado que os indivíduos estão conscientes com questões sistematicamente divulgadas pelos meios de comunicação de massa, ignorando a realidade na qual estão inseridos.

5.2.3 Subgrupo “Conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”

A seguir são apresentadas as Figuras 24 e 25, e as Tabelas 23, 24, 25, 26, e 27, que abordam questões relativas ao conhecimento, do entrevistado, sobre a atuação de alguma entidade comprometida com o melhoramento do rio, conhecimento ou participação no PDDI ou Conferência da Cidade de Curitiba, elitização participativa, capacidade de influência, e confiança nas instituições políticas.

Questão n. 16 – Sabe de alguma entidade, alguém, ou projeto comprometido com a melhoria do Rio Belém?

Tabela 23 – Percentual de respostas referente o conhecimento do entrevistado sobre alguma iniciativa junto ao Rio:

SIM	NÃO	Qual?
24%	76%	*

***Obs.: dos entrevistados que optaram pela resposta “sim” 01 mencionou iniciativas da Igreja, 05 da Prefeitura, 01 de ONG, e 02 do projeto “Fala Belém” desenvolvido pela PUC/PR.**

Questão n. 17 – Já ouviu falar do Plano Diretor de Curitiba (PDDI) ou da Conferência da Cidade?

Tabela 24 – Percentual de respostas referente ao conhecimento do entrevistado sobre a existência do PDDI, ou da Conferência da Cidade de Curitiba:

SIM	NÃO
18%	82%

Questão n. 18 – Em alguma ocasião o sr.(a) foi convidado(a) a participar, ou inteirar-se, do Plano Diretor de Curitiba ou da Conferência da Cidade?

Tabela 25 – Percentual de respostas referente a participação do entrevistado no PDDI ou na Conferência da Cidade de Curitiba:

SIM	NÃO
0%	100%

Questão n. 19 – Na sua opinião, apenas os dotados de escolaridade suficiente deveriam influir nos assuntos relativos ao Rio Belém?

Tabela 26 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto o perfil dos possíveis atores atuantes nos assuntos relativos ao Rio Belém:

SIM	NÃO
18%	82%

Questão n. 20 – O (a) sr.(a) concorda ou discorda da seguinte afirmação: “A grande maioria da população não tem como influir na política municipal destinada a resolver os problemas do Rio Belém. Isso é coisa para os entendidos e os políticos”.

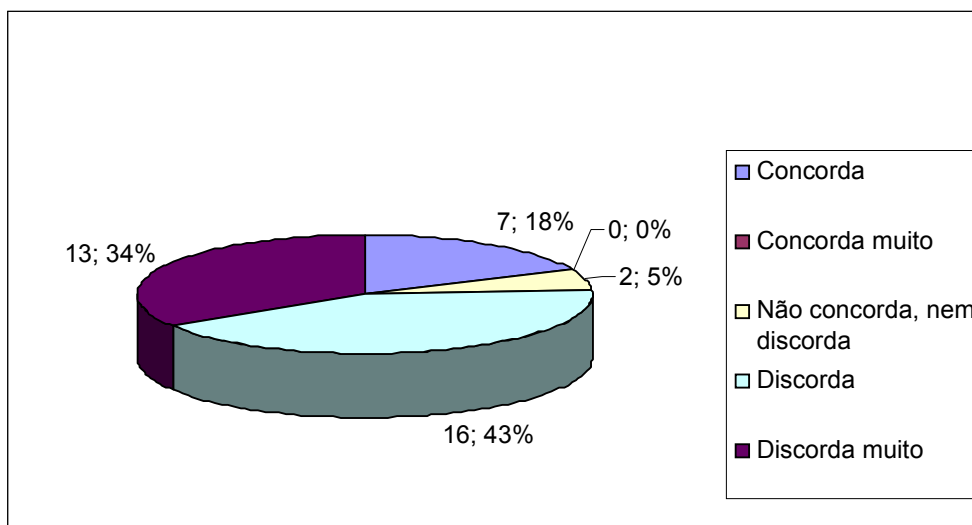


Figura 24 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto ao elitismo dos atores atuantes nos assuntos do Rio Belém

Questão n. 21 – Como um “cidadão comum” o(a) sr.(a) acredita que influencia a política de recursos hídricos de Curitiba?

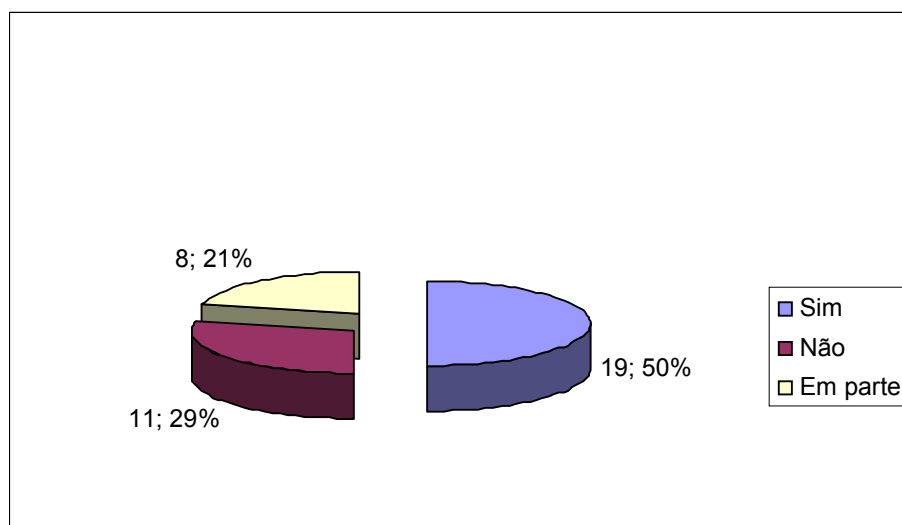


Figura 25 – Respostas (quantidade e porcentagem) sobre a percepção do entrevistado quanto a sua capacidade de influência na política local de Recursos Hídricos

Questão n. 22 – Qual o grau de confiança do sr.(a) em relação às seguintes instituições políticas?

Tabela 27 – Percentual de respostas referentes ao grau de confiança dos entrevistados nas instituições políticas do município:

INSTITUIÇÃO	Confia Muito	Confia	Confia Pouco	Não Confia
Câmara de Vereadores	0%	13%	45%	42%
Prefeitura	0%	29%	47%	24%
Partidos Políticos	0%	5%	21%	74%
Ong's	0%	47%	34%	18%

Os resultados aqui obtidos demonstraram que o morador desconhece qualquer tipo de iniciativa destinada a melhorar a qualidade do Rio Belém. Apenas duas respostas da questão 16 mencionaram o projeto “Fala Belém”, tratado no Apêndice V, que colheu 110.000 assinaturas com o intuito de conscientizar a população sobre os problemas com o rio. Ademais, as iniciativas da SMMA, Apêndice III, também passaram despercebidas junto aos moradores desta área. Este desconhecimento das iniciativas dos atores, principalmente públicos, se repete nas respostas das questões 17 e 18, demonstrando que o morador desta área foi distanciado das arenas que decidem o destino da bacia hidrográfica aqui estudada, porém, as respostas das questões 19, 20, e 21 demonstram um sentimento democrático existente mas que não foi estimulado, como consequência a Tabela 27 (questão 22) revela a fragilidade da confiança deste morador nos órgãos que o representam.

5.2.4 Subgrupo “Disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”

A seguir são apresentadas as Figuras 26, 27 e 28, e a Tabela 28, que abordam questões relativas ao interesse, interação, e participação do entrevistado nos assuntos do Rio Belém.

Questão n. 23 – De um modo geral, em que medida o(a) sr.(a) se interessa pelo Rio Belém?

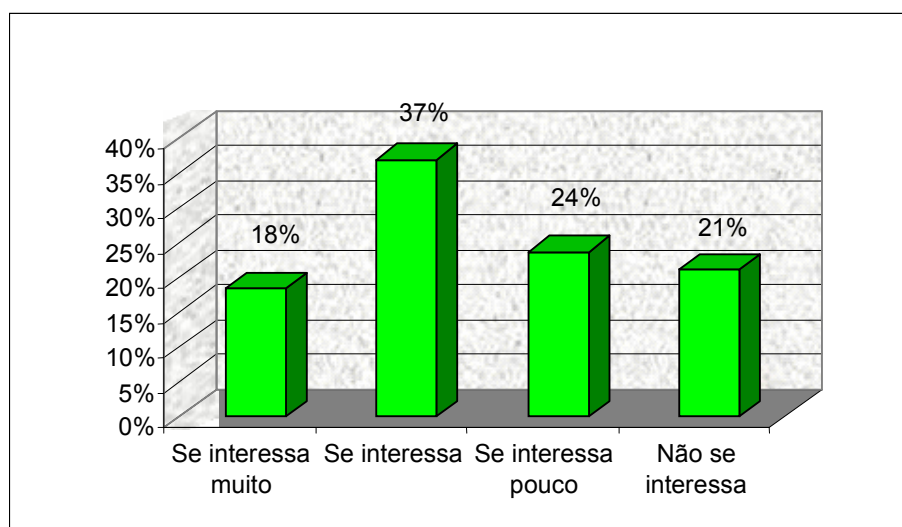


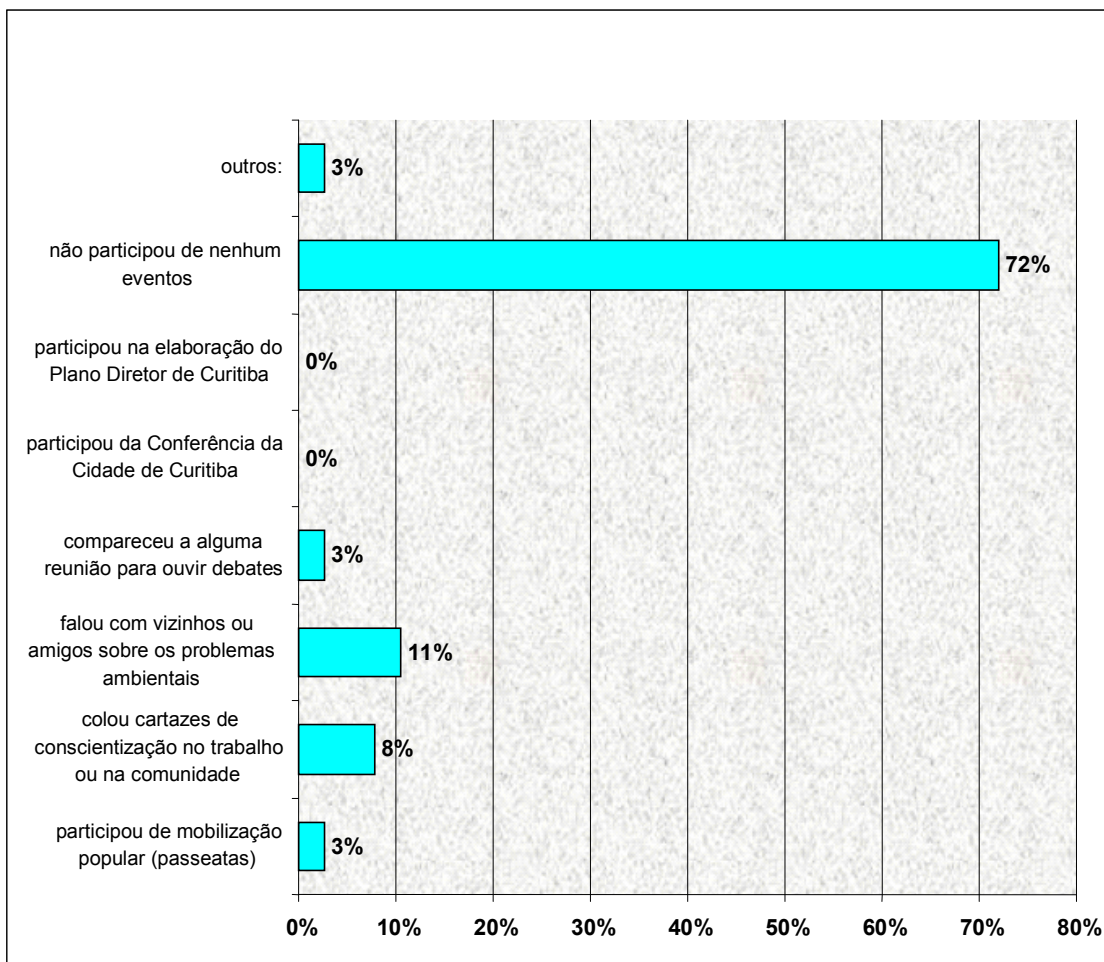
Figura 26 – Percentual de respostas referentes ao grau de interesse dos entrevistados pelo Rio Belém

Questão n. 24 – Alguma vez foi convidado a participar, ou inteirar-se, dos problemas com a bacia do Rio Belém?

Tabela 28 – Percentual de respostas sobre iniciativas de envolvimento comunitário destinadas a tratar dos problemas do Rio Belém:

SIM	NÃO
16%	84%

Questão n. 25 – Qual (ou quais) destes eventos o sr.(a) participou com o intuito de tratar de assuntos relacionados ao Rio Belém?



***Obs.: o entrevistado que optou pela resposta "outro" este referiu-se à atividade desenvolvida na Igreja.**

Figura 27 – Percentual de respostas relacionadas à participação efetiva do entrevistado visando atender os assuntos do Rio Belém

Questão n. 26 – Se fosse chamado a participar, qual o tipo de iniciativa o(a) sr.(a) estaria disposto(a) a empreender?

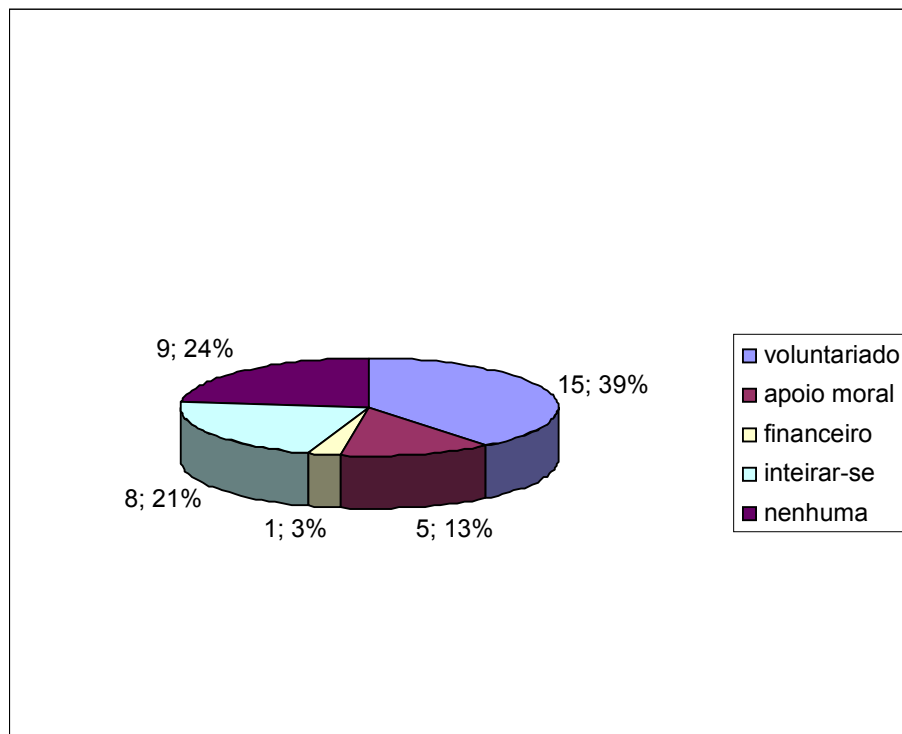


Figura 28 – Respostas (quantidade e percentual) relacionadas ao perfil participativo do entrevistado

Os resultados aqui obtidos demonstraram que o morador se interessa pelos assuntos do rio, mesmo que desconheça ou esteja distante dos debates envolvendo a bacia. O distanciamento deste morador está refletido nos percentuais obtidos na Tabela 28 onde 84% jamais foi convidado a debater os problemas com o rio, resultado que se repete na Figura 27 onde 72% dos entrevistados jamais participou de qualquer evento destinado a tratar da bacia aqui estudada. Mesmo diante desta falta de envolvimento, a Figura 28 demonstra o desejo de 39% em empreender voluntariado e de 21% em buscar se inteirar dos assuntos relativos à bacia. Provavelmente a inércia, desinformação e o interesse, tratado mais no discurso que nas ações objetivas, destes moradores seja o resultado da falta de diálogo com atores melhores estruturados e informados, como é o caso do poder público e da academia.

5.3 Resultados da Aplicação do Formulário na Sub-bacia II

Na área convencionada como BB-II foram aplicados 30 formulários, pois esta área representa 7,4% da Bacia:

5.3.1 Subgrupo “Perfil do entrevistado”

A seguir são apresentadas as Figuras 29 a 32 que abordam questões relativas ao sexo, faixa, etária, escolaridade, e tempo de residência na área do indivíduo entrevistado.

Questão n. 1 – Sexo do entrevistado.

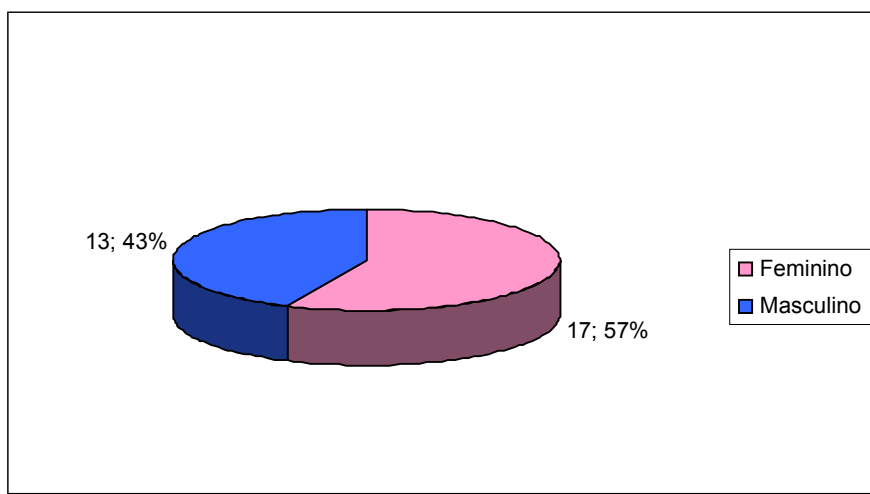


Figura 29 – Distribuição dos formulários (conforme a quantidade e porcentagem) em relação ao sexo dos entrevistados inseridos na área II da bacia do Rio Belém

Questão n. 2 – Faixa etária do entrevistado.

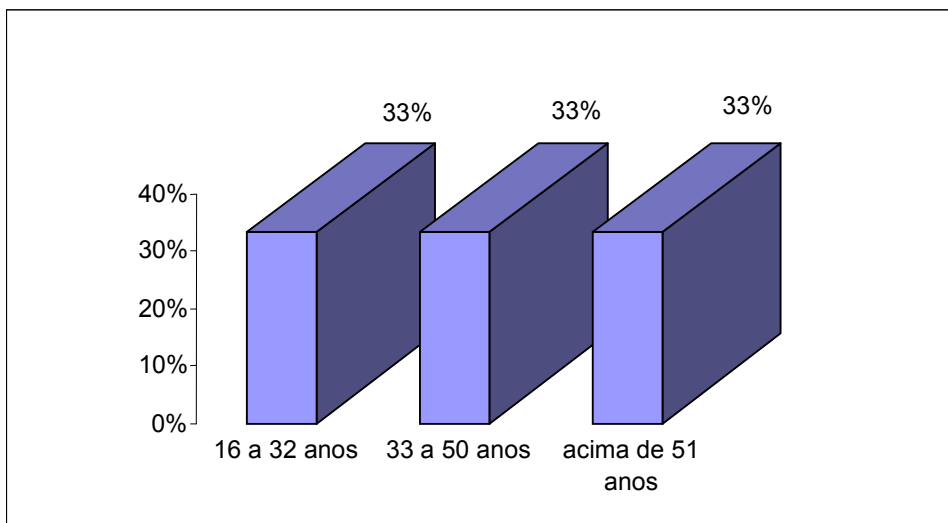


Figura 30 – Distribuição dos formulários conforme a faixa etária dos entrevistados inseridos na área II da bacia do Rio Belém

Questão n. 3 – Escolaridade do entrevistado:

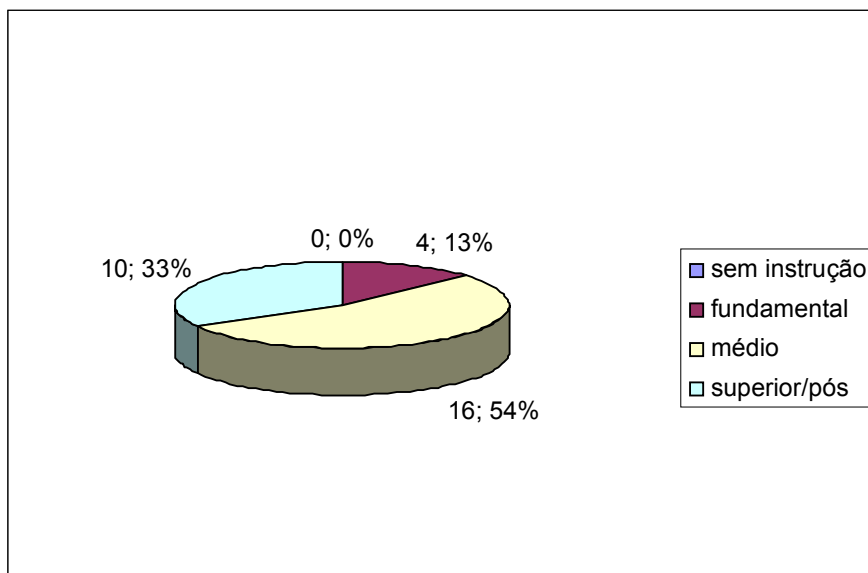


Figura 31 – Distribuição dos formulários (quantidade e percentual) conforme o grau de instrução formal do entrevistado inserido na área II da bacia do Rio Belém

Questão n. 4 – Utilizada apenas para fins metodológicos ao identificar a área onde o formulário foi aplicado, ver Apêndice I.

Questão n. 5 – Tempo em que o entrevistado reside na área.

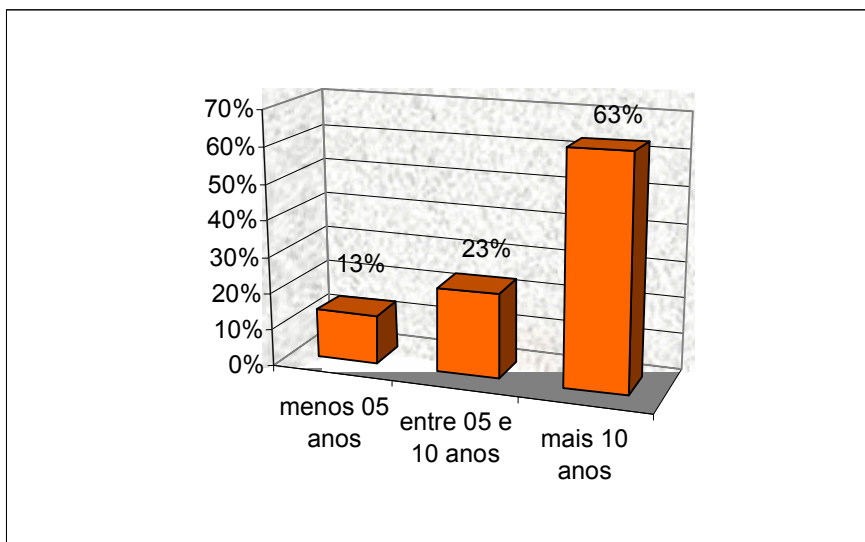


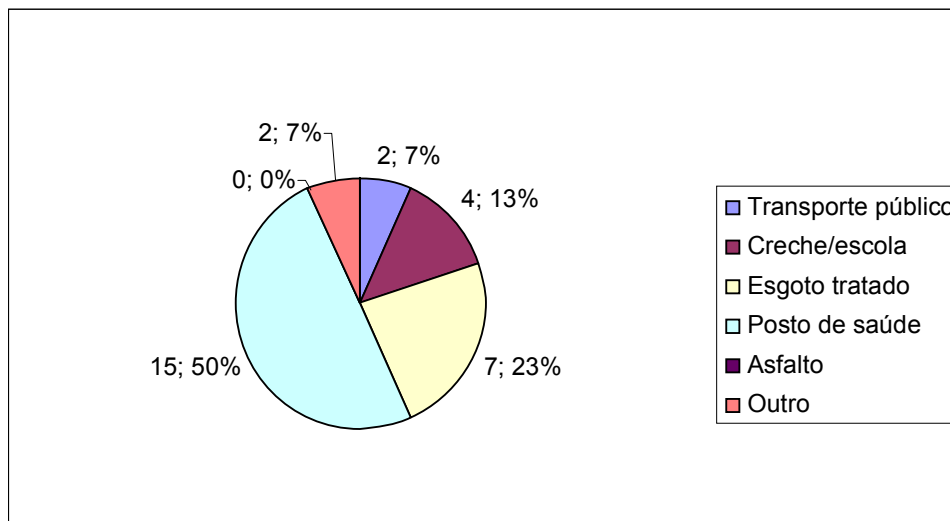
Figura 32 – Percentual referente ao tempo de residência dos entrevistados inseridos na área II da bacia do Rio Belém

A faixa etária dos entrevistados da BB – II se demonstrou homogênea, com maior incidência (54%) de uma formação mediana e residentes na área tempo suficiente para conhecer os problemas que os cercam, 63% com mais de dez anos. O percentual de mulheres que responderam ao formulário (57%) restou equilibrado se comparado ao percentual masculino, ao contrário do ocorrido na BB-I, aproximando dos dados do IBGE quanto ao gênero da população brasileira.

5.3.2 Subgrupo “Percepção dos Recursos Hídricos”

A seguir são apresentadas as Figuras 33 a 35, e as Tabelas 29 a 35, que abordam questões relativas à percepção do entrevistado quanto ao investimento, existência de rio, inserção da residência na bacia, observação do estado de conservação, estada num dos locais do rio, consciência da poluição, utilidade, qualidade, disponibilidade de água, e zelo com o rio.

Questão n. 6 - Qual destes investimentos é prioritário para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade?



***Observação: dos entrevistados que optaram pelo item “outro” estes referiram-se à segurança pública.**

Figura 33 – Respostas (quantidade e percentual) referente o investimento público que o entrevistado acredita ser fundamental para melhorar a qualidade de vida da comunidade

Questão n. 7 – Existe algum rio perto da sua casa?

Tabela 29 – Percentual de respostas referente à percepção da existência de Rio próximo da residência do entrevistado:

SIM	NÃO	NÃO SEI
67%	27%	7%

Questão n. 8 – Sabia que a sua residência está inserida na bacia hidrográfica do Rio Belém?

Tabela 30 – Percentual de respostas conforme a consciência do entrevistado sobre a inserção da sua residência na área da bacia do Rio Belém:

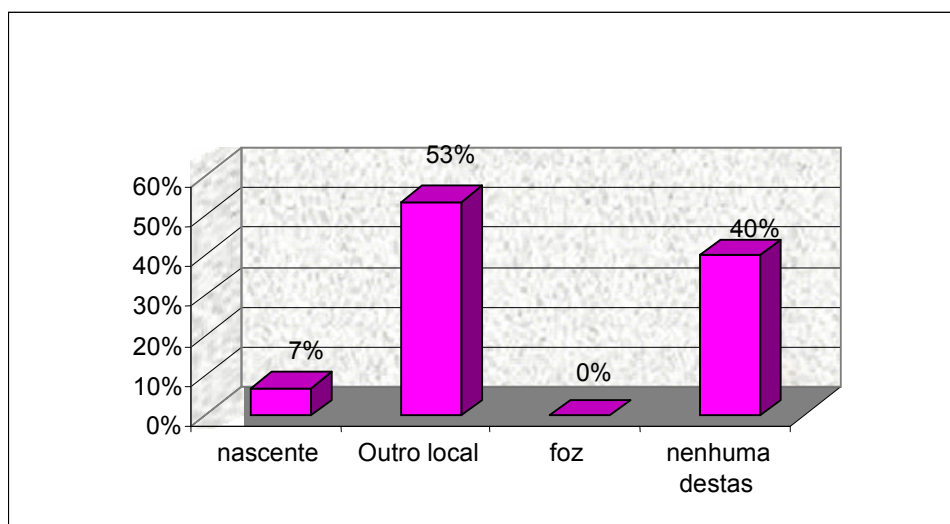
SIM	NÃO
33%	67%

Questão n. 9 – Já observou o estado de conservação deste rio?

Tabela 31 – Percentual de resposta conforme a observação do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém:

SIM	NÃO
60%	40%

Questão n. 10 – Em relação ao Rio Belém, o sr.(a) conhece (já esteve no local):



*Obs.: dos entrevistados que optaram por “outro local” 07 se referiram ao Parque São Lourenço, 05 “próximo de sua casa”, 02 ao leito do Rio, e 02 “próximo ao tributário Ivo”.

Figura 34 – Percentual de respostas conforme a estada do entrevistado numa das áreas do Rio Belém tratadas no formulário

Questão n. 11 – Sabia que o Rio Belém é poluído e sua água imprópria para o consumo humano?

Tabela 32 – Percentual de resposta referente a percepção do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém:

SIM	NÃO
87%	13%

Questão n. 12 – O rio Belém tem alguma utilidade para a sua vida?

Tabela 33 – Percentual de respostas quanto a percepção da utilidade do Rio Belém para o entrevistado:

SIM	NÃO	NÃO SEI
23%	73%	3%

Questão n. 13 – A qualidade da água, assim como todo o leito, do Rio Belém está associada à saúde do sr.(a) e da sua família?

Tabela 34 – Percentual de resposta referente a utilidade do Rio Belém para o entrevistado:

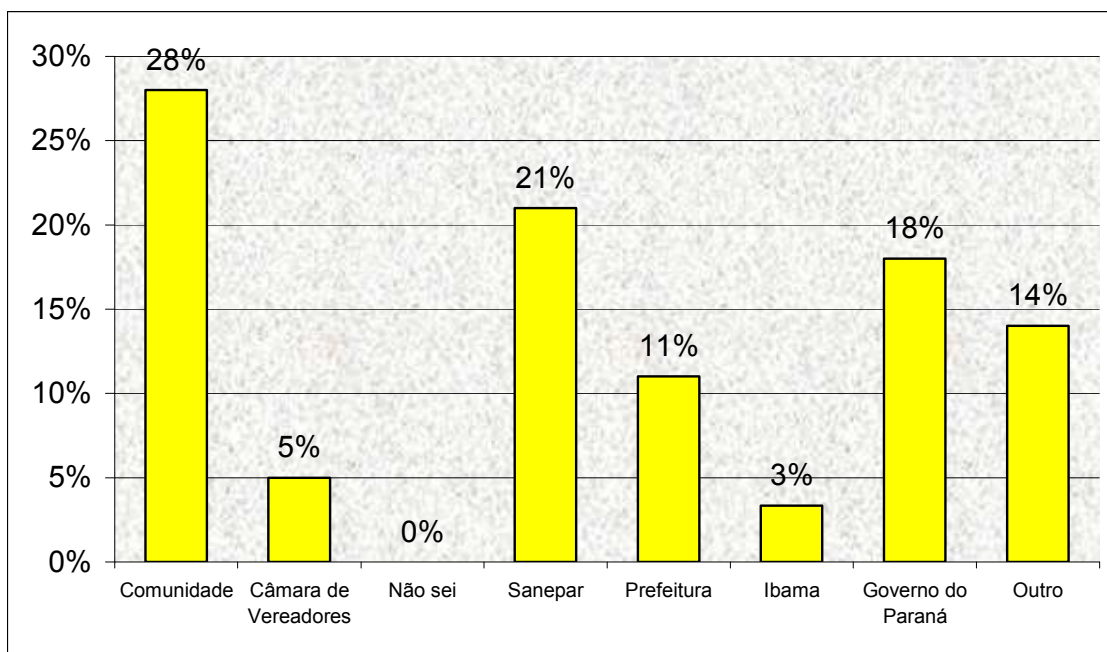
SIM	NÃO	NÃO SEI
43%	33%	23%

Questão n. 14 – A água destinada ao consumo humano algum dia pode vir a faltar?

Tabela 35 – Percentual de respostas referente à percepção do entrevistado quanto a escassez da água:

SIM	NÃO	NÃO SEI
90%	3%	7%

Questão n. 15 – Quem é obrigado a zelar, cuidar, do rio?



***Obs.: dos entrevistados que optaram pela resposta “outro” estes (06) referiram-se à uma conjugação de “todas” as opções apresentadas.**

Figura 35 – Percentual de respostas referente a percepção sobre a responsabilidade de cuidado com o Rio

Como houve uma homogeneidade na faixa etária dos moradores que responderam ao formulário na BB-II é grande valia identificar o pensamento das diversas gerações ali inseridas na sua maioria a mais de dez anos. Como ocorreu na BB-I ainda é grande a preocupação com o posto de saúde em detrimento da rede de esgoto. Nesta área o rio ainda não está canalizado levando a população a percebê-lo (67%), porém a maioria da população que respondeu ao formulário não visualiza este rio compondo um conjunto maior que é a bacia hidrográfica, haja vista o percentual de 67% de respostas que desconheciam esta integração. Quanto a observação do estado do rio 60% efetivamente foram ao leito do rio conhecer seus problemas. Este percentual se confirma com as respostas obtidas na questão 10 onde 53% dos entrevistados optou por “outro local”, referindo-se ao leito e 7% à nascente. Deste modo, 87% responderam na Tabela 32 saber que o mesmo é poluído. Cabe ressaltar que na BB-II se localiza a lagoa do Parque São Lourenço que é formada pelo Rio Belém, possibilitando ao morador uma melhor visualização dos problemas com a bacia. Mesmo assim, o morador desta área não vê grande utilidade prática do rio para com sua vida, uma vez que 73% responderam não ter uma utilidade somada aos 3% que não souberam responder à questão. Contudo, nesta área o pensamento de relação da qualidade da vida do indivíduo com os problemas ambientais do rio se mantiveram equilibrados, ao contrário da BB-I, pois a Tabela 34 demonstra uma melhor conscientização, apesar do percentual de pessoas que não souberam responder à pergunta atingir os 23%. A Tabela 35 repete o observado na BB-I onde 90% afirmaram a possibilidade de algum dia faltar água para o consumo humano. Já na Figura 35 a população da BB-II procurou atribuir a responsabilidade de zelo com o rio principalmente ao poder público, mesmo com o percentual de 28% vinculado à comunidade, possivelmente este padrão se justifica pelo fato da BB-II abrigar o Centro Cívico, sede do governo estadual e da Prefeitura Municipal de Curitiba, influenciado o inconsciente coletivo. Destes percentuais relativos à percepção dos moradores restou demonstrado que os indivíduos da BB-II estão mais conscientes com as questões do rio, salvo quanto a própria parcela de responsabilidade em conservá-lo.

5.3.3 Subgrupo “Conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”

A seguir são apresentadas as Figuras 36 e 37, e as Tabelas 36 a 40, que abordam questões relativas ao conhecimento, do entrevistado, sobre a atuação de alguma entidade comprometida com o melhoramento do rio, conhecimento ou participação no PDDI ou Conferência da Cidade de Curitiba, elitização participativa, capacidade de influência, e confiança nas instituições políticas.

Questão n. 16 – Sabe de alguma entidade, alguém, ou projeto comprometido com a melhoria do Rio Belém?

Tabela 36 – Percentual de respostas referente o conhecimento do entrevistado sobre alguma iniciativa junto ao Rio:

SIM	NÃO	Qual?
27%	73%	-

***Obs.: dos entrevistados que optaram pela resposta “sim” 06 mencionaram iniciativas desenvolvidas pela Associação de Moradores e Amigos (AMA) do São Lourenço, 01 da Prefeitura, e 01 do “Governo”.**

Questão n. 17 – Já ouviu falar do Plano Diretor de Curitiba (PDDI) ou da Conferência da Cidade?

Tabela 37 – Percentual de respostas referente ao conhecimento do entrevistado sobre a existência do PDDI, ou da Conferência da Cidade de Curitiba:

SIM	NÃO
30%	70%

Questão n. 18 – Em alguma ocasião o sr.(a) foi convidado(a) a participar, ou inteirar-se, do Plano Diretor de Curitiba ou da Conferência da Cidade?

Tabela 38 – Percentual de respostas referente a participação do entrevistado no PDDI ou na Conferência da Cidade de Curitiba:

SIM	NÃO
0%	100%

Questão n. 19 – Na sua opinião, apenas os dotados de escolaridade suficiente deveriam influir nos assuntos relativos ao Rio Belém?

Tabela 39 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto o perfil dos possíveis atores atuantes nos assuntos relativos ao Rio Belém:

SIM	NÃO
47%	53%

Questão n. 20 – O (a) sr.(a) concorda ou discorda da seguinte afirmação: “A grande maioria da população não tem como influir na política municipal destinada a resolver os problemas do Rio Belém. Isso é coisa para os entendidos e os políticos”.

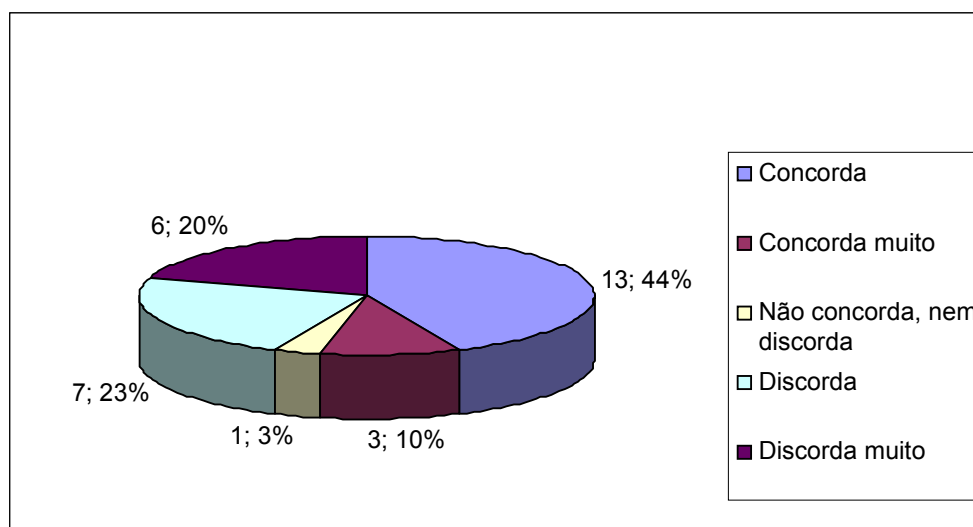


Figura 36 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto ao elitismo dos atores atuantes nos assuntos do Rio Belém

Questão n. 21 – Como um “cidadão comum” o(a) sr.(a) acredita que influencia a política de recursos hídricos de Curitiba?

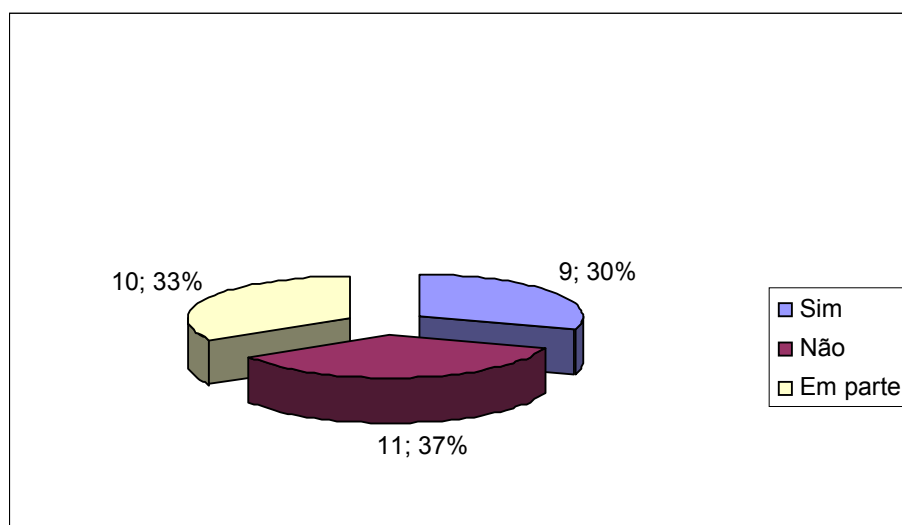


Figura 37 – Respostas (quantidade e porcentagem) sobre a percepção do entrevistado quanto a sua capacidade de influência na política local de Recursos Hídricos

Questão n. 22 – Qual o grau de confiança do sr.(a) em relação às seguintes instituições políticas?

Tabela 40 – Percentual de respostas referentes ao grau de confiança dos entrevistados nas instituições políticas do município:

INSTITUIÇÃO	Confia Muito	Confia	Confia Pouco	Não Confia
Câmara de Vereadores	0%	20%	33%	47%
Prefeitura	0%	73%	17%	10%
Partidos Políticos	0%	3%	23%	73%
Ong's	0%	63%	20%	17%

Os resultados aqui obtidos demonstraram que o morador, na sua maioria, desconhece qualquer tipo de iniciativa destinada a melhorar a qualidade do Rio Belém, mas ficou evidente a influência das iniciativas da Associação de Moradores e Amigos do São Lourenço. As Tabelas 37 e 38, como o observado na BB-I, continuaram demonstrando o distanciamento dos cidadãos de instrumentos que por Lei exige o seu envolvimento, como é o caso do PDDI e da Conferência das Cidades. Nesta área quase houve um equilíbrio nas respostas quanto a elitização dos atores, Tabela 39 e Figuras 36 e 37, demonstrando um pensamento

conservador quanto a forma de idealizar o processo democrático, mais uma vez é chamada a atenção pela proximidade da área com a sede do poder político do Município e do Estado do Paraná, elementos estes capazes de influenciar o subjetivismo dos entrevistados. Esta localização geográfica das sedes dos governos, principalmente o Executivo Municipal se refletiu na Tabela 40 onde 73% das respostas confia na Prefeitura em detrimento da Câmara de Vereadores que está localizada fora da BB-II.

5.3.4 Subgrupo “Disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”

A seguir são apresentadas as Figuras 38 a 40, e a Tabela 41, que abordam questões relativas ao interesse, interação, e participação do entrevistado nos assuntos do Rio Belém.

Questão n. 23 – De um modo geral, em que medida o(a) sr.(a) se interessa pelo Rio Belém?

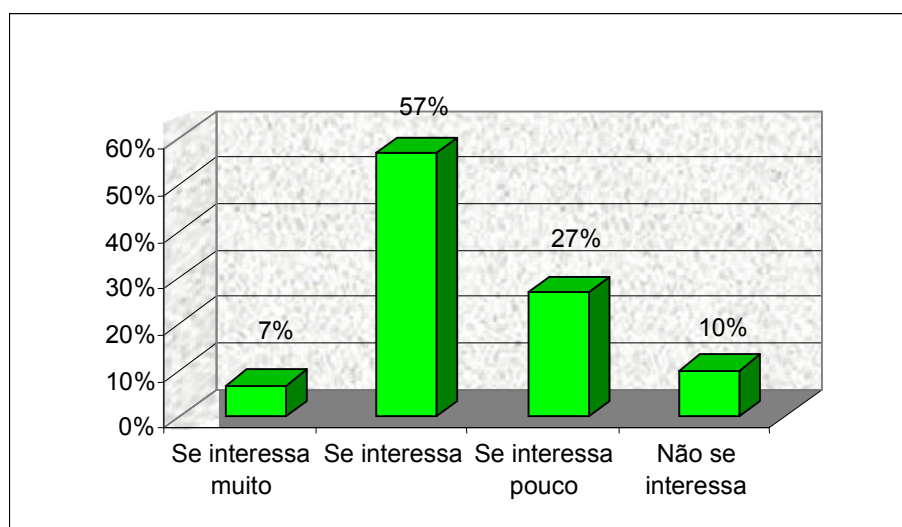


Figura 38 – Percentual de respostas referentes ao grau de interesse dos entrevistados pelo Rio Belém

Questão n. 24 – Alguma vez foi convidado a participar, ou inteirar-se, dos problemas com a bacia do Rio Belém?

Tabela 41 – Percentual de respostas sobre iniciativas de envolvimento comunitário destinadas a tratar dos problemas do Rio Belém:

SIM	NÃO
20%	80%

Questão n. 25 – Qual (ou quais) destes eventos o sr.(a) participou com o intuito de tratar de assuntos relacionados ao Rio Belém?

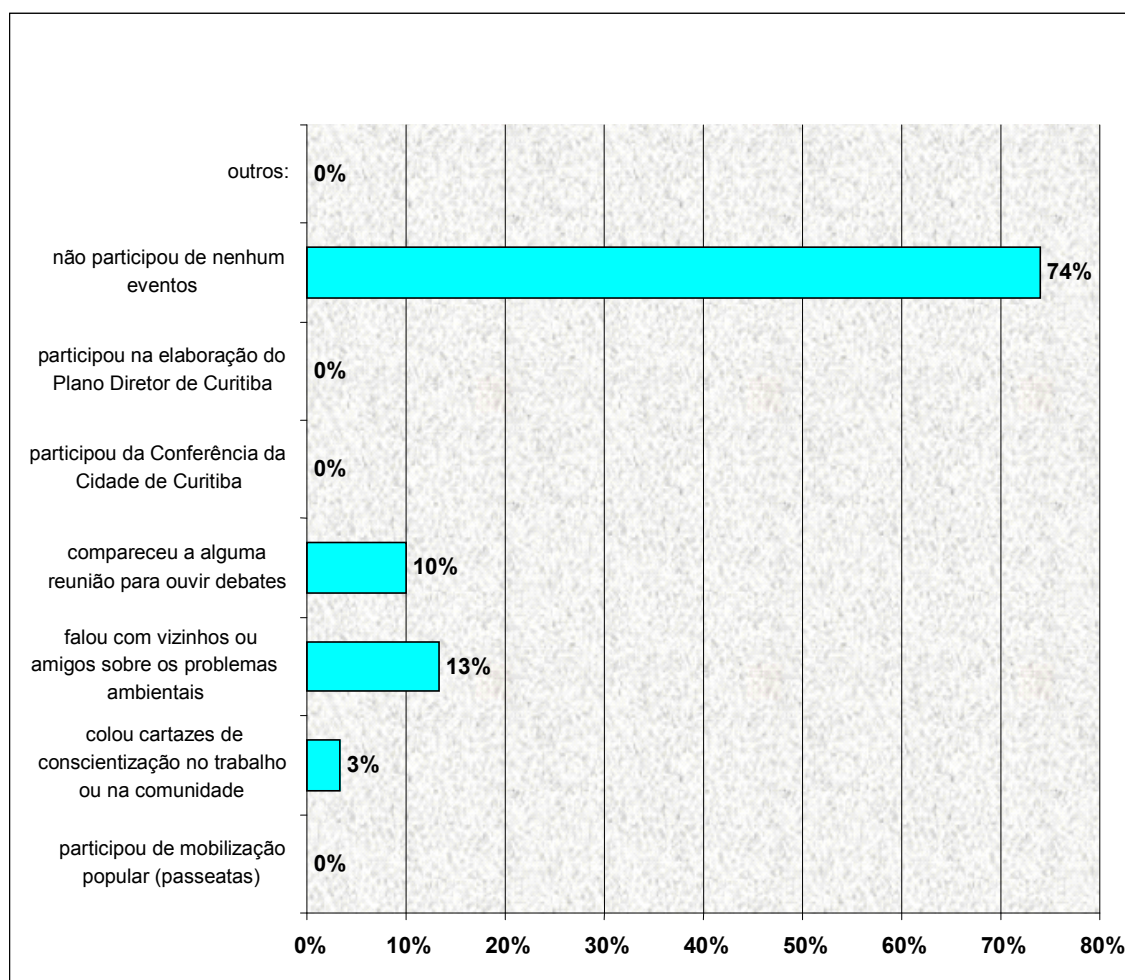


Figura 39 – Percentual de respostas relacionadas à participação efetiva do entrevistado visando atender os assuntos do Rio Belém

Questão n. 26 – Se fosse chamado a participar, qual o tipo de iniciativa o(a) sr.(a) estaria disposto(a) a empreender?

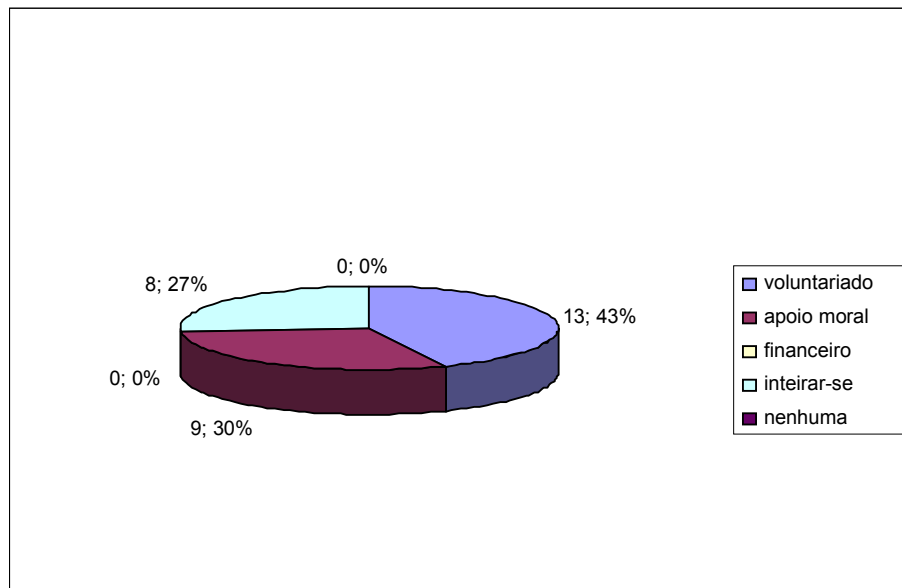


Figura 40 – Respostas (quantidade e percentual) relacionadas ao perfil participativo do entrevistado

Os resultados aqui obtidos demonstraram que os moradores se interessam pelos assuntos do rio (57%), mesmo que desconheçam ou estejam distantes dos debates envolvendo a bacia. O distanciamento destes moradores está refletido nos percentuais obtidos na Tabela 41 onde 80% jamais foram convidados a debaterem os problemas com o rio, resultado que se repete na Figura 39 onde 74% dos entrevistados jamais participaram de qualquer evento destinado a tratar da bacia aqui estudada. Mesmo diante desta falta de envolvimento, a Figura 40 demonstra o desejo de 43% em empreender voluntariado e de 27% em buscar se interar dos assuntos relativos à bacia. Provavelmente a inércia, desinformação e o interesse, tratado mais no discurso que nas ações objetivas, destes moradores seja o resultado da falta de diálogo com atores melhores estruturados e informados, como é o caso do poder público e da academia, repetindo o observado na BB-I.

5.4 Resultados da Aplicação do Formulário na Sub-bacia III

Na área convencionada como BB-III foram aplicados 169 formulários, pois esta área representa 42,38% da Bacia:

5.4.1 Subgrupo “Perfil dos entrevistado”

A seguir são apresentadas as Figuras 41 a 44 que abordam questões relativas ao sexo, faixa, etária, escolaridade, e tempo de residência na área do indivíduo entrevistado.

Questão n. 1 – Sexo do entrevistado.

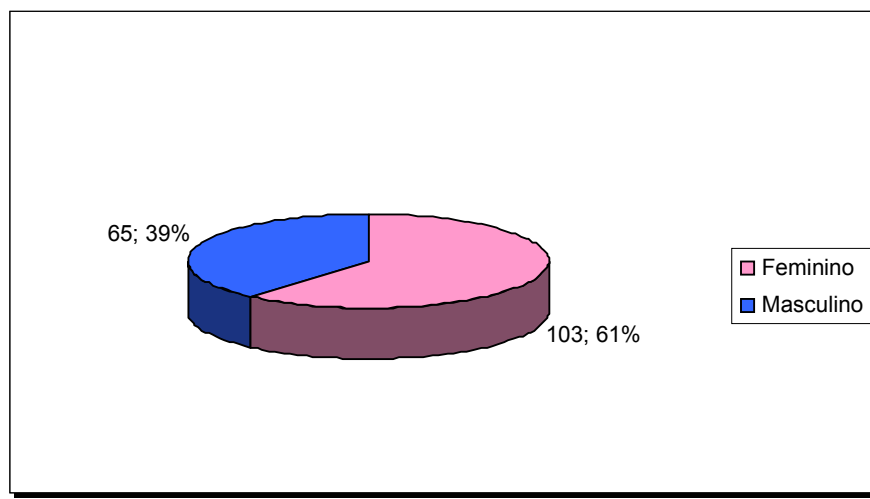


Figura 41 – Distribuição dos formulários (conforme a quantidade e porcentagem) em relação ao sexo dos entrevistados inseridos na área III da bacia do Rio Belém

Questão n. 2 – Faixa etária do entrevistado.

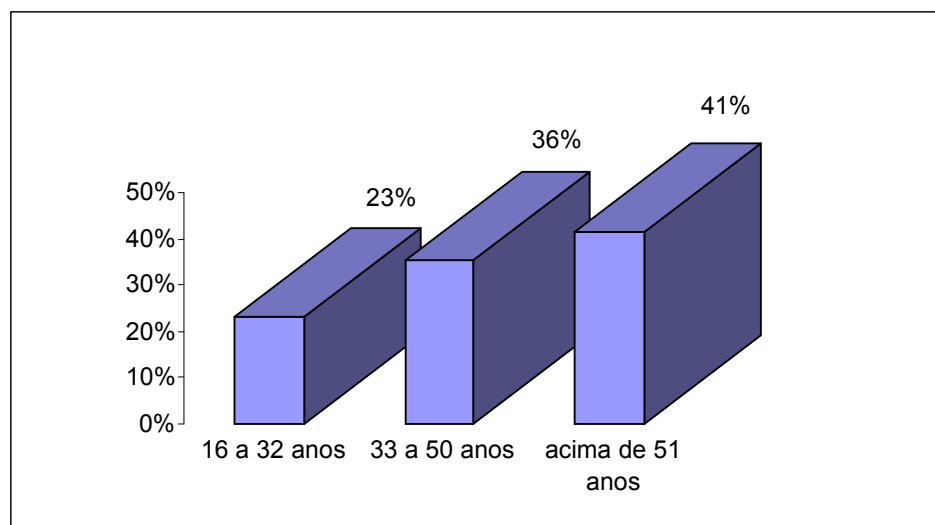


Figura 42 – Distribuição dos formulários conforme a faixa etária dos entrevistados inseridos na área III da bacia do Rio Belém

Questão n. 3 – Escolaridade do entrevistado:

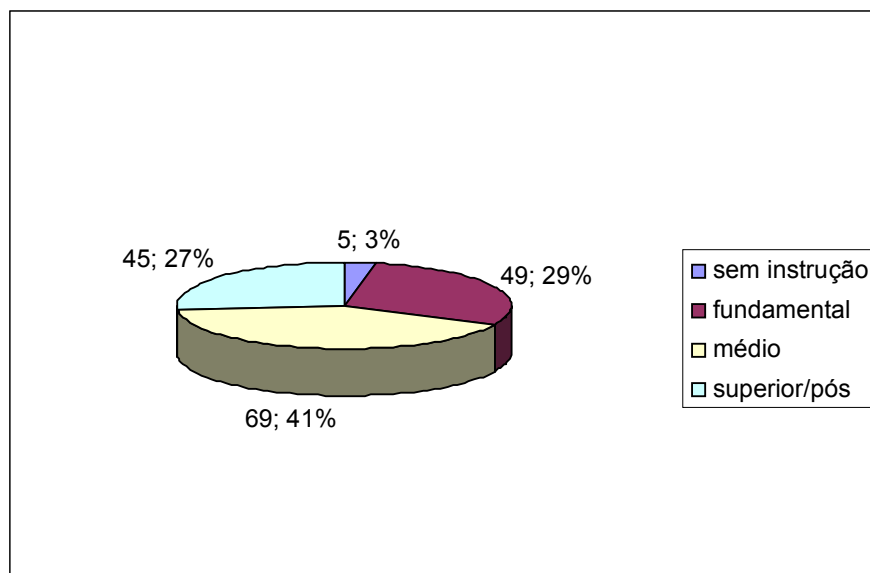


Figura 43 – Distribuição dos formulários (quantidade e percentual) conforme o grau de instrução formal do entrevistado inserido na área III da bacia do Rio Belém

Questão n. 4 – Utilizada apenas para fins metodológicos ao identificar a área onde o formulário foi aplicado, ver Apêndice I.

Questão n. 5 – Tempo em que o entrevistado reside na área.

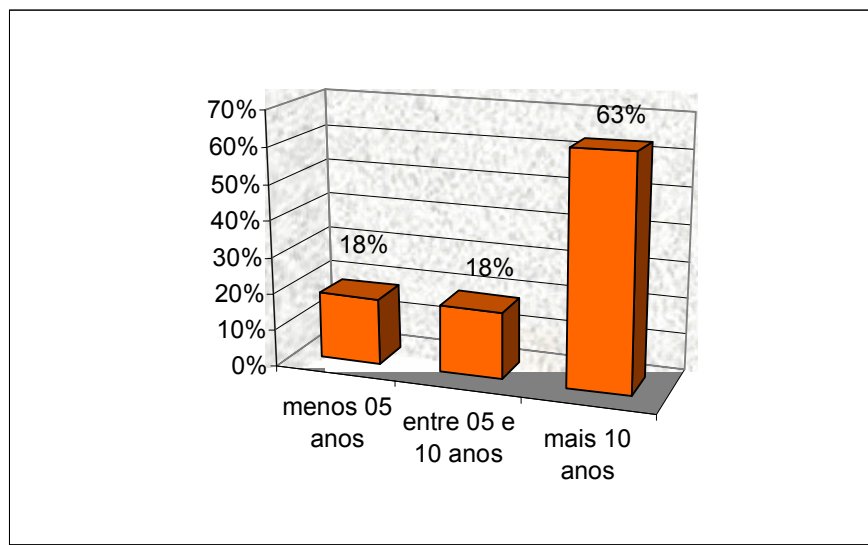


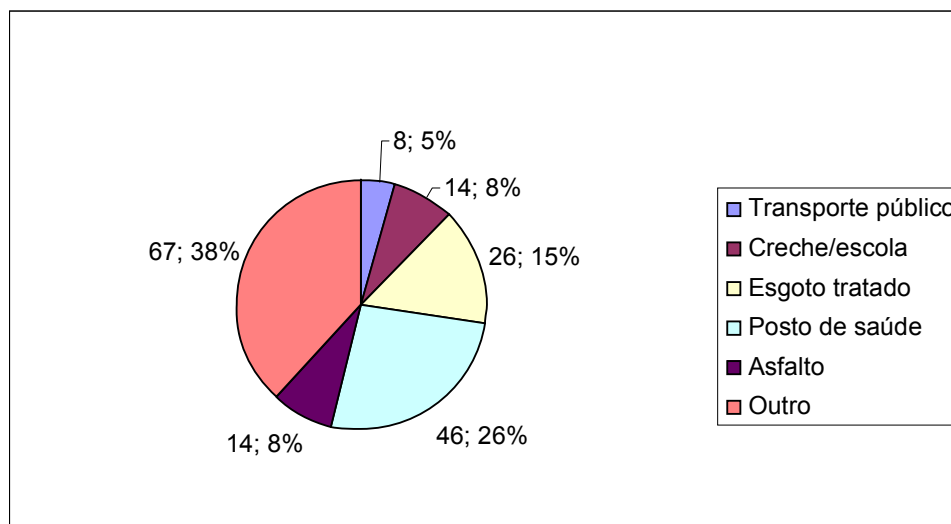
Figura 44 – Percentual referente ao tempo de residência dos entrevistados inseridos na área III da bacia do Rio Belém

Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos entrevistados da BB-III se tratam de indivíduos numa faixa etária média acima dos 33 anos, ou seja, pessoas adultas com família constituída, com uma formação mediana e residente na área tempo suficiente para conhecer os problemas que os cercam (63% a mais de 10 anos). O percentual maior de mulheres que responderam ao formulário (61%) não significa que as mesmas estejam na área na mesma proporção, mas cabe ressaltar que esta área tem aspectos distintos da BB-I uma vez que se trata de uma área central, mas, no caso, tratou-se mero acaso.

5.4.2 Subgrupo “Percepção dos Recursos Hídricos”

A seguir são apresentadas as Figuras 45 a 47, e as Tabelas 42 a 48, que abordam questões relativas à percepção do entrevistado quanto ao investimento, existência de rio, inserção da residência na bacia, observação do estado de conservação, estada num dos locais do rio, consciência da poluição, utilidade, qualidade, disponibilidade de água, e zelo com o rio.

Questão n. 6 - Qual destes investimentos é prioritário para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade?



***Observação: dos entrevistados que optaram pelo item “outro” 52 referiram-se à segurança pública, 06 estão satisfeitos, 02 optaram por “todos os investimentos”, 03 não souberam dizer qual investimento, 02 optaram por mais árvores, 01 reclamou dos terrenos baldios, e 01 sobre empregos.**

Figura 45 – Respostas (quantidade e percentual) referente o investimento público que o entrevistado acredita ser fundamental para melhorar a qualidade de vida da comunidade

Questão n. 7 – Existe algum rio perto da sua casa?

Tabela 42 – Percentual de respostas referente à percepção da existência de Rio próximo da residência do entrevistado:

SIM	NÃO	NÃO SEI
29%	66%	5%

Questão n. 8 – Sabia que a sua residência está inserida na bacia hidrográfica do Rio Belém?

Tabela 43 – Percentual de respostas conforme a consciência do entrevistado sobre a inserção da sua residência na área da bacia do Rio Belém:

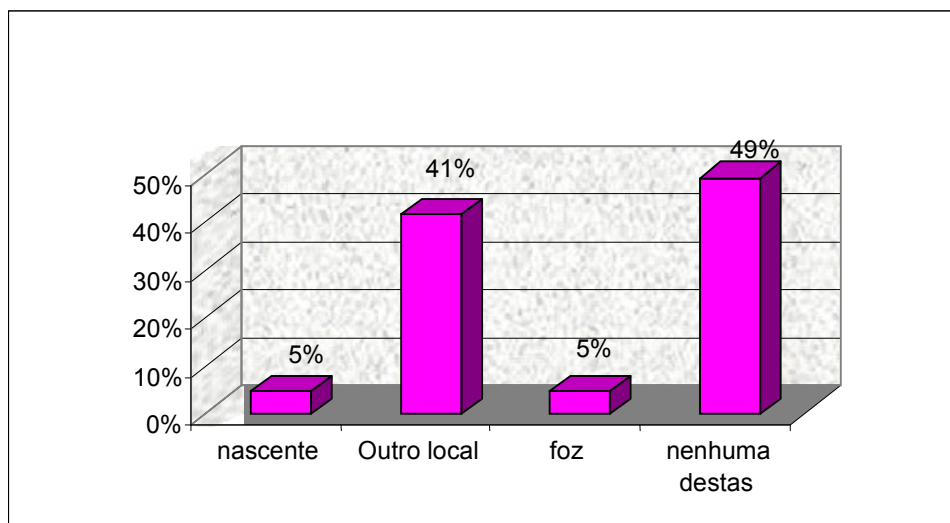
SIM	NÃO
20%	80%

Questão n. 9 – Já observou o estado de conservação deste rio?

Tabela 44 – Percentual de resposta conforme a observação do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém:

SIM	NÃO
53%	47%

Questão n. 10 – Em relação ao Rio Belém, o sr.(a) conhece (já esteve no local):



***Obs.: dos entrevistados que optaram por “outro local” estes estavam se referindo ao leito do Rio.**

Figura 46 – Percentuais de respostas conforme a estada do entrevistado numa das áreas do Rio Belém tratadas no formulário

Questão n. 11 – Sabia que o Rio Belém é poluído e sua água imprópria para o consumo humano?

Tabela 45 – Percentual de resposta referente a percepção do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém:

SIM	NÃO
81%	19%

Questão n. 12 – O rio Belém tem alguma utilidade para a sua vida?

Tabela 46 – Percentual de respostas quanto a percepção da utilidade do Rio Belém para o entrevistado:

SIM	NÃO	NÃO SEI
15%	70%	15%

Questão n. 13 – A qualidade da água, assim como todo o leite, do Rio Belém está associada à saúde do sr.(a) e da sua família?

Tabela 47 – Percentual de respostas referente a utilidade do Rio Belém para o entrevistado:

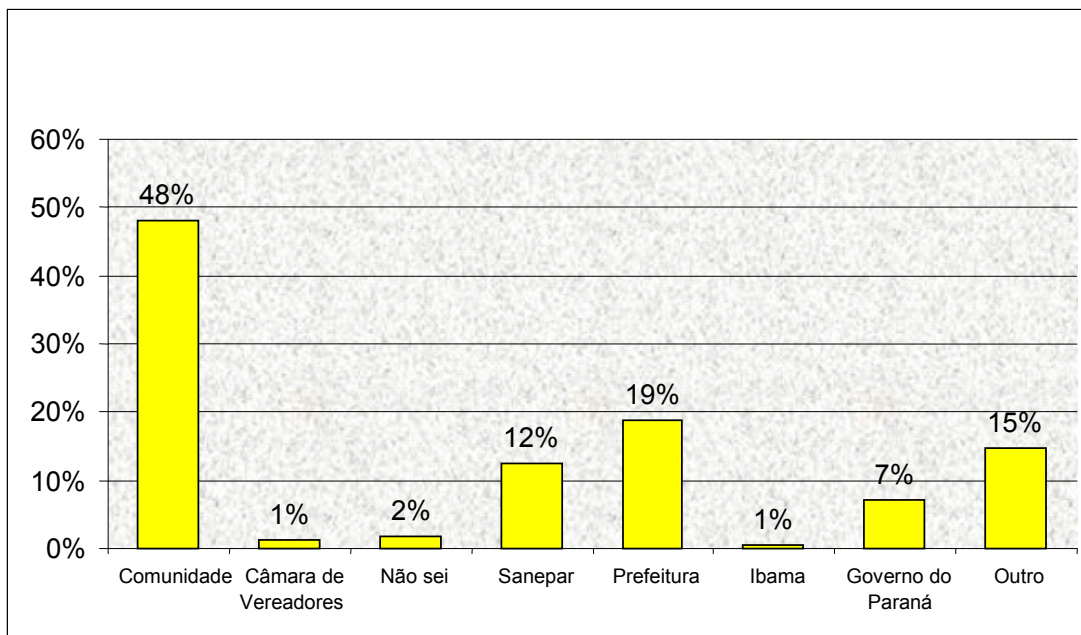
SIM	NÃO	NÃO SEI
36%	48%	17%

Questão n. 14 – A água destinada ao consumo humano algum dia pode vir a faltar?

Tabela 48 – Percentual de respostas referente à percepção do entrevistado quanto a escassez da água:

SIM	NÃO	NÃO SEI
83%	7%	10%

Questão n. 15 – Quem é obrigado a zelar, cuidar, do rio?



***Obs.: dos entrevistados que optaram pela resposta “outro” estes se referiram à uma conjugação de “todas” as opções apresentadas, apenas uma resposta optou pela expressão “órgãos públicos”.**

Figura 47 – Percentual de respostas referente a percepção sobre a responsabilidade de cuidado com o Rio

Como a maioria dos moradores que responderam ao formulário da BB-III residem à mais de dez anos na região restou demonstrado na Figura 45 que estes estão mais preocupados com posto de saúde, transporte público e segurança, sem dispensa muito importância com o esgoto, vital para a melhoria da qualidade da bacia aqui estuda. Salienta-se que a BB-III compreende a área mais central, e mais valorizada economicamente, da cidade com uma população que reflete o pensamento da cidade como um todo, seja pela formação ou pelas condições sócio-econômicas na qual se encontra. Ao contrário das outras áreas, a Tabela 42 revela um desconhecimento do rio justificado pelo fato do leito estar encoberto nesta área por canalizações. Deste modo, a ignorância da sua existência vai se refletindo nos percentuais das respostas da Tabela 43 e 44, e a Figura 46. Dado curioso foi o observado na Tabela 45 onde 81% destes moradores sabiam da poluição do rio mesmo desconhecendo-o. Para este morador o Rio Belém é um problema distante da sua realidade, pois não é consciente que o seu leito está próximo da sua residência, subterraneamente canalizado. Também é instigante perceber os

resultados da Figura 47 onde o maior percentual (48%) atribui à comunidade a obrigação de zelar pelo rio. Está nítido um discurso apenas repetido pelo pensamento dos moradores, captado em algum momento de sua vida não fruto de um pacto comunitário destinado a tratar dos problemas locais.

5.4.3 Subgrupo “Conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”

A seguir são apresentadas as Figuras 48 e 49, e as Tabelas 49 a 53, que abordam questões relativas ao conhecimento, do entrevistado, sobre a atuação de alguma entidade comprometida com o melhoramento do rio, conhecimento ou participação no PDDI ou Conferência da Cidade de Curitiba, elitização participativa, capacidade de influência, e confiança nas instituições políticas.

Questão n. 16 – Sabe de alguma entidade, alguém, ou projeto comprometido com a melhoria do Rio Belém?

Tabela 49 – Percentual de respostas referente o conhecimento do entrevistado sobre alguma iniciativa junto ao Rio:

SIM	NÃO	Qual?
9%	91%	*

***Obs.: dos entrevistados que optaram pela resposta “sim” 05 mencionaram iniciativas da Sanepar, 02 da Prefeitura, 01 do Lions Clube, e 03 do projeto “Fala Belém” desenvolvido pela PUC/PR, 01 do Programa “Pé no Rio”, e 01 optou pela expressão “já ouviu falar”.**

Questão n. 17 – Já ouviu falar do Plano Diretor de Curitiba (PDDI) ou da Conferência da Cidade?

Tabela 50 – Percentual de respostas referente ao conhecimento do entrevistado sobre a existência do PDDI, ou da Conferência da Cidade de Curitiba:

SIM	NÃO
22%	78%

Questão n. 18 – Em alguma ocasião o sr.(a) foi convidado(a) a participar, ou inteirar-se, do Plano Diretor de Curitiba ou da Conferência da Cidade?

Tabela 51 – Percentual de respostas referente a participação do entrevistado no PDDI ou na Conferência da Cidade de Curitiba:

SIM	NÃO
3%	97%

Questão n. 19 – Na sua opinião, apenas os dotados de escolaridade suficiente deveriam influir nos assuntos relativos ao Rio Belém?

Tabela 52 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto o perfil dos possíveis atores atuantes nos assuntos relativos ao Rio Belém:

SIM	NÃO
27%	73%

Questão n. 20 – O (a) sr.(a) concorda ou discorda da seguinte afirmação: “A grande maioria da população não tem como influir na política municipal destinada a resolver os problemas do Rio Belém. Isso é coisa para os entendidos e os políticos”.

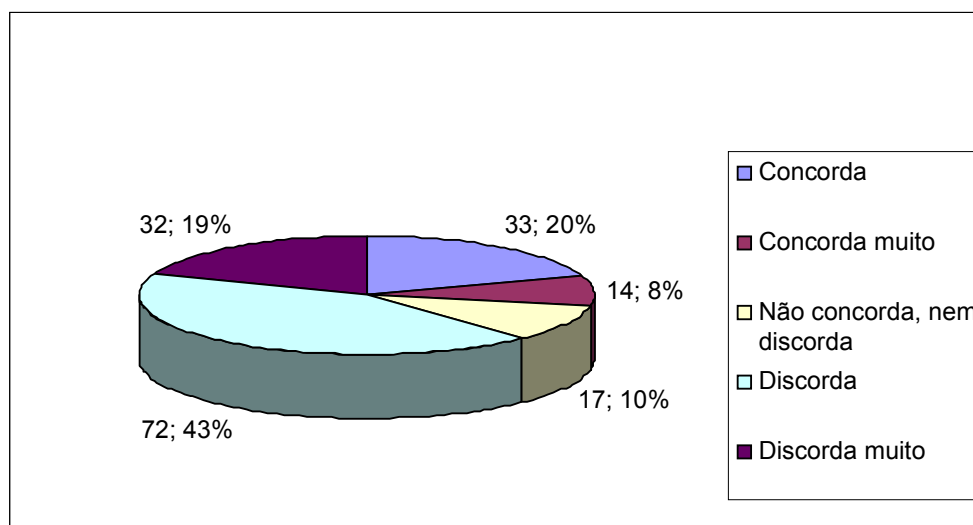


Figura 48 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto ao elitismo dos atores atuantes nos assuntos do Rio Belém

Questão n. 21 – Como um “cidadão comum” o(a) sr.(a) acredita que influencia a política de recursos hídricos de Curitiba?

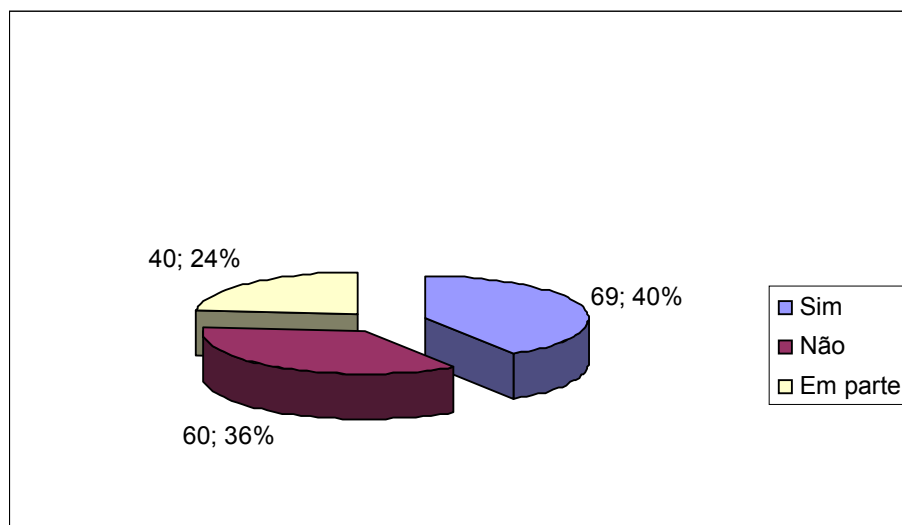


Figura 49 – Respostas (quantidade e porcentagem) sobre a percepção do entrevistado quanto a sua capacidade de influência na política local de Recursos Hídricos

Questão n. 22 – Qual o grau de confiança do sr.(a) em relação às seguintes instituições políticas?

Tabela 53 – Percentual de respostas referentes ao grau de confiança dos entrevistados nas instituições políticas do município:

INSTITUIÇÃO	Confia Muito	Confia	Confia Pouco	Não Confia
Câmara de Vereadores	1%	15%	41%	43%
Prefeitura	4%	50%	28%	19%
Partidos Políticos	1%	2%	20%	77%
Ong's	4%	41%	29%	27%

Os resultados aqui obtidos demonstraram que o morador desconhece qualquer tipo de iniciativa destinada a melhorar a qualidade do Rio Belém. Apenas três respostas da questão 16 mencionaram o projeto “Fala Belém”, tratado no Apêndice V, que colheu 110.000 assinaturas com o intuito de conscientizar a população sobre os problemas com o rio, cabe ressaltar que a instituição de ensino superior tratada nesta entrevista mencionada está localizada na BB-III. Ademais, as iniciativas da SMMA, Apêndice III, também passaram despercebidas junto aos

moradores desta área. Este desconhecimento das iniciativas dos atores, principalmente públicos, se repete nas Tabelas 50 e 51, demonstrando que o morador desta área foi distanciado das arenas que decidem o destino da bacia hidrográfica aqui estudada, porém, como o observado na BB-I, as respostas das questões 19, 20, e 21 demonstram a existência de um sentimento democrático possivelmente fruto da localização da residência destes moradores na área central da cidade, que permite maior contato com os avanços tecnológicos e maior fluxo de pessoas vindas de outras regiões, ao contrário do observado na BB-II. A Tabela 53 revela a fragilidade da confiança deste morador nos órgãos que o representam, mas aponta para a possibilidade de estabelecer um canal com o Executivo Municipal e o Terceiro Setor.

5.4.4 Subgrupo “Disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”

A seguir são apresentadas as Figuras 50 a 52, e a Tabela 54, que abordam questões relativas ao interesse, interação, e participação do entrevistado nos assuntos do Rio Belém.

Questão n. 23 – De um modo geral, em que medida o(a) sr.(a) se interessa pelo Rio Belém?

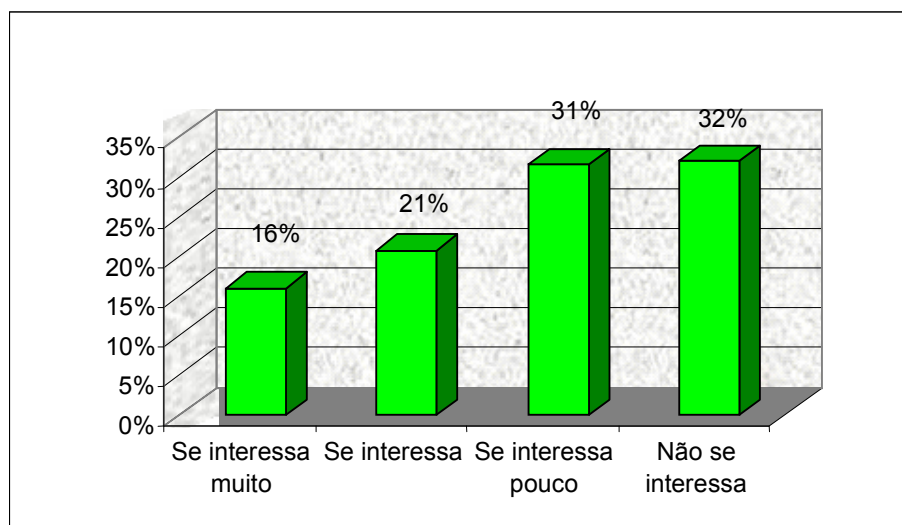


Figura 50 – Percentual de respostas referentes ao grau de interesse dos entrevistados pelo Rio Belém

Questão n. 24 – Alguma vez foi convidado a participar, ou inteirar-se, dos problemas com a bacia do Rio Belém?

Tabela 54 – Percentual de respostas sobre iniciativas de envolvimento comunitário destinadas a tratar dos problemas do Rio Belém:

SIM	NÃO
1%	99%

Questão n. 25 – Qual (ou quais) destes eventos o sr.(a) participou com o intuito de tratar de assuntos relacionados ao Rio Belém?

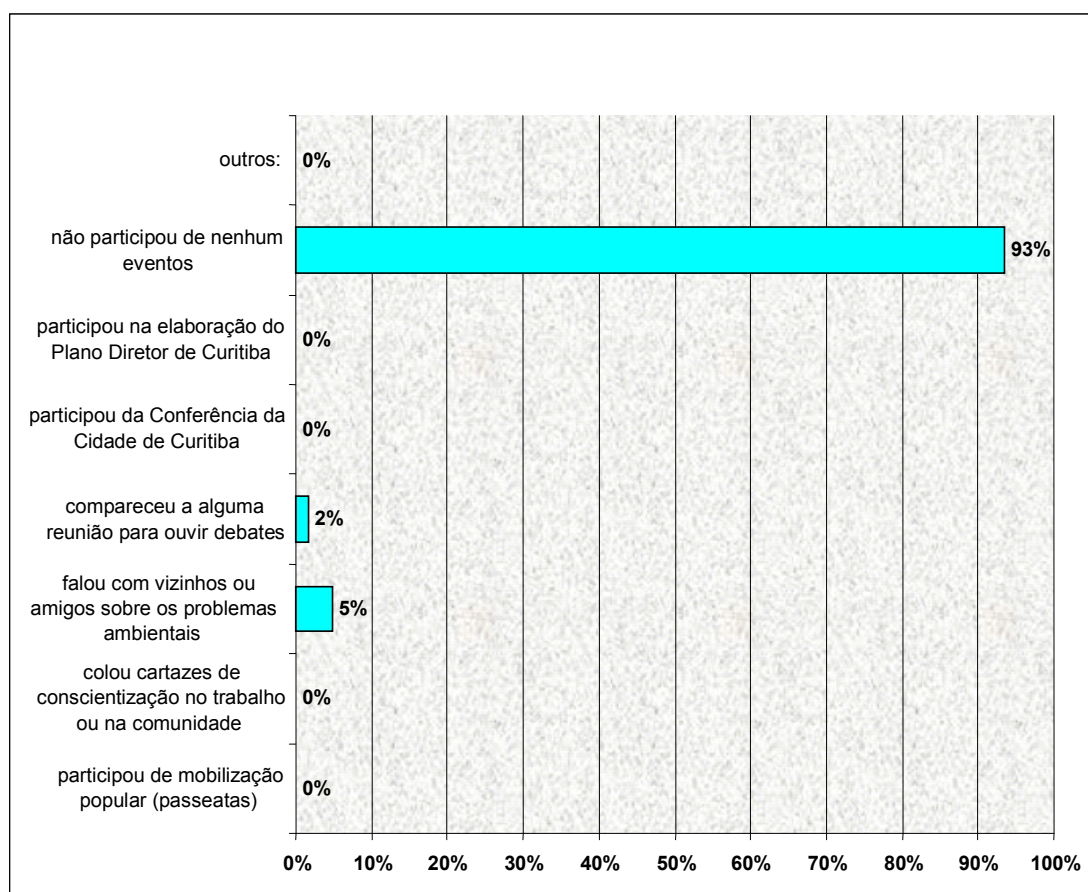


Figura 51 – Percentual de respostas relacionadas à participação efetiva do entrevistado visando atender os assuntos do Rio Belém

Questão n. 26 – Se fosse chamado a participar, qual o tipo de iniciativa o(a) sr.(a) estaria disposto(a) a empreender?

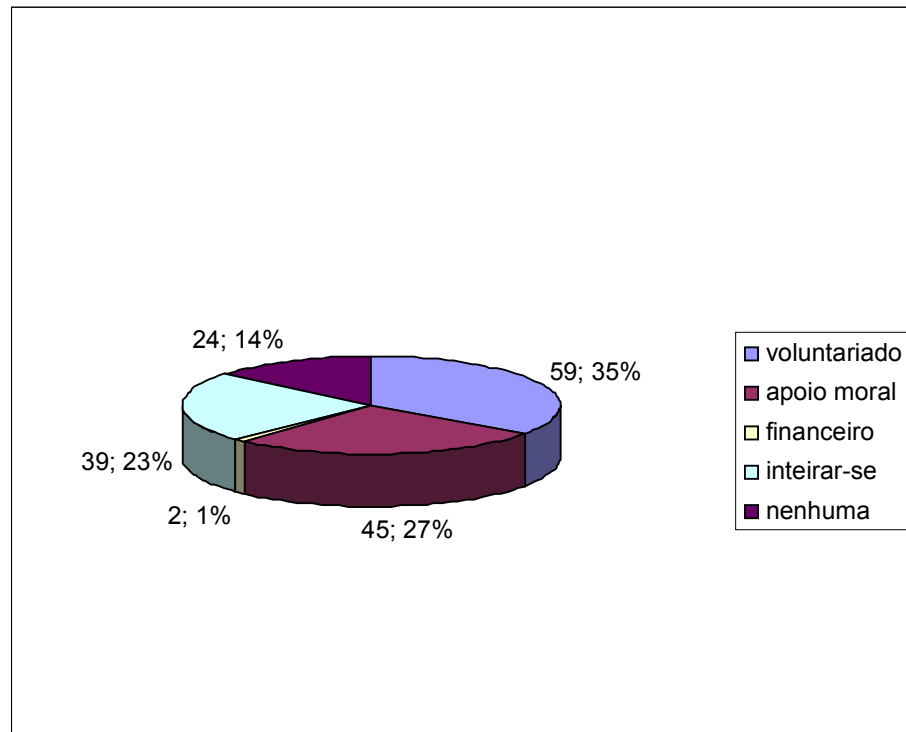


Figura 52 – Respostas (quantidade e percentual) relacionadas ao perfil participativo do entrevistado

Os resultados aqui obtidos demonstraram que os moradores da BB-III não se interessam pelos assuntos do rio (Figura 50), fato este justificado pela canalização do leito do rio que o faz cruzar o centro da cidade de Curitiba de modo despercebido. Quando da aplicação do formulário informalmente foi observado que os moradores desconhecem que a lagoa do Passeio Público, localizado na BB-III, é formada pelo Rio Belém. Além deste desinteresse pela falta da percepção do rio, o distanciamento destes moradores está refletido nos percentuais obtidos na Tabela 54 onde 99% jamais foi convidado a debater os problemas com o rio, resultado que se repete na Figura 51 onde 93% dos entrevistados jamais participou de qualquer evento destinado a tratar da bacia aqui estudada, como se a mesma não existisse ou tivesse qualquer relação com a região onde estas pessoas vivem.

5.5 Resultados da Aplicação do Formulário na Sub-bacia IV

Na área convencionada como BB-IV foram aplicados 163 formulários, pois esta área representa 40,70% da Bacia:

5.5.1 Subgrupo “Perfil dos entrevistados”

A seguir são apresentadas as Figuras 53 a 56 que abordam questões relativas ao sexo, faixa, etária, escolaridade, e tempo de residência na área do indivíduo entrevistado.

Questão n. 1 – Sexo do entrevistado.

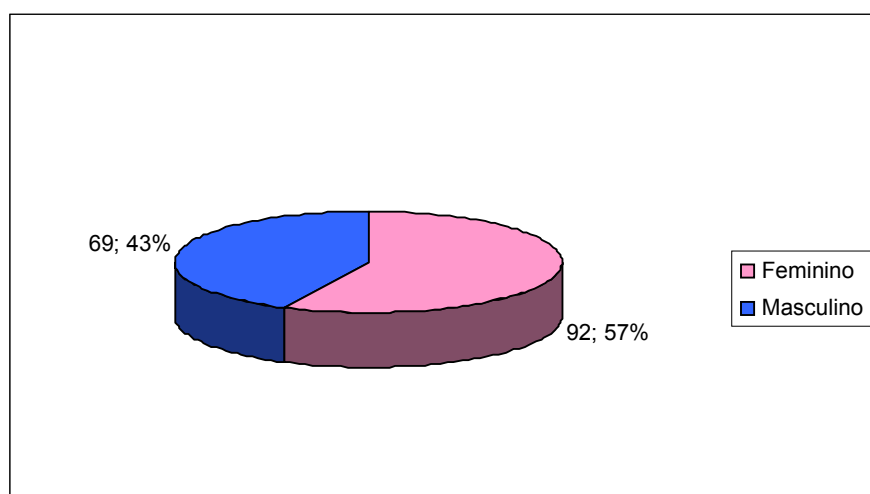


Figura 53 – Distribuição dos formulários (conforme a quantidade e porcentagem) em relação ao sexo dos entrevistados inseridos na área IV da bacia do Rio Belém

Questão n. 2 – Faixa etária do entrevistado.

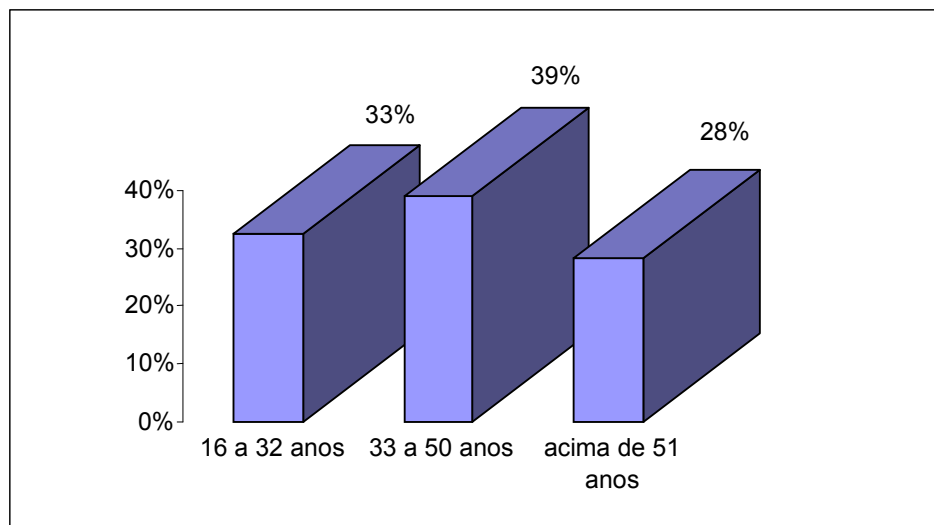


Figura 54 – Distribuição dos formulários conforme a faixa etária dos entrevistados inseridos na área IV da bacia do Rio Belém

Questão n. 3 – Escolaridade do entrevistado:

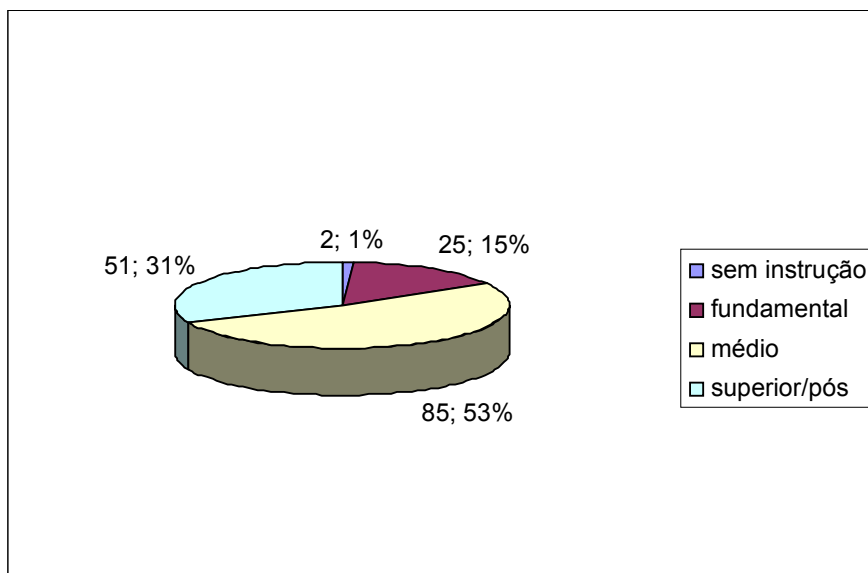


Figura 55 – Distribuição dos formulários (quantidade e percentual) conforme o grau de instrução formal do entrevistado inserido na área IV da bacia do Rio Belém

Questão n. 4 – Utilizada apenas para fins metodológicos ao identificar a área onde o formulário foi aplicado, ver Apêndice I.

Questão n. 5 – Tempo em que o entrevistado reside na área.

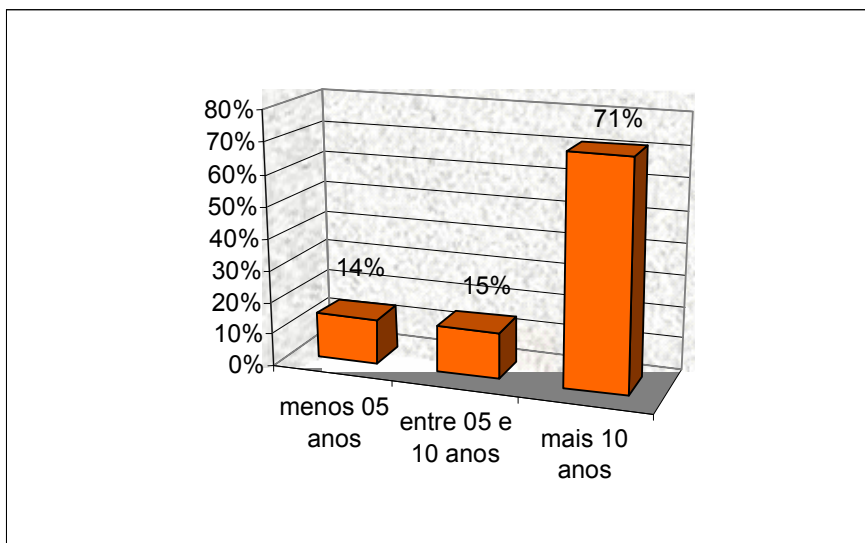


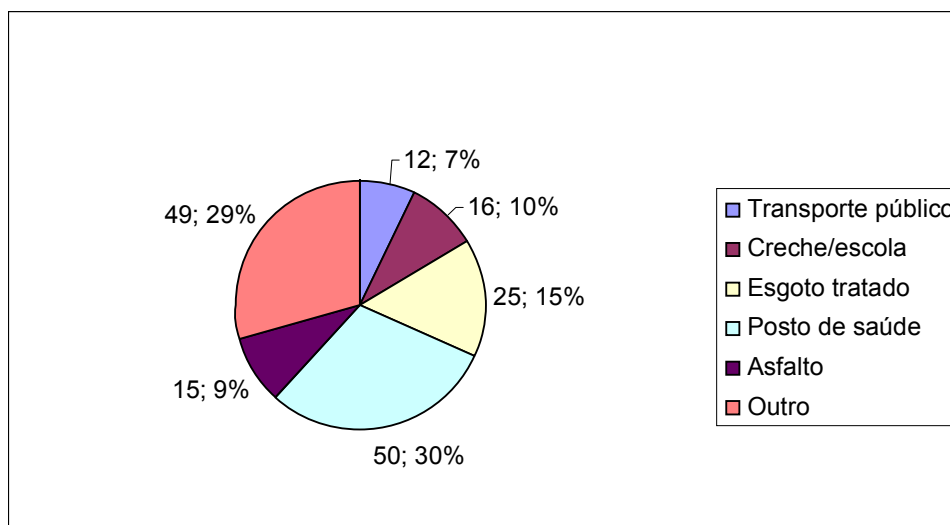
Figura 56 – Percentual referente ao tempo de residência dos entrevistados inseridos na área IV da bacia do Rio Belém

Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos entrevistados da BB-IV se trata de indivíduos mais jovens, ao contrário da BB-I e BB-II, com uma formação mediana e residente na área tempo suficiente para conhecer os problemas que os cercam (71% a mais de 10 anos). O percentual maior de mulheres que responderam ao formulário (57%) não significa que as mesmas estejam dispersas na área na mesma proporção, mas cabe ressaltar que esta área tem aspectos semelhantes com a BB-I pelo fato de também ser uma região residencial, mas o seu adensamento é mais recente composto por uma população mais jovem, ademais, no caso, tratou-se mero acaso.

5.5.2 Subgrupo “Percepção dos Recursos Hídricos”

A seguir são apresentadas as Figuras 57 a 59, e as Tabelas 55 a 61, que abordam questões relativas à percepção do entrevistado quanto ao investimento, existência de rio, inserção da residência na bacia, observação do estado de conservação, estada num dos locais do rio, consciência da poluição, utilidade, qualidade, disponibilidade de água, e zelo com o rio.

Questão n. 06 - Qual destes investimentos é prioritário para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade?



***Observação:** dos entrevistados que optaram pelo item “outro” 38 referiram-se à segurança pública, 07 não especificaram a opção, 02 optaram por “todos os investimentos”, 01 optou por casa de repouso, 01 optou por lazer, 01 optou por praças.

Figura 57 – Respostas (quantidade e percentual) referente o investimento público que o entrevistado acredita ser fundamental para melhorar a qualidade de vida da comunidade

Questão n. 07 – Existe algum rio perto da sua casa?

Tabela 55 – Percentual de respostas referente à percepção da existência de Rio próximo da residência do entrevistado:

SIM	NÃO	NÃO SEI
66%	34%	1%

Questão n. 08 – Sabia que a sua residência está inserida na bacia hidrográfica do Rio Belém?

Tabela 56 – Percentual de respostas conforme a consciência do entrevistado sobre a inserção da sua residência na área da bacia do Rio Belém:

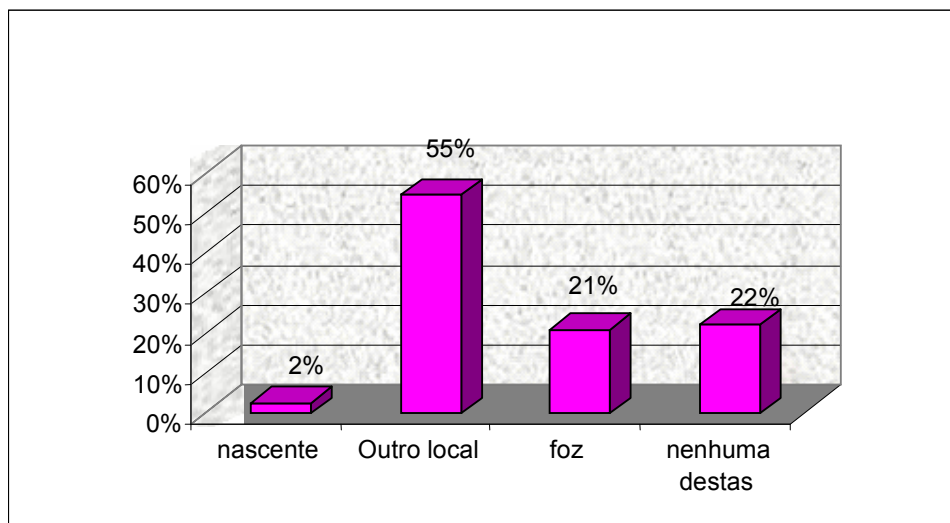
SIM	NÃO
42%	58%

Questão n. 09 – Já observou o estado de conservação deste rio?

Tabela 57 – Graus de resposta conforme a observação do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém:

SIM	NÃO
81%	19%

Questão n. 10 – Em relação ao Rio Belém, o sr.(a) conhece (já esteve no local):



***Obs.: dos entrevistados que optaram por “outro local” estes estavam se referindo ao leito do Rio próximo de suas casas ou das suas relações cotidianas.**

Figura 58 – Percentual de resposta conforme a estada do entrevistado numa das áreas do Rio Belém tratadas no formulário

Questão n. 11 – Sabia que o Rio Belém é poluído e sua água imprópria para o consumo humano?

Tabela 58 – Percentual de resposta referente a percepção do entrevistado sobre as condições de conservação do Rio Belém:

SIM	NÃO
96%	4%

Questão n. 12 – O rio Belém tem alguma utilidade para a sua vida?

Tabela 59 – Percentual de respostas quanto a percepção da utilidade do Rio Belém para o entrevistado:

SIM	NÃO	NÃO SEI
28%	55%	17%

Questão n. 13 – A qualidade da água, assim como todo o leito, do Rio Belém está associada à saúde do sr.(a) e da sua família?

Tabela 60 – Percentual de resposta referente a utilidade do Rio Belém para o entrevistado:

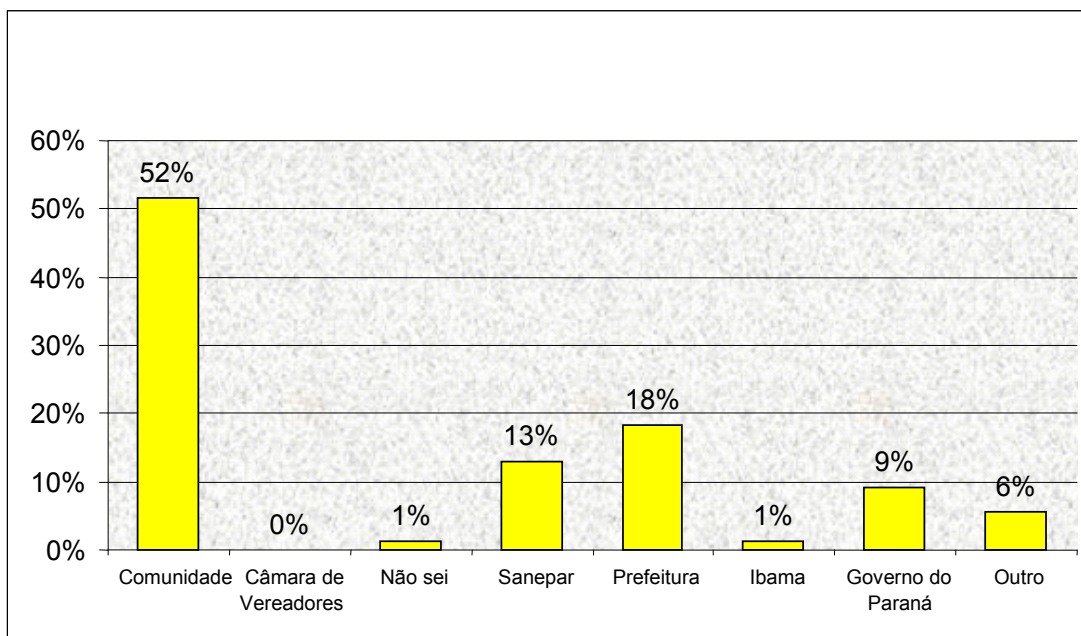
SIM	NÃO	NÃO SEI
42%	39%	20%

Questão n. 14 – A água destinada ao consumo humano algum dia pode vir a faltar?

Tabela 61 – Percentual de respostas referente à percepção do entrevistado quanto a escassez da água:

SIM	NÃO	NÃO SEI
79%	7%	14%

Questão n. 15 – Quem é obrigado a zelar, cuidar, do rio?



***Obs.: dos entrevistados que optou pela resposta “outro”, 8 referiram-se a uma conjugação de “todas” as opções apresentadas, apenas uma resposta optou por “governo federal”.**

Figura 59 – Percentual de respostas referente a percepção sobre a responsabilidade de cuidado com o Rio

A Figura 57 demonstrou que os moradores da BB-IV estão mais preocupados com questões de segurança pública e posto de saúde que com a qualidade do rio, ignorando o fato da instalação e manutenção de rede de esgoto ser vital para a sua qualidade ambiental. Este comportamento é justificado pelo fato de alguns bairros da BB-IV apresentarem consideráveis índices de violência, como o Xaxim, Boqueirão e Uberaba, e uma população inserida ao longo do chamado “Canal Belém”¹⁵ onde o rio já não está mais canalizado mas atinge elevado grau de poluição, captada principalmente na parte central da cidade. Uma vez observado a olho nu, a sua percepção atinge os 66%, Tabela 55, porém, como o observado na BB-I, a população não visualiza este rio compondo um conjunto maior que é a bacia hidrográfica haja vista o percentual de 58% de respostas que desconheciam esta integração, e mesmo aqueles que responderam ao “sim” não se demonstraram confiantes na resposta. Dada a existência do referido Canal Belém, a observação do estado do rio atinge o percentual de 81% (Tabela 57) e se repete na Questão 10 onde 55% dos moradores abordados já estiveram no seu leito e, diretamente, 96% destes moradores constataram que o mesmo é poluído. Quando indagados da utilidade do rio, Questão 12, 55% revelaram não haver qualquer utilidade, e dos 28% que optaram pelo “sim” se reportavam para fins de esgotamento sanitário. O equilíbrio de respostas apresentado na Tabela 60 é justificado pela presença explícita do Canal Belém na vida destes moradores que diariamente percebem a poluição das águas e o mau cheiro que delas advêm. Esta realidade faz com que este morador compreenda melhor que nas outras áreas estudadas uma possível falta de água para o consumo, como foi observado na Tabela 61, e da sua responsabilidade em zelar pelo rio, Figura 59.

5.5.3 Subgrupo “Conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”

A seguir são apresentadas as Figuras 60 e 61, e as Tabelas 62 a 66, que abordam questões relativas ao conhecimento, do entrevistado, sobre a atuação de

¹⁵ N.a.: intervenção que alterou o curso normal do Rio Belém para que o mesmo seguisse em linha reta até a sua foz junto ao Rio Iguaçú. Compreendido principalmente entre os bairros Guabirota e Vila Hauer, até Uberaba e Boqueirão.

alguma entidade comprometida com o melhoramento do rio, conhecimento ou participação no PDDI ou Conferência da Cidade de Curitiba, elitização participativa, capacidade de influência, e confiança nas instituições políticas.

Questão n. 16 – Sabe de alguma entidade, alguém, ou projeto comprometido com a melhoria do Rio Belém?

Tabela 62 – Percentual de respostas referente o conhecimento do entrevistado sobre alguma iniciativa junto ao Rio:

SIM	NÃO	Qual?
13%	87%	*

*Obs.: dos entrevistados que optaram pela resposta “sim” 05 mencionaram iniciativas da Sanepar, 04 de moradores, 04 não especificaram, 04 da PUC/PR, 01 do projeto “Reviver Belém”, 01 da Refripar, 01 da Igreja, 01 do “Colégio”, 01 da Prefeitura.

Questão n. 17 – Já ouviu falar do Plano Diretor de Curitiba (PDDI) ou da Conferência da Cidade?

Tabela 63 – Percentual de respostas referente ao conhecimento do entrevistado sobre a existência do PDDI, ou da Conferência da Cidade de Curitiba:

SIM	NÃO
28%	72%

Questão n. 18 – Em alguma ocasião o sr.(a) foi convidado(a) a participar, ou inteirar-se, do Plano Diretor de Curitiba ou da Conferência da Cidade?

Tabela 64 – Percentual de respostas referente a participação do entrevistado no PDDI ou na Conferência da Cidade de Curitiba:

SIM	NÃO
4%	96%

Questão n. 19 – Na sua opinião, apenas os dotados de escolaridade suficiente deveriam influir nos assuntos relativos ao Rio Belém?

Tabela 65 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto o perfil dos possíveis atores atuantes nos assuntos relativos ao Rio Belém:

SIM	NÃO
26%	74%

Questão n. 20 – O (a) sr.(a) concorda ou discorda da seguinte afirmação: “A grande maioria da população não tem como influir na política municipal destinada a resolver os problemas do Rio Belém. Isso é coisa para os entendidos e os políticos”.

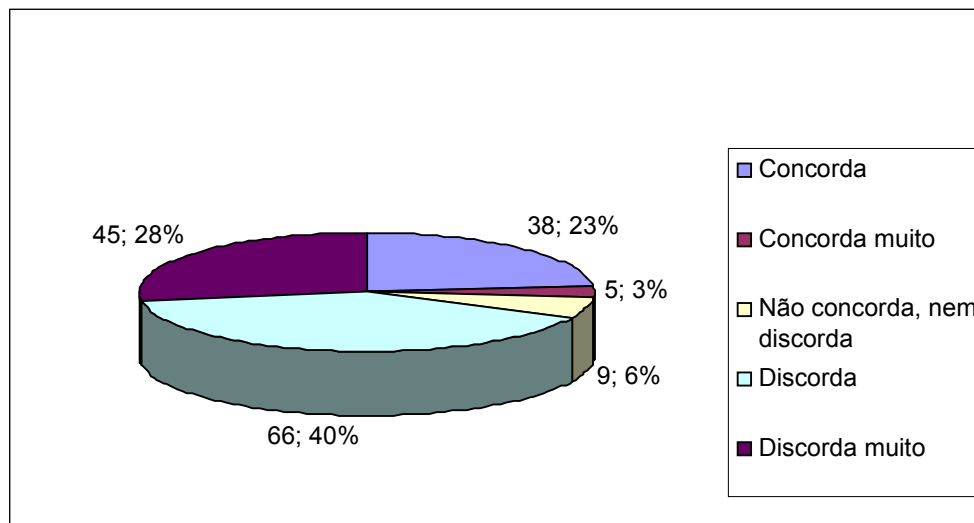


Figura 60 – Percentual de respostas sobre a percepção do entrevistado quanto ao elitismo dos atores atuantes nos assuntos do Rio Belém

Questão n. 21 – Como um “cidadão comum” o(a) sr.(a) acredita que influencia a política de recursos hídricos de Curitiba?

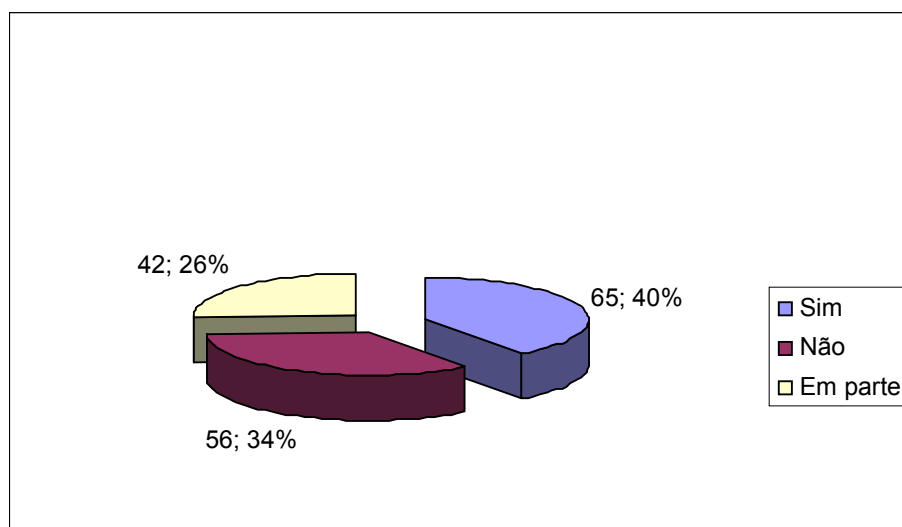


Figura 61 – Respostas (quantidade e porcentagem) sobre a percepção do entrevistado quanto a sua capacidade de influência na política local de Recursos Hídricos

Questão n. 22 – Qual o grau de confiança do sr.(a) em relação às seguintes instituições políticas?

Tabela 66 – Percentual de respostas referentes ao grau de confiança dos entrevistados nas instituições políticas do município:

INSTITUIÇÃO	Confia Muito	Confia	Confia Pouco	Não Confia
Câmara de Vereadores	1%	9%	50%	39%
Prefeitura	1%	34%	48%	17%
Partidos Políticos	1%	3%	30%	66%
Ong's	6%	35%	40%	20%

Os resultados aqui obtidos demonstraram que a maioria dos moradores (87%) desconhece qualquer tipo de iniciativa destinada a melhorar a qualidade do Rio Belém. Apenas quatro respostas da questão 16 mencionaram iniciativas da “PUC/PR” que, provavelmente, seja o projeto “Fala Belém”, tratado no Apêndice V, que colheu 110.000 assinaturas com o intuito de conscientizar a população sobre os problemas com o rio. Ademais, como o observado na BB-I, as iniciativas da SMMA, Apêndice III, também passaram despercebidas junto aos moradores desta área uma vez que apenas um único indivíduo mencionou a “Prefeitura”. Este desconhecimento das iniciativas dos atores, principalmente públicos, se repete nas respostas das questões 17 e 18, demonstrando que o morador desta área foi distanciado das arenas que decidem o destino da bacia hidrográfica aqui estudada, porém, as respostas das questões 19, 20, e 21 demonstram um sentimento democrático existente, mas que não foi estimulado. Como consequência a Tabela 66 (questão 22) revela a fragilidade da confiança deste morador nos órgãos que o representam.

5.5.4 Subgrupo “Disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém”

A seguir são apresentadas as Figuras 62 a 64, e a Tabela 67, que abordam questões relativas ao interesse, interação, e participação do entrevistado nos assuntos do Rio Belém.

Questão n. 23 – De um modo geral, em que medida o(a) sr.(a) se interessa pelo Rio Belém?

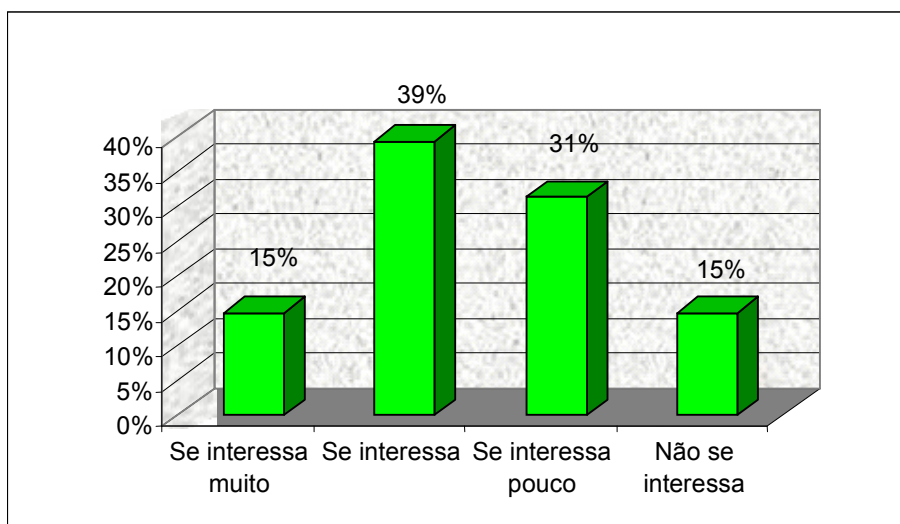


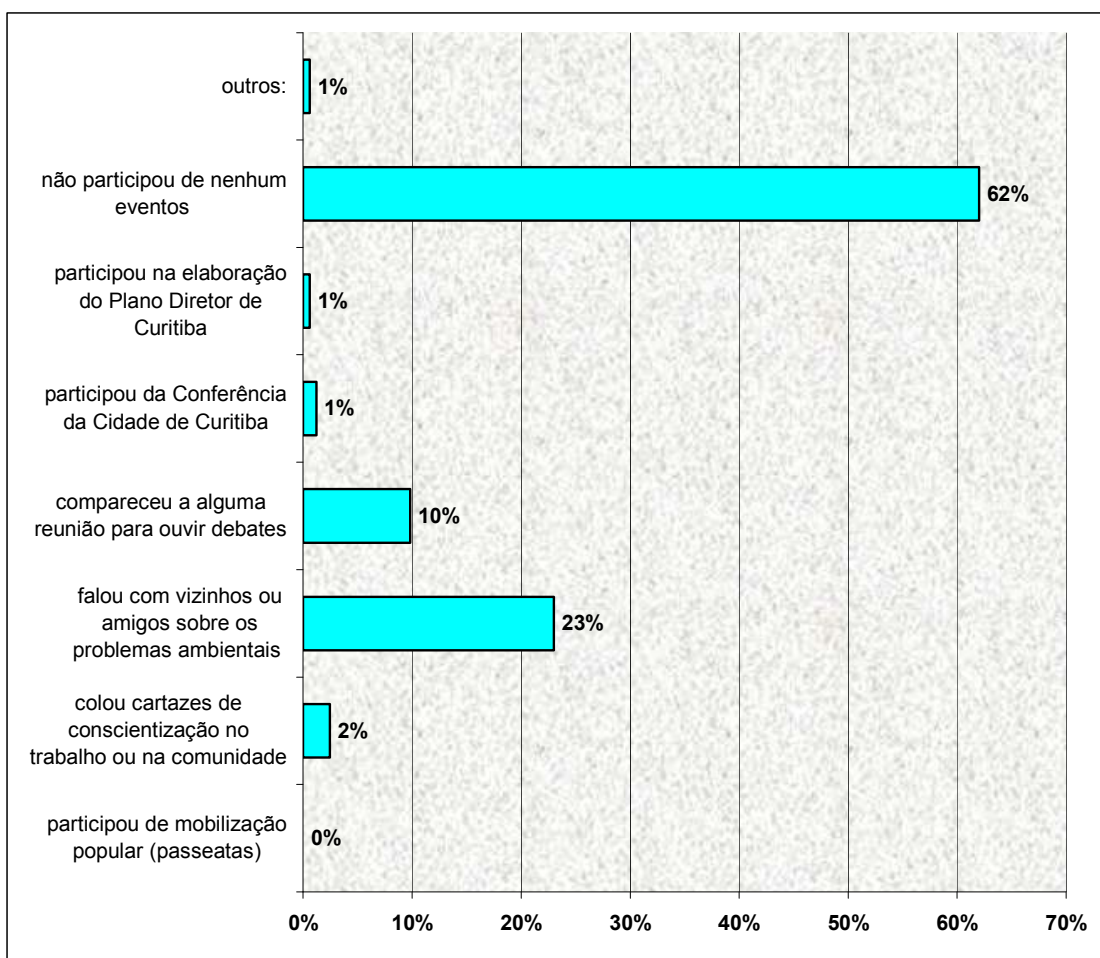
Figura 62 – Percentual de respostas referentes ao grau de interesse dos entrevistados pelo Rio Belém

Questão n. 24 – Alguma vez foi convidado a participar, ou inteirar-se, dos problemas com a bacia do Rio Belém?

Tabela 67 – Percentual de respostas sobre iniciativas de envolvimento comunitário destinadas a tratar dos problemas do Rio Belém:

SIM	NÃO
11%	89%

Questão n. 25 – Qual (ou quais) destes eventos o sr.(a) participou com o intuito de tratar de assuntos relacionados ao Rio Belém?



*Obs.: o entrevistado que optou pela resposta “outros” manifestou que participou do lançamento da campanha de revitalização do Rio Belém na década de 1980.

Figura 63 – Percentual de respostas relacionadas à participação efetiva do entrevistado visando atender os assuntos do Rio Belém

Questão n. 26 – Se fosse chamado a participar, qual o tipo de iniciativa o(a) sr.(a) estaria disposto(a) a empreender?

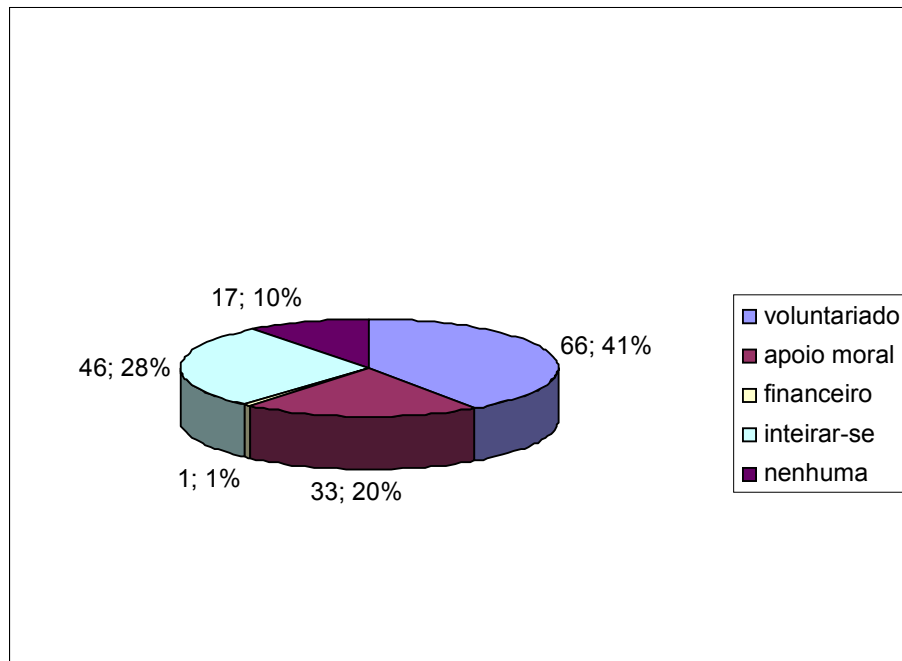


Figura 64 – Respostas (quantidade e percentual) relacionadas ao perfil participativo do entrevistado

A Figura 62 demonstrou que o interesse do morador da BB-IV pela bacia em estudo oscila do “se interessa” para o “se interessa pouco”. A fragilidade deste interesse está justificada nos dados obtidos na Tabela 67 e Figura 63 onde se revela a ausência de diálogo na comunidade para tratar de um problema tão explícito para a BB-IV que é o Rio Belém. Mesmo assim, a Figura 64 demonstra que este morador está disposto a auxiliar na melhoria da bacia, ou pelo menos se informar da real situação desta. Como foi observado nas demais áreas, é possível que a inércia, desinformação e o interesse, tratado mais no discurso que nas ações objetivas, destes moradores seja o resultado da falta de diálogo com atores melhores estruturados e informados, como é o caso do poder público e da academia.

5.6 Entrevistas

Com o intuito de obter informações de caráter mais qualitativo sobre os aspectos associados à bacia do Rio Belém e sua gestão, recorreu-se ao instrumento da entrevista semi-estruturada que envolveu o contato direto com representantes do poder público, academia, e terceiro setor que, de algum modo, estão associados com os problemas da bacia aqui estudada.

Em data de 16 de abril de 2007 foi entrevistado o Diretor Operacional das Águas da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa), órgão técnico vinculado à Sema (ver Apêndice VII), que respondeu as questões propostas via a Informação Técnica n. 001/2007 exarada pelo DAG/SUDERHSA. A fim de complementar as informações ali colhidas, em data de 15 de maio de 2007 foi entrevistado na Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Paraná (Sema) o Coordenador Estadual de Recursos Hídricos e Atmosféricos (Apêndice VI).

Conforme a abrangência da bacia, em data de 03 de maio de 2007 foi realizada entrevista com um representante do Executivo municipal da localidade que comporta a sua extensão. Neste caso, a Coordenadora Técnica de Recursos Hídricos da SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba-PR (Apêndice III). Ainda no âmbito municipal, em data de 07 de março de 2007 foi entrevistado o representante do Legislativo local, ou seja, o Vereador Presidente da Comissão de Saúde, Bem Estar e Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Curitiba – PR (Apêndice II). Cabe ressaltar que na época da entrevista o edil se encontrava no terceiro mandato como presidente desta comissão.

No município onde comporta toda a extensão da bacia estudada o serviço de captação e tratamento de água é concedido a uma companhia de economia mista. Assim, em data de 2 de março de 2007 foi entrevistada a Gerente de Planejamento da Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, ver Apêndice VIII. A Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social foi criada na gestão do atual governador do Estado no seu primeiro mandato, anteriormente a diretoria estava vinculada à Diretoria de Operações da Sanepar.

Além do poder público foram colhidas informações junto a atores inseridos na bacia e com alguma atividade relacionada com a melhoria da qualidade daquele

corpo aquático. Inicialmente, em data de 17 de abril de 2007 foi realizada uma entrevista dirigida ao membro representante de uma organização não-governamental com efetiva atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Belém em Curitiba/PR (Apêndice IV), neste caso, o membro pertence à AMASL - Associação dos Moradores e Amigos do São Lourenço. Já em data de 22 de março de 2007 a entrevista foi dirigida ao membro de uma instituição de ensino superior envolvida com a bacia aqui estudada (Apêndice V), assim, foi entrevistado um professor do Curso de Engenharia Ambiental da PUC/PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e membro do Grupo de Planejamento e Controle Ambiental da APC - Associação Paranaense de Cultura.

5.6.1 Discussão das Entrevistas

Cabe ressaltar que, para atender a metodologia proposta, os questionários de cada entrevista foram deixados para que os entrevistados respondessem por escrito e, posteriormente, fossem devolvidos. Esta conduta se justifica pelo fato de alguns destes entrevistados representarem o alto escalão de órgãos públicos e, assim, não disporem de tempo para atender, em determinada data e horário, um entrevistador.

A fim de tratar da situação da Bacia Hidrográfica do Rio Belém e possíveis iniciativas participativas para a sua melhoria, na esfera estadual, segundo informações da Sema, em entrevista realizada em 15 de maio de 2007 com o Coordenador Estadual de Recursos Hídricos e Atmosféricos, e em 16 de abril de 2007 com o Diretor Operacional das Águas da Suderhsa, soube-se que a prioridade é concluir o Plano de Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira, no qual a bacia do Belém está inserida. O Plano está em execução pela Agência da Bacia em convênio com a Ana. O trabalho de realização do Plano está sendo acompanhado pela Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e será aprovado pelo mesmo, e, ainda, deverá apontar as prioridades para a região, que serão analisadas e somente então, se for o caso, aprovadas pelo Comitê de Bacias. É importante mencionar que na defesa da Bacia do Belém, é salutar a comunidade ali inserida se fazer representar na composição deste Comitê, podendo, inclusive, discutir no âmbito deste o

estabelecimento de prioridades a esta bacia, seja criando um sub-comitê, ou outra forma de agir em prol do Rio Belém.

Dentro da Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos o caso específico do Rio Belém, segundo informações obtidas junto à Suderhsa, revelam que o Rio Belém está inserido no comitê das bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, logo, sujeito às normas daquele comitê. Mesmo diante das iniciativas dos comitês, o governo estadual objetivando melhorar a qualidade da bacia do Rio Belém, também participa das iniciativas de revitalização valendo-se da Suderhsa e do Iap, que interagem com a Comec, PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba, PUC/PR, e outras instituições.

De acordo com a própria Suderhsa, com a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia esta integração entre diversos atores deverão ser levadas em consideração, e é competência do Comitê decidir sobre as prioridades de intervenções e a aplicação de recursos. A título de esclarecimento: no comitê das bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira são também integrantes a Prefeitura Municipal de Curitiba, a Comec, e a Suderhsa.

Outro órgão envolvido nas questões do Rio Belém é a autarquia estadual Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) que ao assumir os serviços de saneamento da cidade de Curitiba relaciona-se diretamente com o problema de poluição da Bacia em estudo. Em data de 02 de março de 2007 a Gerente de Planejamento da Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social da Sanepar esclareceu que esta diretoria foi criada na gestão do atual governador do Paraná, que desmembrou este setor da Diretoria de Operações desta autarquia estadual de saneamento. A relação com a prefeitura de Curitiba é mantida de forma contratual uma vez que o titular dos serviços de saneamento é a PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba que, na condição de poder concedente, transmite à Sanepar a responsabilidade de gerir as obras de saneamento no município. Esta relação originou-se de um contrato de concessão datado de 01/01/1972. Pela celebração de um termo aditivo de 06/12/2001 a vigência da concessão foi estendida até 06/12/2031, e, atualmente, está sujeita à nova Lei de Consórcios Públicos que exige a promoção de licitação para os serviços públicos, e não da mera autorização da Câmara de Vereadores para a concessão de serviços. Nas obrigações assumidas com a Prefeitura Municipal de Curitiba estão estipuladas as metas de atendimento da população com rede de água e esgoto tratado. Em relação específica ao caso da

contaminação das bacias inseridas no Município em estudo foi esclarecido que nesta relação com a PMC o Meio Ambiente é matéria de Direito Difuso e como tal não há cláusula contratual específica para a “não poluição” ou reversão do atual quadro de degradação. Contudo, a atuação da Sanepar é licenciada pelos órgãos ambientais que estipulam critérios técnicos para o lançamento de resíduos e efluentes oriundos do esgoto nos rios. A fiscalização é feita na esfera municipal pela SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no âmbito estadual pelo Iap - Instituto Ambiental do Paraná, e na competência federal pelo Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), principalmente quando as atividades da autarquia estão relacionadas com a Mata Atlântica. Foi esclarecido ainda que a autarquia preocupa-se com a melhoria na qualidade dos efluentes lançados nos corpos d’água respeitando os avanços legislativos e tecnológicos. Quando iniciou suas atividades ainda na década de 1970 por influência do Planasa - Plano Nacional de Saneamento suas ações visavam apenas expandir a rede coletora sem preocupar-se com o tratamento do esgoto. Na década seguinte a meta foi tratar o esgoto de forma preliminar até chegar à década de 1990, onde já estava em vigência uma legislação ambiental mais rigorosa, com um tratamento complexo que envolvia uma fase tradicional acrescida de uma fase de pós-tratamento. Estas ações visam a preservação e recuperação de mananciais tendo como colaboradores: o Ministério Público do Estado do Paraná, do Governo do Estado, pela ação do IAP e Suderhsa, e das Prefeituras Municipais com a melhoria na eficiência da fiscalização e das políticas locais de urbanização. Quanto a Região Metropolitana de Curitiba foram desenvolvidas parcerias para a criação de postos de educação ambiental. No caso da bacia do Rio Belém as ações desenvolvidas pela autarquia privilegiam a ampliação de rede coletora de esgoto, principalmente na região do São Lourenço onde se observou um adensamento urbano nos últimos anos. Outra iniciativa é a manutenção constante da rede coletora mais antiga da cidade que eventualmente necessita de reparos. Cabe frisar que a autarquia, atuando na bacia do Rio Belém, concentra suas atividades no esgoto doméstico.

E na esfera local, em data de 03 de maio de 2007 a coordenadora técnica de recursos hídricos da SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, quando indagada sobre a dimensão do *slogan* “Curitiba Capital Ecológica”, esclareceu que este título foi concedido pela Onu no início da década de 1990, em Nova York, no Congresso Mundial de Governos Locais para um futuro auto-

sustentável, o prêmio máximo para o Meio Ambiente, devido aos programas “Lixo Que Não É Lixo” e “Câmbio Verde”. Desde então, a cidade tem desenvolvido programas ambientais se amparando na Política Municipal de Meio Ambiente, estabelecida na Lei Municipal n. 7.833/91 e executada através da SMMA. Em relação aos rios, a política municipal de meio ambiente desenvolveu algumas ações visando a proteção e a revitalização destes, como a criação de parques, programas de despoluição e legislação específica. Ainda esclareceu que por força dos Artigos 6º, Inciso XV; Artigo 7º, Inciso V; e Artigo 8º, todos do PDDI, que reverter o grau de poluição do Rio Belém é investir na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos curitibanos, pois o escopo do “Projeto Nossa Água” é a bacia hidrográfica do rio Belém (trecho norte), sendo uma das prioridades da atual gestão municipal. Neste sentido, há previsão no Orçamento Municipal de tais recursos uma vez que um dos programas do plano de governo é o “Programa Nosso Ambiente”, que prevê a promoção da conservação dos ambientes urbano e natural, através de ações de proteção, recuperação, controle, monitoramento e implantação de áreas de conservação e lazer. Parte integrante deste Programa está o “Projeto Nossa Água” que visa promover a melhoria e a manutenção da qualidade dos recursos hídricos do município e, por conseqüência, da qualidade de vida da população, bem como da dos municípios localizados na jusante das bacias que drenam Curitiba. Uma das metas deste Projeto é a reestruturação do “Projeto Olho D’Água”, que prevê a participação da comunidade através do diagnóstico participativo da qualidade da água. Quanto a elaboração dos recursos para tais projetos de cunho ambiental o Orçamento Municipal, por força de Lei, é discutido anualmente nas Audiências Públicas realizadas nas Administrações Regionais.

Contudo, como esclarece este membro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba (SMMA), mesmo depois de dez anos da promulgação da Lei Federal 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pouco se avançou na gestão dos recursos hídricos, principalmente no tocante aos municípios. Esclarece a coordenadora técnica de recurso hídricos da SMMA que esta situação decorre do fato que a referida Lei prevê a gestão das águas tendo as bacias hidrográficas como unidade de gestão, e ao delegar para os Estados e à União a outorga de direito de uso, criou um conflito dos entes uma vez que a gestão do uso do solo é de competência dos municípios. Associado a este problema de hierarquia

administrativa, conforme as informações obtidas junto à SMMA, no Estado do Paraná pouco se avançou uma vez que a Lei Estadual nº 12.726/1999, que implementou a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, ainda está em fase de implantação. É esclarecido, ainda, que as ações públicas municipais são, por força de lei, voltadas para o território municipal, que na maioria das vezes não contempla toda unidade da bacia, entretanto, no âmbito do Município têm-se desenvolvido programas e ações voltadas à gestão dos recursos hídricos através da Política Municipal de Meio Ambiente.

Ficaram esclarecidas as dificuldades de ordem hierárquica para individualizar o caso da bacia hidrográfica do Rio Belém, pois, como confirma a SMMA, reiterando as informações prestadas pela Suderhsa, não há um comitê específico para o Rio, mesmo se for considerado que este nasce, corre, e tem a sua foz integralmente dentro do território do Município. A bacia do rio Belém faz parte da bacia do Alto Iguaçu, deste modo, a sua melhoria está condicionada às deliberações do Comitê de Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira. Também é de competência deste Comitê gerir as receitas oriundas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, conforme prevê o Artigo 38, Inciso VI, da Lei n. 9.433/97. Contudo, segundo a SMMA, não há tais recursos uma vez que o Decreto para a cobrança para o uso das águas ainda está em discussão no Comitê de Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira.

Restou demonstrado uma falta de diálogo permanente entre os órgãos responsáveis pelos recursos hídricos, seja no nível vertical ou horizontal. Um indício desta assertiva foram as respostas semelhantes, obtidas por meio eletrônico, das entrevistas encaminhadas para os representantes do Executivo e Legislativo Municipal (Apêndices II e III), que aliás, demonstra um discurso uniforme de dado grupo político sem, porém, revelar as verdadeiras intenções destes representantes com o Rio Belém. Outro elemento denunciador da falta de diálogo institucional é o silêncio dos órgãos públicos entrevistados quanto à Lei Estadual n. 12.726/99, que instituiu a política estadual de recursos hídricos, em especial o seu Artigo 42 que prevê a delegação em favor do município do “[...] gerenciamento de recursos hídricos de interesse exclusivamente local, compreendendo, dentre outros, os de bacias hidrográficas, que se situem exclusivamente no seu território”, como é o caso da bacia aqui estudada.

As ações do poder público no sentido de melhorar a qualidade da bacia aqui estudada não é suficiente para imprimir qualquer impacto no consciente coletivo, pois as respostas obtidas na aplicação do formulário demonstram um completo desconhecimento das iniciativas governamentais em especial da SMMA, descritas no Apêndice III. O projeto “Fala Belém”, ver Apêndice V, promovido pela instituição de ensino superior e que colheu 100.000 assinaturas no sentido de conscientizar a população sobre a realidade da bacia, também passou despercebido pela população. O resultado desta falta de diálogo se refletiu no baixo interesse objetivo dos moradores da bacia em se envolver nos seus assuntos.

As entrevistas demonstraram pouco envolvimento da população na discussão dos assuntos referentes à Bacia Hidrográfica do Rio Belém, salvo nos casos das entrevistas com o membro da ONG e da instituição de ensino superior que suas ações denotaram um impulso próprio, sem um estímulo originário dos órgãos públicos. Quando a população foi mencionada foi para revelar uma atitude passiva, ou seja, como expectadores e “consumidores” de políticas e ações públicas já elaboradas por técnicos do poder público.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primeiros capítulos do presente trabalho procurou-se desenhar um panorama das discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento que atingiram uma escala global, denotando a preocupação de vários governantes, corporações empresariais, cientistas, e demais atores de projeção local e internacional, a discutir o futuro do Planeta e da própria raça humana. Ao longo do presente trabalho o texto da Agenda 21 foi diversas vezes citado por se tratar de um documento onde representantes de mais de 170 países reconheceram, de modo independente e consciente, que é necessário uma novo modelo de desenvolvimento global principalmente amparado no envolvimento das comunidades com suas demandas locais, ou seja, uma nova forma de pensar o conceito de democracia. Pode até parecer utópico falar destes temas diante do atual mercado globalizado, mas é relevante compreender que justamente os indivíduos mais engajados neste discurso detêm grande conhecimento técnico-científico e prestígio nos seus países de

origem. Com segurança se pode afirmar que tratar das questões de desenvolvimento sustentável pelo viés da participação comunitária, ou democrática, não é uma aventura acadêmica ou um discurso visionário, mas uma reflexão embasada em fontes confiáveis e relevantes.

Outro tema aqui tratado, e de igual relevância, é o bem água uma vez que se trata do elemento fundamental para a manutenção do organismo vivo, ver capítulo 2.2.4. Então, depreende-se uma necessária atenção sobre os recursos hídricos quando estes estão inseridos no meio urbano, pois Barbosa (1995) e Hogan (1995) alertam para a relação da saúde da população com a qualidade do meio ambiente que compõe a cidade.

Tratar de questões ambientais é do interesse das sociedades uma vez que tal tema está associado à própria sobrevivência dos indivíduos que a compõe. Aliás, a vida é o maior bem a ser defendido dentro de uma sociedade legalmente constituída e organizada (SILVA, 1999, p. 31). Logo, entendendo a importância e dimensão deste debate faz-se necessário colocá-lo ao alcance da consciência do cidadão comum, que, aliás, é a melhor pessoa para garantir seus próprios interesses e fiscalizar as ações daqueles que o representam. Pensando neste sentido, quando ocorreu a chamada “Rio-92” as lideranças que ali deliberaram no texto final da Agenda 21, ver capítulo 2.2.2., compreenderam a importância de envolver as populações locais nos processos de tomada de decisão sobre o uso dos bens naturais disponíveis.

Paralelo a este importante evento, o Brasil estava saindo de uma ditadura militar que perdurara por 20 anos e se encontrava num lento processo de democratização. Como relembra Santos Júnior (2005) trata-se de uma Nação que sofreu grande adensamento urbano em pouco espaço de tempo, mas que traz na sua formação uma forte tradição escravista e colonial onde não foi permitida a expansão de valores correlatos com as liberdades civis e políticas. Mesmo assim, vige no País a sua Constituição Federal de 1988 que ampliou, mesmo que apenas formalmente, os direitos dos cidadãos, como foi tratado no capítulo 2.2.1. Tal produção jurídica serviu de base para a produção de duas outras leis de interesse para o presente trabalho: a Lei Federal número 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o Estatuto da Cidade, e de número 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que trata da Política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos. No primeiro caso, ver capítulo 2.2.3, regulamentou-se a política nacional de desenvolvimento urbano

descrita no Artigo 182 da Constituição Federal de 1988. No segundo caso, ver capítulo 2.2.4, regulamentou-se a política nacional de gestão dos recursos hídricos mencionada no texto constitucional. Em ambos os casos são descritos canais de participação do cidadão comum, ou seja, aquele que não compõe os quadros técnicos da burocracia estatal ou se elegeu para exercer mandato político.

A participação popular nos processos de tomada de decisão sobre recursos hídricos e desenvolvimento urbano está legitimada pelo ordenamento jurídico. Contudo, resta saber quais os fatores que ainda limitam o envolvimento ainda maior de cidadãos em tais processos.

Na presente pesquisa foi identificado que o perfil médio do morador inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Belém como sendo do sexo feminino, com idade entre 33 a 51 anos, com um grau de ensino médio, morando a mais de dez anos na bacia, preocupado com a melhoria de saúde pública e segurança, sabendo da existência de um rio perto da sua casa, de que a sua residência está inserida na bacia do Rio Belém, também já observou o estado de conservação deste rio, esteve ao longo do leito do rio, sabe que o mesmo é poluído, que não tem utilidade para a sua vida, que a qualidade do rio não está associada com a saúde humana, que a água para o consumo faltará, que a comunidade têm a maior responsabilidade pelo zelo do rio, não sabe de alguma entidade comprometida coma melhoria do rio, não sabe do PDDI ou Conferência da Cidade, ou sequer foi convidado para a elaboração destes eventos, discorda que apenas uma elite técnica possa intervir nos assuntos relativos ao rio, apresenta pouca, ou quase nenhuma, confiança nos seus representantes oficiais, o interesse pelo rio é baixo, não foi convidado para participar de qualquer ato destinado a tratar da bacia, também não promoveu qualquer evento para tratar dos mesmos assuntos, e, se caso fosse convidado, está disposto a servir como voluntário para melhorar a qualidade da bacia. Ficou evidente a falta de conexão entre as informações dos moradores em relação à bacia e ações objetivas no sentido de melhorá-la.

Num outro patamar, os agentes públicos quando indagados sobre “o PDDI dar muita ênfase às iniciativas que informem os cidadãos capacitando-os para intervir na política urbana local”, tanto a representante da SMMA assim como o representante da Comissão de Saúde, Bem Estar e Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Curitiba – PR, na entrevista realizada em 07 de março de 2007, deram muita ênfase ao chamado “Projeto Olho D’Água”, iniciado em 1997, como

meio de envolver “toda a comunidade na preservação e conservação dos rios da cidade”. Contudo, os resultados das questões 16 e 24 demonstram que este projeto não foi devidamente divulgado junto aos cidadãos da bacia do Rio Belém. No mesmo corpo da resposta a este questionamento foi informado que tal projeto foi desenvolvido em escolas e demais entidades engajadas nas questões dos rios urbanos de Curitiba. Tais organismos receberam kits de avaliação da qualidade da água, foram ministradas palestras sobre sua utilização e sobre a importância dos rios e de toda água para o meio ambiente, e, ainda, houve visitas ao leito do Rio para observar o problema de perto. Estas informações foram confirmadas pelo membro da instituição de ensino superior, em entrevista realizada em 22 de março de 2007, que numa única ocasião seus alunos se envolveram com alunos da rede municipal de ensino para “caminhar” pelo Rio Belém, nas imediações do campus da referida instituição. Quando indagado sobre “já ouviu falar do projeto Olho D’água”, o membro do terceiro setor com atuação na bacia do Rio Belém respondeu que:

[...] ouviu falar, mas que ficou muito tempo parado e parece que agora vai ser retomado lá na bacia do Barigüí. Aqui na bacia do Belém nosso contato foi muito pequeno e tivemos que fazer nosso próprio material para nossas mobilizações comunitárias.

Diante destas últimas informações ficou evidente que o presente projeto não tem metodologia suficiente para avaliar a dimensão e capacidade de influência na sociedade curitibana os gastos com o referido Projeto Olho d’Água, e o desempenho da pedagogia ambiental implantada na rede municipal de ensino. Aliás, pode este ser um tema para estudos futuros. No caso aqui estudado, segundo resultados da pesquisa de campo, houve a falta de divulgação perante as comunidades dos resultados de tais projetos, esta atitude denota que o gestor público está mais interessado com o *city marketing* da sua gestão que o problema em si (SANCHÉZ, 2001, p.37). Como lembra o coordenador do Programa Habitat da ONU o chinês Nicholas You, vários são os administradores municipais que se valendo de uma visão arcaica de gestão não dão continuidade aos projetos desenvolvidos pelos seus antecessores, objetivando implantar seus próprios projetos e quando está se encerrando o mandato visam apenas o pleito eleitoral (FIRMINO, 2003, p. 33).

Os principais órgãos públicos desenvolveram o próprio ritmo de trabalho de forma descompassada com o acolhimento da comunidade. Pode-se dizer que até mesmo internamente os diálogos são desencontrados. Segundo as informações

prestadas pela SMMA e Câmara de Vereadores as questões de ordem da política municipal de recursos hídricos demonstram uma falta de comunicação intra-institucional e extra-institucional da Prefeitura Municipal de Curitiba. Quando questionados sobre “quem, fora do poder público, participou efetivamente da elaboração do PDDI” (conforme a Lei Federal n. 10.257/01, no seu Artigo 2º, Incisos II e III, que trata da política urbana e da “gestão democrática”), os representantes da SMMA e da Câmara de Vereadores sugeriram obter estas informações junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc). Esta resposta provavelmente demonstra o desconhecimento destes de tal processo de envolvimento popular, se é que ele exista! Esta falta de diálogo entre os diversos órgãos da administração pública e população pode ser observado na pesquisa de Mauri César Barbosa Pereira que, objetivando estudar a legislação de Curitiba que permite isenção de tributos para imóvel com preservação de áreas verdes, descobriu a debilidade da administração pública municipal em divulgar tais benefícios junto aos proprietários destes imóveis (PEREIRA, 2004, p. 102).

Mesmo assim, a representante da SMMA insiste em afirmar de que:

[...] com relação à bacia do rio Belém, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA tem desenvolvido nos últimos anos ações que envolvem esta bacia, como por exemplo, desde o início de 2006, participa da “Comissão de Ação Viva Belém”. Esta Comissão é presidida pela Associação dos Moradores e Amigos do São Lourenço e têm a participação de outras instituições. Neste mesmo ano, foi selecionado como objeto de estudo o trecho da bacia da nascente do rio Belém até o Parque São Lourenço. Trecho este já trabalhado por esta SMMA em 2000. Neste período iniciou-se o diagnóstico da situação deste trecho.

A Associação de Moradores e Amigos do São Lourenço (AMASL) é uma organização que por iniciativa própria procurou se aproximar do poder público para melhorar a qualidade de vida dos seus associados. Não ficou demonstrada na pesquisa que tenham sido as iniciativas do poder público que estimularam as ações da AMASL ou do seu contato com outros organismos participativos, esta assertiva pode ser confirmada pelo fato de existirem outras associações de moradores ao longo da bacia em estudo que em nenhum momento foram mencionadas nas entrevistas feitas junto aos órgãos públicos. Na entrevista realizada em 17 de abril de 2007 foi informado que as iniciativas da AMASL contaram com o envolvimento de outros organismos da sociedade fora do poder público, como as escolas, o *Lions Club* e o *Rotary Club*, uma vez que estes “[...] ajudaram mais que qualquer outro

parceiro/projeto/iniciativa” (Apêndice IV). Em outras iniciativas a AMASL contou com o apoio da rede intitulada “Super Via Digital” que, agindo de modo cooperado, travou diálogo com o poder público para atingir suas metas. Neste caso ficou evidente a necessidade de envolvimento do cidadão de modo a constituir redes de ações e não a participação esparsa, pois pensar numa sustentabilidade institucional, aumentando a legitimidade dos seus atores, depende de um novo desenho que amplie os canais de atuação das redes cívicas (FREY, 2003, p. 182).

O cidadão curitibano mantém-se distante dos problemas com os rios urbanos uma vez que está descrente com as instituições que o representam, conforme os resultados da questão 22. Para agravar a situação, a própria SMMA reconhece que as questões envolvendo os recursos hídricos são tratadas de modo genérico dentro da Política Municipal de Meio Ambiente, prevista na Lei Municipal n. 7.833/1991, uma vez que a Lei Federal n. 9.433/1997, que trata dos recursos hídricos e a sua gestão, não prevê a figura do rio municipal, porém silencia sobre o Artigo 42, da Lei Estadual n. 12.726/99 (ver 5.6.1). Outro fato de importante relevância é o modo do que os órgãos públicos dialogam entre si, no caso aqui estudado foi identificada uma deficiência quando as respostas da SMMA e Câmara de Vereadores é idêntico, sem expressar o ponto de vista distinto de cada um destes organismos. Neste cenário, articulado apenas para atender o tecnicismo estatal, o cidadão permanece distante das arenas de tomada de decisão e incapaz de fazer valer seus interesses.

O resultado desta falta de interação pode ser refletido nos percentuais de respostas do formulário quanto à percepção dos recursos hídrico em estudo. Ficou demonstrado que o desconhecimento sobre tal assunto independe de condição econômica, social, ou intelectual, pois uma vez traçado um paralelo com o estudo de SOUZA (2002, p. 57). Conclui-se que há uma verdadeira falta de educação ambiental propriamente dita que motive à ação, uma vez que informações esparsas a comunidade já detém.

O distanciamento criado pela burocracia estatal estimulou o surgimento de vários discursos, mas com pouca convergência num plano prático. Quando entrevistado o representante da instituição de ensino superior, em 22 de maio de 2007, o mesmo pode informar que a questão específica do Rio Belém não é uma preocupação enraizada nas diretrizes institucionais, mas está localizada de modo esparsa em cursos que mantêm alguma relação com o tema, como é o caso de Engenharia Ambiental e Biologia. O sentimento desenvolvido na comunidade

acadêmica é conflituoso uma vez que são várias as abordagens constituindo um pensamento heterogêneo e fragmentado. Segundo o entrevistado esta situação se dá pelo perfil da instituição de caráter universitário, ou seja, onde se foca o pensamento no universal e não num único problema.

O cidadão curitibano está condicionado a criticar o governo local, como propõe Dahl (2005, p. 53), mas a pesquisa de campo demonstrou uma relativa confiança do morador da bacia do Rio Belém no Executivo Municipal e em valores democráticos. Qualquer iniciativa destinada a fortalecer os canais participativos deve nascer no interior desta esfera de poder através de instrumentos que estabeleçam um canal direito de diálogo entre governante e governados, com capacidade de integrar os anseios da população, neste caso em relação ao Rio Belém, com as possibilidades expostas pela equipe técnica, e, ainda, conjugado com a disponibilidade orçamentária. O morador da bacia do Rio Belém se demonstra descontente com a política local, mas ele mesmo é fruto de uma evolução histórica que não estimulou valores de ordem comunitária (BALHANA, 2002, p. 221). Os seus representantes se encontram num momento decisivo para traçar novos canais para fortalecerem a legitimidade política e, assim, ampliar a governabilidade local. Como ensina a cientista política Samira Kauchakje:

[...] Um homem público não pode viver só da legalidade. Ele tem de viver também da legitimidade [...] deve haver ética e decoro. Sem isso, se reduz a politização da sociedade. Muitos não estão temendo mais nem a opinião pública. [...] Os cidadãos podem se desinteressar pelas instituições democráticas, que podem perder a credibilidade. E a idéia de democracia, de autonomia dos Poderes, fica ameaçada (*in* LIMA, 2007, p. 11).

Quando se estuda a cidade é importante compreender que esta é composta por indivíduos dotados de “mundos mentais” individuais (PIERSON, 1971, p. 273), e neste campo obscuro do ser individual se refletem as tradições e história dos agrupamentos. Termo de difícil delimitação de conceito, a opinião pública é o resultado do conflito de opiniões de camadas sociais distintas (JELLINEK apud BONAVIDES, 1994, p. 446). Resta indagar diante da realidade atual onde está em plena atividade os meios de manipulação simbólica, qual a extensão da influência destes meios no comportamento individual (SÁNCHEZ, 2001, p. 43). Afinal, as ações e o interesse dos indivíduos dependem da sua relação com o sentimento de auto-estima e valorização pelo grupo das suas iniciativas (COELHO, 1969, p. 212).

Assim, para questionar a dimensão do interesse do cidadão curitibano em participar dos canais legalmente instituídos em prol da melhoria da bacia do Rio Belém, fez-se necessário lançar um olhar sobre qual o ambiente histórico e o perfil institucional que influenciaram este indivíduo.

Ficou demonstrado na aplicação do formulário que o cidadão até conhece alguns aspectos dos problemas relacionados com o Rio, mas não foi estimulado na comunidade na qual está inserido a participar de canais próprios de discussão e negociação, reproduzindo as relações de poder historicamente arraigadas na cultura brasileira, e, conforme este caso, curitibana.

A ausência de tais canais de participação efetiva, que abranjam a maior extensão possível dos diversos anseios inseridos na sociedade curitibana, obsta o desenvolvimento de uma consciência individual de pertencimento ao grupo social como um todo, desmotivando, assim, o indivíduo a agir no sentido de colaborar com a melhoria da condição de vida deste grupo, pois está ausente a sua identidade e responsabilidade com o restante do agrupamento. Afinal, resta questionar o grau de influência na personalidade deste indivíduo uma cultura apenas focada no consumismo e individualismo, como está atualmente enraizada no modelo econômico do capitalismo globalizado.

É de se esperar que a participação popular nasça edificada sobre pilares éticos que tenham como objetivo o interesse de melhorar a qualidade de vida da sociedade pela via da cooperação e fraternidade entre os envolvidos, e não pela busca do simples assistencialismo destinado a atender os anseios individuais dos envolvidos, ou dos interesses dos grupos políticos consolidados no poder.

Melhorar a qualidade ambiental do Rio Belém tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida de toda a cidade, através de instrumentos participativos, não é sinônimo de atos de paternalismo, como, por exemplo, a troca de cesta-básica por votos, mas da confirmação de um pacto onde os cidadãos mais motivados e interessados possam inserir-se num processo de aprendizado. Tal processo tem como escopo fornecer os elementos formadores de uma cultura capaz de motivar estes cidadãos a assumir o seu respectivo papel na construção de uma sociedade sustentável, ou seja, da edificação de uma nova cultura ética.

A principal palavra a ser adotada nestas arenas não é deliberação, mas negociação!

Uma vez negociando constantemente com o poder público a comunidade estará imune às eventuais oscilações das políticas públicas quando um novo grupo político ascende ao poder. Ademais, pela natureza representativa da democracia brasileira não há uma confirmação expressa em lei para que o cidadão possa deliberar mesmo que em prol da sociedade, uma vez que elege seus representantes para tal. O ordenamento jurídico não permite que o cidadão de modo direto decida sobre o destino das políticas públicas, mas cabe ao chefe do executivo e os membros do legislativo, legitimado, caso haja alguma controvérsia, pelo judiciário, a criar e respeitar os canais destinados a ouvir os anseios da população. Oxalá que num futuro próximo a sociedade brasileira expanda seus canais de participação popular, levando os interessados a ocupar um cargo eletivo no Executivo ou no Legislativo a se comprometerem a manter e respeitar estas iniciativas de democracia direta. Tendo como base o ordenamento jurídico atual, caberá ao eleitor zelar pela sobrevivência destas arenas de negociação.

A quase totalidade dos entrevistados esteve distante do processo de elaboração do Plano Diretor e da Conferência da Cidade de Curitiba, revelando a frágil cultura cívica do Município estudado e a incapacidade da administração pública local em criar canais de envolvimento comunitário, estimulando a produção de capital social refletido no interesse do cidadão em se envolver com numa cultura participativa. Esta atitude de centralização do gestor público local e a falta de interesse do cidadão em fazer-se ouvir pode ser justificada pela influência da própria história do Município, e do País, marcada pela evolução a partir de um modelo colonial e escravocrata (SAMPAIO, 2005). Também, ao longo da pesquisa, foi informado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente que a política estadual de recursos hídricos, visando dar suporte à Lei Federal n. 9.433/1997, ainda está em fase de estruturação dos comitês de bacias. No caso do Rio Belém os seus assuntos serão tratados no comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, mas, segundo informações junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, não ficou demonstrado iniciativas concretas em envolver a população na dimensão das questões dos recursos hídricos, demonstrando, assim, que na estruturação dos instrumentos de gestão (Plano Estadual de Recursos Hídricos, Plano de Manejo da Bacia, Política Estadual de Recursos Hídricos) o cidadão comum está distanciado destas arenas.

Chegando ao final deste trabalho e respondendo à hipótese formulada no capítulo introdutório, conclui-se que, conforme os dados levantados na pesquisa de campo, os moradores da bacia do Rio Belém, na sua maioria residindo a mais de 10 anos na área estudada, dispõem de algum grau de informação. As informações esparsas e generalistas identificadas na consciência popular não são suficientes para gerar uma indignação que resulte em ações objetivas para a melhoria do rio em estudo. Esta apatia é fruto da ausência de canais capazes de desenvolver um diálogo destes moradores com o poder público, como foi identificado nas entrevistas e os resultados das questões 16, 17, e 18 do formulário aplicado. Contudo, tais cidadãos resguardam algum sentimento democrático quando apresentam uma consciência de valorizar a cidadania coletiva, como foi respondido nas questões 15, 18, 19, e 20. A pouca confiança apresentada na questão 22 nos meios tradicionais de representação sugere a necessidade de ser pensado um novo desenho para o regime democrático local (RIBEIRO, 2004, p. 229). E o pouco interesse e envolvimento apresentados nos resultados das questões 23, 24, e 25 denotam que os problemas locais com o Rio Belém não compõem o rol de preocupações cotidianas do morador inserido na bacia em estudo, como pode ser observado nos resultados das questões 06, 08, e 12. Deste modo, restou demonstrado que o cidadão curitibano inserido na bacia do Rio Belém não está condicionado à consciência cívica associada a um problema ambiental, pois mesmo detendo algumas informações esparsas e alguma identidade com valores de ordem democrática não houve algum interesse pela melhoria do rio refletido em ações objetivas (COELHO, 1969, p. 213). Ficou evidente que o discurso deste morador não evoluiu do plano retórico. E, por outro lado, mesmo que houvesse qualquer interesse este morador não encontrou ambientes voltados a estimular a participação individual, ou coletiva, nos problemas com os recursos hídricos. Como sugere Dahl (2005, p. 75) a insatisfação com o regime político não significa um desapego com valores democráticos, mas um sinal de que os atores políticos na condução da infraestrutura pública não conseguem, de modo satisfatório, atender aos anseios da população. O envolvimento com o poder público esteve limitado a seletos atores sociais, como é o caso da Associação de Moradores e Amigos do São Lourenço que realizou atividades de educação ambiental justamente por encontrar-se inserida numa rede de interações, estimulado o chamado capital social (FREY, 2003, p. 183).

O presente trabalho espera ter preenchido algumas lacunas quanto ao estudo da participação popular no meio urbano, em especial na gestão de recursos hídricos, uma vez que o seu conteúdo poderá contribuir, além de complementar o referencial bibliográfico correlato ao tema já existente, na formulação de políticas públicas de caráter participativo ou, ainda, estimular os grupos sociais no sentido de se fazerem ouvir no espaço urbano.

Algumas limitações de ordem teórica e prática puderam ser observadas, tais como a dificuldade de abranger o universo de variáveis existentes nos 26 questionamentos apresentados no formulário, uma vez que os resultados de cada questão, em dada sub-bacia, poderiam ser comparados com as demais questões dispersas nas quatro sub-bacias divididas metodologicamente. O recorte aqui apresentado procurou se manter conectado ao material teórico que antecedeu a pesquisa empírica. Outra dificuldade foi obter a maior fidelidade possível nas respostas apresentadas nas entrevistas, em especial junto aos representantes dos órgãos públicos, que, dada a exaustiva rotina de suas funções, responderam, em alguns casos, as entrevistas via e-mail após prévio encaminhado o rol de perguntas. Esta situação possibilitou a duplicidade de respostas dos Apêndices II e III.

Ao longo do presente trabalho e diante dos resultados aqui obtidos, abriu-se uma indagação ainda não respondida em relação à eficiência da política municipal de educação, em especial na abordagem do conteúdo pedagógico da educação ambiental, mas este questionamento poderá ser respondido apenas num trabalho futuro com metodologia específica.

Diante dos resultados aqui obtidos, é possível apresentar a seguir algumas recomendações tendo como foco o desenvolvimento sustentável amparado na participação comunitária:

- Ampliar os espaços de participação popular preferencialmente a atores historicamente distanciados da arena decisória, seja pela exclusão geográfica, econômica, ou cultural;
- Ocupar estabelecimentos comunitários, tais como: escolas, salões paróquias, igrejas, postos de saúde, etc., a fim de promover a reunião da comunidade periodicamente;
- Deslocar os técnicos do poder público disponíveis até as comunidades com o intuito de informar, e formar, o senso crítico dos cidadãos;

- Estreitar as relações com instituições de ensino superior, terceiro setor, iniciativa privada, lideranças comunitárias e religiosas, envolvendo-as no processo de ampliação dos canais participativos;
- Valorizar cada ator envolvido no processo de modo igualitário em relação aos demais, a fim de estimular a sua auto-estima e, conseqüente, interesse;
- Colher os anseios comuns da comunidade e convertê-los em políticas públicas, tendo no cidadão comum um parceiro de grande importância no processo;
- Na medida em que as fases avançam, é salutar informar os resultados às comunidades envolvidas, a fim de preservar a coesão e entusiasmo dos seus atores;
- Optar por estratégias de aglutinação de baixo orçamento fundadas na simplicidade e eficiência, e não no *marketing* político, porém com capacidade de motivar à ação dos envolvidos;
- Mesmo diante das prerrogativas legais e funcionais do Legislativo, é de grande importância estabelecer um canal de diálogo direto entre a população e o Executivo municipal, sem intermediários políticos, haja visto a necessidade de melhorar a produção de informações destinadas à elaboração das políticas públicas;
- E, finalmente, acreditar que cada nova geração seja capaz de deixar o seu legado, desenhando uma nova realidade diferente da atual, enfim, que é possível construir a utopia.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; JORGE, Karina Dino. **Descentralização da gestão da água: por que os comitês de bacia estão sendo criados?**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 8, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 26 Set 2006.

AGENDA 21 BRASILEIRA: **Resultado da consulta nacional**. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

AGENDA 21 BRASILEIRA: **Ações prioritárias**. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004b.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **Participação Social no Brasil Hoje**. Pólis Papers, n. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>> Acesso em 03 Abr 2006.

ALFONSIN, Betânia. **O Estatuto da Cidade e a construção de cidades sustentáveis, justas e democráticas**. Disponível em: <<http://www.terradedireitos.org.br>> Acesso em 04 Mar 2006.

AMATO NETO, João. **Redes de Cooperação Produtiva e Clusters Regionais: Oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.

ARISTÓTELES. **Poética; Organon; Política; Constituição de Atenas**. (Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ARTURI, Carlos S. **O debate teórico sobre mudança de regime político: O caso brasileiro**. In Revista de Sociologia Política, n. 17, p. 11-31. Curitiba: UFPR, 2001.

BALHANA, Altiva Pilatti; e WESTPHALEN, Cecília Maria (org.). **Un Mazzolino de Fiori**, vols. I e II. Curitiba: Imprensa Oficial, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2002.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais**. In HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F. (orgs.). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p. 193-210.

BARONI, Margaret. **Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável**. Revista de Administração de Empresas, 32 (2), p. 14-24. São Paulo: EAESP/FGV, Abril-Junho, 1992.

BOLLMANN, Harry Alberto. **Relação da densidade populacional sobre variáveis de qualidade físico-química das águas superficiais em microbacias hidrográficas urbanas sem cobertura sanitária em Porto Alegre - RS**. Tese (Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *In* Revista eletrônica de pós-graduandos em sociologia política da UFSC. Vol. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80: Disponível em <<http://www.emtese.ufsc.br>> Acesso em 15 Jun 2006.

BRANCO, Samuel Murgel. **Água**: origem, uso e preservação. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção polêmica).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. *In* ANGER, Anne Joyce (coordenação). Legislação de Direito Administrativo, Legislação de Direito Ambiental, Constituição Federal. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2004.

BRASIL. Lei Federal n. 9.433 (1997). **Plano Nacional dos Recursos Hídricos**. *In* ANGER, Anne Joyce (coordenação). Legislação de Direito Administrativo, Legislação de Direito Ambiental, Constituição Federal. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2004.

BRASIL. Lei Federal n. 10.257 (2001). **Lei da Política Urbana (Plano Diretor)**. *In* ANGER, Anne Joyce (coordenação). Legislação de Direito Administrativo, Legislação de Direito Ambiental, Constituição Federal. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2004.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

CAMPOS, L.M.S. **SGADA – Sistema de gestão e avaliação de desempenho ambiental**: uma proposta de implementação. Tese (Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br>> Acesso em 20 Set 2006.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: WAK, 2002.

CNUMAD, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). **Agenda 21**. Curitiba: IPARDES, 2001.

CIDADES - Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: CONFEA, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização**. *In* TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo: POLIS, 2005, p. 23-30.

CODEM, Comissão de Desenvolvimento Municipal. **Plano diretor de desenvolvimento de Ponta Grossa**, vols. I e II. Ponta Grossa, 1966.

COELHO, Ruy Galvão de Andrada. **Estrutura social e dinâmica psicológica**. São Paulo: Pioneira; Universidade de São Paulo, 1969.

CORAL, Eliza; ROSSETTO, Carlos Ricardo; SELIG, Paulo Maurício. **O planejamento estratégico e a formulação de estratégias econômicas, sociais e ambientais**: Uma proposta em busca da sustentabilidade empresarial: Disponível em: <<http://www.fgvsp.br>> Acesso em 03 Abr 2006.

CURITIBA. Lei Orgânica Municipal (2005). **Lei Orgânica do Município de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br>> Acesso em 12 Mar 2006.

_____. Lei do Plano Diretor de Curitiba (2004). **Lei de Adequação do Plano Diretor de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br>> Acesso em 03 Ago 2006.

_____. População dos bairros de Curitiba (2000). **IPPUC/IBGE**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br>> Acesso em 03 Ago 2006.

_____. Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Curitiba (1999). **Um modelo de gestão pública**: Como Cassio Taniguchi administra a cidade; por que Curitiba é vanguarda em planejamento urbano e no social; as inovações, os principais programas e números da Prefeitura. Curitiba, janeiro de 1999.

DAHL, Robert A.. **Poliarquia: Participação e oposição**. (Clássicos: 9). São Paulo: EDUSP, 2005.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **Economia da água**. In DOWBOR, Ladislau; TAGNIN, Renato Arnaldo (orgs.). Administrando a água como se fosse importante: gestão ambiental e sustentabilidade. São Paulo: SENAC, 2005, p. 27-36.

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social; As regra do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. 2. ed. (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial**. In Lua Nova, n. 35. São Paulo: ANPOCS, 1995, p. 73-111.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. Vol. II. 11. ed. São Paulo: Globo, 1995.

FENDRICH, Roberto. **Diagnóstico dos recursos hídricos da bacia hidrográfica urbana do Rio Belém**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 2002.

- _____. **Bacia hidrográfica urbana do rio Belém.** Curitiba: Champagnat, 1997.
- FENIANOS, Eduardo Emílio. **Manual Curitiba:** a cidade em suas mãos. Curitiba: Univer Cidade, 2003.
- FERREIRA, Aurélio de Holanda Buarque. **Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI.** Versão 3.0. Lexikon Informática, novembro de 1999.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios.** Maringá: Memória Brasileira, 1996.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à constituição brasileira.** São Paulo: Saraiva, 1983.
- FIRMINO, Hiram. **Entre Gêngis Khan e Marco Pólo.** *JB Ecológico*, Belo Horizonte, ano 2, n. 21, p. 32-33, out. 2003.
- FLEURY, Sônia. **Políticas sociais e democratização do poder local.** *In* VERGARA, Sylvia Constant; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida (orgs.). Proposta para uma gestão pública municipal efetiva. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 91-115.
- FREY, Klaus. **Governança interativa:** uma concepção para compreender a gestão pública participativa? *In* Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política, v. 01, n. 05. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2004, p. 117-136.
- _____. **Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede:** o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. Revista de Sociologia Política, 21. Curitiba: UFPR, 2003. p. 165-185.
- _____. **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local.** *In* Ambiente & Sociedade, ano IV, n. 09, 2001.
- _____. **Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville.** Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 15, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 26 Set 2006.
- FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato Monseff; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Cultura política e desigualdade:** o caso dos conselhos municipais de Curitiba. Revista de Sociologia Política, 21. Curitiba: UFPR, 2003. p. 125-145.
- FURTADO, Celso. **Em busca de um novo modelo:** Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- GARCIAS, Carlos Mello; JO, Carolina Mi Yong. **Saneamento progressivo:** implantação progressiva de saneamento em loteamento de baixo custo. *In* "Revista Acadêmica – Número destinado à área das Ciências Exatas (Engenharías)". Ano XI, n. 01. Curitiba: PUC/PR, ago/ 2000, p. 15-22.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HOFF, Sandino. **O movimento da produção de excedentes uma região pioneira (Nas pegadas do trabalho: café e idéias)**. Maringá: UEM, 1983.

HOGAN, Daniel Joseph. **Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras**. In HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F. (orgs.). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p. 149-167.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

IAP, Instituto Ambiental do Paraná. **Monitoramento da qualidade das águas dos rios da região metropolitana de Curitiba, no período de 2002 a 2005**. Curitiba: IAP, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 12 Ago 2007

IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **2ª Conferência Municipal da Cidade de Curitiba**. Curitiba: IPPUC; Universidade da Cidade, 2005.

____. **Censo 2000: bairros de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br>> Acesso em 23 Nov 2005.

____. **Curitiba em números**. 2. ed. Curitiba: IPPUC, 1999.

JACOBI, Pedro Roberto. **Comitês de bacias hidrográficas: o que está em jogo na gestão compartilhada e participativa**. In DOWBOR, Ladislau; TAGNIN, Renato Arnaldo (orgs.). Administrando a água como se fosse importante: gestão ambiental e sustentabilidade. São Paulo: SENAC, 2005, p. 81-88.

____. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 118, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 25 Set 2006.

____. **Educação, ampliação da cidadania e participação**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 26, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 22 Set 2006.

KAUCHAKJE, Samira. **Participação social no Brasil diante da desestruturação das políticas sociais: novas configurações da sociedade civil organizada como alternativa para compor os laços sociais e a civilidade nas relações societárias**. Revista Emancipação, ano, n. 1, p. 159-176. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **Indústria no Paraná.** In Francisco Moraes Paz (org.). *Cenários de Economia e Política do Paraná.* Curitiba: Prephacio, 1991, p. 67-73.

LEFF, Enrique. **Time of sustainability.** *Ambient. Soc.,* Campinas, n. 6-7, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 19 Set 2006.

LEROY, Jean-Pierre. **Comentários sobre a Agenda 21 Brasileira.** Disponível em: <<http://www.brasilsustentavel.org.br/>> Acesso em 20 Out 2006.

LIBANIO, Paulo Augusto Cunha; CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos; NASCIMENTO, Nilo de Oliveira. **A dimensão da qualidade de água:** avaliação da relação entre indicadores sociais, de disponibilidade hídrica, de saneamento e de saúde pública. *Eng. Sanit. Ambient.,* Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 26 Set 2006.

LIMA, Caio Castro. **Especialistas detectam crise política no Paraná.** *Gazeta do Povo,* Curitiba, ano 89, n. 28.238, p. 11, fev. 2007.

MACHADO, Carlos José Saldanha. **Recursos hídricos e cidadania no Brasil:** limites, alternativas e desafios. *Ambient. soc.,* Campinas, v. 6, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 26 Set 2006.

MARANGONI, Cintia Molinari; STAINSACK. **O aproveitamento do xisto como riqueza natural no desenvolvimento sustentável da região de São Mateus do Sul.** In *Monografias premiadas no 3º Concurso de Monografias sobre a Relação Universidade - Empresa.* Curitiba: IPARDES; IEL, PR, 2003, p. 89-111.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e natureza:** proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo: FAPESP, 1999.

MARQUES, João Benedito de Azevedo. **Democracia, violência e direitos humanos.** 5. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 02).

MARTINE, George. **População, meio ambiente e desenvolvimento:** o cenário global e nacional. In MARTINE, G. (org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.* 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MARTINS, Natalino Ferraz. **O crescimento da população humana:** uma ameaça? In KUPSTAS, Marcia (org.). *Ecologia em debate.* São Paulo: Moderna, 1997.

MEDEIROS, Caio Paulo Smidt de. **Elaboração de um projeto de monitoramento do Rio Belém, em Curitiba, Paraná.** 1991, 54 f. Monografia (Especialização em Ecologia de Águas Continentais). Curso de Pós-graduação em Ecologia de Águas Continentais, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MELO, Marcus André. **Crise federativa, guerra fiscal e 'Hobbesianismo municipal'**: efeitos perversos da descentralização? São Paulo em Perspectiva, 10 (3), 1996, p. 11-20.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1993. (Coleção caminhos da geografia).

MENDONÇA, Francisco. **Geografia física: ciência humana?** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

MERKL, Cristina. **Redescobrimo o Rio Belém (e me redescobrimo)**. 1998, 108 f. Monografia (Especialização em Gestão Técnica do Meio Urbano). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

MINGHELLI, Marcelo. **Orçamento participativo: uma leitura jurídico-política**. Canoas: ULBRA, 2005.

MMA/BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. **A Agenda 21 e os objetivos de desenvolvimento do milênio: as oportunidades de para o nível local**. Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade. n. 07. Brasília: MMA, 2005.

_____. **A Agenda 21, o semi-árido e a luta contra a desertificação**. Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade. n. 06. Brasília: MMA, 2004a.

_____. **Mata atlântica: O futuro é agora**. Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade. n. 04. Brasília: MMA, 2004b.

_____. **Uma nova agenda para a Amazônia**. Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade. n. 03. Brasília: MMA, 2004c.

_____. **Agenda 21 e a sustentabilidade das cidades**. Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade. n. 01. Brasília: MMA, 2003.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MUSSARA, Marcelo. **Sustentável 2005: Um congresso para discutir a nossa sobrevivência**. *Planeta*, São Paulo, ed. 394, p. 64-70, jul. 2005 (mensal).

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

NOGUEIRA, Daniela. **A representação da sociedade civil na Gestão de Recursos Hídricos: um estudo de caso do Comitê do Rio das Velhas**. (1º encontro da ANPPAS, 2002). Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>> Acesso em 10 Mai 2006.

NOVAES, Washington. **Agenda 21: Um novo modelo de Civilização.** In MMA/BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade. n. 02. Brasília: MMA, 2003.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **O negro no futebol paranaense: o caso do Coritiba Foot Ball Club (1909-1942).** Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo.** Curitiba: UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Márcio de. **A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000).** Revista de Sociologia Política, 16. Curitiba: UFPR, 2001, p. 97-106.

_____. **Meio ambiente e cidade: áreas verdes públicas de Curitiba.** In Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 3. Curitiba: UFPR, 1996, p. 77-87.

PALERMO, Vicente. **Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo.** Dados. v. 43. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

PARANÁ. Constituição (2001). **Constituição do Estado do Paraná.** Disponível em: <<http://www.pr.gov.br>> Acesso em 12 Mar 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado.** In PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (org.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 21-38.

PEREIRA, Mauri César Barbosa. **Política para a conservação de áreas verdes urbanas particulares em Curitiba:** Percepção dos proprietários de imóveis na Bacia Hidrográfica do Rio Belém. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004. Disponível em: <<http://www.ufpr.br>> Acesso em 13 Mar 2007.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Poder e participação no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba (1999 – 2001).** In FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato M.; SOUZA, Nelson Rosário de (orgs.). Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná. Curitiba: UFPR, 2004. p. 45-73.

PFEIFFER, Peter. **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem.** Textos para Discussão, n. 37, Brasília: ENAP, 2000.

PIERSON, Donald. **Teoria e pesquisa em sociologia.** 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil: da pré-história do Brasil à nova república.** 8. ed. São Paulo: Ática, 1988.

PLATÃO. **Diálogos: Eutífron, ou da religiosidade; Apologia de Sócrates; Críton, ou do dever; Fédon, ou da alma.** (Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 2000.

PNRH, Plano Nacional de Recursos Hídricos. **Síntese Executiva**. Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2006.

RATTNER, Henrique. **Reflexões sobre o futuro das cidades**. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br>> Acesso em 12 Jul 2005.

_____. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola**: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1999.

REIS, Fábio Wanderley. **Democracia, igualdade, e identidade**. In PERISSINOTTO, Renato Monseff; FUKS, Mario (orgs.). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, ps. 11-31.

_____. **Classe social e opção partidária**: As eleições de 1976 em Juiz de Fora. In Reis, Fábio Wanderley (org). *Os partidos e o regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 213-286.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal**: Empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Cultura política e teoria democrática**: implicações empíricas de um debate teórico. In FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato M.; SOUZA, Nelson Rosário de (orgs.). *Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2004. p. 221-246.

ROMERA, Raphael José. **Estudo de implantação de bacia de alívio na Bacia do Rio Belém, Curitiba-PR**. 2005, 40 f. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental). Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 152 p.

_____. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. (Terra dos homens, 1). São Paulo: Vértice, 1986, 208 p.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Participação popular**. In TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: POLIS, 2005, p. 47-50.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades na virada de século**: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia Política*, 16. Curitiba: UFPR, 2001, p. 31-49.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: A construção do conhecimento.** 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória.** Revista Humanas, v. 24, n. 1-2, p. 163-185. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. **Arenito Nova Fronteira: em busca do desenvolvimento sustentável para o noroeste do Paraná.** In Monografias premiadas no 3º Concurso de Monografias sobre a Relação Universidade - Empresa. Curitiba: IPARDES; IEL, PR, 2003, p. 208-240.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Dilemas e desafios da governança democrática.** In TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo: POLIS, 2005, p. 41-46.

SÃO PAULO (Estado, Brasil). Coordenadoria de Educação Ambiental Meio Ambiente e desenvolvimento: documentos oficiais, **Organização das Nações Unidas, Organizações não-governamentais.** Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1993.

SCHÜBELER, Peter. **Participation and Partnership in Urban Infrastructure Management.** In Urban Management Programme, 19. Washington, D.C.: UNDP; UNCHS (Habitat); World Bank, 1996.

SCLIAR, Claudio. **Agenda 21 e o setor mineral.** In MMA/BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade, n. 05. Brasília: MMA, 2004.

SEBASTIANI, Sylvio. **Por Dentro do MDB Paraná.** Curitiba, 1992.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo.** 16 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1945).** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Luiz Américo de. **Análise da aplicação da educação ambiental formal e informal em áreas de mananciais: um estudo de caso em um município da região metropolitana de Curitiba.** Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Curitiba: Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, 2002. Disponível em: <<http://www.ppgte.cefetpr.br/>> Acesso em 04 Ago 2006.

SYDENSTRICKER, Thais Helena Demetrio. **Reflexões sobre os efeitos da parceria do setor produtivo com a universidade.** In Monografias premiadas no 3º Concurso de Monografias sobre a Relação Universidade - Empresa. Curitiba: IPARDES; IEL, PR, 2003, p. 117-138.

TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional.** 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

ULTRAMARI, Clovis. **A respeito do conceito de sustentabilidade.** In Monografias premiadas no 3º Concurso de Monografias sobre a Relação Universidade - Empresa. Curitiba: IPARDES; IEL, PR, 2003, p. 01-22.

VAINER, Carlos B.. **Pátria, empresa e mercadoria:** Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 75-103.

_____. **População, meio ambiente e conflito social na construção de hidroelétricas.** In MARTINE, George (org.). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1996, p. 183 - 207.

VAZ, José Carlos; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo; PONTUAL, Pedro de Carvalho. **Participação Popular no ABC:** experiências e concepções. Pólis Papers, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>> Acesso em 03 Abr 2006.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor.** São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br>> Acesso em 22 Out 2005.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. Brasília: Unb, 1999.

ZANONI, Cleodimir Duarte Cardoso Alves. **Mapeamento e avaliação da qualidade das águas dos olhos d'água e nascentes na bacia do Rio Belém:** sub-bacia da Barreirinha. 2006, 102 f. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental). Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

* * *

APÊNDICE I

ESBOÇO DO FORMULÁRIO DESTINADO AOS MORADORES
DA BACIA DO RIO BELÉM – CURITIBA/PR**a) perfil dos entrevistados:**

- 1) Sexo: Masculino Feminino
- 2) Faixa etária: 16/32 anos 33/50 anos acima 51
- 3) Escolaridade: sem instrução fundamental médio superior/pós
- 4) Área que reside na Bacia: área I área II área III área IV
- 5) Tempo em que reside na área: - 05 anos entre 05 e 10 anos + 10 anos

b) percepção dos Recursos Hídricos:

- 6) Qual destes investimentos é prioritário para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade?
- Transporte público Creche/escola Esgoto tratado
 Posto de saúde Asfalto Outro
- 7) Existe algum rio perto da sua casa?
- Sim Não Não sei
- 8) Sabia que a sua residência está inserida na bacia hidrográfica do Rio Belém?
- Sim Não
- 9) Já observou o estado de conservação deste rio?
- Sim Não
- 10) Em relação ao Rio Belém, o sr.(a) conhece (já esteve no local):
- nascente foz nenhuma destas
 Outro local (qual?)
- 11) Sabia que o Rio Belém é poluído e sua água imprópria para o consumo humano?
- Sim Não
- 12) O rio Belém tem alguma utilidade para a sua vida ?
- Sim Não Não sei
- 13) A qualidade da água, assim como todo o leito, do Rio Belém está associada à saúde do sr.(a) e da sua família?
- Sim Não Não sei

14) A água destinada ao consumo humano algum dia pode vir a faltar?

Sim Não Não sei

15) Quem é obrigado a zelar, cuidar, do rio?

comunidade Sanepar Prefeitura
 Governo do Paraná Ibama Câmara de Vereadores
 não sei Outro (qual?)

c) conhecimento e confiança dos canais de participação nas questões dos Recursos Hídricos na Bacia do Belém:

16) Sabe de alguma entidade, alguém, ou projeto comprometido com a melhoria do Rio Belém?

Sim (qual?) Não

17) Já ouviu falar do Plano Diretor de Curitiba (PDDI) ou da Conferência da Cidade?

sim não

18) Em alguma ocasião o sr.(a) foi convidado(a) a participar, ou inteirar-se, do Plano Diretor de Curitiba ou da Conferência da Cidade?

sim não

19) Na sua opinião, apenas os dotados de escolaridade suficiente deveriam influir nos assuntos relativos ao Rio Belém?

sim não

20) O (a) sr.(a) concorda ou discorda da seguinte afirmação: *“A grande maioria da população não tem como influir na política municipal destinada a resolver os problemas do Rio Belém. Isso é coisa para os entendidos e os políticos”.*

concorda muito concorda
 não concorda, nem discorda discorda
 discorda muito

21) Como um “cidadão comum” o(a) sr.(a) acredita que influencia a política de recursos hídricos de Curitiba?

sim em parte não

22) Qual o grau de confiança do sr.(a) em relação às seguintes instituições políticas?

	Confia muito	Confia	Confia pouco	Não confia
Câmara de Vereadores				
Prefeitura				
Partidos Políticos				
Ong's				

d) disposição à participação efetiva na melhoria dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Belém:

23) De um modo geral, em que medida o(a) sr.(a) se interessa pelo Rio Belém?

- se interessa muito se interessa
 se interessa pouco não se interessa

24) Alguma vez foi convidado a participar, ou inteirar-se, dos problemas com a Bacia do Rio Belém ?

- Sim Não

25) Qual (ou quais) destes eventos o sr.(a) participou com o intuito de tratar de assuntos relacionados ao Rio Belém?

- participou de mobilização popular (passeatas)
 colocou cartazes de conscientização no trabalho ou na comunidade
 falou com vizinhos ou amigos sobre os problemas ambientais
 compareceu a alguma reunião para ouvir debates
 participou da Conferência da Cidade de Curitiba
 participou na elaboração do Plano Diretor de Curitiba
 outros: _____
 não participou de nenhum dos eventos

26) Se fosse chamado a participar, qual o tipo de iniciativa o(a) sr.(a) estaria disposto(a) a empreender?

- voluntariado inteirar-se nenhuma
 financeiro apoio moral

* * *

APÊNDICE II

ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA
DE VEREADORES DE CURITIBA/PR

1) Conforme o conteúdo do *slogan* “Curitiba Capital Ecológica”, há uma agenda política local de meio ambiente? Como ela se opera? Quais as suas particularidades?

O título de “Capital Ecológica” foi conferido pela ONU a Curitiba no início da década de 90, em Nova York, no Congresso Mundial de Governos Locais para um futuro auto-sustentável, o prêmio máximo para o Meio Ambiente, devido aos programas “Lixo Que Não É Lixo” e “Câmbio Verde”. Desde então a cidade tem se destacado pelos programas ambientais que desenvolve. A Política de Meio Ambiente esta estabelecida na Municipal 7833/91 e executada através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (disponível no site: www.curitiba.pr.gov.br → Secretaria Municipal de Meio Ambiente → Legislação).

2) Existe, ou em alguma ocasião existiu, em Curitiba uma política local de Recursos Hídricos descentralizada onde a população participe dos principais temas desta agenda?

Depois de dez anos da promulgação da Lei 9433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pouco se avançou na gestão dos recursos hídricos, principalmente no tocante aos municípios. Esta situação decorre do fato que a referida Lei prevê a gestão das águas tendo as bacias hidrográficas como unidade de gestão e delega aos Estados e a União à outorga de direito de uso, entretanto a gestão do uso do solo é de competência dos municípios.

No Estado do Paraná tão pouco se avançou, a Lei Estadual nº 12.726/1999 que implementou a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos ainda está em fase de implantação.

As ações públicas municipais são, por força de lei, voltadas para o território municipal, que na maioria das vezes não contempla toda unidade da bacia,

entretanto, no âmbito do Município têm-se desenvolvido programas e ações voltadas à gestão dos recursos hídricos através da Política Municipal de Meio Ambiente.

Dentre as ações já conhecidas pela população desenvolvidas pela Prefeitura para proteger e revitalizar seus rios destacam-se:

1. A criação dos Parques Lineares ao longo dos principais rios, como: o Parque Barigui, o Tingui, o Tanguá e o São Lourenço;
2. O Programa Olho d'água, programa de educação ambiental que visa o monitoramento participativo da qualidade da água dos rios da cidade;
3. As demais ações de educação ambiental que mobilizam e sensibilizam a população para o cuidado com os rios;
4. Programa de Despoluição Hídrica – PDH, que visa à verificação das ligações irregulares de esgoto;
5. Os programas de gerenciamento de resíduos, como por exemplo, o "Lixo que não é lixo", que tem como principal objetivo a destinação adequada dos resíduos, evitando assim que estes vão parar nos rios;
6. A equipe de limpeza dos rios, que realiza a limpeza periódica dos rios da cidade;
7. Projetos em parceria com a COHAB para regularizar a situação das moradias nas margens dos rios (APPs);
8. Lei Municipal 7833/1991 – dispõe sobre a Política de Proteção, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente;
9. Lei Municipal 9805/2000 - Anel de Conservação Sanitário Ambiental aprovada em 4 de abril de 2000 estabelece faixas ao longo dos principais rios da cidade com o objetivo de preservá-los ou recuperá-los mediante benefícios construtivos;
10. Lei 10.785/2003 – Cria no Município de Curitiba o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações – PURAE;
11. Decreto 791/2003 – que dispõe sobre critérios para implantação dos mecanismos de contenção de cheias;
12. Decreto 293/2006 – que regulamenta a Lei 10.785/2003 e dispõe sobre os critérios do uso e conservação racional da água nas edificações.

3) Existe alguma ocasião no Orçamento Mundial a qual destine recursos à política local de Recursos Hídricos? A população, principalmente os moradores da Bacia do rio Belém, teve alguma participação na elaboração deste orçamento, como está previsto no Artigo 3º, Inciso I, Letra “e”, da Lei do Plano Diretor de Curitiba de 2004-PDDI?

Sim, existe previsão no Orçamento Municipal de recursos para gestão dos recursos hídricos. Um dos programas do Plano de Governo é o Programa Nosso Ambiente, que prevê a promoção da conservação dos ambientes urbano e natural, através de ações de proteção, recuperação, controle, monitoramento e implantação de áreas de conservação e lazer, de forma manter e melhorar a qualidade de vida da população de Curitiba e, indiretamente, dos municípios da Região Metropolitana. Parte integrante deste Programa está o “Projeto Nossa Água”, que visa promover a melhoria e a manutenção da qualidade dos recursos hídricos do município e, por consequência, da qualidade de vida da população, bem como da dos municípios localizados à jusante das bacias que drenam Curitiba. Uma das metas deste Projeto é o desenvolvimento do Projeto Olho D’Água, que prevê a participação da comunidade através do diagnóstico participativo da qualidade da água.

O Orçamento Municipal, por força de Lei, é discutido anualmente nas Audiências Públicas realizadas nas Administrações Regionais.

4) O PDDI dá muita ênfase às iniciativas que informem os cidadãos capacitando-os para intervir na política urbana local, inclusive com a colaboração de técnicos do Ippuc (conforme o seu Artigo 5º, s 1º, Inciso II). Neste sentido, há no momento, ou em alguma ocasião passada, uma campanha local destinada a informar o cidadão sobre Recursos Hídricos, em especial aos moradores da Bacia do Rio Belém? Qual foi, ou é, a duração desta iniciativa informativa?

O Projeto “Olho D’Água” envolve toda a comunidade na preservação e conservação dos rios da cidade. Inova ao traduzir os complexos instrumentos de controle da qualidade da água para uma linguagem acessível, permitindo que o monitoramento dos rios seja feito por crianças e jovens em idade escolar. A partir do seu diagnóstico, desencadeiam-se diversas ações: desde a formação de um banco de dados sobre as condições em que se encontram os rios do município até a intervenção dos órgãos competentes em áreas com problemas. As escolas e outras

entidades participantes recebem *kits* de avaliação da qualidade da água, palestras sobre sua utilização e sobre a importância dos rios e de toda água para o meio ambiente e, finalmente vão a campo. Os bons resultados podem ser conferidos na limpeza dos rios, na recuperação das margens, na diminuição de enchentes, doenças e em toda economia direta e indireta de recursos públicos que a limpeza e conservação dos rios acarreta. Entretanto, não são os benefícios econômicos dessas ações a menina dos olhos deste projeto, mas seus resultados em longo prazo. É a transformação dessas crianças em adultos conscientes e preocupados com o meio ambiente que verdadeiramente vai mudar a cara dos rios, das cidades e do planeta.

O Projeto Olho D'Água iniciou em 1997 na Bacia do Rio Belém e deste então tem sido ampliado nesta bacia.

5) Conforme a Lei Federal n. 10.257/01, no seu Artigo 2º, Incisos II e III, a política urbana consolidar-se-á pela “gestão democrática” tendo a população, entidades associativas, e iniciativa privada em geral, envolvidas nas articulações junto ao governo. Neste sentido, quem, fora do poder público participou efetivamente da elaboração do PDDI? Como foi este processo (duração, metodologia, capacidade de influência, etc.)?

Quanto à elaboração do PDDI e a participação da população neste processo, o IPPUC é a instituição mais apropriada para responder.

6) De alguma maneira, houve a integração da gestão dos Recursos Hídricos com a gestão ambiental (Lei n. 9.433/97, Artigo 31), envolvendo a população no processo?

Conforme descrito na resposta do item nº2, a gestão dos recursos hídricos está abrigada na gestão ambiental do Município de Curitiba.

7) A fim de tratar dos interesses da população residente ao longo do Rio Belém, houve alguma audiência pública como determinado no Artigo 2º, Inciso XIII, da lei n. 10.257/01, envolvendo setores civis, tais como: ONG's, instituições de ensino, população em geral?

Em conformidade com a Lei Municipal 11.266/04 que “Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade”, está em desenvolvimento o Plano Setorial de Controle Ambiental e Desenvolvimento

Sustentável, que será objeto de discussão em Audiências Públicas, de acordo com agendamento do IPPUC. No escopo deste Plano a questão dos recursos hídricos está contemplada.

Entretanto, com relação à bacia do rio Belém, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA tem desenvolvido nos últimos anos ações que envolvem esta bacia, como por exemplo, desde o início de 2006, participa da Comissão de Ação Viva Belém. Esta Comissão é presidida pela Associação dos Moradores e Amigos do São Lourenço e têm a participação de outras instituições. Neste mesmo ano, foi selecionado como objeto de estudo foi o trecho da bacia da nascente do rio Belém até o Parque São Lourenço. Trecho este já trabalhado por esta SMMA em 2000. Neste período iniciou-se o diagnóstico da situação deste trecho.

8) No atual PDDI, tanto na sua elaboração quanto execução, como é a abordagem da questão ambiental, em especial aos Recursos Hídricos, e, ainda, o caso da Bacia do Rio Belém? Quais são as particularidades ali tratadas?

Conforme item anterior.

* * *

APÊNDICE III

ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE DE CURITIBA/PR (SMMA)

1) Conforme o conteúdo do slogan “Curitiba Capital Ecológica”, há uma agenda política local de meio ambiente? Como ela se opera? Quais as suas particularidades?

O título de “Capital Ecológica” foi conferido pela ONU a Curitiba no início da década de 90, em Nova York, no Congresso Mundial de Governos Locais para um futuro auto-sustentável, o prêmio máximo para o Meio Ambiente, devido aos programas “Lixo Que Não É Lixo” e “Câmbio Verde”. Desde então a cidade tem se destacado pelos programas ambientais que desenvolve. A Política de Meio Ambiente esta estabelecida na Municipal 7833/91 e executada através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (disponível no site: www.curitiba.pr.gov.br → Secretaria Municipal de Meio Ambiente → Legislação).

2) Existe, ou em alguma ocasião existiu, em Curitiba uma política local de Recursos Hídricos descentralizada onde a população participe dos principais temas desta agenda?

Depois de dez anos da promulgação da Lei 9433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pouco se avançou na gestão dos recursos hídricos, principalmente no tocante aos municípios. Esta situação decorre do fato que a referida Lei prevê a gestão das águas tendo as bacias hidrográficas como unidade de gestão e delega aos Estados e a União à outorga de direito de uso, entretanto a gestão do uso do solo é de competência dos municípios.

No Estado do Paraná tão pouco se avançou, a Lei Estadual nº 12.726/1999 que implementou a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos ainda está em fase de implantação.

As ações públicas municipais são, por força de lei, voltadas para o território municipal, que na maioria das vezes não contempla toda unidade da bacia, entretanto, no âmbito do Município têm-se desenvolvido programas e ações voltadas à gestão dos recursos hídricos através da Política Municipal de Meio Ambiente.

Dentre as ações já conhecidas pela população desenvolvidas pela Prefeitura para proteger e revitalizar seus rios se destacam:

1. A criação dos Parques Lineares ao longo dos principais rios, como: o Parque Barigui, o Tingui, o Tanguá e o São Lourenço;
2. O Programa Olho d'água, programa de educação ambiental que visa o monitoramento participativo da qualidade da água dos rios da cidade;
3. As demais ações de educação ambiental que mobilizam e sensibilizam a população para o cuidado com os rios;
4. Programa de Despoluição Hídrica – PDH, que visa à verificação das ligações irregulares de esgoto;
5. Os programas de gerenciamento de resíduos, como por exemplo, o "Lixo que não é lixo", que tem como principal objetivo a destinação adequada dos resíduos, evitando assim que estes vão parar nos rios;
6. A equipe de limpeza dos rios, que realiza a limpeza periódica dos rios da cidade;
7. Projetos em parceria com a Cohab para regularizar a situação das moradias nas margens dos rios (APPs);
8. Lei Municipal 7833/1991 – dispõe sobre a Política de Proteção, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente;
9. Lei Municipal 9805/2000 - Anel de Conservação Sanitário Ambiental aprovada em 4 de abril de 2000 estabelece faixas ao longo dos principais rios da cidade com o objetivo de preservá-los ou recuperá-los mediante benefícios construtivos;
10. Lei 10.785/2003 – Cria no Município de Curitiba o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações – PURAE;
11. Decreto 791/2003 – que dispõe sobre critérios para implantação dos mecanismos de contenção de cheias;
12. Decreto 293/2006 – que regulamenta a Lei 10.785/2003 e dispõe sobre os critérios do uso e conservação racional da água nas edificações.

3) Como é a abordagem da questão ambiental, em especial aos Recursos Hídricos, e, ainda, o caso da Bacia do Rio Belém, se relacionada ao atual PDDI, tanto na sua elaboração quanto execução? Quais são as particularidades correlatas?

A questão ambiental em Curitiba é responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente e a Política de Meio Ambiente está prevista na Lei Municipal 7833/1991 – que dispõe sobre a Política de Proteção, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente – além de outros diplomas legais. Como já foi mencionado anteriormente a Lei Federal de Recursos Hídricos não prevê a figura do rio municipal, portanto, as questões de recursos hídricos em Curitiba são tratadas dentro do escopo das demais questões ambientais.

4) Foi formado um Comitê de Bacia para o caso específico do Rio Belém, como está previsto na Lei n. 9.433/1997? Em caso afirmativo, quem são seus principais participantes/representantes, e quais os seus perfis?

A bacia do rio Belém faz parte da bacia do Alto Iguaçu e o Comitê instalado é o Comitê de Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira. A composição deste Comitê você pode obter no site da Suderhsa.

5) Há alguma receita oriunda da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos, conforme prevê o Artigo 38, Inciso VI, da Lei n. 9.433/97? Em caso afirmativo, qual o destino e quem é o gestor destes recursos?

Ainda não, pois, o Decreto para a cobrança para o uso das águas ainda está em discussão no Comitê de Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira.

6) Existe alguma disposição no Orçamento Municipal que destine recursos à política local de Recursos Hídricos? Como é feito e quem gere os investimentos destes recursos?

Sim, existe previsão no Orçamento Municipal de recursos para gestão dos recursos hídricos. Um dos programas do Plano de Governo é o “Programa Nosso Ambiente”, que prevê a promoção da conservação dos ambientes urbano e natural, através de ações de proteção, recuperação, controle, monitoramento e implantação de áreas de conservação e lazer, de forma manter e melhorar a qualidade de vida da população de Curitiba e, indiretamente, dos municípios da Região Metropolitana. Parte integrante deste Programa está o “Projeto Nossa Água”, que visa promover a melhoria e a manutenção da qualidade dos recursos hídricos do município e, por consequência, da qualidade de vida da população, bem como da dos municípios localizados a jusante das bacias que drenam Curitiba. Uma das metas deste Projeto

é a reestruturação do Projeto Olho D'Água, que prevê a participação da comunidade através do diagnóstico participativo da qualidade da água.

O Orçamento Municipal, por força de Lei, é discutido anualmente nas Audiências Públicas realizadas nas Administrações Regionais.

7) Recorrendo ao Artigo 8º do PDDI, seria correto afirmar que “reverter o grau de poluição do Rio Belém é investir na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos curitibanos” ? Caso a resposta seja afirmativa, há orçamento para projetos de melhoria do Rio Belém, como está previsto no Artigo 6º, Inciso XV; e Artigo 7º, Inciso V, do PDDI?

Esta afirmação está correta, e como já foi respondido anteriormente, no escopo do Projeto Nossa Água a bacia hidrográfica do rio Belém (trecho norte) é uma das prioridades desta gestão.

8) A Lei do Plano Diretor de Curitiba - PDDI, de 2004, dá muita ênfase às iniciativas que informem os cidadãos capacitando-os para intervir na política urbana local, inclusive com a colaboração de técnicos do IPPUC (conforme o seu artigo 5º, §1º, inciso II). Neste sentido, encontra-se em curso algum programa ou ação educativa que possibilite a gestão compartilhada, nos moldes do Artigo 20, Inciso II, do PDDI/2004, em especial dirigida aos moradores da Bacia do Rio Belém? Em caso afirmativo, qual é a previsão de duração desta iniciativa e os seus reflexos na administração do atual prefeito?

Com relação à reestruturação do Projeto Olho D'Água, ele envolve toda a comunidade na preservação e conservação dos rios da cidade. Inova ao traduzir os complexos instrumentos de controle da qualidade da água para uma linguagem acessível, permitindo que o monitoramento dos rios seja feito por crianças e jovens em idade escolar. A partir do seu diagnóstico, desencadeiam-se diversas ações: desde a formação de um banco de dados sobre as condições em que se encontram os rios do município até a intervenção dos órgãos competentes em áreas com problemas. As escolas e outras entidades participantes recebem *kits* de avaliação da qualidade da água, palestras sobre sua utilização e sobre a importância dos rios e de toda água para o meio ambiente e, finalmente vão a campo. Os bons resultados podem ser conferidos na limpeza dos rios, na recuperação das margens, na diminuição de enchentes, doenças e em toda economia direta e indireta de recursos

públicos que a limpeza e conservação dos rios acarreta. Entretanto, não são os benefícios econômicos dessas ações a menina dos olhos deste projeto, mas seus resultados em longo prazo. É a transformação dessas crianças em adultos conscientes e preocupados com o meio ambiente que verdadeiramente vai mudar a cara dos rios, das cidades e do planeta.

O Projeto Olho D'Água iniciou em 1997 na Bacia do Rio Belém e deste então tem sido ampliado nesta bacia.

9) Conforme a Lei Federal n. 10.257/01, no seu Artigo 2º, Incisos II e III, a política urbana consolidar-se-á pela “gestão democrática” tendo a população, entidades associativas, e iniciativa privada em geral, envolvidas nas articulações junto ao governo. Neste sentido, quem, fora do poder público, participou efetivamente da elaboração deste Plano? Como foi este processo (duração, metodologia, capacidade de influência, etc.)?

Quanto à elaboração do PDDI e a participação da população neste processo, o Ippuc é a instituição mais apropriada para responder.

10) De alguma maneira, houve a integração da gestão dos Recursos Hídricos com a gestão ambiental (Lei Federal n. 9.433/97, Artigo 31), envolvendo a população no processo?

Conforme descrito na resposta dos itens 2 e 3, a gestão dos recursos hídricos está abrigada na gestão ambiental do Município de Curitiba.

11) Há a “integração horizontal entre órgãos e conselhos municipais” para tratar da questão local dos recursos hídricos, como propõe o Artigo 6º, Inciso IX, do PDDI? Como se opera?

Existe integração entre os órgãos da PMC para tratar das questões locais de recursos hídricos. Exemplo disto, é o trabalho conjunto da Secretaria de Meio Ambiente com a Cohab para a elaboração do Plano de Regularização Fundiária, que prevê a regularização das áreas de APPs. Este trabalho está disponível na Página do Ippuc e na próxima semana será discutido em audiências públicas em todas as Administrações Regionais.

Com relação ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, nele existe a participação de Secretarias da PMC, além de outras instituições do Estado e da União (Decreto disponível na página da SMMA).

A SMMA participa também de outros Conselhos e Comissões, como, Consecon, Conselho Municipal de Urbanismo, Cat Passaúna, entre outros.

12) A fim de tratar dos interesses da população residente ao longo do Rio Belém sobre a política urbana, houve alguma audiência pública como determinado no Artigo 2º, Inciso XIII, da Lei Federal n. 10.257/01, envolvendo setores civis, tais como: ONG's, instituições de ensino, população em geral ?

Em conformidade com a Lei Municipal 11.266/04 que “Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade”, está em desenvolvimento o Plano Setorial de Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, que será objeto de discussão em Audiências Públicas, de acordo com agendamento do Ippuc. No escopo deste Plano a questão dos recursos hídricos está contemplada. Entretanto, com relação à bacia do rio Belém, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA tem desenvolvido nos últimos anos ações que envolvem esta bacia, como por exemplo, desde o início de 2006, participa da Comissão de Ação Viva Belém. Esta Comissão é presidida pela Associação dos Moradores e Amigos do São Lourenço e têm a participação de outras instituições. Neste mesmo ano, foi selecionado como objeto de estudo foi o trecho da bacia da nascente do rio Belém até o Parque São Lourenço. Trecho este já trabalhado por esta SMMA em 2000. Neste período iniciou-se o diagnóstico da situação deste trecho.

* * *

APÊNDICE IV

ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA
ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL COM
ATUAÇÃO NA BACIA DO RIO BELÉM – CURITIBA/PR

1) A quanto tempo existe a Organização? A que se destina e quais as suas principais atividades? Qual a abrangência espacial da sua atuação?

A Ama São Lourenço existe desde 2000. Além de ser uma associação de moradores igual as outras (solicitando obras de pavimentação, e serviços nas áreas de saúde, segurança, educação, meio ambiente, lazer, etc) tem diversos projetos em andamento. Assim, a AMASL funciona como uma espécie de "campo de testes" de pequenos projetos comunitários - que são levados a centenas de localidades pela www.superviadigital.com.br - que é uma rede que existe há mais tempo e tem maior abrangência.

2) Qual o perfil (idade, formação, onde residem ...) dos seus membros?

Nela participam pessoas de 04 a 90 anos, em diversas atividades - relacionadas aos projetos

3) A Organização está coordenada com a Prefeitura quanto aos problemas da Bacia do Rio Belém? Há quanto tempo? Qual a extensão da iniciativa? Há outros parceiros?

O texto encontrado no *site* indicado na próxima resposta (abaixo) fala da extensão do trabalho com os parceiros.

4) Como é a relação da Organização com a comunidade na qual está inserida? Contribui para a conscientização das pessoas quanto ao problema do Rio e do meio ambiente?

O nível de participação das pessoas da comunidade é um dos melhores já vistos, o projeto pode ser acessado via Internet: (<http://www.superviadigital.com.br>)

5) Foi convidada a participar na elaboração do Plano Diretor de Curitiba? Em caso afirmativo, como deu-se esta participação? Deliberou? Foi atendido?

Os Amigos do São Lourenço estão em todas as atividades relacionadas ao planejamento de obras e/ou ações na cidade

Na lista em <http://www.superviadigital.com.br> estão algumas das nossas ações mais importantes.

Diversas obras de pavimentação, reestruturação do Centro de Criatividade, Nova iluminação no Parque, Dragagem no Lago, Obras de saneamento nos oito bairros do Alto Belém, Correções na rede de esgotos, Vistorias e novas obras em andamento fazem da nossa região uma das que mais participam (e conseguem) de forma pacífica e ordeira - a colaboração do poder público municipal e estadual.

6) Qual é a postura da Organização quanto ao tema “participação popular”?

A resposta da questão 4 responde a esta pergunta.

7) Já ouviu falar do projeto Olho D’água? Participou? Em caso afirmativo, como se deu esta participação? De quem foi a iniciativa de envolver a Organização no projeto? Quais eram os parceiros do projeto? Por quanto tempo durou? Quais foram os resultados?

Já ouvimos falar sim. É um projeto da época do Taniguchi. Ficou muito tempo parado e parece que agora vai ser retomado lá na bacia do Barigüí. Aqui na bacia do Belém nosso contato foi muito pequeno e tivemos que fazer nosso próprio material para nossas mobilizações comunitárias. As escolas, *Lions* e *Rotary* nos ajudaram mais que qualquer outro parceiro/projeto/iniciativa.

* * *

APÊNDICE V

ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR ENVOLVIDA
COM DA BACIA DO RIO BELÉM – CURITIBA/PR

1) Qual é a dimensão da preocupação da sua Instituição com o meio ambiente curitibano, em especial sobre a Bacia do Rio Belém? Pode-se dizer que é uma das diretrizes institucionais?

Existe a preocupação localizada nos cursos de Engenharia Ambiental e Biologia, também há um sentimento comunitário com o Rio por causa do seu curso pelo campus. Há um sentimento heterogêneo quanto ao destino do rio (várias visões e posturas para solucionar o problema). Não há uma diretriz institucional específica uma vez que não existe orçamento (dinheiro) próprio para este tema, porém, existem bons sentimentos da comunidade acadêmica, em especial o corpo docente, em envolver-se em ações específicas. Dado o perfil de uma Instituição Universitária o pensamento está focalizado no universal e não localizado num único problema, pois ao tratar dos problemas com rios se pode abordar o Belém, mas sem se esquecer, p. ex., do Amazonas.

2) Tal preocupação está integrada, homogeneizada, em toda a Instituição?

Não.

3) A Instituição conseguiu desenvolver alguma inovação quanto o meio ambiente, especialmente relacionada com os Recursos Hídricos aplicada na Bacia do Belém? Qual? Quais foram os resultados objetivos?

Tecnologia social, ou seja, o projeto “Fala Belém” que colheu 110.000 assinaturas que levou a população a olhar para o Rio. Ainda, 84 alunos em projetos que estimulam a discussão envolvendo o Curso de Engenharia Mecânica; aula campal com alunos na própria Bacia; desenvolvimento da percepção quanto ao problema ambiental existente, etc.

4) As iniciativas da Instituição estão integradas com o poder público municipal e os demais membros da sociedade? Em caso afirmativo, quem são estes atores? Há

alguma iniciativa institucional de divulgar os resultados desta relação à comunidade, no sentido de melhorar a conscientização quanto aos problemas abordados?

Relativamente. Periodicamente existem reuniões com os órgãos públicos e ONG's. A maior interação é entre PUC e Sanepar. Não.

5) Já tomou conhecimento do Projeto Olho “D’água”? Em caso afirmativo, o mesmo atendeu a Bacia do Belém? De que modo? Por quanto tempo? Quem esteve envolvido? A sua Instituição participou desta iniciativa? De qual modo?

Sim. Sim. Houve a interação entre Prefeitura e Escolas Primárias. Numa ocasião o Projeto contou com alunos de vários cursos da PUC os quais, na companhia dos alunos da rede pública, coletaram lixo da margem do Rio e promoveram discussões sobre o problema da poluição do mesmo.

6) Como a Instituição vê a participação da comunidade nos assuntos relacionados com a qualidade ambiental da Bacia do Rio Belém? A participação popular é necessária? Por quê?

Projeto “Fala Belém” – chama a comunidade para ouvir a sua opinião. Sim (indispensável) a mesma população que suja o Rio é a mesma que deve cobrar das autoridades públicas a limpeza do Rio, e, ainda, colaborar na prevenção da poluição.

7) Atualmente há alguma iniciativa da Instituição no sentido de melhorar a Bacia? Em caso afirmativo, quem são os parceiros? Há quanto tempo está sendo desenvolvida? Quais os resultados? A comunidade está sendo informada dos resultados?

Atualmente há iniciativas de levantar o estado da Bacia (coleta e análise), mapeamento e conscientização. CNPq, Câmara Municipal, e Prefeitura de Curitiba (“Fala Belém”). Desde 2001 com projetos de percepção (2002/2003), limpeza (2004), “Fala Belém” (2005/2006), CT-Hidro (2007). Mais dados de pesquisa e envolvimento da comunidade com os problemas da Bacia. Sim: Tribuna Livre da Câmara de Vereadores, publicação de trabalhos científicos, jornais e televisões (PR-P2 Sistema Lumen de Comunicação), jornal interno da Universidade.

APÊNDICE VI

ESBOÇO DA ENTREVISTA DIRIGIDA
AO MEMBRO DA SECRETARIA ESTADUAL
DE MEIO AMBIENTE (SEMA)

1) A política estadual de Recursos Hídricos implementou a descentralização da gestão das bacias hidrográficas, conforme a Lei Federal n. 9.433/97?

A Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos foram criados mediante a Lei Estadual 12.726 de 26/11/99. O processo de descentralização e de participação pública está sendo construído e progressivamente implantado, a partir da referida lei e seus decretos regulamentadores. A efetiva descentralização se dá pelos Comitês de Bacias Hidrográficas. Assim, é possível afirmar que o processo de descentralização iniciou e, como todo processo, necessita ser ampliado e fortalecido mediante uma participação ativa dos Comitês de Bacias.

2) Em caso afirmativo, como estão estruturados os comitês: o perfil dos membros (recrutamento); desde quando está ativo; qual a influência destes na agenda governamental?

Atualmente são 4(quatro) Comitês de Bacias Hidrográficas; do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira; do rio Jordão (afluente do Rio Iguaçu); do Rio Tibagi e da Bacia do Paraná III. Está em processo de discussão o Comitê do Rio Pirapó e Bacias do Paranapanema 3 e Paranapanema 4. O processo de criação dos Comitês está previsto na lei mencionada acima e no Decreto 2.315 de 18.07.2000. É importante comentar que o processo de descentralização / criação de comitês é de iniciativa das pessoas e organizações que desejam discutir e implementar medidas de gestão em uma determinada bacia. É importante compreender que este processo depende fundamentalmente de cada região e da organização da sociedade. Recentemente o Cerh aprovou mediante Resolução (049) as regiões hidrográficas, bacias hidrográficas e unidades de gerenciamento de recursos hídricos.

A participação pública nos comitês é garantida em Lei, entretanto as organizações necessitam se mobilizar e implantar o comitê de acordo as suas necessidades e características. A Política Nacional e a Estadual garantem este

processo, entretanto, quem exerce este poder são as organizações e pessoas da bacia hidrográfica.

A composição dos Comitês (prevista no Decreto 2.315) é pelo poder público, sociedade civil e usuários. Neste processo, existem critérios de composição dos comitês de acordo a cota de cada segmento. O Comitê é, ou pelo menos deveria ser o espelho, o perfil das organizações que estão na bacia hidrográfica. Os documentos de criação dos Comitês e sua composição estão disponíveis na Internet (www.pr.gov.br/meioambiente/cerh).

Os comitês possuem atribuições normativas, deliberativas e consultivas. Um dos maiores instrumentos de gestão da bacia hidrográfica é o Plano de Bacia, que atualmente estão sendo elaborados para as bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira, do Rio Jordão e do Rio Tibagi. Portanto, os comitês podem influenciar na implantação e implementação de políticas públicas e assim, influenciar a agenda governamental. Um destes exemplos é o estudo que esta sendo realizado no âmbito do Plano de Bacia do Alto Iguaçu para implementar a cobrança pelo uso da água.

3) Há orçamento para a política estadual de Recursos Hídricos? Como está distribuído? De quanto é? Como é elaborado (há influência popular)?

Os recursos disponíveis são os que estão sendo aplicados no Plano Estadual de Recursos Hídricos com a participação do Fundo Nacional do Meio Ambiente e os planos de bacias mencionados no item anterior, parte deles com recursos da Ana. É importante mencionar que os recursos para implementação e fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SEGRH devem ter origem na cobrança pelo uso da água. A Sema é Coordenadora do SEGRH e a Suderhsa o órgão gestor e ao mesmo tempo assume a função de Agência de Águas.

Outro aspecto importante a mencionar é o Fundo Estadual de Recursos Hídricos regulamentado pelo Decreto 4.647 de 2001. Os recursos do FERH possibilitarão fundamental apoio a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos. Em 2007 o FERH estará em fase de implantação.

4) Existem projetos de educação ambiental para os Recursos Hídricos? Com o envolvimento de outras Secretarias de Estado? E do cidadão, Terceiro Setor, ou iniciativa privada (empresas)?

O projeto que está sendo desenvolvido é a difusão de informações sobre as bacias hidrográficas, aquíferos e sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, mediante a série “Bacias Hidrográficas”. Outra iniciativa é a agenda ambiental integrada relativa a organizações de eventos e atividades relacionados com meio ambiente e recursos hídricos com todas as instituições estaduais. A Agenda 21 discutiu temas associados a duas importantes bacias hidrográficas do Paraná, a do Paraná III e a do Pirapó. Esta prevista na agenda da Sema implementar a partir do segundo semestre de 2007 a agenda setorial de recursos hídricos, com a Secretarias de Agricultura, Transportes, Indústria e Comércio, Saúde, Educação, Sanepar, Copel, Planejamento, Turismo, entre outras. Também é importante mencionar que a Sema está elaborando o Planejamento Estratégico, que apontará novos processos e métodos para implementar diretrizes e programas nas áreas prioritárias, entre as quais a gestão das águas e de mudanças climáticas com o enfoque sócio-ambiental.

5) Como está inserida a Bacia do Rio Belém na política estadual de Recursos Hídricos? Foi criado o Comitê da Bacia? Quem são os seus membros (perfil)? Como foram recrutados? Existem membros que são moradores na Bacia?

A bacia hidrográfica do Rio Belém é uma sub-bacia do Alto Iguaçu que possui um Comitê de Bacia mencionado anteriormente. O Comitê do Alto Iguaçu foi criado com a forças políticas e comunitárias na época e existe um período de renovação de seus membros. Dados sobre os membros estão disponíveis na Internet (www.pr.gov.br/meioambiente/cerh).

6) Ao exercer o seu dever de fiscalizar e preservar os Recursos Hídricos, como o Governo do Estado do Paraná interage com a Prefeitura de Curitiba em favor da melhoria da Bacia do Rio Belém?

A gestão dos recursos hídricos é compartilhada, descentralizada e participativo e, na escala local e regional é determinada pelo Comitê de Bacias Hidrográfica. No caso de Curitiba, que está totalmente na área do Alto Iguaçu, a Prefeitura de Curitiba também é membro do Comitê do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira. Neste caso, é nesta instância que as prioridades devem ser discutidas. Ao mesmo tempo, existem várias ações desenvolvidas na bacia do Rio Belém, especialmente pela Sanepar e da Suderhsa.

7) Qual é a proposta do Governo Estadual para o futuro da Bacia do Rio Belém levando em consideração o envolvimento comunitário?

A prioridade no momento é concluir o Plano de Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, no qual a bacia do Belém está inserida. O Plano deverá apontar as prioridades para a região, as quais serão analisadas e somente então, se for o caso, aprovadas pelo Comitê de Bacias. É importante mencionar que a defesa da Bacia do Belém deveria estar inserida pela comunidade representada no comitê, usuários e poder público, ou caso se faça necessário, discutir no âmbito do comitê como estabelecer prioridades a esta importante bacia (sub-comitê ou outra forma de agir em prol do Rio Belém).

* * *

APÊNDICE VII

ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA SUPERINTENDÊNCIA
DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
AMBIENTAL DO PARANÁ (SUDERHSA)

1) A política estadual de Recursos Hídricos implementou a descentralização da gestão das bacias hidrográficas, conforme a Lei Federal n. 9.433/97?

Está em processo de implantação com início após a aprovação da Lei estadual 12.726/99, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos cujos princípios seguem os princípios da Lei Federal 9433/97. São a adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, os usos múltiplos o reconhecimento da água como um bem finito, o reconhecimento do valor econômico da água e a gestão participativa e descentralizada. Esta gestão é feita no Estado em diferentes níveis Conselho Estadual, Sema e Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa), Comitês de bacia e Agências de bacia.

2) Em caso afirmativo, como estão estruturados os comitês: o perfil dos membros (recrutamento); desde quando está ativo; qual a influência destes na agenda governamental?

Estes são os comitês legalmente instituídos e seus respectivos integrantes:

Tabela 68 – Comitês instituídos no Paraná e número de membros conforme a instituição que representam:

Atores	Alto Iguaçu/ Alto Ribeira	Tibagi	Jordão	Paraná III
Poder Público	12	13	09	13
Sociedade Civil	14	16	09	13
Usuários	12	11	05	07
Total	38	40	23	33

Fonte: Suderhsa (2007)

O comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi foi instituído pelo decreto n ° 5790 de 13/06/2002. Atividade atual: Executando seu plano de bacia.

O comitê das bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira foi instituído pelo decreto n ° 5878 de 13/12/2002. Atividade atual: Executando seu plano de bacia.

O comitê da bacia do Rio Jordão foi instituído pelo decreto n ° 5791 de 13/06/2002. Atividade atual: Executando seu plano de bacia.

O comitê das bacias do Paraná III foi instituído pelo decreto n ° 2924/05/04.

3) Há orçamento para a política estadual de Recursos Hídricos? Como está distribuído? De quanto é? Como é elaborado (há influência popular)?

Ainda não existe uma fonte de recursos específica para a implementação da política Estadual de Recursos Hídricos . Os recursos hoje existentes são recursos da própria Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa) e Convênios com a Agência Nacional de Águas (Ana) e Fundo Nacional de Meio Ambiente. A Legislação em vigor prevê a implantação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos onde serão locados os recursos advindos da cobrança pelo uso da água em contas específicas de cada comitê de bacia.

4) Existem projetos de educação ambiental para os Recursos Hídricos? Com o envolvimento de outras Secretarias de Estado? E do cidadão, Terceiro Setor, ou iniciativa privada (empresas)?

Não existem projetos de Educação Ambiental atualmente em curso nesta Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa), porém os Planos de Bacia poderão definir.

5) Como está inserida a Bacia do Rio Belém na política estadual de Recursos Hídricos? Foi criado o Comitê da Bacia? Quem são os seus membros (perfil)? Como foram recrutados? Existem membros que são moradores na Bacia?

O rio Belém está inserido no Comitê das bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. Portanto sujeito às normas daquele comitê.

6) Ao exercer o seu dever de fiscalizar e preservar os Recursos Hídricos, como o Governo do Estado do Paraná interage com a Prefeitura de Curitiba em favor da melhoria da Bacia do Rio Belém?

A Suderhsa também participa da iniciativa de revitalização do rio Belém juntamente com o Instituto Ambiental do Paraná (Iap), Conselho Metropolitano de Curitiba (Comec), Prefeitura de Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Puc/Pr) e outras instituições. Com a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia estas ações deverão ser levadas em consideração e é competência do Comitê decidir sobre as prioridades de intervenções e a aplicação de recursos. No comitê das bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira são também integrantes a Prefeitura de Curitiba, a Comec e a Suderhsa.

7) Qual é a proposta do Governo Estadual para o futuro da Bacia do Rio Belém levando em consideração o envolvimento comunitário?

As ações a serem implantadas para melhoria da qualidade da bacia do Belém assim como dos demais afluentes do Alto Iguaçu estarão definidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia em execução pela Agencia da Bacia em convênio com a Ana. O trabalho de realização do Plano está sendo acompanhado pela Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e será aprovado pelo mesmo.

* * *

APÊNDICE VIII

ENTREVISTA DIRIGIDA AO MEMBRO DA
COMPANHIA DE SANEAMENTO
DO PARANÁ (SANEPAR)

1) Como é feita a concessão dos serviços de saneamento entre a Sanepar e a Prefeitura de Curitiba? Quais as obrigações assumidas por ambas as partes?

O titular dos serviços é a Prefeitura Municipal de Curitiba que, na condição de poder concedente, transmite à Sanepar a responsabilidade de gerir as obras de saneamento no município. Esta relação origina-se de um contrato de concessão datado de 01/01/1972, com um termo aditivo de 06/12/2001, que estende a sua vigência até 06/12/2031, e, que atualmente, sujeita-se à nova Lei de Consórcios Públicos que exige a promoção de licitação para os serviços públicos e não a mera autorização da Câmara de Vereadores para a concessão de serviços. As obrigações assumidas com a Prefeitura Municipal de Curitiba estão vinculadas a metas de atendimento da população com rede de água e esgoto tratado.

2) Quais as particularidades da concessão em relação ao meio ambiente urbano e os Recursos Hídricos urbanos? É obrigação da Sanepar reverter a poluição ambiental?

Como o Meio Ambiente é matéria de Direito Difuso não há cláusula contratual específica para a “não poluição” ou reversão do atual quadro de degradação, porém a atuação da Sanepar é licenciada pelos órgãos ambientais que estipulam critérios técnicos para o lançamento de resíduos e efluentes oriundos do esgoto nos rios. A fiscalização é feita na esfera municipal pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente; no âmbito estadual pelo Instituto Ambiental do Paraná; e na competência federal pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, principalmente quando as atividades da autarquia estão relacionadas com a Mata Atlântica.

3) Quais os instrumentos técnicos e procedimentais são da área de atuação da Sanepar que melhora o meio ambiente urbano? O destino do esgoto de Curitiba é responsabilidade da Companhia? Em caso afirmativo, como que o seu processo de tratamento colabora com a qualidade de vida urbana?

A Sanepar preocupa-se com a melhoria na qualidade dos efluentes lançados nos corpos d'água respeitando os avanços legislativos e tecnológicos. Quando iniciou suas atividades ainda na década de 1970 por influência do Plano Nacional de Saneamento (Planasa) suas ações visavam apenas expandir a rede coletora sem preocupar-se com o tratamento do esgoto; na década seguinte a meta foi tratar o esgoto de forma preliminar até chegar à década de 1990, onde já estava em vigência uma legislação ambiental mais rigorosa, com um tratamento complexo que envolvia uma fase tradicional acrescida de uma fase de pós-tratamento. Estas ações visam a preservação e recuperação de mananciais tendo como colaboradores o Ministério Público do Estado do Paraná; do Governo do Estado, pela ação do IAP e Suderhsa; e das Prefeituras Municipais com a melhoria na eficiência da fiscalização e das políticas locais de urbanização. Quanto a Região Metropolitana de Curitiba foram desenvolvidas parcerias para a criação de postos de educação ambiental.

4) Quais as ações desenvolvidas pela Companhia junto à Bacia do Rio Belém para a sua melhoria?

Ampliação de rede coletora de esgoto, principalmente na região do São Lourenço onde se observou um adensamento urbano nos últimos anos. Outra iniciativa é a manutenção constante da rede coletora mais antiga da cidade que eventualmente necessita de reparos. Cabe frisar que a Companhia, atuando na bacia do Rio Belém, concentra suas atividades no esgoto doméstico.

* * *

ANEXO I – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988 (Excertos):

Artigo 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

[...]

Artigo 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

[...]

Artigo 20. São bens da União:

[...]

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

[...]

V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI - o mar territorial;

VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

[...]

Artigo 21. Compete à União:

[...]

XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

[...]

Artigo 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

[...]

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

[...]

Artigo 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

- a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;
- b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os Artigos 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

VII - o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município;

VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

IX - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembléia Legislativa;

X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

XI - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único.

Artigo 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do Artigo 153 e nos Artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - oito por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes;

II - sete por cento para Municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes;

III - seis por cento para Municípios com população entre trezentos mil e um e quinhentos mil habitantes;

IV - cinco por cento para Municípios com população acima de quinhentos mil habitantes.

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo.

[...]

Artigo 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal, na forma da lei.

[...]

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

[...]

Artigo 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República,

ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

[...]

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles

[...]

Artigo 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

[...]

Artigo 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

[...]

Artigo 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

[...]

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

[...]

Artigo 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

[...]

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

[...]

Artigo 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

[...]

III - participação da comunidade

[...]

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

[...].”

Anexo II – LEI FEDERAL n. 10.257, de 10 de julho de 2001 –
ESTATUTO DA CIDADE (Excertos)

“[...]

Artigo. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formação, execução e acompanhamento de planos, programas, e projetos de desenvolvimento urbano;

[...]

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

[...]”.

* * *

ANEXO III – LEI FEDERAL n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997 –
LEI DOS RECURSOS HÍDRICOS (Excertos):

“**Artigo 1º.** A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

[...]

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades;

[...]

Artigo 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas;

[...]

Artigo 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

[...]

IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

[...]

Artigo 39. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:

I - da União;

II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação;

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros;

[...]

Artigo 47. São consideradas, para os efeitos desta Lei, organizações civis de recursos hídricos:

I - consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

II - associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

III - organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;

IV - organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade;

V - outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

[...]

**ANEXO IV – LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (LOM) de CURITIBA/PR,
de 05 de abril de 1990 (Excertos):**

Artigo 1º. O Município de Curitiba, entidade integrante da Federação Brasileira, Capital do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

[...]

Artigo 7º. Todo Poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente.

Parágrafo único. A soberania popular será exercida:

I. Indiretamente, pelo Prefeito e pelos Vereadores eleitos para a Câmara Municipal, por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto.

II. Diretamente, nos termos da lei, em especial, mediante:

a) iniciativa popular;

b) referendo;

c) plebiscito.

[...]

Artigo 11. Compete ao Município prover a tudo quanto respeita ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, em especial:

[...]

II. Elaborar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, estimando a receita e fixando a despesa.

[...]

V. Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

VI. Elaborar o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

VII. Promover o adequado ordenamento territorial, mediante o controle do uso e ocupação do solo, dispondo sobre parcelamento, zoneamento e edificações, fixando as limitações urbanísticas, podendo, quanto aos estabelecimentos e às atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a autorização ou a licença, conforme o caso, para a sua construção ou funcionamento;

b) conceder a licença de ocupação ou "habite-se", após a vistoria de conclusão de obras, que ateste a sua conformidade com o projeto e o cumprimento das condições especificadas em lei;

c) revogar ou cassar a autorização ou a licença, conforme o caso, daquele cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego ou aos bons costumes, ou se mostrarem danosas ao meio ambiente;

d) promover o fechamento daqueles que estejam funcionando sem autorização ou licença, ou depois de sua revogação, anulação ou cassação, podendo interditar atividades, determinar ou proceder a demolição de construção ou edificação, nos casos e de acordo com a lei.

VIII. Prover sobre a limpeza dos logradouros públicos, o transporte e o destino do lixo domiciliar e de outros resíduos.

[...]

XII. Dispor sobre o controle da poluição ambiental".

[...]

Artigo 13. Compete ao Município, respeitadas as normas de cooperação fixadas em lei complementar, de forma concorrente-cumulativa com a União e o Estado:

[...]

VI. Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

VII. Preservar as florestas, a fauna e a flora.

[...]

IX. Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

[...]

XI. Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território".

[...]

Artigo 79. O Município, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa, dispondo, mediante lei, sobre a criação dos Conselhos Municipais nas diversas áreas, integrados por

representantes populares dos usuários dos serviços públicos, disciplinando a sua composição e funcionamento, compreendidas nas suas prerrogativas, entre outras:

I – A participação, mediante propostas e discussões, de planos, programas e projetos, a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.

II – O acompanhamento da execução dos programas e a fiscalização da aplicação dos recursos.

Parágrafo único. Os Conselhos Municipais funcionarão de forma independente da Administração Municipal, sendo que a participação nos mesmos será considerada de caráter público relevante; exercida gratuitamente, à exceção dos Conselheiros Tutelares, cujo exercício do mandato será remunerado, nos termos estabelecidos em Lei Municipal”

[...]

Artigo 145. A política de desenvolvimento urbano, conforme diretrizes fixadas no Plano Diretor, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º A propriedade urbana cumpre a função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

[...]

Artigo 147. A política de desenvolvimento urbano visa a assegurar, entre outros, os seguintes objetivos:

[...]

III. A preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e da cultura.

IV. A criação e a manutenção de parques de interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilização pública.

V. A utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias.

Artigo 148. O Plano Diretor disporá, entre outras matérias, sobre:

[...]

IV. Proteção ambiental.

[...]

Parágrafo único. O controle do uso e ocupação do solo urbano implica, entre outras, nas seguintes medidas:

[...]

VII. Controle da poluição.

[...]

Artigo 151. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado definirá o sistema, diretrizes e bases do planejamento municipal equilibrado, harmonizando-o com o planejamento estadual e nacional”.

[...]

Artigo 155. Será criado um Conselho Municipal de Planejamento, formado por representantes de distintas entidades da sociedade civil, que terão parte na elaboração e execução do Plano Diretor do Município.

[...]

Artigo 166. O Município, juntamente com o Estado ou a União, é responsável pela fiscalização do esgoto sanitário e água tratada, pelo abastecimento desta e pela coleta do lixo, para a população.

[...]

Artigo 168. O Poder Público Municipal organizará serviço de tratamento dos rejeitos e resíduos variados, como forma de evitar a poluição dos mananciais de água e do meio ambiente.

[...]”.

ANEXO V – LEI MUNICIPAL n. 11.266, de 16 de dezembro de 2004 –
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PDDI)
DA CIDADE DE CURITIBA/PR (Excertos)

“**Artigo 1º.** Esta lei dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba às diretrizes e instrumentos instituídos pela Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade.

[...]

Artigo 5º. O processo de planejamento municipal dar-se-á de forma integrada, contínua e permanente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta lei, sob coordenação e monitoramento do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC.

§ 1º- O processo municipal de planejamento deve promover:

[...]

V – participação democrática popular, observando especialmente o contido nos artigos 46,47,48 e 49.

[...]

Artigo 9º. A política de estruturação urbana tem como objetivo geral orientar, ordenar e disciplinar o crescimento da Cidade, através dos instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo, com as seguintes diretrizes:

[...]

XIII – estabelecer normas específicas de uso e ocupação do solo para a proteção dos recursos naturais em áreas de mananciais e bacias hidrográficas;

[...]

Artigo 48. Será assegurada a participação direta da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano sustentável, mediante as seguintes instâncias de participação:

I – órgão colegiado municipal de política urbana;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferência municipal da cidade;

IV – iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano sustentável;

V – conselhos municipais e distritais.

Parágrafo único: a conferência municipal da cidade, de que trata o inciso III será realizada no ano de 2005 e sempre a cada biênio.

[...]”.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)